

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Maria Magda de Lima Santiago

**EFEITOS DE CREDIBILIDADE NO JORNALISMO DE OPINIÃO:
HETEROGENEIDADE E SUBJETIVIDADE NA CRÍTICA POLÍTICA
AO GOVERNO TEMER**

Belo Horizonte

2018

Maria Magda de Lima Santiago

**EFEITOS DE CREDIBILIDADE NO JORNALISMO DE OPINIÃO:
HETEROGENEIDADE E SUBJETIVIDADE NA CRÍTICA POLÍTICA
AO GOVERNO TEMER**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gláucia Muniz Proença Lara.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S235e Santiago, Maria Magda de Lima.
Efeitos de credibilidade no jornalismo de opinião
[manuscrito] : heterogeneidade e subjetividade na crítica política
ao governo Temer / Maria Magda de Lima Santiago. – 2018.
227 f., enc. : il., color., p&b.

Orientador: Gláucia Muniz Proença Lara.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 216-227.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses. 3. Discurso político – Teses. 4. Brasil – Política e governo – Teses. I. Lara, Gláucia Muniz Proença. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

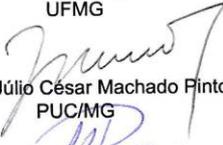
Efeitos de credibilidade no jornalismo de opinião: Heterogeneidade e subjetividade na crítica política ao governo Temer

MARIA MAGDA DE LIMA SANTIAGO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

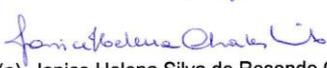
Aprovada em 01 de outubro de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Gláucia Muniz Proença Lara - Orientador
UFMG


Prof(a). Júlio César Machado Pinto
PUC/MG


Prof(a). Híla Rodrigues
UFOP


Prof(a). Wander Emediato de Souza
UFMG


Prof(a). Janice Helena Silva de Resende Chaves Marinho
UFMG

Belo Horizonte, 1 de outubro de 2018.

Dedico esta tese ao meu pai, Sebastião da Silva Santiago.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, ao meu marido, à minha filha, irmãs, sobrinhos, tios e amigos pela compreensão pelas horas não partilhadas e pelo pouco convívio, principalmente neste último ano. Agradeço profundamente o auxílio e o conhecimento obtido através das diversas orientações da Profa. Glaucia Lara, num aprendizado que se tornou maior do que imaginei no início do doutorado. O estudo de novas categorias de análise, diferentes daquelas estudadas no mestrado, e que tanto me ampararam na produção de artigos ligados à mídia publicitária e aos textos jornalísticos da época da ditadura no Brasil, abrem novas perspectivas de análises futuras, quando espero poder me familiarizar, cada vez mais, com essas preciosas ferramentas de investigação do sentido.

Entre os acertos e os erros, as expectativas, a ansiedade, o esforço físico e mental deste caminho de quatro anos de estudos, em meio às vinte horas/aula semanais lecionadas ao longo desse período, agradeço a Deus por ter tido forças para seguir, mesmo que algumas vezes parecesse impossível. Fazer parte de duas áreas diferentes, como a Comunicação e a Linguística/Análise do Discurso, tornam mais especial este trabalho. Não só pelo percurso, desafiador, mas principalmente pela acolhida dos professores com quem convivi e aprendi, fonte de ensinamentos preciosos, mesclados ao respeito à diversidade de origens e de propostas, que afirmam a flexibilidade e a interdisciplinaridade do programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFMG – campo aberto para a produção de conhecimento fértil, frutífero e consistente. A esses professores agradeço imensamente pelos ensinamentos, que repercutem em mim, não só academicamente, mas no meu percurso de vida.

RESUMO

O objeto de estudo desta tese é o discurso de crítica política, no domínio do jornalismo de opinião, publicado em colunas na versão *online* de veículos da grande imprensa, durante o Governo Temer. Selecionamos para análise 12 artigos – de seis colunistas das editoriais de opinião ou de política, dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* (RJ) e *O Tempo* (MG) –, veiculados entre março e maio de 2017. Esse período foi escolhido pela proximidade com duas grandes manifestações populares ocorridas em 15 de março e em 28 de abril, respectivamente. Em linhas gerais, buscamos observar, nos artigos selecionados, os aspectos ideológicos a partir das referências feitas ao governo vigente, à oposição e ao povo brasileiro. Do ponto de vista teórico-metodológico, examinamos, à luz da Análise do Discurso francesa, os recursos linguístico-discursivos mobilizados pelos autores desses textos para construir a credibilidade no discurso de opinião e, assim, convencer/persuadir os destinatários (leitores). Buscamos observar ainda a frequência de estratégias ligadas aos níveis de abrandamento das marcas do sujeito, o que acreditamos contribuir, juntamente com a abundante heterogeneidade, para a construção do regime de veridicção – e, por extensão, de credibilidade – nesses artigos. Tomando por base a noção de efeitos de credibilidade relacionada por Charaudeau (2009; 2011) ao discurso midiático e ao discurso político, construímos um dispositivo “individualizado” de análise, que articula: a) categorias da semântica global de Maingueneau (2006; 2008b; 2015) – a dêixis *enunciativa*, a *tematização* e o *modo de enunciação*; b) algumas formas de heterogeneidade discursiva (mostrada), propostas por Authier-Revuz (1984; 1990; 2004; 2006) – as *glosas*, a *pressuposição* e a *ironia* – e relidas por Maingueneau (1997) no seu diálogo com a pragmática de Ducrot (1987; 1988; 2009), sobretudo, com a “teoria polifônica da enunciação” deste último autor; c) elementos da teoria da argumentação na língua, também desenvolvida por Ducrot, tais como os *índices de avaliação* e as *modalizações*, que foram estudados, no Brasil, particularmente por Koch (1992; 2011) e que respondem, mais diretamente, pelos efeitos de subjetividade dos/nos textos. As análises, no geral, confirmam que a construção da credibilidade nos artigos selecionados está associada a efeitos de apagamento do posicionamento do locutor, obtidos, entre outros, pelos recursos da heterogeneidade mostrada. Além de não explicitarem a opinião do articulista, os artigos, em sua maioria, mostram que o jornalismo de opinião atual, em uma de suas grandes vertentes, a política, dedica-se pouco à situação do povo brasileiro.

Palavras-chave: Jornalismo de opinião. Análise do Discurso. Efeitos de credibilidade. Heterogeneidade mostrada. Semântica global.

ABSTRACT

The object of study of this dissertation is the discourse of political criticism in the domain of opinion journalism, published in columns of online mainstream print media, during the Temer Administration. We have selected twelve articles for analysis – by six columnists of the *Opinion* or *Politics* sections of the newspapers *Folha de S. Paulo*, *O Globo* (RJ) and *O Tempo* (MG) – circulated between March and May of 2017. This period was chosen for its proximity to two major demonstrations, on March 15 and April 28 respectively. In general, we have observed, in the articles selected, the ideological aspects from the references made to the current Administration, to the Opposition and to the Brazilian people. From the theoretical-methodological point of view, we have examined, in the light of the French Discourse Analysis, the linguistic-discursive resources mobilized by the authors of these texts to build credibility in opinion discourse and thus persuade the addressees (readers). We have also observed the frequency of strategies linked to the levels of softening of subject/enunciator markers, which we believe contributes, along with the abundant heterogeneity, to the construction of the regime of veridiction – and, by extension, to the credibility – of these articles. Based on the notion of effects of credibility, which Charaudeau (2009; 2011) has linked to the mediatic and political discourses, we have built a “particularized” analysis device which articulates: a) categories of the global semantics put forward by Maingueneau (2006, 2008b, 2015) – *enunciative deixis*, *thematization* and *mode of enunciation*; b) some forms of (shown) discursive heterogeneity, proposed by Authier-Revuz (1984, 1990; 2004, 2006) – *glosses*, *pressuposition* and *irony* – and reread by Maingueneau (1997) in dialoguing with the pragmatics of Ducrot (1987, 1988, 2009), especially with the “polyphonic theory of enunciation” of the latter author; c) elements of the theory of argumentation in the language system, also developed by Ducrot, such as *evaluation indexes* and *modalization*, which were studied, in Brazil, by Koch (1992, 2011) in particular and which are more directly responsible for the effects of subjectivity of/in the texts. The analyses confirm that the construction of credibility in the articles selected is related to the effects of erasing the speaker's positioning, obtained mainly through the resources of shown heterogeneity. We also identified that, besides not making the columnist's opinion explicit, most of the articles analyzed show that current opinion journalism, in one of its major fields (politics), pays little attention to the situation of the Brazilian people.

Key-words: Opinion journalism; Discourse Analysis; effects of credibility; shown heterogeneity; Global Semantics.

RÉSUMÉ

L'objet d'étude de cette thèse est le discours de la critique politique, dans le domaine du journalisme d'opinion, publié dans des articles en version *en ligne* de médias de la grande presse, pendant le Gouvernement Temer. Nous avons sélectionné pour l'analyse douze articles – de six journalistes des éditoriaux d'*opinion* ou de *politique*, des journaux *Folha de S. Paulo*, *O Globo* (RJ) et *O Tempo* (MG) – diffusés entre mars et mai 2017. Cette période a été choisie par la proximité de deux grandes manifestations populaires, qui ont eu lieu le 15 mars et le 28 avril, respectivement. En lignes générales, nous avons voulu observer, dans des articles sélectionnés, les aspects idéologiques à partir des références qui ont été faites au gouvernement actuel, à l'opposition et au peuple brésilien. Du point de vue théorique et méthodologique, nous examinons, à la lumière de l'Analyse du Discours française, les moyens linguistico-discursifs mobilisés par les auteurs de ces textes pour construire la crédibilité dans le discours d'opinion et, ainsi, convaincre/persuader les destinataires (lecteurs). Nous avons aussi cherché à observer la fréquence des stratégies liées aux niveaux d'adoucissement des marques du sujet, ce qui contribue, nous croyons, avec l'hétérogénéité abondante, à la construction du régime de véridiction – et, par extension, de crédibilité – de ces articles. En prenant comme base la notion d'effets de crédibilité, associée par Charaudeau (2009, 2011) au discours médiatique et au discours politique, nous avons construit un dispositif « individualisé » d'analyse, qui articule : a) des catégories de la sémantique globale de Maingueneau (2006, 2008b, 2015) – la *deixis énonciative*, la *thématisation* et le *mode d'énonciation* ; b) quelques formes d'hétérogénéité discursive (montrée), proposées par Authier-Revuz (1984, 1990 ; 2004, 2006) – les *gloses*, la *présupposition* et l'*ironie* – et relues par Maingueneau (1997) dans son dialogue avec la pragmatique de Ducrot (1987, 1988, 2009), surtout, avec la « théorie polyphonique de l'énonciation » de ce dernier auteur ; c) des éléments de la théorie de l'argumentation dans la langue, également développée par Ducrot, comme les *indices d'évaluation* et les *modalisations*, qui ont été étudiés, au Brésil, particulièrement par Koch (1992, 2011) et qui répondent, plus directement, par les effets de subjectivité des/dans les textes. Les analyses, en général, confirment que la construction de la crédibilité dans les articles sélectionnés est associée aux effets d'effacement de la prise de position du locuteur, obtenus, entre autres, par les outils de l'hétérogénéité montrée. Nous identifions qu'en plus de ne pas exprimer l'opinion du journaliste, la majorité des articles analysés montrent que le journalisme d'opinion d'aujourd'hui, en ce qui concerne l'un de ses grands sujets de discussion, la politique, est peu dédié à la situation du peuple brésilien.

Mots-clés : Journalisme d'opinion; Analyse du Discours; effets de crédibilité; hétérogénéité montrée; Sémantique Globale.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Charge 1.....	58
FIGURA 2 - Tirinha.....	61
FIGURA 3 - Cartum 1.....	85
FIGURA 4 - Cartum 2.....	87
FIGURA 5 - Cartum 3.....	87
FIGURA 6 - Cartum 4.....	89
FIGURA 7 - Charge 2.....	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Fenômenos relativos à heterogeneidade mostrada.....	66
QUADRO 2 - Jornais, colunistas e artigos selecionados para análise.....	98
QUADRO 3 - Categorias de análise.....	99
QUADRO 4 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal <i>online</i> do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	100
QUADRO 5 - Artigos Clovis Rossi – <i>Folha de S. Paulo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	101
QUADRO 6 - Artigos Janio de Freitas – <i>Folha de S. Paulo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	116
QUADRO 7 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal <i>online</i> do jornal <i>O Globo</i>	137
QUADRO 8 - Artigos Elio Gaspari – Jornal <i>O Globo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	138
QUADRO 9 - Artigos José Casado – Jornal <i>O Globo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	156
QUADRO 10 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal <i>online</i> do jornal <i>O Tempo</i>	168
QUADRO 11 - Artigos Ricardo Corrêa – Jornal <i>O Tempo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	168
QUADRO 12 - Artigos Acílio Lara Resende – Jornal <i>O Tempo</i> – de 15/03 a 15/05 de 2017.....	181
QUADRO 13 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Clóvis Rossi (<i>Folha de S. Paulo</i>).....	189
QUADRO 14 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Janio de Freitas (<i>Folha de S. Paulo</i>).....	192
QUADRO 15 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Elio Gaspari (<i>O Globo</i>).....	196
QUADRO 16 - Comparação dos resultados das análises do jornalista José Casado (<i>O Globo</i>).....	199
QUADRO 17 - Comparação dos resultados das análises do jornalista Ricardo Correa (<i>O Tempo</i>).....	202
QUADRO 18 - Resultados da análise do artigo do jornalista Acílio Lara Resende (<i>O Tempo</i>).....	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADF	Análise do discurso francesa
AGU	Advocacia Geral da União
AI-5	Ato Institucional número 5
ANVISA	Agência Nacional da Vigilância Sanitária
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DCM	Diário do Centro do Mundo
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DD	Discurso direto
DI	Discurso indireto
DIL	Discurso indireto livre
E	Enunciador
ECA	Escola de Comunicações e Arte
EUA	Estados Unidos da América
FD	Formação discursiva
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FI	Formação ideológica
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
JBS	José Batista Sobrinho
L	Locutor
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Medida Provisória
PGR	Procuradoria Geral da República
PIC	Programa de Iniciação Científica
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB	Partido Social da Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RBA	Rede Brasil Atual
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
STF	Supremo Tribunal Federal
TAL	Teoria da Argumentação na Língua
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO¹

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO E A VISADA DE “FAZER-CRER”	21
1.1 O contrato de comunicação do discurso jornalístico e o gênero comentário.....	21
1.2 As estratégias de credibilidade e as relações do discurso de opinião com o discurso político.....	29
1.3 Os efeitos de verdade.....	32
1.4 A ideologia.....	35
CAPÍTULO 2 ENTRE A TEORIA E O DISPOSITIVO DE ANÁLISE.....	39
2.1 A argumentação no discurso da mídia jornalística.....	39
2.1.1 <i>A teoria da argumentação na língua de Ducrot e Anscombe</i>	39
2.1.2 <i>As marcas linguísticas da enunciação: os índices de avaliação, os indicadores modais e os operadores argumentativos</i>	45
2.2 A AD e seu dispositivo de análise.....	50
2.2.1 <i>A semântica global e seus planos</i>	50
2.2.1.1 O vocabulário.....	50
2.2.1.2 Os temas.....	51
2.2.1.3 A intertextualidade.....	54
2.2.1.4 A dêixis enunciativa.....	58
2.2.1.5 O modo de enunciação e sua relação com o éthos.....	60
2.2.2 <i>A heterogeneidade discursiva</i>	65
2.2.2.1 O dialogismo, a teoria polifônica da enunciação e as formas da heterogeneidade discursiva.....	65
2.2.2.2 Heterogeneidade mostrada marcada: o pressuposto.....	72
2.2.2.3 Heterogeneidade mostrada marcada: o discurso relatado (direto, indireto).....	77

¹ Este trabalho foi revisado de acordo com as novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009.

2.2.2.4 Heterogeneidade mostrada marcada: as palavras entre aspas, o metadiscorso do locutor, a parafraseagem e a negação.....	79
2.2.2.5 Heterogeneidade mostrada não marcada: a ironia.....	83
2.2.3 Outras categorias de análise: paradoxo, subentendido, alusão, metáfora e metonímia.....	86
CAPÍTULO 3 - A ESCOLHA DOS ARTIGOS E SUAS ANÁLISES.....	93
3.1 Questões metodológicas: em torno do <i>corpus</i>	93
3.2 Análise dos artigos.....	99
3.2.1 Análises da <i>Folha de S. Paulo</i>	100
3.2.2 Análises de <i>O Globo</i>	137
3.2.3 Análises de <i>O Tempo</i>	168
CAPÍTULO 4 – CRUZANDO OS DADOS.....	188
4.1 Análise comparativa dos artigos de Clóvis Rossi – <i>Folha de S. Paulo</i>	188
4.2 Análise comparativa dos artigos de Janio de Freitas – <i>Folha de S. Paulo</i>	191
4.3 Análise comparativa dos artigos de Elio Gaspari – <i>O Globo</i>	194
4.4 Análise comparativa dos artigos de José Casado – <i>O Globo</i>	198
4.5 Análise comparativa dos artigos de Ricardo Corrêa – <i>O Tempo</i>	200
4.6 Resultados da análise do artigo de Acílio Lara Resende – <i>O Tempo</i>	204
CONCLUSÕES.....	206
REFERÊNCIAS.....	216

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos o discurso presente em textos de crítica política publicados em portais *online* de veículos de comunicação de três estados brasileiros. Nesse sentido, tomamos como *corpus* seis colunas, assinadas por jornalistas que integram a chamada grande imprensa, que foram publicadas nos meses de março a maio de 2017, durante o governo do Presidente Michel Temer, nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* (RJ) e *O Tempo* (MG). Nosso objetivo maior consiste em identificar os recursos linguístico-discursivos mobilizados pelos autores desses textos para produzir efeitos de credibilidade na construção da opinião e, desse modo, agir sobre o leitor, levando-o a reconstruir – e a aceitar como “legítimas” – representações referentes ao governo, à oposição e ao povo brasileiro.

Sabemos que o jornalismo de opinião, embora tenda a apresentar artigos permeados pela subjetividade (já que isso está pressuposto no próprio lexema “opinião”²) – valendo-se, entre outros elementos, do uso da primeira pessoa do singular, de modalizadores e de índices de avaliação –, pode eleger outras estratégias de influência sobre o destinatário/leitor, entre elas o acesso a outros discursos, em grande parte publicados nas próprias mídias, ou mesmo o “apagamento” das marcas do locutor, de modo a criar um efeito de sentido de objetividade e imparcialidade, que é muitas vezes obtido à custa da ancoragem na opinião de outrem ou em fatos “concretos” (como números, dados estatísticos, etc.). Essas últimas estratégias nos interessam, particularmente, porque parecem ir na contramão do que se espera de um artigo de opinião, mostrando-se, no entanto, relevantes na construção de efeitos de influência para captar a confiança e a atenção do leitor – hipótese que nossas análises buscarão comprovar ou, ao contrário, refutar.

Quanto aos portais *online*, como mídia digital eles expandem as possibilidades interdiscursivas/dialógicas, de acordo com o sistema de *hiperlinks*³, que permite acesso pelo internauta ao conteúdo dos textos. Em outras palavras, as colunas *online* potencializam a *heterogeneidade* ao permitir que se acessem as fontes dos conteúdos que são comentados pelos jornalistas. Optamos, pois, pelos portais noticiosos na *Internet*, ao invés de buscar o *corpus*

² “Opinião: 1. Modo de ver, de pensar, de deliberar: liberdade de opinião. [...] 6. *Filos.* Atribuição do caráter de verdade ou falsidade a uma asserção sem que tal atribuição se faça acompanhar de certeza (é a opinião uma forma de assentimento que é insuficiente objetiva e subjetivamente)”.

“Opinativo: 1. Que depende de opinião; baseado em opinião particular. 2. Discutível, duvidoso, incerto; inseguro”. “Opinável: 1. Sujeito a diversas opiniões; sobre que se pode opinar. 2. Baseado em conjeturas” (FERREIRA, 1986, p. 1227).

³ Convém pontuar que os *hiperlinks* escolhidos e oferecidos aos leitores pelos jornalistas/locutores (em detrimento de outros, que estariam igualmente disponíveis) auxiliam na construção do sentido do texto.

deste trabalho nos jornais impressos, por considerarmos que o meio digital pode proporcionar um discurso mais rico em estratégias ligadas à heterogeneidade. Devemos pontuar que, apesar de ser apresentada em alguns dos artigos que analisaremos no capítulo 3, a oferta de *hiperlinks* ao longo dos artigos não foi o único ou o principal critério que nos guiou na escolha do *corpus*.

Considerando a intenção de influência e o contrato de comunicação do domínio do *jornalismo de opinião* (CHARAUDEAU, 2009), escolhemos veículos da grande imprensa por reconhecermos que as restrições são mais significativas em jornais de grande porte do que na imprensa alternativa, como nos *blogs* de jornalistas independentes. Essas restrições estão ligadas ao posicionamento ideológico do veículo, às suas relações (políticas e comerciais), à seleção de conteúdos feita pelos editores em sua hierarquia⁴, pois, em geral, o discurso jornalístico busca validação, seja relativa à cobertura de acontecimentos nas reportagens e notícias, seja nas colunas opinativas.

Tratamos aqui de uma instância de forte influência na produção de sentidos coletiva – as mídias – e, especificamente, dos discursos de opinião, como os artigos de crítica política. Buscaremos extrair, a partir do estudo do modo de abordagem desses textos, suas estratégias de influência, que supomos, como já explicamos, estarem ligadas, em grande medida, à abundante intertextualidade que eles mantêm e, de modo mais amplo, à interdiscursividade, sobretudo a que se manifesta nos fenômenos da heterogeneidade mostrada propostos por Authier-Revuz (1984; 1990; 2006) e relidos por Dominique Maingueneau (1997).

Esse acesso a outros discursos, seja à fala do outro, seja aos acontecimentos descritos pelas próprias mídias, cria efeitos de credibilidade que remetem ao regime de veridicção ou aos *efeitos de verdade* presentes nesses textos. Além disso, reiterando, interessa-nos observar o apagamento (ou não) das marcas linguísticas da enunciação (ou “marcas de subjetividade”), verificando o que está explícito ou implícito (pressuposto ou subentendido), nos níveis variados de presença do sujeito, mesmo em se tratando de um discurso de opinião, cujas características de gênero preveem o posicionamento do jornalista.

Lembramos que, ao chamar para o próprio discurso outros fatos, dialoga-se com aspectos específicos de acontecimentos que já foram ditos/publicados (críveis, por isso mesmo), numa seleção que traça configurações de sentido preconcebidas, em busca de influenciar

⁴ Melo (1994, p. 71-72), discutindo os recursos de que dispõe a empresa para controlar a seleção da informação, afirma que “o principal instrumento nas mãos dos proprietários é a própria estrutura da redação, caracterizada por um evidente verticalismo, como é próprio das organizações complexas. As decisões fluem de cima para baixo, desde o editor chefe até a chefia de reportagem ou as editorias especializadas [...] são geralmente profissionais que se afinam com a opinião da empresa. Ou então, divergindo dessa opinião, comprometem-se a seguir a orientação vigente”.

(ideologicamente) o outro. Podemos dizer que são discursos que prezam pela atenta seleção de outros discursos, que são eleitos (apenas em parte do seu conteúdo) e com os quais a crítica política dialoga.

Observamos, portanto, neste trabalho, o estatuto da imprensa de hoje, participante de novos regimes de visibilidade, como o meio digital, considerando as condições de influência e de regulação que atravessam os artigos de crítica política. A chamada *liberdade de imprensa* nos parece muito distante do passado de repressão e censura vivido pela imprensa da época da ditadura militar. A imprensa de hoje se expressa (concorda, discorda, critica...) sobre a atuação política.

Em outras palavras, a repressão ao discurso jornalístico na década de 1970⁵ determinava recorrer, com grande frequência, a estratégias de despiste ou de disfarce do sentido – com farto uso de implícitos, ironias e paradoxos, entre outros. O discurso jornalístico de hoje – na vertente que chamamos aqui de jornalismo de opinião – pode se manifestar sobre questões diversas, inclusive sobre a atuação política. Mas, nesse contexto livre de censura⁶ (quando esse diálogo era impossível), perguntamos: até que ponto os recursos linguístico-discursivos mobilizados pelo jornalismo de opinião atual permitem um diálogo mais direto (e explícito) com o leitor?

Portanto, uma das indagações que nos fazemos – e que a presente tese tenta responder – é se a crítica política atual é explícita como se deveria esperar em tempos de *liberdade de expressão*. Isso implica levar em conta os graus de engajamento ou, ao contrário, de apagamento do sujeito encontrados nos artigos de opinião publicados nos dias de hoje e pensar em que medida o gênero em foco permite esses graus de apagamento que isentam (ou simulam isentar) o locutor de um posicionamento ideológico. Em linhas gerais, queremos saber como, nesses artigos, se pode apreender a posição do autor, observando que estratégias linguístico-discursivas revelam essa posição e se elas se encontram evidentes ou não.

Assim, procuramos identificar, nos artigos que tematizam o Governo Temer, em períodos próximos de grandes manifestações populares, as estratégias linguístico-discursivas

⁵ Publicamos, em 2015, um estudo sobre a crítica política durante a censura no Brasil: LEMOS, C.E.B.; SANTIAGO, M.M.L. O Almanaque Humordaz e o discurso dos cartunistas na oposição à ditadura militar. *Revista Brasileira de História da Mídia*. Curitiba, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed07/artigos.asp>. Acesso em: 23 ago. 2018.

⁶ Devemos pontuar, porém, que, no mercado jornalístico atual, a censura ainda existe, mesmo que se trate de um outro tipo de censura, diferente daquela do período da ditadura. A “censura” de que falamos está ligada às coerções determinadas por interesses políticos e econômicos que regem o jornalismo contemporâneo. Diante da “financeirização” (SODRÉ, 2015) da mídia como um todo, que impõe restrições ao discurso jornalístico, a autonomia de editorialistas, editores, repórteres e colunistas é relativa. Sobre isso, ver autores como Venício Lima (2011), dedicado ao estudo da mídia, regulação, cultura e poder, assim como Rogério Christofolletti, que trata da ética no jornalismo (2008).

de construção da argumentação/influência no jornalismo de opinião, observando os efeitos de credibilidade estabelecidos pelos aspectos *dialógicos* (BAKHTIN, 2013), particularmente aqueles destacados no quadro da análise do discurso de linha francesa (ou, abreviadamente, ADF) como a *heterogeneidade mostrada*, sem perder de vista a noção de *heterogeneidade constitutiva*: aquela que está na base mesma da construção do discurso (AUTHIER-REVUZ, 1984; 1990; 2006; MAINGUENEAU, 1997).

Nessa perspectiva, como já foi dito, interessa-nos, principalmente, as formas de *heterogeneidade mostrada* que se inscrevem nesses textos, os quais estabelecem, de maneira intensa, diálogos intertextuais e interdiscursivos que permitem apreender as posições ideológicas subjacentes – posicionamentos a respeito do poder vigente, da oposição e das reações populares aos acontecimentos – que os atravessam. Essa abordagem das formas de heterogeneidade mostrada, que dialoga com a teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1987), na releitura que delas faz Maingueneau (1997), é complementada por alguns planos da Semântica Global de Maingueneau (1996; 1997; 2008; 2011; 2015) – vocabulário, temas, intertextualidade, dêixis, modo de enunciação – e algumas marcas linguísticas da enunciação, como os indicadores modais e os índices da avaliação, oriundos da teoria da argumentação na língua (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988), entre outras categorias que abordaremos mais adiante.

Lembramos que, entre os aspectos ligados à heterogeneidade, procuramos observar se os artigos do *corpus* se valem (ou não) da voz do outro, no apagamento da própria voz, para simular certa isenção. Sobre essa questão, comenta Maingueneau, citando Kerbrat-Orecchioni, que se ocultar “por trás de um terceiro é frequentemente uma maneira hábil, por ser indireta, de sugerir o que se pensa, sem necessitar responsabilizar-se por isto”; e completa: “pode-se tanto dizer que ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu que digo’, quanto o contrário” (MAINGUENEAU, 1997, p. 86).

Nesse sentido, conforme mencionamos, também nos guiamos pelos indicadores modais, pelos índices de avaliação e pelos operadores argumentativos, tomados como marcas linguísticas da enunciação – que são apresentados junto ao estudo da argumentação (capítulo 2). Esses elementos, que são tributários da teoria ducrotiana da argumentação na língua, foram desenvolvidos, no Brasil, por Koch (1992; 2011), especialmente, e por Neves (1996; 2006). Consideramos que sua presença ou seu apagamento pode criar efeitos de sentido de subjetividade ou de objetividade, de assunção ou de isenção de um posicionamento nos textos jornalísticos em geral, e de crítica política, em particular. Atendemos, assim, ao objetivo de verificar se os graus de apagamento do locutor, quando ocorrem, configuram-se (ou não) como

estratégia de credibilidade nos artigos selecionados. Como explica Koch (2011, p. 85), ao abordar a modalização (em sentido amplo):

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito [...] fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso.

A articulação de diferentes conceitos para o exame do *corpus* se justifica porque, no âmbito da Análise do Discurso Francesa (AFD) – nossa teoria de base –, não existe alguma metodologia pronta que reúna condições necessárias e suficientes para dar conta de todas as questões da linguagem/do discurso. Cada pesquisador, em função do seu objeto específico, de seus objetivos, de suas hipóteses de trabalho, enfim, do material que tem em mãos, constrói, a partir do dispositivo teórico em que se insere, o seu próprio dispositivo de análise, que pode, evidentemente, ir sendo remodelado ao longo da análise propriamente dita.

Como admite Orlandi (2001), cada material de análise – ou cada *corpus* – exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, em face de suas (outras) questões. Assim, justificamos, por exemplo, a aproximação com os estudos pragmáticos (particularmente Ducrot), o que, aliás, o próprio Maingueneau – um dos principais teóricos da ADF na atualidade – já faz em seus trabalhos (ver, por exemplo, a obra *Pragmática para o discurso literário*, de 1996a).

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: no capítulo 1, descrevemos o contrato de comunicação do domínio jornalístico e o *comentário*, ou artigo de opinião, apresentados por Charaudeau (2004; 2005; 2009), Emediato (2008; 2010; 2013) e Melo (1994), o que nos permite verificar as restrições e estratégias características do gênero que nos interessa – o artigo de opinião. Também apresentamos brevemente as possibilidades dos *hiperlinks* no suporte digital (FERREIRA, 2016). Nesse mesmo capítulo, tratamos dos efeitos de credibilidade no discurso e buscamos descrever os *efeitos de verdade*, ou o regime de veridicção do/no discurso, entre as estratégias de *credibilidade* compartilhadas pelos discursos midiático e político, segundo Charaudeau (2009; 2011) que, consideramos, compõem o estudo de gênero em foco. No final do capítulo 1 discorreremos sobre a questão da *ideologia*, sob o ponto de vista de Brandão (2004), Fiorin (2005b) e Orlandi (2001).

O capítulo 2 dedica-se à apresentação e à discussão de nosso dispositivo de análise. Abordamos, assim, a Teoria da Argumentação na Língua de Anscombe e Ducrot (1988), retomada por Carel e Ducrot (2009), seguida do estudo dos *índices de avaliação*, dos

indicadores modais e dos *operadores argumentativos*, mobilizando autores como Koch (1992; 2011) e Neves (1996; 2006). Em seguida, expomos algumas categorias da Semântica Global (MAINGUENEAU, 2008b), como o *vocabulário*, a *tematização*, a *intertextualidade*, a *dêixis enunciativa* e o *modo de enunciação* – este último referente à análise do *tom* presente no discurso, que corresponde ao *éthos* (mostrado), aquele que não é dito no nível do enunciado, mas pode ser apreendido por meio da enunciação.

Dando sequência ao nosso “dispositivo individualizado” de análise (ORLANDI, 2001), passamos, nesse mesmo capítulo, à heterogeneidade discursiva, após abordar brevemente o dialogismo (BAKHTIN, 2013) e a teoria polifônica da enunciação (DUCROT, 1987; CAREL; DUCROT, 2009). Chegamos, então, às formas da *heterogeneidade mostrada marcada* (AUTHIER-REVUZ, 1984; 1990; 2006) – que nos interessam mais de perto – sobretudo na releitura que delas faz Maingueneau (1997), que mantém um diálogo profícuo com a polifonia de Ducrot (1987). Discorremos, assim, sobre fenômenos como a *pressuposição*, o *discurso relatado*, as *palavras entre aspas*, o *metadiscurso (glosas)*, a *parafraseagem* e a *negação*, recorrendo também a outros autores que tratam dessas questões.

No caso da *heterogeneidade mostrada não marcada*, interessa-nos, particularmente, a *ironia* (AUTHIER-REVUZ, 2004; CHABROL, 2008; DUCROT, 1987; MACHADO, 2002; MAINGUENEAU, 1996; 1997; 2008; 2011). Assim, “o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções que isto deveria acarretar” (MAINGUENEAU, 1997, p. 100).

Outras categorias a que recorreremos, categorias essas que, acreditamos, mostram-se produtivas para o estudo do gênero discursivo escolhido e para os contextos especificados são os *subentendidos* (DUCROT, 1987; FIORIN, 2015; KERBRAT-ORECCIONI, 1986), a *metáfora* e a *metonímia*, a *alusão* e o *paradoxo* – abordados por autores como Greimas e Courtés (2013), Maingueneau (2011), Fiorin (2005b; 2015), Citelli (2004) e Emediato (2013).

O capítulo 3 traz, de forma mais detalhada, os critérios (gerais e específicos) de seleção dos artigos, ou seja, de como foi feita a escolha dos jornalistas, dois de cada jornal – *Folha de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ), *O Tempo* (MG) –, totalizando seis (com duas colunas de cada um, entre aquelas que foram publicadas no período de três meses). A data das publicações, entre março e maio de 2017, foi delimitada, conforme explicamos, pela proximidade com duas grandes manifestações populares, a primeira em 15 de março e a segunda em 28 de abril, ambas em protesto contra as reformas trabalhista e da previdência. Nesse sentido, optamos por selecionar artigos que trazem, no título ou no corpo do texto, a menção ao governo ou às manifestações. Apresentamos também, nesse mesmo capítulo, a análise desses artigos.

Finalmente, procuramos, a partir do cotejo entre as doze análises, responder às questões aqui propostas e confirmar (ou não) as hipóteses que levantamos, relacionadas aos efeitos de credibilidade do jornalismo de opinião atual, lançando um olhar sobre as questões ideológicas relacionadas ao governo, à oposição e ao povo brasileiro na imprensa atual. Julgamos que o período escolhido para a seleção do *corpus* – próximo de duas manifestações de protestos de nível nacional – propicia um terreno fértil para observar se esses textos dão voz, de fato (e em que medida), a essas três instâncias.

Em síntese: temos como principal objetivo, neste trabalho, analisar a construção de sentido no jornalismo de opinião, especificamente de crítica política, por meio das estratégias de influência mobilizadas no discurso (tematização, dêixis enunciativa, intertextualidade, heterogeneidade mostrada, marcas da enunciação no enunciado, entre outras categorias), de modo a observar se o engajamento do locutor está explícito ou implícito e identificar seu posicionamento (ideológico), o que, em última análise, aponta para as configurações do gênero artigo de opinião no momento atual.

CAPÍTULO 1 - O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO E A VISADA DE “FAZER-CRER”

1.1 O contrato de comunicação do discurso jornalístico e o gênero comentário

Fazemos dialogar, nessa parte relativa ao gênero opinião do/no domínio jornalístico, dois autores da Análise do Discurso, Patrick Charaudeau e Wander Emediato, que se dedicaram intensamente à pesquisa e à análise do discurso da mídia jornalística, com José Marques de Melo⁷, autor de renome na área de jornalismo, que traz contribuições preciosas a este trabalho, ao se dedicar à obra *A opinião no jornalismo brasileiro*, título do livro, de 1994, do qual extraímos as informações que constam deste capítulo. Assim, tentamos criar uma interlocução entre, de um lado, a obra de Melo e, de outro, os livros *Discurso das mídias*, de Charaudeau, e *A construção da opinião na mídia*, de Emediato, consultando ainda outros artigos destes dois últimos autores que contribuíram, em conjunto, para este estudo.

Começamos por lembrar, com o auxílio de Charaudeau, as categorias a serem consideradas para um procedimento de estudo de gênero, pontuando, como o autor (CHARAUDEAU, 2004, p. 39), que a “escolha das formas linguageiras está ligada à percepção que temos das constantes situacionais, seja para respeitá-las ou para jogar com elas com fins estratégicos”. São elas:

O contrato global do domínio de comunicação com suas variantes, no que diz respeito aos dados situacionais; a *organização discursiva* e seus modos, no que diz respeito às restrições específicas advindas dos dados situacionais; as *formas textuais* no que diz respeito às recorrências formais que testemunham as regularidades e até mesmo as rotinizações e a configuração textual. Poderíamos, então, a respeito destas categorias, falar de “gênero situacional” para se referir às condições do contrato, falar de “subgêneros” como se fala de “subcontratos” que são as variantes encaixadas em um contrato global (CHARAUDEAU, 2004, p. 38, grifos do original).

Por *contrato*, Charaudeau considera que “todo domínio de comunicação propõe a seus parceiros um certo número de condições que definem a expectativa (*enjeu*) da troca comunicativa”, cujo não reconhecimento impediria a intercompreensão. Quanto aos *dados*

⁷ O alagoano José Marques de Melo foi docente-fundador da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), onde obteve os títulos de doutor em Ciências da Comunicação, livre-docente e professor catedrático de jornalismo, além de docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e titular da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/memoria/depoimentos/jose-marques-de-melo/perfil>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Para maiores informações sobre os gêneros jornalísticos, consultar também autores como Caio Túlio Costa (2009), Francisco José Karam (2004), Sérgio Porto (2002) e Gilberto Dimenstein (1990).

situacionais, o autor explica que “a situação de comunicação” é que determina “as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação [...] ela estrutura o domínio de prática – que é sociologicamente vasto – em domínio de comunicação” (CHARAUDEAU, 2004, p. 26).

Charaudeau resume os princípios de classificação próprios a cada nível, exemplificando com o “contrato de informação midiática”, constituído por “subcontratos específicos, seja no nível das circunstâncias materiais”, em que se refere à “escripturalidade da imprensa, oralidade da rádio, audiovisualidade da televisão”; seja “no nível das restrições discursivas (relatar o acontecimento, comentar o acontecimento)”; seja ainda “no nível da organização formal (anunciar a notícia pelo título, dividir as notícias em rubricas)” (CHARAUDEAU, 2004, p. 35).

Em relação às *restrições*, o autor considera que “não correspondem a uma obrigação de emprego desta ou daquela forma textual, mas a um conjunto de comportamentos discursivos possíveis entre os quais o sujeito comunicante escolhe aqueles que são suscetíveis de satisfazer as condições dos dados externos”. Essas restrições, no contrato midiático, requerem a utilização, segundo Charaudeau (2004, p. 27), de “procedimentos descritivos e narrativos, às vezes objetivantes (credibilidade), às vezes dramatizantes (captação)”, além de procedimentos argumentativos, para “explicar o acontecimento (‘análise e comentário’)”. E exemplifica (CHARAUDEAU, 2004, p. 31) sobre a crítica de cinema: “no nível das restrições discursivas, surgem, então: um discurso de identificação (título do filme, autor, atores, gênero etc.), um resumo da história e um discurso de apreciação que celebre ou critique o autor e os atores”. Passando ao exemplo das manchetes de jornais, afirma: “as restrições situacionais (informar sobre os dramas e tragédias da vida cotidiana/incitar o interesse pelo assunto) fazem com que, no nível discursivo, a narrativa tome ares de uma narrativa fantástica como a interrogação sobre o destino humano” e – podemos acrescentar – a restrição de espaço impõe o número máximo de caracteres disponibilizado para o texto dessas manchetes/títulos.

O estudo de gêneros feito por Charaudeau classifica como “comentário do acontecimento”, ou “acontecimento comentado”, formatos como os editoriais, crônicas e análises, entre outros, que se traduzem por um discurso de opinião. Considera-se que nesses textos não está implicada, necessariamente, uma ideologia do jornal/revista/portal, num “engajamento relativamente livre da instância midiática” (CHARAUDEAU, 2009, p. 235). Mas devemos pontuar que o comentário, na acepção desse autor, seria uma opinião do próprio jornalista, e não do meio de comunicação, o que não se aplica no caso dos editoriais (e mesmo, diríamos, no caso de muitos artigos de opinião), que apesar de terem características do

“acontecimento comentado””, apresentam um conteúdo que não deixa de refletir (em maior ou menor grau) o posicionamento da empresa.

Melo argumenta que “o comentário surgiu como tentativa de quebrar o monopólio opinativo do editorial”, e que “a ótica utilizada não é necessariamente a da empresa. Abre-se oportunidade para que o jornalista competente possa emitir suas próprias opiniões, responsabilizando-se naturalmente por elas” (MELO, 1994, p. 106-107). No entanto, segundo o autor (1994, p. 109), “nem sempre o comentarista emite uma opinião explícita. Seu julgamento é percebido pelo raciocínio que utiliza, pelos rumos da sua argumentação”.

Melo (1994, p. 117-118) diferencia o comentário do artigo: “enquanto o comentário é produzido por jornalistas que analisam os fatos em cima da sua ocorrência, o artigo é normalmente feito por colaboradores que apreendem as dimensões menos efêmeras dos acontecimentos”, referindo-se a uma maior profundidade de análise. Essa classificação nos parece pouco operatória, já que poderíamos dizer, por exemplo, que os comentários são redigidos em formato de artigo e que a periodicidade semanal garante um aprofundamento maior do que na publicação diária, mesmo em textos de colunistas fixos, e não só de colaboradores externos ao jornal. Em decorrência do que consideramos ser uma diferença de nomenclatura entre uma área (Linguística) e a outra (Comunicação), tomamos, neste trabalho, os termos *comentário* e *artigo de opinião* como equivalentes, dando preferência ao segundo.

Lembramos ainda que não se deve confundi-los com as colunas, que nada mais indicam do que uma publicação periódica (no caso do *corpus* deste trabalho, colunas especificamente veiculadas nas editorias de *Opinião* e de *Política*). Como afirma Melo (1994, p. 135-136), “há uma tendência geral para chamar de coluna toda seção fixa. Assim sendo, a coluna abrange, segundo essa noção, o comentário, a crônica e até mesmo a resenha”. O autor define o comentário:

Na verdade o comentário tem sua própria especificidade enquanto estrutura narrativa do cotidiano. Trata-se de um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, sendo produzido em cima dos fatos que estão ocorrendo. Vem junto com a própria notícia. Por isso é difícil de ser realizado, exigindo muita argúcia no sentido de evitar prognósticos não confirmáveis [...] o comentário explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências (MELO, 1994, p. 109).

Esse tipo de discurso de opinião apresenta uma informação (o locutor no papel de *informador*), que é avaliada, criticada, explícita ou implicitamente, ou seja, uma análise sobre o acontecimento (o papel do *comentarista*). Charaudeau (2009, p. 52-54) estabelece a diferença da conduta do jornalista na informação e na informação comentada: aquele que enuncia a

notícia é o *informador*, ou seja, o responsável pela transmissão de um conteúdo, sendo o seu porta-voz. O autor destaca que o *informador* defende o “valor de verdade” da informação e pode possuir “notoriedade” (o que lhe atribui credibilidade e, muitas vezes, intenções manipuladoras), ser uma “testemunha” (portador da verdade), ser “plural” (ligado a várias fontes, reforçando uma verdade), e/ou ser “especializado” (centros institucionais que recolhem e guardam informações). No caso do jornalismo de opinião, ele se posiciona sobre essa “verdade” – a favor ou criticamente –, em diferentes graus de engajamento, explícitos ou implícitos, o que determina uma avaliação pelo leitor:

Não é possível informar se não se pode, ao mesmo tempo, dar garantias sobre a veracidade das informações transmitidas, logo, fazer saber implica, necessariamente, um “explicar”: o comentário jornalístico é uma atividade estreitamente ligada à descrição do acontecimento para produzir um “acontecimento comentado” [...] Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão (CHARAUDEAU, 2009, p.176 -177).

Assim, em decorrência dessa argumentação, como observa Charaudeau (2009, p. 176), o discurso do comentário “põe o leitor em questão: exige uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição, contra ou a favor”. Emediato (2010, p. 88) confirma: “ao produzir uma argumentação explicativa sobre o porquê e o como dos fatos a instância midiática leva seu leitor a se incluir em um certo esquema de verdade, a validar um certo quadro de questionamento”. Assim, em se tratando da argumentação nas mídias, o destinatário é chamado a se posicionar diante desse tipo de discurso, cuja “pretensão à validade” faz parte do “princípio de influência”. Para Emediato:

Um aspecto importante parece ganhar um valor maior nas situações monolocutivas: a influência. Se nessas situações a imagem de destinatário já está inscrita, como se houvesse validação e conformidade, o leitor encontra-se diante de um texto que o interpela identitariamente como “feito pra si”. Em outras palavras, essas situações impõem ou sugerem ao destinatário assumir certas posições determinadas de leitura. [...] Nesse sentido, valoriza-se o princípio de influência nas situações monolocutivas pela pretensão à validade que tais situações carregam em seus discursos (EMEDIATO, 2010, p. 96)⁸.

⁸ A seguinte explicação de Moirand (2006, p. 162) pode esclarecer o que seria uma situação monolocutiva, considerando que o discurso é dialógico por natureza: “No domínio dos discursos de transmissão de conhecimentos, é assim que se pode diferenciar os manuais escolares, tendencialmente monológicos, constitutivamente dialógicos, e a vulgarização científica, por exemplo, o discurso sobre a ciência na imprensa cotidiana, na qual o dialogismo exhibe sua inscrição nos textos saturados de heterogeneidades enunciativas e semióticas formalmente marcadas”.

A consideração do princípio de *influência* – presente no que Charaudeau (2005, p. 2-3) intitula de *postulado de intencionalidade* que perpassa os processos de *transação* dos discursos linguageiros – determina a observação das estratégias de convencimento, da “finalidade intencional” do discurso, o que permite identificar os pontos de vista apoiados pelo locutor, de acordo com o gênero em estudo. Podemos dizer que essa intenção, ou “visada de influência”, nos termos de Charaudeau, determina estratégias de captação cujos contornos estão atrelados à noção do outro e aos saberes presentes no coletivo, “universos de referência (saberes compartilhados)”, o que contempla a *alteridade*, a *pertinência* e a *regulação* – os outros três princípios da *intencionalidade* descrita pelo autor. Eles supõem noções contextuais e sobre a troca linguageira que determinam as restrições⁹ aos discursos em geral e próprias do discurso jornalístico, em suas especificidades.

A influência das mídias pode ser avaliada, segundo Emediato, pelo poder representado na “atividade de desvelamento do que se supõe oculto”, como explica, assumindo a voz dos jornalistas: “nós existimos para lhe mostrar o que está por trás das coisas, o que se encontra oculto, porque nós temos os meios – portanto, o poder – para tornar o que é oculto visível” (EMEDIATO, 2008, p. 75). É a legitimidade do *saber*, exemplificada por Emediato, somada à legitimidade de *saber avaliar*, como discrimina Melo (1994, p. 105), sobre o comentarista: “acompanha os fatos não apenas na sua aparência [...] Trata-se de um observador privilegiado, que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimentos e oferecê-las à compreensão do público”. Esse comentarista atende a uma demanda que é própria ao contemporâneo, como avalia Melo:

É justamente a necessidade que têm os cidadãos de recorrer a uma mediação para apreender uma realidade que se tornou muito ampla para ser captada pelos mecanismos da sensorialidade individual. Justifica-se, portanto, a manutenção de instituições que façam saber aos interessados o que está acontecendo e possam também dizer o que pensam dos fatos que ocorrem. O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa) (MELO, 1994, p. 63).

Observando a influência também no sentido de se privilegiar determinado assunto (em detrimento de outros), Emediato (2008, p. 74-75) considera que “o poder maior reside na

⁹ Sobre o lugar das restrições discursivas, Charaudeau afirma que “se a situação de comunicação midiática desse diretamente instruções de forma, todos os jornais, mais ou menos, se pareceriam. Se eles são diferentes, é em razão da escolha das formas (ao mesmo tempo reveladoras de certos posicionamentos)”. E prossegue o autor: “mas, se eles são reconhecidos, ao mesmo tempo, como jornais de informação, é porque eles respeitam o essencial das restrições discursivas de descrição e de comentário do acontecimento, através de uma encenação discursiva que utiliza procedimentos de ordem narrativa, descritiva e argumentativa adequados” (CHARAUDEAU, 2004, p. 28).

autoridade e legitimidade para *tematizar* o espaço público, propondo a agenda de discussão”. Esse controle sobre o que é pautado – ou escolhido para cobertura nas diversas editorias – “ganha visibilidade e, ao mesmo tempo, torna invisíveis outras parcelas da realidade”.

Tal ponto de vista é corroborado por Melo (1994, p. 73-74), para quem a pauta é “um roteiro destinado à pré-seleção das informações a serem publicadas”, pontuando que ela “não é apenas um elenco de temas ou assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os acontecimentos devem ser observados e relatados” – o que indica que a linha editorial é dada também pela escolha dos acontecimentos que terão cobertura jornalística, confirmando o poder ao qual se refere Emediato. Melo (1994, p. 138) completa: “é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo. O próprio ato de selecionar os fatos e os personagens a merecerem registro já revela o seu caráter opinativo”.

Essa intenção de influência faz com que a instância jornalística, nos textos argumentativos, procure validade – “a validação pressuposta ou pré-validação, nas situações de comunicação monolocutivas, como é o caso das mídias”, como confirma Emediato (2008, p. 90) –, sendo conduzida por uma visada de “fazer-criar”:

Sabemos que o discurso da informação midiática é muito heterogêneo e comporta gêneros, ou tipos textuais, descritivos e narrativos, como os títulos (manchetes) e as reportagens, e gêneros declaradamente opinativos e argumentativos, como os editoriais e os artigos de opinião. Se os primeiros possuem uma visada dominante de informação (fazer-saber), os segundos teriam mais propriamente uma visada de fazer-criar (EMEDIATO, 2013, p. 70).

Nessa perspectiva, tanto para o informador como para aquele que tece o comentário, a questão da credibilidade é premissa, como confirma Charaudeau (2009, p. 90):

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de *credibilidade*, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam (grifos do original).

Tratando da argumentação no discurso de opinião, Charaudeau (2009, p. 183) afirma que “o discurso do comentário jornalístico é, em princípio, marcado por uma argumentação de ponderação: uma dosagem equilibrada entre julgamento pró e julgamento contra, entre a apreciação favorável e a apreciação desfavorável”. Já no caso dos editorialistas, que são responsáveis pelo posicionamento do jornal, e também dos outros jornalistas, eles “só podem

adotar uma posição distanciada, pois [estão] submetidos à restrição de credibilidade do contrato de comunicação”, onde entra o apagamento das marcas do sujeito enunciador.

Mas o autor avalia que “disso decorre uma argumentação em forma de gangorra, que corresponde, de fato, a uma recusa em escolher entre os termos de uma alternativa, entre uma opinião e seu contrário” (CHARAUDEAU, 2009, p. 183) ou, aparte nosso, escolhe-se um posicionamento, mas de modo implícito, o que isenta – ou parece isentar – o locutor. O semiolinguista faz referência à ausência de marcas dos locutores nesses discursos, ao mesmo tempo em que identifica um paradoxo, que é, aliás, uma de nossas perguntas nesta tese:

Se o discurso do comentário jornalístico coloca uma problematização, não desenvolve um ato de persuasão que, ao final da argumentação, revele o ponto de vista do argumentador e permita ao leitor ou ouvinte tomar partido. Supremo paradoxo, pois o comentário midiático deveria ajudar na constituição da opinião pública: informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver a argumentação de um ponto de vista externo, onipotente (acima da multidão), ao qual somente uma argumentação de tipo científico poderia pretender. Ora, o comentário jornalístico, por definição, não pode ser uma análise científica (CHARAUDEAU, 2009, p. 183).

Emediato (2013, p. 72), por sua vez, acredita em “uma orientação argumentativa mais ou menos velada” no próprio jornalismo informativo, por princípio não opinativo. O autor se pergunta se o projeto de influência jornalístico, que prevê a *adesão* do leitor, “já não seria, de certo modo, propor ao destinatário um modo de ver o mundo, de apreciá-lo, de julgá-lo ou de senti-lo, enfim, de enquadrá-lo cognitivamente, axiologicamente e afetivamente?”, principalmente pelo fato de “propor ao outro uma roteirização narrativa do mundo em detrimento de outras” (EMEDIATO, 2013, p. 77). E, em se tratando das marcas da presença do sujeito enunciador no discurso da informação midiática, Emediato (2013, p. 77-78) pontua a necessidade de reflexão sobre “a interação entre as atitudes projetiva (identificadora) e impositiva (transformadora), ambas voltadas, cada uma à sua maneira, para uma ação sobre as crenças e as representações do outro [...] sem que a visada argumentativa do discurso seja assumida pelo sujeito comunicante”.

As ponderações de Charaudeau e Emediato fazem jus a algumas das perguntas que nos fazemos: estariam se tornando mais flexíveis as delimitações entre os gêneros *jornalismo informativo* e *jornalismo de opinião*? Em caso afirmativo, teríamos aí desvendada uma necessidade de atualizar as características de cada um, supondo-se que aspectos específicos de um e de outro parecem ser compartilhadas pelos dois? Para Charaudeau, não se pode confundir a *transgressão* com as *variantes* de gênero e, de todo modo, essa não é a nossa questão principal, mas sim uma pergunta a ser respondida provavelmente em estudos futuros.

Sobre a questão da transgressão dos gêneros, ou seja, o fato de que percebemos os índices de reconhecimento de um tipo de texto, mas que, ao mesmo tempo, detectamos formas que não são esperadas, podemos chegar à seguinte explicação: se falamos de “desrespeito” de um gênero, a questão que se coloca é saber o que não é respeitado: são as formas, as restrições discursivas ou os dados situacionais? [...] O que caracteriza a variante de um gênero é que ela respeita o essencial das características do gênero, propondo uma outra característica recorrente que acaba não por modificar, mas por especificar um desses aspectos [...] uma variante não muda nada nos dados situacionais de base do contrato, mas especifica alguns de seus componentes (CHARAUDEAU, 2004, p. 33; 35).

Os acontecimentos de que trata a crítica política, descritos para compor a trilha de sentido que o leitor percorrerá, são conteúdos escolhidos e conjugados, comparados, conforme já foi dito. Eles são selecionados entre outros que, em geral, foram divulgados anteriormente pela própria mídia jornalística, numa característica atualmente intrínseca ao domínio jornalístico, que é a de citar a si próprio – referindo-se a matérias jornalísticas já publicadas. Assim, não podemos deixar de tratar ainda da característica hipertextual dos veículos *online*, o que, acreditamos, contribui para a credibilidade e a aparente isenção dos locutores em seus artigos.

É necessário lembrar essa diferença marcante (entre tantas outras relacionadas à linguagem e à interatividade) entre os meios noticiosos impressos e *online*: os *hiperlinks*, que permitem ao destinatário que se dispuser à sua leitura o acesso imediato ao texto destacado pelo jornalista. Essa oferta de endereços eletrônicos, ao longo do texto, é amplamente utilizada nos portais *online* – nas colunas, nos *blogs*, nos editoriais e nas próprias notícias – podendo ser comparada (em menor escala) aos boxes, infográficos e demais recursos da programação visual, criados para apresentar outras informações relacionadas ao tema, em jornais/revistas impressos.

Ao clicar no endereço virtual oferecido, o leitor chega, em segundos, ao conteúdo comentado pelo autor, aprofundando-se no tema e aceitando (com)partilhar do assunto oferecido. Ferreira (2016) comenta que a produção jornalística digital no Brasil começou na década de 1990, e examina os impactos do *hiperlink* para o leitor e para o autor:

Recurso que concretiza o hipertexto digital, o hiperlink possibilita ampliar largamente a cobertura sobre determinado tema, propondo conexões com outras matérias, gráficos, sons, imagens, dados do próprio veículo ou externos [...] Ao navegar pelos *sites* de notícias da rede mundial de computadores, o leitor passa a definir com relativa autonomia o curso de sua leitura, mediante cliques nos hiperlinks [...] [Isso] exige do autor a definição prévia de estratégias de oferta de conexões, que sejam capazes de acionar modelos que o leitor tem representados na memória¹⁰ (FERREIRA, 2016, p. 2-4).

¹⁰ Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2046-1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

Os textos/discursos com os quais o discurso jornalístico dialoga, seja por meio de *hiperlinks*, seja por meio de uma citação, nos dão pistas dos aspectos ideológicos imbricados nessa forma de *heterogeneidade discursiva*, lembrando que, mesmo que os pontos de vista apoiados pelo locutor estejam implícitos, podem ser extraídos no modo como se confirmam ou se contradizem os discursos acessados, por sua vez, escolhidos entre outros discursos.

Assim, a partir do “diálogo” entre Charaudeau, Emediato e Melo apresentado neste capítulo, queremos comprovar se o jornalismo de opinião atual, apesar de trazer as principais características/restrições do contrato de comunicação previsto para esse tipo de discurso – como informar e analisar os dados apresentados, com menção às fontes da informação –, tende a fazer uma análise que não é completamente assumida pelo locutor. Talvez numa consideração ao fato de ser mais crível um discurso que articula pontos de vista de fontes “respeitáveis” (como a de certas autoridades) e/ou talvez por restrições da própria empresa jornalística (o que não podemos comprovar) e/ou ainda pelas coerções que sofreu num passado não tão distante, no período da censura.

O sentido extraído dessa configuração parece estar no próprio desenrolar dos acontecimentos e nas próprias falas das autoridades citadas, envolvidas na notícia, numa busca, ao que parece, por efeitos de verdade que vão agregar valor ao próprio artigo de crítica/opinião. Assim, o que procuramos confirmar é se esse posicionamento, em sua maioria, é mesmo pouco assumido, ou seja, se o “diálogo” com o leitor é pouco franco e com menos proximidade do que poderia ter.

Após o estudo de gênero feito até aqui, em que consideramos as especificidades do jornalismo de opinião, entre elas a *visada de fazer-criar*, a partir da intenção de *influência*, passaremos à questão da *credibilidade*, por meio do estudo de Charaudeau (2009; 2011) e aos *efeitos de verdade* (AMOSSY, 2008; CHARAUDEAU, 2009; 2011; GREIMAS, 2014; LARA, 2004).

1.2 As estratégias de credibilidade e as relações do discurso de opinião com o discurso político

Há diversos tipos de *éthos* que são encarnados no discurso político para criar condições de credibilidade, como exemplificam Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 266): *éthos de lucidez* (“tenho consciência de que”), de *engajamento* (“vontade de agir”), de *autoridade* (“enquanto eleito...”), de *virtude* (“vocês me conhecem...”). Charaudeau explica que o “*éthos* de credibilidade” tem como condições a “sinceridade” ou a “transparência”, a “*performance*” e

a “eficácia”. É uma estratégia do discurso político, que também se aplica ao discurso midiático, no caso ao jornalismo, como confirma o autor:

De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de *performance*), e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia) [...] No discurso das mídias de informação, em contrapartida, o sujeito informante tem necessidade de credibilidade, pois o desafio dessa situação é transmitir uma informação clara, não truncada e, sobretudo, aceita como tal por um público que espera que o acontecimento reportado seja autêntico e que a explicação dada seja honesta (condição de transparência) (CHARAUDEAU, 2011, p. 119).

Para Charaudeau (2009, p. 86-87), duas visadas destacam-se no discurso da mídia jornalística – o “fazer saber” e o “fazer sentir”, respectivamente uma “visada de informação” propriamente dita, relacionada à verdade e ao credível, e uma “visada de captação”, proveniente da existência da concorrência. Enquanto na comunicação publicitária há o predomínio da segunda, relacionada ao *seduzir*:

No contrato de informação, é a primeira visada que domina, a do fazer saber, que está ligada à verdade, a qual supõe que o mundo tem uma existência em si e seja reportado com seriedade numa cena de significação credível. [...] Mesmo sabendo que o discurso de informação se sustenta numa forte tensão do lado da captação, não seria aceitável, sob o ângulo das representações sociais, que esta se exercesse em detrimento do fazer saber, embora isso seja perfeitamente aceito para o discurso publicitário [...] Na tensão entre os polos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão ¹¹ (CHARAUDEAU, 2009, p. 87,93).

A visada de *fazer-saber* está ligada não só à *credibilidade*, mas também ao *poder*, como sugere Charaudeau (2009, p. 63): “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere”. Para o autor:

Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. [...] Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”) (CHARAUDEAU, 2009, p. 63).

¹¹ Para Emediato (2005, p. 112-113), “a situação de comunicação encontra-se, assim, em uma posição contraditória: ligada à informação e à busca de credibilidade, cuja gestão regulada da autenticidade e do verossímil constitui a norma deontológica a seguir, ela se vê, porém, em uma situação de concorrência que a obriga a gerir suas estratégias de sedução para melhor captar o leitorado, bem como para conduzir a termo sua intenção de influência”.

Uma vez que a verdade se avalia “através de um dizer”, Charaudeau (2009, p. 88-89) cita os requisitos responsáveis por um discurso de informação credível, ressaltando as condições necessárias para que isso aconteça, como: “dizer o exato”, “dizer o que aconteceu”, “dizer a intenção” ou revelar a “intenção oculta”, e “fornecer a prova das explicações” – afirmando que as condições opostas remeteriam ao falso. Também inclui “autenticar”, “atividade que consiste em fazer crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências, entre o que é dito e os fatos descritos [...] essa forma de verdade seria a ‘designação’”, própria às imagens (jornais, televisão) e ao áudio (rádio, televisão), que atestam visualmente/sonoramente o acontecimento.

Dizer o exato, segundo Charaudeau, “significa que há coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem. Além disso, essa coincidência deve poder ser verificada”. *Dizer o que aconteceu* está relacionado à *reconstituição*, e sua credibilidade, para Charaudeau, tem a ver com o “grau de verossimilhança que pode ir do mais provável ao improvável, e mesmo ao inventado”, prezando pela analogia como procedimento. E esta inclui os testemunhos e é auxiliada pela tecnologia (de produção e edição), “que permite reconstituir fatos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 88-89).

Dizer a intenção, em que “aquilo que é dito corresponde ao que é pensado”, cria efeito de *transparência* – incluída entre as condições do *éthos* de credibilidade do discurso político, também ligada à *sinceridade* por Charaudeau (2011, p. 119). Numa passagem em que parece se referir ao *comentário*, ou discurso de opinião, o autor afirma: “supõe-se então que se instaure uma relação de transparência entre o que é enunciado e o que pensa o sujeito que fala”. Mas o autor explica “que essa transparência é considerada nas representações sociais como devendo ser a norma”, do contrário, pode criar o sentido de uma *intenção oculta*, que precisa ser desvendada – e que pode estar relacionada a uma “confissão” do próprio locutor sobre algo relatado anteriormente ou a uma “denúncia”, quando o autor passa a outra condição de credibilidade na mídia jornalística: “fornecer a prova” (CHARAUDEAU, 2009, p. 89-90).

Se na *intenção oculta* o papel da mídia é dizer “eis o que está por trás”, como observa Charaudeau, na condição de “fornecer a prova” a conclusão seria: “eis por que isso aconteceu assim” – premissa, segundo o autor, principalmente do jornalismo investigativo, que procura demonstrar o acontecimento, seja pela imagem, seja pela análise de fontes relevantes, como a consulta a especialistas. No seu entender, “não se trata mais de reportar fatos, mas de extrair deles sua razão de ser. Esse domínio da verdade é, pois, o do raciocínio, o da possibilidade de remontar ou descer no encadeamento causal, e assegurar sua validade através das provas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 90).

O autor enumera as “provas da verdade”, como a *autenticidade*, que “constrói um real de ‘transparência’, de ordem ontológica, de prova concreta”; a *verossimilhança*, ligada a uma reconstituição por analogia, numa validação que “constrói um real de suposição, de ordem alética, sendo a verdade alguma coisa da ordem do *possível*”; e a *explicação*, “procedimento de *elucidação* [...] possibilidade de se determinar o porquê dos fatos, o que os motivou, as intenções e a finalidade daqueles que foram os protagonistas” (CHARAUDEAU, 2009, p. 55-56). Passando ao *alvo* da informação, ou seja, ao leitor, Charaudeau esclarece que

A *credibilidade* que o alvo pode atribuir à instância midiática baseia-se na hipótese de que esse alvo dispõe de critérios de avaliação que lhe permitem julgar e separar o que é verdadeiro, confiável e autêntico. À instância midiática, nesse caso, resta apoiar-se em alguns imaginários que circulam na sociedade, como o do desempenho (saber ser o primeiro a transmitir a informação, ter o espírito do *furo*), o da confiabilidade (saber verificar a informação, ter o espírito dos *arquivos*), o da revelação (saber descobrir o que está oculto ou em segredo, ter o espírito da *investigação*) (CHARAUDEAU, 2009, p. 80-81).

1.3 Os efeitos de verdade

O conceito de *informador* apresentado por Charaudeau (2009) e já comentado no início deste capítulo classifica os jornalistas/autores dos textos como responsáveis pela divulgação de uma informação, cujo *efeito de verdade*, ou o sentido de veracidade, é reflexo, entre outras coisas, da credibilidade construída no discurso. Charaudeau (2009, p. 88) esclarece, primeiramente, que “o verdadeiro e o falso como noções remetendo a uma realidade ontológica não pertencem a uma problemática linguística”, contudo, “acham-se no domínio linguístico noções como as de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*, isto é, produzir um valor de verdadeiro ou de falso por meio do discurso” (grifos do autor), aspecto por meio do qual as mídias se legitimam. O autor esclarece que:

No discurso da informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2009, p. 88; grifo do original).

Greimas discorre sobre esse efeito, referindo-se a um “fazer-parecer-verdadeiro”:

Se a verdade é apenas um efeito de sentido, conclui-se que sua produção consiste no exercício de um fazer particular, um fazer-parecer-verdadeiro [...]. Esse parecer não visa mais, como no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão da parte do destinatário a quem se dirige, e por quem procura ser lido como

verdadeiro. Tal adesão, por sua vez, só pode ser obtida se corresponder à sua expectativa; ou seja, a construção do simulacro da verdade é fortemente condicionada não diretamente pelo universo axiológico do destinatário, mas pela representação que dele fizer o destinador, artífice de toda manipulação e responsável pelo sucesso ou fracasso do seu discurso (GREIMAS, 2014, p. 122).

Lara (2004, p. 82), confirmando a relação de fidúcia que se instaura entre o sujeito enunciador e seu enunciatário, afirma que existe “um fazer-persuasivo do manipulador, realizado no e pelo discurso, ao qual corresponde um fazer-interpretativo por parte do enunciatário”. Citando Barros (1988), diz a autora:

A manipulação prevê um primeiro contrato fiduciário que, no nível das estruturas discursivas, se coloca como um contrato de veridicção [...] o enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas sim discursos que criam efeitos de sentido de verdade ou de falsidade, que parecem verdadeiros e que, sendo interpretados pelo enunciatário como verdadeiros, implicam sua aceitação do contrato proposto. [...] O reconhecimento desse “dizer verdadeiro” liga-se a uma série de contratos de veridicção anteriores, próprios de uma cultura, de uma formação ideológica e da concepção, por exemplo, dentro de um sistema de valores, do discurso e de seus tipos (LARA, 2004, p. 82).

Comparando as condições de verdade do discurso da informação e do discurso propagandista, ambos envolvidos nas visadas de *fazer-saber* e de *fazer-sentir* – conforme mencionamos ao discorrer sobre a credibilidade –, Charaudeau explica que “no discurso propagandista, o *status* da verdade é da ordem do que *há de ser*, da promessa [...] cuja realização benéfica para o alvo só se concretizará se este se apropriar do dom”. Por outro lado, na mídia jornalística, “o *status* de verdade é da ordem do que *já foi*: algo aconteceu no mundo, e é esse novo conhecimento proposto no instante de sua transmissão-consumação”. E confirma esse aspecto, ao relacionar os efeitos de verdade e a credibilidade, dizendo que enquanto no discurso propagandista “o modelo proposto é o do desejo”, na transmissão da notícia é necessário “provar a veracidade dos fatos transmitidos: o modelo proposto é o de credibilidade” (CHARAUDEAU, 2009, p. 61).

Consideramos que nos artigos de crítica política tanto a escolha das fontes de informação usadas como base para o que é transmitido (mostrando a investigação do fato realizada previamente), quanto o apagamento do locutor, para disfarçar um sentido de opinião no discurso – mesmo em se tratando de um discurso cujo contrato de comunicação prevê o posicionamento do jornalista – criam efeitos de sentido de verdade e, conseqüentemente, de credibilidade. A afirmação a seguir permite-nos mostrar o quanto essa noção é adequada à análise dos artigos do *corpus*: “o efeito de verdade baseia-se na convicção, e participa de um

movimento que se prende a um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 88-49).

Como falamos, essa estratégia enunciativa é responsável por modalizações do “crer”, executadas pelo leitor, e pode ainda estar relacionada às emoções, como explica Amossy (2008) sobre o “registro patético”, em que a construção do valor de verdadeiro, que busca criar efeitos de credibilidade, suscita sentimentos no leitor. Essa qualidade é compartilhada com o discurso político – que visa produzir efeitos de dramatização, numa visada de captação, como já disse Charaudeau (2011, p. 89) –, pois remete à confiabilidade do sujeito enunciador. Para o autor,

[...] não se pode descartar os sentimentos em nenhum processo linguageiro que tenda a influenciar o interlocutor, mas, ao mesmo tempo, convém distinguir “convicção” de “persuasão”. A primeira pertenceria ao puro raciocínio, fundar-se-ia sobre as faculdades intelectuais e estaria voltada para o estabelecimento da verdade. A segunda pertenceria aos sentimentos (hoje em dia, diríamos “ao afeto”), fundar-se-ia sobre os deslocamentos emocionais e estaria voltada para o auditório [...] é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*éthos*) para fins de credibilidade e de sedução (CHARAUDEAU, 2011, p.81-84, grifo do original).

Voltando à questão que queremos confirmar – a de que o objetivo de *fazer-parecer-verdadeiro*, que configura as estratégias de credibilidade do discurso, determina o intenso diálogo com outros acontecimentos/personagens, que têm sua voz mais evidenciada que a do próprio locutor –, verificamos que essa hipótese não é mencionada por Charaudeau. Mas, por outro lado, quando refletimos sobre a flexibilidade das configurações de gênero, observando o fato de que o jornalismo de opinião parece assumir características de isenção próprias ao jornalismo noticioso (de cobertura do acontecimento), verificamos que Charaudeau (2009, p. 74), apesar de diferenciar o “papel de pesquisador-fornecedor da informação e o de descritor-comentador”, parece confirmar essa miscigenação desses dois tipos de jornalismo (e, conseqüentemente, dos gêneros que neles se inscrevem). Diz o autor:

É por isso que é inútil fazer a pergunta, como o fez o secretário de redação de um grande jornal regional, durante um debate: “O que vocês desejam que os jornais lhes tragam, mais fatos ou mais comentários?” Um não existe sem o outro, pois o que justifica que se fale dos fatos é que se faça um comentário a respeito (CHARAUDEAU, 2009, p. 91).

Por outro lado, se, como já afirmamos, o comentador – no nosso caso, aquele que escreve uma coluna de crítica política – atrela-se, em maior ou menor grau, de forma mais explícita ou mais implícita, a um posicionamento ideológico, seja do jornal que publica seu texto (ou não), é necessário mencionar em que sentido, afinal, estamos tomando a expressão

“posicionamento ideológico”. É que o faremos na próxima seção, abordando a questão da ideologia.

1.4 A ideologia

Inscrevendo-se num quadro teórico que articula o linguístico com o sócio-histórico, a ADF tem em *ideologia* e *discurso* seus conceitos nucleares aos quais se pode atribuir, respectivamente, a influência de Althusser e a de Foucault. Em outras palavras, o discurso materializa, por meio da linguagem, a ideologia que lhe é subjacente.

Brandão (2004), ao tratar da ideologia, traça um percurso que vai de Marx a Ricoeur, passando, naturalmente, por Althusser. A autora considera que, na visão de Marx, em que o termo está ligado à classe dominante, à crítica ao capitalismo e à ideologia burguesa, “parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social” (BRANDÃO, 2004, p. 22). E esclarece que, enquanto para Althusser – que se refere aos “aparelhos ideológicos do Estado” e à repressão disfarçada a serviço da ideologia dominante – “a ideologia se materializa nos atos concretos, assumindo com essa objetivação um caráter moldador das ações”, em Ricoeur o termo alcança mais detalhamento, pela percepção de que a ideologia não pode ser definida unicamente “em termos de classes sociais” (BRANDÃO, 2004, p. 25; 26).

O sentido de mascaramento e de dissimulação atribuído à ideologia – ou a “falsa consciência” – é deixado de lado pela noção de que ela é “algo inerente ao signo em geral”, como expõe Brandão (2004, p. 30-31). Configura-se, assim, outra definição: a de ideologia como “um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”, considerando-se que todos os discursos são ideológicos, e que “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem” (FIORIN, 2005b, p. 32-33). Assim,

De um lado, temos uma concepção de ideologia geralmente ligada à tradição marxista, que apresenta o fenômeno ideologia de maneira mais restrita e particular, entendendo-o como o mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes. Conseqüentemente, preconiza a existência de *um* discurso ideológico que, utilizando-se de várias manobras, serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social. De outro lado, temos uma noção mais ampla de ideologia que é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. [...] a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são (BRANDÃO, 2004, p. 30; grifos do original).

Fiorin (2005b, p. 28-29) adverte que, por ser “elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é ‘falsa consciência’”. No entanto, “há visões de mundo presas às formas fenomênicas da realidade e outras que a ultrapassam, indo até a essência. Nem toda ideologia é, portanto, ‘falsa consciência’”.

Orlandi (2001, p. 49; 46) reflete sobre o trabalho de *memória* e de *esquecimento* no trabalho ideológico, expondo que “a evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante¹²”. Isso pode ser relacionado a uma “ideologia operatória e não temática, porque, ‘operando atrás de nós’ é a partir dela que pensamos e agimos sem, muitas vezes, tematizá-la, trazê-la ao nível da consciência”, como explica Brandão (2004, p. 31), voltando ao pensamento de Ricoeur. Orlandi (2001, p. 49) confirma que “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá”.

Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo a termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” nas coisas [...] No entanto, nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2001, p. 48).

Brandão (2004, p. 42) lembra que “se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. E aqui, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva”. Essa noção, reelaborada por Pêcheux, a partir de Foucault, designa em ADF “aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Nesse sentido, uma formação ideológica (FI) comporta necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas (FDs) interligadas. De inspiração althusseriana, a noção de FI, por sua vez, designa “um conjunto de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (FUCHS; PÊCHEUX, 1990, p. 166-167; grifo do original).

¹² Como afirma Orlandi (2001, p. 46), “naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas”.

Discorrendo sobre a relação entre *formação discursiva* e *formação ideológica*, Orlandi (2001, p. 43) esclarece:

Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas [...] Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.

Já Fiorin (2005b, p. 32), relendo as noções de FD e FI pelo viés da teoria semiótica francesa, ressalta que “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras¹³ que materializa uma dada visão de mundo [...] como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer”.

Embora não existam nem sujeito nem discurso sem ideologia, o que se pode remeter à tese althusseriana, retomada por Pêcheux, de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, o que implica um paradoxo visto que ele é “sempre-já-sujeito” (PÊCHEUX, 2009¹⁴), não podemos perder de vista que ela (a ideologia) “pode ser produzida intencionalmente”. E isso “pode ocorrer especificamente com determinados discursos como o político, o religioso, o da propaganda, enfim, os marcadamente institucionalizados”, como enumera Brandão (2004, p. 31). A autora observa que, se de um ponto de vista “a linguagem leva à criação, à produtividade de sentido, por outro representa um risco na medida em que permite manipular a construção da referência [...] o que permite produzir, por exemplo, sentidos novos, atenuar outros e eliminar os indesejáveis” (BRANDÃO, 2004, p. 31). E faz referência à manipulação:

Neles, faz-se um recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente se omitem, atenuam ou falseiam dados [...] Selecionando, dessa maneira, os elementos da realidade e mudando as formas de articulação do espaço da realidade, a ideologia escamoteia o modo de ser do mundo. E esse modo de ser do mundo, veiculado por esses discursos,

¹³ Na semiótica greimasiana, os temas (mais abstratos) e as figuras (mais concretas) são elementos da semântica discursiva que respondem pela construção do sentido no nível mais superficial do percurso gerativo de sentido. Assim, como veremos nas charges/cartuns/tirinha que serão examinadas a título de ilustração no próximo capítulo, a figura do vampiro, com a qual as mídias frequentemente identificam o Presidente Temer, pode ser associada a temas como anacronismo ou conservadorismo. A releitura de Fiorin é importante porque ajudará a desvendar, de forma mais operatória, as FDs que atravessam os textos do *corpus* e a(s) FI(s) que corresponde(m) a elas, a partir de certas figuras (metáforas, metonímias...) que remetem a dados temas no discurso em estudo.

¹⁴ Isso implica, segundo Lara (1999, p. 73), que “o sujeito se constitui na/pela formação ideológica à qual pertence e da qual não se separa”. Assim, quem fala sempre o faz a partir de um “lugar” ou de um “posicionamento” ideológico, que será mais (ou menos) visível, mais (ou menos) manifestado no seu discurso. Não se trata, porém, do “sujeito [plenamente] assujeitado” da ADF de primeira geração, mas de um sujeito que não é nem completamente dono de si, nem absolutamente dominado pelo que lhe vem de fora, ou seja, um sujeito em tensão entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia) (ORLANDI, 2001).

é o recorte que uma determinada instituição ou classe social (dominante) num dado sistema (por exemplo, o capitalista) faz da realidade, retratando assim, ainda que de forma enviesada, uma visão de mundo (BRANDÃO, 2004, p. 31-32).

Tratamos, neste capítulo, das configurações do gênero jornalismo de opinião, seguido do estudo da construção da credibilidade e dos efeitos de verdade no discurso. Embasamo-nos nessas questões para identificar as estratégias utilizadas pelo sujeito (locutor) na busca por validação de seu discurso, diante da visada de influência e das restrições impostas pelo contrato de comunicação midiático ao discurso da informação comentada. Entramos ainda no terreno da ideologia, em razão do interesse pelo nível de explícitos e de implícitos ligados ao posicionamento ideológico do locutor nos discursos de opinião.

Passaremos, no capítulo 2, à argumentação no discurso por meio da Teoria da Argumentação na Língua, que Ducrot desenvolveu com Anscombe (1988) e com Carel (2009). Discorreremos sobre os principais conceitos propostos pelos autores, tais como significação *vs* sentido, frase *vs* enunciado, e também sobre os operadores argumentativos, entre outros elementos, para então chegar às modalizações, ampliando as noções que nos permitirão observar o nível de presença/apagamento do locutor nos artigos escolhidos para análise.

Também no capítulo 2 apresentaremos as categorias oriundas da Semântica Global de Maingueneau e os elementos da heterogeneidade mostrada, marcada e não marcada, propostos por Authier-Revuz e Maingueneau, voltando a Ducrot (1987) e Carel e Ducrot (2009) com sua *teoria polifônica da enunciação*. Abordaremos ainda outras categorias que julgamos relevantes para a análise do *corpus*, quais sejam: os *subentendidos*, a *metáfora* e a *metonímia*, a *alusão* e o *paradoxo*.

CAPÍTULO 2 - ENTRE A TEORIA E O DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Neste capítulo, como foi dito na introdução, apresentamos e discutimos o dispositivo de análise construído para esta pesquisa. Começamos, assim, com a Teoria da Argumentação na Língua de Anscombe e Ducrot (1988), retomada por Carel e Ducrot (2009), também com o auxílio de Guimarães (2015), Olímpio (2010) e por Chabrol e Emediato (2002). Em seguida procedemos ao estudo das marcas linguísticas da enunciação no enunciado (*operadores argumentativos, índices de avaliação e indicadores modais*), que foram estudados, no Brasil, por Koch (1992; 2011), especialmente, e por Neves (1996; 2006).

Em seguida, apresentamos algumas categorias da Semântica Global (MAINGUENEAU, 1996; 1997; 2006; 2008a; 2008b; 2011; 2015) e passamos à heterogeneidade discursiva, destacando as formas de *heterogeneidade mostrada marcada e não marcada* (AUTHIER-REVUZ, 1984; 1990; 2006) que nos interessam, sobretudo, na releitura que delas faz Maingueneau (1996; 1997; 2011), no seu diálogo com a polifonia de Ducrot (1987). Outras categorias a que recorreremos, uma vez que elas se mostram produtivas no gênero artigo de opinião e nos contextos especificados são os *subentendidos* (DUCROT, 1987; FIORIN, 2015; KERBRAT-ORECCIONI, 1986), a *metáfora* e a *metonímia*, a *alusão* e o *paradoxo* – abordados por autores como Greimas e Courtés (2013), Maingueneau (2011) e Fiorin (2015).

2.1 A argumentação no discurso da mídia jornalística

2.1.1 A teoria da argumentação na língua de Ducrot e Anscombe

Na perspectiva do estruturalismo saussuriano, que desconsidera as informações extralinguísticas, a teoria de Ducrot, em coautoria com Anscombe, conhecida como Teoria da Argumentação na Língua (TAL), tem início numa interlocução com as teorias lógico-referencialistas, a partir da influência não só de Saussure, mas também de Austin e de Benveniste, das quais ele fez a sua leitura, como pontua Olímpio (2010, p. 39):

Ora, desde seus primeiros escritos (1981 [1966], 1973), as indagações de Ducrot caminham noutra direção, na direção de não buscar na língua uma função referencial (que remete a uma materialidade externa), nem aplicar, na sua descrição, as categorias da lógica, mas de buscar a lógica da própria linguagem, apreendida no seu funcionamento discursivo. Essa postura analítica, é bom frisar, se inscreve na perspectiva estruturalista saussuriana, segundo a qual o valor de uma entidade

linguística deriva de sua relação com outras unidades da língua, sem o recurso a informações extralinguísticas.

Gostaríamos de esclarecer, no entanto, que não desconsideramos o contexto nas análises desta tese, mas buscamos “alinhar” a análise do elemento linguístico – tal como o descreve Ducrot –, com os acontecimentos políticos publicados na mídia jornalística e acessados pelos artigos analisados, sendo, a nosso ver, pouco produtivo desconsiderar o contexto no caso dos textos do *corpus*, em que a seleção dos assuntos tratados está atrelada aos próprios acontecimentos. Não é por outra razão que investimos também no discursivo, destacando os planos da Semântica Global e as formas de heterogeneidade mostrada para complementar a análise propriamente linguística. Em outras palavras: se nosso interesse maior é a análise do processo discursivo, não podemos perder de vista a forma como certas palavras se comportam na construção argumentativa do texto, o que está ligado não só a uma coletividade linguística, como explica Ducrot, mas também a aspectos contextuais com os quais o discurso (no nosso caso, de opinião) estabelece diálogo.

Ducrot distingue a argumentação linguística da argumentação retórica – que define tipos de argumentos (como na *Nova Retórica*, de Perelman) ligados, entre outros aspectos, à “estrutura do real”, à lógica e à expectativa do auditório – e desconsidera a relação do locutor do enunciado com quem o profere, o autor enquanto pessoa. Ducrot distancia-se de Benveniste, como confirma Olímpio (2010, p. 46), que realça algumas diferenças teóricas entre os dois autores e relativas ainda ao pensamento de Saussure:

Benveniste prioriza mostrar que as categorias da enunciação (observadas nos enunciados) já estão previstas no sistema; e Ducrot prioriza descrever a enunciação a partir do enunciado. O primeiro prioriza o processo, o segundo o produto. Também, diferentemente de Saussure, para quem a função fundamental da língua é a comunicação, Ducrot defende que a função fundamental da língua é a argumentação (OLÍMPIO, 2010, p. 40).

Passando ao que Ducrot especifica como *enunciado* e *enunciação*, retomamos o tratamento, também distinto, dado pelo autor à *significação* e ao *sentido*, que se diferenciam entre um componente linguístico – que “faz corresponder ao enunciado uma significação” – e um componente retórico – “a partir da significação do enunciado e de uma descrição da situação, sentido da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 57). Como defende o autor (DUCROT, 1987, p. 89), “é preciso distinguir o enunciado, que é o objeto produzido pelo locutor tendo escolhido empregar uma frase, e a enunciação, entendida como a ação que consiste em produzir

um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta”, e confirma o seu desinteresse pela noção de *autor*:

A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo “enunciação”. [...] Não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece, e eu não quero tomar partido, no nível destas definições preliminares, em relação ao problema do autor do enunciado. Não tenho que decidir se há um autor e qual é ele (DUCROT, 1987, p. 168-169).

Assim, Ducrot afirma a necessidade de distinguir o que apresentou no início do livro *O dizer e o dito*: “quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua ‘significação’, e reservarei a palavra ‘sentido’ para a caracterização semântica do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 169). A relação entre esses níveis semânticos é ainda justificada na revisão de sua teoria, no último capítulo do livro:

Por mim, recuso – sem que possa aqui justificar tal recusa – fazer da significação uma parte do sentido. Prefiro representá-la como um conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes enunciados. [...] o sentido não aparece, portanto, como a adição da significação e de alguma outra coisa, mas como uma construção realizada, levando em conta a situação de discurso, a partir das instruções “especificadas” na significação (DUCROT, 1987, p. 170-172).

Ducrot também salienta a presença de uma “hipótese interna”, ligada aos componentes linguístico e retórico que, como descreve juntamente com Anscombe, “são mecanismos interpretativos postulados para compreender que tal interpretação seja possível e tal outra não¹⁵” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 83). Além disso, indica uma “hipótese externa”, que leva em conta uma “coletividade linguística”, a partir de referências gerais, o que permite ao leitor “procurar por que o locutor disse o que disse e a interpretar o ato de fala em relação à sua motivação provável” (DUCROT, 1987, p. 61).

Esse mesmo coletivo linguístico é base para a construção exercida pelo locutor, que organiza/estabelece valores semânticos ou possibilidades de sentido, relativamente à enunciação: “todo locutor de uma língua é ou se crê capaz de explicitar, de interpretar as enunciações das quais é autor ou testemunha. O que não significa que ele tenha, para cada

¹⁵ Tradução de: “[...] ce sont des mécanismes interprétatifs postulés pour comprendre que telle interprétation soit possible et telle autre non”.

enunciação, um e somente um valor semântico que será sua ‘verdadeira’ interpretação¹⁶” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 83). Essa diversidade de sentidos possíveis está, como para o leitor, limitada pelas configurações desses coletivos linguísticos, ou seja, atrelada à “hipótese externa”: “Acreditamos [...] que é possível atribuir a cada enunciação uma multiplicidade de valores semânticos – mas não quaisquer valores. Essas possibilidades e impossibilidades de valores semânticos são para nós os fatos, i.e., constituem outras tantas hipóteses externas¹⁷” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 83).

Ducrot discorre sobre o posicionamento do locutor, no artigo assinado em coautoria com Carel, intitulado *Mise au point sur la polyphonie*¹⁸, no qual os autores buscam definir a expressão *prise en charge*, em referência ao que tomamos como um locutor colocar-se a favor ou contra um ponto de vista, mesmo que não se declare como tal. Menciona ainda o *tom* do discurso, noção que trataremos mais adiante, com base em Maingueneau.

Mas, se considerarmos não o significado psicológico de “assumir, tomar para si”, mas o sentido discursivo que damos a esse termo (fazer de um conteúdo a base de um discurso), fica claro que o locutor pode assumir uma representação da qual ele não se declara como a origem. Isso é o que Carel (2008) mostrou em seu estudo da estrutura *parece que q*. [...] o locutor, por prudência ou modéstia, não assume toda a responsabilidade por essa atribuição, que é o conteúdo apresentado pelo enunciado [...] Trata-se de colocar na significação, ao lado das atitudes do locutor e dos conteúdos, uma terceira instância que, não mais que as outras duas, não é de tipo referencial e não pode ser vista como uma alusão aos indivíduos. Apenas marca um certo modo de garantir o dito, um certo tom para apresentá-lo, e a exigência correlativa de um tom particular para refutá-lo [...]¹⁹ (CAREL; DUCROT, 2009, p. 16; 12; 27; grifo do original).

Ainda sobre o posicionamento do locutor, os “operadores argumentativos”, como *portanto* e *entretanto*, essenciais na obra de Ducrot, ligam o conjunto dos argumentos do

¹⁶ Tradução de: “[...] tout locuteur d’une langue est ou se croit capable d’expliciter, d’interpréter les énonciations dont il est auteur ou témoin. Ce qui ne signifie pas qu’il y ait, pour chaque énonciation, une et une seule valeur sémantique qui serait sa «vraie» interprétation”.

¹⁷ Tradução de: “Nous croyons [...] possible d’assigner à chaque énonciation une multiplicité de valeurs sémantiques – mais non pas n’importe lesquelles. Ces possibilités et impossibilités de valeurs sémantiques sont pour nous des faits, i.e. constituent autant d’hypothèses externes”.

¹⁸ Revista Langue Française. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-4-page-33.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

¹⁹ Tradução de: “Mais si l’on considère, non pas cette acception psychologique de « prise en charge », mais le sens discursif que nous avons donné à ce terme (faire d’un contenu la base d’un discours), il devient clair que le locuteur peut prendre en charge une représentation dont il ne se déclare pas l’origine. C’est ce que Carel (2008) a montré dans son étude de la structure il paraît que q. [...] le locuteur, par prudence ou modestie, ne prend pas la pleine responsabilité de cette attribution, qui est le contenu présenté par l’énoncé [...] Il s’agit de placer dans la signification, à côté des attitudes du locuteur et des contenus, une troisième instance qui, pas plus que les deux autres, n’est de type référentiel et ne peut être vue comme allusion à des individus. Elle marque seulement une certaine façon de garantir le dit, un certain ton pour le présenter, et l’exigence corrélative d’un ton particulier pour le réfuter.

discurso, conformando pontos de vista. Como explica Olímpio (2010, p. 41), nessa noção que Ducrot desenvolveu com Anscombe (1988), operadores argumentativos são palavras que “orientam para determinadas conclusões, independentemente de indicações factuais” no enunciado. Chabrol e Emediato (2002) esclarecem esse ponto da teoria de Ducrot:

Ducrot e Anscombe distinguiram assim os encadeamentos normativos (ou conclusivos) e os transgressivos (ou exceptivos). Um encadeamento é normativo quando se trata de um laço conclusivo em (DONC)²⁰. Ele representa a norma mais consensualmente admitida. Ao contrário, o encadeamento transgressivo representa uma transgressão da norma (ao transgredi-la, ele faz alusão a essa norma) e é sempre um encadeamento em POURTANT²¹ (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 299-300).

Após conceber a teoria dos *topoi*, articulada à teoria da polifonia, em que relaciona o conteúdo dos enunciados aos valores contextuais, e considerá-los numa análise conjunta à dos *operadores argumentativos*, Ducrot os exclui na última fase, a dos *blocos semânticos*. Olímpio (2010, p. 46-47) esclarece que “os autores constatam que a conclusão a que leva um enunciado com operador (como *pouco*) não depende exclusivamente do operador, mas também do sistema de valores e crenças dos falantes, do lugar comum argumentativo a partir do qual o enunciado é produzido”. Para Chabrol e Emediato (2002, p. 297-298),

Os *topoi* seriam esses princípios gerais aceitos, de modo consensual [...] essas indicações que permitem operar uma escolha entre os caminhos, entre as opções de continuação do discurso [...] Os *topoi* não são nunca proferidos, o locutor não se apresenta nunca como sendo o autor deles, mesmo quando ele o é efetivamente. São sempre apresentados como objeto de um consenso no seio de uma comunidade mais ou menos vasta.

Tratando dos *blocos semânticos*, Guimarães assim se expressa (2015, p. 173): “diferentemente da teoria dos *topoi* que pensava em um *topos* que sustenta a relação argumento-conclusão, a teoria dos blocos semânticos considera que a significação é fundamentalmente uma relação de discursos evocados pelos elementos linguísticos”. E exemplifica, confirmando a ênfase de Ducrot nos operadores: “estes discursos evocados têm uma forma específica, são do tipo A portanto B e A no entanto B”, referindo-se aos conectores *donc* e *pourtant* que citamos. A autora esclarece que “a TBS se propõe estabelecer as regras do cálculo que permitem, a partir da significação das palavras utilizadas num enunciado, determinar os

²⁰ “DONC, em francês, é um conector conclusivo. Colocamos em francês e em maiúsculas para denotar que se trata de um *conector abstrato*, podendo ser representado por qualquer conector da língua que mantiver o laço conclusivo (logo, então, portanto, por isso...)” (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 299).

²¹ “POURTANT, em francês, significa *entretanto*, em português. Como conector abstrato, pode ser representado por qualquer outro conector com valor de oposição, adversativos, restritivos, concessivos (mas, embora, mesmo se, apesar de, etc...)” (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 300).

discursos argumentativos que o parafraseiam e que constituem, na nossa perspectiva, seu sentido” (GUIMARÃES, 2015, p. 173).

Para Chabrol e Emediato (2002, p. 300), “na primeira versão da teoria, os *topoi* eram convocados do exterior (‘eles vinham da sociedade’) e não estavam introduzidos na significação linguística [...] o que constringia o desenvolvimento de uma teoria da argumentação na língua, não *referencialista* por definição”. Em decorrência disso, Ducrot e Anscombe passam a diferenciar os “encadeamentos intrínsecos às palavras” dos “encadeamentos extrínsecos, utilizados somente para fundar encadeamentos conclusivos e que servem para construir e ativar ‘representações ideológicas ou sociais’” (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 300-301). Assim, na teoria dos *blocos semânticos*, Ducrot mantém a análise no nível do linguístico:

Com os *topoi* intrínsecos, não há mais independência do argumento e da conclusão. Não se trata mais de ver em “está fazendo calor” um argumento ou uma força permitindo concluir o “prazer do passeio”, mas de mostrar que a ideia de calor já contém em si a ideia de prazer do passeio, ou seja, trata-se de um “calor-para-passear”, formando, assim, uma espécie de *bloco semântico*. [...] C já está contido em A e pode até agir sobre A para melhor precisar-lhe o sentido (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 302; grifo do original).

Feito esse rápido percurso, apenas para contextualizar a teoria da argumentação na língua, queremos destacar que o que nos interessa mais de perto nessa teoria é, como diz Koch (1992, p. 29), o fato de que “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo”. Assim, ao interagir com o outro, pretendemos orientar os enunciados que produzimos para determinadas conclusões (com a exclusão de outras), ou seja, “procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa”. Isso depende do uso de mecanismos, pertencentes à gramática da língua, os quais permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados. Entre tais mecanismos, chamados de “marcas linguísticas da enunciação ou da argumentação” (KOCH, 1992), interessam-nos, mais de perto, os índices de avaliação, os indicadores modais e os operadores argumentativos.

Fazemos, desse modo, dialogar a ADF, nossa teoria de base, com a argumentação na língua. O que nos leva a escolher essa abordagem semântica/pragmática – e não outras igualmente possíveis – deve-se principalmente a duas razões. A primeira é que nos interessa, neste trabalho, examinar como a argumentação se constrói também do ponto de vista mais estritamente linguístico, no quadro do que Koch (2011) chama de uma “retórica integrada” (por oposição a uma “retórica acrescentada”, que, como o nome indica, é aquela que se acrescenta à língua – ou, mais especificamente, ao discurso – posteriormente). A segunda tem sua inspiração

em Lara (ver, por exemplo, LARA, 2016; 2017) que, já há algum tempo, vem aproximando a ADF da Semântica Argumentativa de Ducrot.

Esse diálogo entre as duas disciplinas, porém, não é novo: o próprio Maingueneau, como já afirmamos mais de uma vez, vale-se das contribuições de Ducrot (1987; sobretudo do capítulo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”) para abordar a heterogeneidade discursiva, como veremos no item 2.2.2 deste capítulo. Nessa vertente, o fazer argumentativo (linguístico) presente na crítica política, que dispõe e organiza pontos de vista, orientando o texto-enunciado para determinadas conclusões (com a exclusão de outras), pode explicitar a subjetividade do locutor ao se manifestar sobre um acontecimento ou, ao contrário, atuar como estratégia de apagamento do sujeito, escamoteando sua opinião. É o que pretendemos verificar na análise dos textos selecionados.

2.1.2 As marcas linguísticas da enunciação: os índices de avaliação, os indicadores modais e os operadores argumentativos

Fiorin (2015, p. 228), em referência ao domínio do jornalismo, afirma que “com o apagamento das marcas da enunciação no enunciado (por exemplo, com o uso de formas impessoais de narrar), cria-se um efeito de sentido de objetividade e de distanciamento”. O autor, inspirado em Benveniste, reforça que é “como se as notícias se enunciassem a si mesmas, o que gera um efeito de sentido de verdade”, como comentamos no capítulo 1, por ocasião do estudo do jornalismo de opinião.

A objetividade é um efeito de sentido construído pela linguagem. Para isso, quem escreve se vale de diferentes procedimentos. Um deles é não projetar o eu, que relata, no interior do texto. Dessa forma, parece que os fatos se narram a si mesmos. É completamente diverso dizer *O Congresso atua em causa própria* e *Eu penso que o Congresso atua em causa própria*. No primeiro caso, tem-se a impressão de que o fato é contado da maneira que é. No segundo, o efeito que se constrói é de mera opinião (FIORIN, 2015, p. 82; grifos do original).

Emediato refere-se a esse efeito de uma *enunciação por si mesma* mencionado por Fiorin, quando lembra os “enunciadores apagados” nos textos de imprensa, “que permitem ao sujeito informante argumentar sobre a palavra dos outros”, como na citação de dois pontos de vista atribuídos a determinados atores (por exemplo, autoridades políticas), numa relação de heterogeneidade:

O enunciador apagado oferece aos leitores os pontos de vista de dois atores sociais sem necessidade de comentá-los ou parafraseá-los, pois ele conta com o trabalho de coenunciação de seus leitores. Basta ao enunciador apagado justapor os dois enunciados relatados e exibi-los sobre a página do jornal, destacando-os como numa operação de aforização (EMEDIATO, 2013, p. 88).

Maingueneau (2011, p. 107-108), por sua vez, considera que como todo enunciado é “modalizado pelo enunciador”, a representação só acontece porque este “marca sua presença por meio do que se diz”, explícita ou implicitamente. Entre as diversas modalidades, que caracterizam os enunciados e os gêneros no qual se incluem, estão as *modalidades apreciativa/depreciativa*, descritas pelo autor, ligadas a um juízo de valor e, portanto, sua análise se faz necessária nos artigos do *corpus* selecionado.

Nessa mesma direção, Koch (1992, p. 50), ao tratar dos índices de avaliação, comenta que a atitude (subjativa) do locutor pode se traduzir numa “avaliação ou valoração dos fatos, estados ou qualidades atribuídas a um referente”. Trata-se nesse caso, sobretudo, das expressões adjetivas e das formas intensificadoras. Utilizando exemplos da própria autora, temos: “O engenheiro realizou um *excelente* trabalho” e “O orador foi *extremamente feliz* em sua exposição” (grifos do original). Ou, como exemplo de *desvalorização* (no caso, da política do governo argentino) podemos citar Clóvis Rossi, no artigo intitulado “O 'processo' Temer sobreviverá?” (*Folha de S. Paulo* – 09/04/2017) e presente no *corpus* desta tese. O jornalista afirma, em referência à greve geral na Argentina, em abril de 2017: “A greve geral da quinta-feira acabou se transformando em um cabo-de-guerra entre adeptos de Macri e o sindicalismo, **visualmente vencido** por este. As imagens de uma cidade **praticamente vazia** parecem demonstrar que a greve foi de fato “**contudente**” [...] (grifos nossos).

Janio de Freitas, por sua vez, produz, no título de um dos artigos escolhidos para análise, um sentido depreciativo em relação ao governo, de modo explícito: “Brasil é o país em que o Presidente é **produtor oficial de notícias falsas**” (*Folha de S. Paulo* – 16/03/2017). E, no mesmo artigo: “À parte a dupla **indecência** que está na proporção dos recebedores de salário mínimo e no valor dele, já **desmoralizantes** da Previdência e da ‘reforma’, o projeto do governo fere sobretudo os mais carentes” (grifos nossos).

É preciso que fique claro que não apenas adjetivos e advérbios²² criam efeitos de sentido apreciativos (de valorização ou de desvalorização), mas também os substantivos (nominalizações) utilizados, ou seja, podemos falar aqui de um aspecto mais amplo: a seleção

²² Machado (2001, p. 67; 69) explica que os “índices de subjetividade” podem ser observados, entre outros, “através de sistemas formais (ou seja, pronomes pessoais, demonstrativos, tempos, modo verbais, etc.); de modo mais discreto (ou seja, através de adjetivos e advérbios); na organização do discurso” ou em atos de base, como os três tipos de atos locutivos (alocutivo, elocutivo e delocutivo) propostos pela Teoria Semiollingüística.

vocabular, que englobaria tudo isso. Por exemplo, chamar de “cabo-de-guerra” a relação entre os adeptos e os opositores do Presidente argentino destaca melhor do que outros possíveis termos a disputa de força entre uns e outros. O mesmo acontece com o substantivo “indecência”, que já traz em si a desvalorização relacionada ao salário mínimo e à proporção de seus recebedores, o que não aconteceria, caso se usassem termos como “questão”, “aspecto”, que seriam, digamos, mais neutras – o que mostra a seleção feita pelo locutor de palavras conotadas positiva ou negativamente para qualificar algo.

Além disso, frequentemente, é um conjunto de palavras (uma expressão completa) que determina o efeito valorizante ou desvalorizante. Assim, ser “produtor oficial de notícias” não depõe necessariamente contra o Presidente Temer, a não ser que essas notícias sejam falsas. Então, é toda a expressão “produtor oficial de notícias falsas” que desqualifica Temer, assumindo o adjetivo “oficial” um sentido diferente (pejorativo) quando associado ao adjetivo “falsas”, que incide sobre “notícias”.

Lembramos que, em se tratando de artigos de opinião, buscamos apreender, nos textos do *corpus*, as marcas do sujeito/locutor (ou seu apagamento), a fim de identificar, como mostraremos nas análises, as estratégias de influência que possam desvelar posições ideológicas subjacentes ao discurso, explícitas ou implícitas, bem como o tratamento dado aos atores: governo, oposição e povo brasileiro.

Mainueneau (2011, p. 113) cita “outras marcas da presença do enunciador”, como as “interjeições, exclamações, ordens, interpelação do coenunciador” (modalização em sentido amplo). Koch, por sua vez, além de abordar os índices de avaliação, trata também dos “indicadores modais” ou “índices de modalidade”,

[...] que constituem um modo de significar diferente daquele sob o qual é veiculado o conteúdo proposicional. Enquanto este contém a informação propriamente dita, **aquilo que é dito**, as expressões aqui analisadas indicam **o modo como aquilo que se diz é dito**, pertencendo, pois, ao universo da **mostração**, da **representação** (no sentido teatral do termo) e não ao universo de referência (KOCH, 2011, p. 136, grifos do original).

Em seus trabalhos, Koch (2011, p. 82; 83) privilegia as modalidades *epistêmica* (“probabilidade e certeza”) e *deôntica* (“obrigatoriedade e permissividade”), observando que “as modalidades epistêmicas referem-se ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisas [...] as modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer” (KOCH, 2011, p. 75). Neves (1996, p. 187), por sua vez, examina a manifestação da modalidade epistêmica, para a autora relativa ao

“eixo do conhecimento”, lembrando que “enquanto a modalidade deôntica vai do absolutamente **obrigatório** ao **permitido**” (grifos do original):

A avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) **certo**, se estende pelos limites e indefinidos graus do **possível**. A língua dispõe de uma série de expressões para relativizar os diversos pontos desse espaço, conforme convenha à intenção comunicativa (NEVES, 1996, p. 178, grifos do original).

Em relação à modalidade deôntica, Neves (2006, p. 188) identifica sua relação com o tempo futuro: “categorias deônticas como a obrigação e a proibição, bem como a permissão, na verdade, são afeitas a predicções abertas para a futuridade [...] diz[em] respeito à conduta, que se projeta para um momento posterior”, citando como exemplo: “é preciso fazer alguma coisa para ajudar os pobres do Rio”.

Koch (1992, p. 47-49) lembra que as modalidades epistêmicas (crença) e deônticas (conduta) podem estar lexicalizadas por meio de: 1) expressões cristalizadas do tipo “é + adjetivo” (é certo, é provável, é obrigatório, é facultativo); 2) advérbios ou locuções adverbiais (talvez, certamente, obrigatoriamente); 3) verbos auxiliares modais (poder, dever); 4) construções de auxiliar + infinitivo (ter de/necessitar de + infinitivo); 5) orações modalizadoras (tenho a certeza de que..., todos sabem que..., há obrigatoriedade de que...).

Exemplificamos a *modalidade epistêmica* com o já citado artigo de Clóvis Rossi (“O 'processo' Temer sobreviverá?” – *Folha de S. Paulo* – 09/04/2017), no trecho em que ele diz: “Caso se abstraia o impacto, ainda desconhecido, do desdobramento da Lava Jato no voto, é **possível** que Padilha tenha razão” (grifo nosso), em que o índice grifado indica incerteza. Já a *modalidade deôntica* pode ser ilustrada pelo seguinte trecho do artigo de José Casado (“O governo Temer foi ao chão” – *O Globo* – 17/05/2017), quando o autor cita a Constituição brasileira: “‘Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República’, diz o Artigo 81 da Carta, **far-se-á** eleição noventa dias depois de aberta a última vaga’. Há dois parágrafos complementares [...] o segundo acrescenta: ‘Em qualquer dos casos, os eleitos **deverão** completar o período de seus antecessores’” (grifos nossos). Os dois casos indicam obrigatoriedade.

Em todos esses casos, podemos ver que, “ao *conteúdo proposicional* foi acrescida a indicação de *modalidade* sob a qual deve ser interpretado” (KOCH, 1992, p. 48; grifos do original). A autora afirma ainda que uma mesma modalidade pode ser lexicalizada de diferentes formas (expressa a partir de recursos linguísticos de diferentes tipos) e que um mesmo indicador

modal pode exprimir modalidades diferentes (dever e poder, por exemplo)²³. E menciona também a “ocultação modal”, referindo-se, mais especificamente, à modalidade epistêmica:

A ocultação da modalidade epistêmica, contudo, deixa sempre um traço: a enunciação aí está, o locutor apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor de seus enunciados é objetivo. A ocultação modal é acompanhada de uma “retórica do neutro” em que o locutor oculta sua enunciação para melhor convencer por meio de seu enunciado (KOCH, 2011, p. 81).

Identificamos, no artigo de Ricardo Corrêa “Temer está salvando o PT” (*O Tempo* – 29/04/2017), uma modalização que cria efeito de neutralidade, na remissão a um período anterior (14 anos antes), apoiada, portanto, em fatos passados, que são reconstituídos de modo a criar um sentido de ontológico, implícito na *ocultação* da subjetividade:

Desde 2013, quando grandes manifestações corroeram a popularidade de quase toda a classe política, o [Partido dos Trabalhadores] PT via seu processo de desgaste se acentuar. Quando assumiu o poder, em 2003, a legenda trazia uma esperança de mudança e um discurso de combate à política tradicional, que foi esvaindo-se e perdendo a razão de ser com o mensalão, em 2005, e com as diversas denúncias de corrupção surgidas nos anos que se sucederam.

Finalmente, quanto aos *operadores argumentativos*, lembramos que se trata de palavras (mais frequentemente conjunções) que, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa, estabelecendo relações variadas com outros enunciados na sequência do discurso, tais como as relações de conjunção (*e, também, não só... mas também*, etc.); de oposição ou contrajunção (*mas, porém, contudo*, etc.), de conclusão (*logo, portanto*, etc.), de explicação (*pois, visto que, uma vez que*, etc.), entre outras. Assim, grande parte da força argumentativa de um texto está na dependência desses elementos. Daí a importância de um estudo que enfoque sua utilização, sobretudo em determinados gêneros de discurso – como os artigos de opinião aqui estudados – que pretendem atuar sobre o outro (leitor/destinatário). Como afirma Koch (2011, p. 102), esses operadores “determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas linguísticas importantes da enunciação”.

Um exemplo relativo ao operador argumentativo “até” pode ser visto no artigo, já citado, do jornalista Clóvis Rossi (“O ‘processo’ Temer sobreviverá?” - *Folha de S. Paulo* – 09/04/2017), presente no *corpus* desta tese, no trecho em que o articulista comenta a greve geral

²³ Vejam-se os exemplos da própria autora: “Todos os candidatos *devem* comparecer em traje social (= é obrigatório)” *versus* “O tempo *deve* melhorar amanhã (= é possível)” ou ainda “Os candidatos *podem* apresentar-se em traje esportivo (= é facultativo)” *versus* “Os preços *podem* cair nos próximos meses (= é possível)” (KOCH, 1992, p. 49; grifos do original).

na Argentina: *Na verdade, o êxito da greve (de qualquer greve, aliás) depende da paralisação do transporte. Na quinta-feira, não apenas o transporte coletivo foi bloqueado como até parte dos táxis parou* (grifo nosso). Operadores como até (mesmo, até mesmo, inclusive) assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada para determinada conclusão (KOCH, 2011, p. 102-103); nesse caso, a de que a parada de parte dos táxis é mais significativa para atestar o sucesso da paralisação dos transportes – e conseqüentemente da greve – do que a parada dos ônibus ou do metrô, por exemplo.

A seguir discorreremos sobre as categorias de análise oriundas da Semântica Global de Maingueneau e sobre alguns dos elementos da heterogeneidade mostrada, apresentados por Authier-Revuz e Maingueneau, entre outros autores que nos auxiliaram a descrevê-los.

2.2 A AD e seu dispositivo de análise

Terminada a exposição sobre a teoria da argumentação na língua e sobre algumas marcas de subjetividade que nos interessam mais de perto neste trabalho, passemos às categorias da ADF que estão na base de nosso dispositivo de análise.

2.2.1 A semântica global e seus planos

A semântica global proposta por Maingueneau observa todos os planos ou dimensões do discurso como determinantes de uma “significância discursiva” conjunta, que busca a apreensão de um discurso em sua multiplicidade. Das categorias consideradas pelo autor, escolhemos, além do *vocabulário* (2008b), a *tematização* (2006; 2008b; 2015), a *intertextualidade* (2003; 2006; 2008b; 2011), a *dêixis enunciativa* (1996; 1997; 2008b; 2011) e o *modo de enunciação/éthos* (1997; 2008a; 2010; 2011) para subsidiar as análises e complementar a identificação das formas de heterogeneidade mostrada que atuam na construção de sentido e que serão apresentadas em seguida. Nesse sentido, mobilizaremos também outros autores que possam contribuir para a descrição desses planos e formas nos itens que seguem.

2.2.1.1 O vocabulário

Vimos, anteriormente, a importância da seleção vocabular na construção do(s) sentido(s) do texto. Maingueneau (2008b) destaca que a escolha do *vocabulário* estabelece certa

cumplicidade com o leitor: “além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos *a priori* equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81).

O autor lembra que “não há muito sentido em falar do vocabulário de tal ou tal discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio”, já que o que há, com mais frequência, são “explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos”. Pode acontecer, porém, que certas palavras adquiram um estatuto privilegiado, tornando-se um “ponto de cristalização semântica” de um dado discurso – o que pretendemos verificar nas análises dos artigos, que muitas vezes abordam os mesmos acontecimentos discursivos. Maingueneau exemplifica com o vocábulo *estrutura*, na crítica literária dos anos 1960, em contextos nos quais outras palavras, como *sistema*, *organização*, *totalidade* e até *plano* teriam dito a mesma coisa. E confirma que “a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência”(MAINGUENEAU, 2008b, p. 80-81).

2.2.1.2 Os temas

Segundo Maingueneau (2006, p. 139), “determinar qual é o *tema* de um texto permite ao coenunciador interpretar, ultrapassando suas eventuais lacunas e retendo apenas, se há vários sentidos possíveis, aquele que é compatível com esse *tema*”. O autor parte de uma definição simples: “o tema de um texto corresponde ao que intuitivamente podemos exprimir como ‘do que isso fala?’. Qualquer que seja sua extensão, um texto considerado coerente deve construir uma representação e poder ser resumido”.

A tematização está ligada a uma “intenção crítica”, enfatiza Maingueneau – o que também é confirmado pelos autores citados no capítulo 1 deste trabalho, quando abordam os gêneros do domínio discursivo jornalístico. Segundo o autor, “há, compreende-se, uma afinidade natural entre as formações discursivas construídas em torno de temas-chave e as abordagens de intenção crítica. Por natureza, essas últimas têm de fato uma predileção por trazer à luz o que estaria escondido” (MAINGUENEAU, 2015, p. 92).

O autor diferencia os temas *impostos* dos *específicos*, e, entre os impostos, os que são *compatíveis* e os *incompatíveis* com a formação discursiva²⁴, explicando que “os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes de um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneiras muito variadas”. O autor apresenta as seguintes proposições:

No espaço discursivo, (1) Um discurso dado integra semanticamente todos os seus temas; ou seja, eles estão todos de acordo com seu sistema de restrições. (2) Esses temas se dividem em dois subconjuntos: os temas impostos e os temas específicos. (2') Esses próprios temas impostos se dividem em temas compatíveis e em temas incompatíveis. Os primeiros convergem semanticamente com o sistema de restrições; os segundos, não, mas mesmo assim estão integrados, em virtude da proposição (1). (2'') Os temas específicos são próprios a um discurso. Sua presença se explica por sua relação semântica privilegiada com o sistema de restrições (MAINGUENEAU, 2008b, p. 83-84).

Exemplificando, acreditamos que sejam temas impostos à crítica política atual no âmbito nacional as delações na Operação Lava Jato, as denúncias de corrupção contra o Presidente Temer, o ex-Presidente Lula, os políticos e empresários presos, a reforma da previdência e a reforma trabalhista, entre outros. Esses temas são compatíveis com o sistema de restrições semânticas do jornalismo opinativo na área de política e, mesmo quando o enunciado menciona temas específicos, como a Abolição da Escravatura – caso da coluna de Elio Gaspari (“Só a rua salva a Lava Jato” – *O Globo* – 15/03/2017) –, ou ainda temas incompatíveis, esses temas estão integrados semanticamente, uma vez que todos os temas de um discurso estão de acordo com o seu “sistema de restrições” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 83-84).

Emediato (2013, p. 79-80) reitera que o enquadramento (*cadrage*) “possui uma dimensão argumentativa na medida em que ele permite circunscrever a discussão pela tematização, apresentar os objetos de discurso de uma maneira no lugar de outra [...] a estratégia pode consistir em limitar o debate em torno de um tema”. E continua: “é uma operação discursiva cuja intenção é a de agir sobre as representações do outro ao lhe propor um debate inserido nos seus limites ou enquadres [...] a tematização abre o caminho para a problematização e para a construção de pontos de vista sobre o assunto” (EMEDIATO, 2013, p. 82).

²⁴ Lembramos que as formações discursivas, como componentes de uma formação ideológica – ou seja, “um conjunto de representações [...] que se relacionam mais ou menos a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (grifos do original) –, “determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura” (FUCHS; PÉCHEUX, 1990, p. 166-167).

Por sua dedicação ao estudo das mídias, não podemos deixar de apresentar as observações de Charaudeau (2009) sobre a finalidade do discurso da informação, entre as quais está a seleção do acontecimento (ou do que é pautado), “em função do seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’”, como explica o autor – já que essas escolhas determinam os temas e asseguram a esses discursos “uma *visibilidade*, uma *publicização*, produzindo um possível efeito de captação”. E confirma que o *propósito*, “que deve apontar para o que é ‘notícia’ [...] recorta o mundo em um certo número de universos tematizados” (CHARAUDEAU, 2009, p. 102-103; grifos do original).

Situando melhor as características do relato no discurso de informação de que trata Charaudeau (2009, p. 102) – que funcionam como *restrições*, podemos dizer, sobre a seleção temática –, o autor considera o potencial de *atualidade*, “que é avaliado segundo a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação”, e que deve ser o mais curto possível. Assim, “a noção de atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ela que guia as escolhas temáticas [...] numa atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo” (CHARAUDEAU, 2009, p. 133-134).

De acordo com Charaudeau, “o potencial de ‘socialidade’ é avaliado segundo a aptidão em representar o que acontece [...] e nada do que toca o destino dos homens pode ser estranho aos indivíduos que aí se inserem e que, por conseguinte, estão implicados como cidadãos ou seres humanos” – ou seja, um grande número de acontecimentos pode ter cobertura jornalística. Também interferindo na seleção temática está o “potencial de imprevisibilidade [...] o que levará a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou o particularmente notável” (CHARAUDEAU, 2009, p. 102). O autor discorre sobre o controle do evenemencial a partir da atividade de “filtragem” exercida pelas mídias:

Como consequência, as mídias, ao selecionar as informações e apresentá-las como o que realmente aconteceu, impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do cidadão. Elas determinariam, impositivamente, o cardápio evenemencial do dia. [...] Se não é possível negar que a *agenda* tenha alguma influência sobre a construção temática, não há como fazer disso uma teoria. Para designar o fenômeno de relação entre o externo e o interno na construção do espaço público midiático, preferimos falar de função de “filtragem” das mídias, como uma tentativa de domínio do evenemencial (CHARAUDEAU, 2009, p. 139; 140).

Charaudeau (2009, p. 144-145) também trata da publicação de conteúdos sobre os *atores sociais*, que são tematizados constantemente no discurso de informação – no que parece se referir a pessoas famosas –, “mas é preciso, sobretudo, que sejam considerados dignos, pelas

mídias, de se tornarem visíveis”. Segundo o autor, os critérios para a escolha desses atores relacionam-se à *notoriedade*, à *representatividade*, à *expressão* e à *polêmica*.

De acordo com o critério da *notoriedade*, ao evidenciar aqueles que estão “em foco”, por exemplo, por “responsabilidades coletivas”, “coloca o problema de acesso às mídias para os anônimos e os grupos minoritários”, não contemplados. Já o critério de *representatividade* “se limita a atores que pertencem a grupos reconhecidos como detentores de poder ou contrapoder (pessoas do governo, da oposição, dos sindicatos, das coordenações)”. O critério de *expressão* “explica o gosto das mídias por uma fala que se expresse de maneira ao mesmo tempo segura (sem muitas hesitações) e simples (saber empregar as palavras de todos os dias)”. Por último, o critério de *polêmica*, que se justifica pela visada de *captação*, prevê que “é preciso organizar confrontos entre pessoas que têm posições antagônicas e que saibam polemizar” (CHARAUDEAU, 2009, p. 144-145). Como enfatiza o autor, há uma delimitação do “espaço temático” nos discursos midiáticos:

Com efeito, a seleção realizada pelas mídias a partir do conjunto dos acontecimentos que se produzem no espaço público poderia ser constantemente criticada. Desse modo, para justificar as escolhas, as mídias precisam “trancar” o espaço temático. Isso é feito de diversas maneiras, mas há uma que consiste em provocar o acontecimento pela ênfase dada a certas questões, nas manchetes das primeiras páginas dos jornais, nas reportagens de capa dos semanários, nas colunas de opinião, na organização de entrevistas e debates. Ao decidir o que deve ser discutido, as mídias convencem a opinião pública de que o debate social é o que elas apresentam (CHARAUDEAU, 2009, p. 190-191).

2.2.1.3 A intertextualidade

Greimas e Courtés (2013, p. 272) avaliam que a definição pouco precisa do conceito de *intertextualidade*, introduzido por Bakhtin no Ocidente, passou por variações que o extrapolaram, “indo ora até a descoberta de uma intertextualidade no interior de um mesmo texto (...) ora revestindo com um vocabulário renovado as velhas influências (no estudo das citações, com ou sem aspas, por exemplo)”. Para Maingueneau (2006, p. 87), que se aprofunda no conceito, o termo *intertextualidade* “envia tanto a uma *propriedade* constitutiva de todo texto, como ao *conjunto das relações* explícitas ou implícitas que um texto mantém com outros textos. Na primeira acepção, ele é uma variante de *interdiscursividade*” (grifos do original).

Maingueneau examina o sistema de restrições presente na intertextualidade em dois níveis, distinguindo “uma *intertextualidade interna* (entre um discurso e aqueles do mesmo campo discursivo) e uma *intertextualidade externa* (com os discursos de campos discursivos distintos, por exemplo, entre um discurso teológico e um discurso científico)”

(MAINGUENEAU, 2006, p. 88-89). Na *intertextualidade interna*, o sistema de restrições faz com que as citações presentes nos discursos sejam de autores de “enunciados semanticamente próximos daqueles que são autorizados por sua formação discursiva”; enquanto a *intertextualidade externa* é onde o discurso define “certa relação com outros campos segundo sejam citáveis ou não” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 78). Referindo-se à divisão de Maingueneau, Brandão afirma que:

Essas distinções mostram que não há campo discursivo insular, que o universo discursivo é dotado de uma intensa circulação de uma região do saber para outra. [...] Essa intercambialidade de campos toca também na questão da eficácia discursiva: ao fazer a remissão a outro(s) discurso(s), o sujeito recorre a elementos elaborados alhures, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência que suscita a adesão de seu auditório. É o que acontece, por exemplo, com o discurso publicitário que recorre frequentemente a vocabulários técnico-científicos, a saberes de outros campos para melhor persuadir (BRANDÃO, 2004, p. 95).

Maingueneau (2008b, p. 77) também diferencia *intertexto* e *intertextualidade*: “distinguiremos o intertexto de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente) de sua intertextualidade (isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas)”. Em exemplo no campo da literatura, o autor reflete sobre os aspectos do *intertexto*, que relaciona à identidade da obra:

Quando se fala do intertexto de uma obra literária, primeiro pensa-se em outros textos literários. No entanto, se as obras se nutrem de outras obras, elas se nutrem também das relações entre os textos que, numa dada conjuntura, têm origem na literatura e textos que não têm. [...] somos confrontados com um enorme emaranhado de discursos através dos quais a literatura negocia continuamente seus modos de enunciação.[...] toda obra é *a priori* partilhada entre a repetição do *corpus* então reconhecido como plenamente literário e a abertura para a multiplicidade de práticas languageiras que excedem esse *corpus* [...] A geometria elementar que justapõe as obras lado a lado é enganadora; a obra faz a gestão de sua identidade no âmbito do intertexto²⁵ (MAINGUENEAU, 2003, p. 22 ; 21).

Maingueneau aponta, incluindo a noção de *interdiscurso* nessa comparação, para a necessidade de se considerar o discurso no “bojo de um interdiscurso”, já que “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar

²⁵ Tradução de: “*Quand on parle d'intertexte d'une oeuvre littéraire, on pense d'abord à d'autres textes littéraires. Pourtant, si les oeuvres se nourrissent d'autres oeuvres, elles se nourrissent aussi des relations entre les textes qui, dans une conjoncture donnée, relèvent de la littérature et les textes que n'en relèvent pas. [...] on est confronté à un immense entrelacs de discours à travers lesquels la littérature négocie sans cesse ses modes d'énonciation. [...] toute œuvre est a priori partagée entre le repli sur le corpus alors reconnu comme pleinement littéraire, et l'ouverture à la multitude des pratiques langagières qui excèdent ce corpus [...] La géométrie élémentaire qui juxtapose les oeuvres bord à bord est trompeuse; l'oeuvre ne fait que'un avec la gestion de son identité dans l'intertexte*”.

seu caminho” (MAINGUENEAU, 2011, p. 55), ou seja, na relação com outros discursos, e não de forma isolada.

Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados, etc. Cada gênero de discurso tem sua maneira de tratar a multiplicidade das relações interdiscursivas [...] O simples fato de classificar um discurso dentro de um gênero (a conferência, o telejornal, etc.) implica relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos do mesmo gênero (MAINGUENEAU, 2011, p. 55-56).

Orlandi (2001, p. 33) também afirma que “é preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”.

Por *intertexto/intertextualidade* podemos considerar as referências dialógicas presentes (ou, pelo menos, tomadas como legítimas) nos textos, de um modo menos amplo que o conceito de *interdiscursividade* – noção ligada ao coletivo, ao contextual, o que pode ser acessado a partir da memória para dar sentido ao *intradiscurso*, que é o discurso objeto de estudo. Como defende Orlandi (2005, p. 11), o *interdiscurso* está ligado à memória discursiva, “o já-dito que torna possível todo o dizer”:

De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente (ORLANDI, 2005, p. 11).

Nessa perspectiva, o discurso em análise pode acessar acontecimentos já publicados nas mídias, dialogando, assim, com outro(s) discurso(s) – interdiscursividade – ou com outro(s) texto(s) – intertextualidade – inserido(s) no domínio coletivo, em relações que confirmam ou negam esse(s) outro(s) texto(s)/discurso(s), como mostra Santiago (2016)²⁶.

Desse modo, o *intradiscurso*, formado por combinações de frases, palavras, elementos linguísticos usados pelo sujeito com o objetivo de expressar ideias, pensamentos e modos de agir, confirma ou opõe-se ideologicamente, em maior ou menor grau, aos discursos acessados. Segundo a descrição de Pêcheux (2009), é por meio da apreensão desse “diálogo” (harmônico

²⁶ SANTIAGO, M.M.L. Intertextualidade no discurso político das ruas: entre brados e diálogos. In: LEMOS, C.E.B.; GONÇALVES, M.M. (orgs.). *Razão pura, razão sensível: dinâmica de sentidos em manifestações políticas de 2014* (E-Book). Belo Horizonte: UNA, 2016. Disponível em: <https://www.una.br/eventos/razao-pura-razao-sensivel/>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ou polêmico) que podemos identificar a(s) formação(ões) discursiva(s) e ideológica(s) assumidas pelo enunciador:

O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo intradiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante” com a formação discursiva que o assujeita [...] a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos (PÊCHEUX, 2009, p. 154-155; grifos do original).

A seguir, ilustraremos algumas das categorias que elegemos para análise com exemplos de textos verbovisuais, como os cartuns, charges e tirinhas, tipo de análise à qual nos dedicamos em publicações anteriores, aplicadas a trabalhos veiculados em jornais alternativos durante o regime da ditadura militar no Brasil²⁷. Também recorreremos, nesses exemplos, a trabalhos contemporâneos, que têm em comum a representação do Presidente Temer como um vampiro, o que nos chamou a atenção no período de redação desta tese²⁸.

Começamos pelo exemplo de intertextualidade presente na charge (FIG. 1) de Samuca (*Diário de Pernambuco* – 10/02/2017), que traz a mencionada representação do Presidente Temer como um vampiro e, ao mesmo tempo, como integrante de uma banda de carnaval, apresentando relações intertextuais não só com a marchinha de carnaval, que ela parodia, mas também com uma notícia publicada em maio de 2016 sobre a *Operação Lava Jato*, que investiga crimes de corrupção de políticos e empresários brasileiros. O acontecimento acessado é relativo a uma gravação em áudio do Senador Romero Jucá, autor da frase pronunciada pelo personagem de Temer na charge. Também inclui representações caricaturadas de Edison Lobão, que comandou o Ministério das Minas e Energia do Governo Temer, e de Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

²⁷ SANTIAGO, M.M.L. A imprensa alternativa e a crítica disfarçada à ditadura nos cartuns do Almanaque Humordaz. In: 3ª JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO - JIED. 2º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO – EIID [recurso eletrônico]. Maringá, UEM-PLE, *Anais...*, 2015; p. 1-15. Disponível em: <http://www.jiedimagem.br/anais>. Acesso em: 17 jul. de 2016.

²⁸ Diferentemente dos exemplos dados até aqui, que foram todos extraídos dos textos do *corpus*, optou-se por ilustrar as noções abordadas também com um *corpus* paralelo, com charges/cartuns/tirinhas contemporâneos que, tendo sido coletados inicialmente para esta pesquisa, foram, no entanto, descartados por razões de espaço e de tempo.

FIGURA 1 – Charge 1



Fonte: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/galeria-de-fotos/2012/05/16/interna_galeriafotos,2551/charges-2014-2016.shtml. Acesso em: 05 jun. 2017.

2.2.1.4 A dêixis enunciativa

Maingueneau (2008b, p. 88-89) acredita que “o ato de enunciação supõe a instauração de uma ‘dêixis’ espaciotemporal (que) [...] define uma instância de enunciação legítima, delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação”. O autor distingue a *topografia* e a *cronografia*, que são as coordenadas *espaço-temporais* que, como veremos, agregam sentidos de proximidade e de distanciamento a partir do lugar/momento do locutor, assim como o uso da categoria de *pessoa*.

Os dêiticos temporais enumerados por Maingueneau (2011, p. 108) “ontem, amanhã, hoje, há dois dias, dentro de um ano, etc.” são identificados a partir do momento da enunciação. São, segundo o autor, assim classificados em relação a ela: “coincidência”, “anterioridade”, “posterioridade”, “simultaneidade” e suas variações. Mas, outras vezes, “as indicações temporais não estão assinaladas em relação ao presente da enunciação (se não, teríamos ontem e amanhã), mas em relação a um momento demarcado do enunciado” (MAINGUENEAU, 1996, p. 35-36).

Em relação ao espaço e seus embreantes (*o aqui, o lá* e suas variações), o autor trata das oposições no discurso, que se constituem como modalizações de valor:

Os dêiticos adverbiais com estatuto de “complementos circunstanciais” distribuem-se em diversos microssistemas de oposições: aqui/aí/lá, perto/longe, na frente/atrás, à esquerda/à direita [...] dentre esses eixos de oposições semânticas, a língua privilegia

indiscutivelmente a oposição do próximo e do distante, encontrado em isto/aquilo, aqui/aí/lá [...] esse par primordial que dissocia a esfera egocêntrica (o “próximo”) e suas dependências imediatas da esfera do não-eu não funciona apenas no registro espacial; vale também para a valorização e a desvalorização (MAINGUENEAU, 1996, p. 26-27).

Os enunciados não embreados, que não apresentam marcas temporais (*hoje, ano passado*), espaciais (*aqui* ou *lá*) ou relativas à categoria de pessoa, como os pronomes pessoais e possessivos – enunciados como, por exemplo, os provérbios e lugares-comuns, como exemplifica Maingueneau –, são responsáveis por uma “desembreadagem”, que pode trazer um sentido de ontológico, como explica o autor:

[...] não há marca do par de coenunciadores (*eu-você*) ou de dêiticos como aqui, agora... Nesse caso, o presente não indica que o enunciado é verdadeiro no momento em que o locutor diz a frase, não se opõe ao passado ou ao futuro. Ao contrário, ele indica que o enunciado é considerado como sempre verdadeiro, em todas as situações de enunciação e para qualquer enunciado (MAINGUENEAU, 2011, p. 115, grifo do original).

Maingueneau (2011, p. 111) esclarece que as referências como: “naquele momento – naquele dia – na véspera – dois dias antes – no dia seguinte – três meses depois” dizem respeito ao enunciado, não produzindo, portanto, pistas significativas sobre o momento da enunciação. Considera-se, portanto, que uma dêixis não marcada pode trazer, para o discurso, um efeito de sentido de isenção do locutor, como foi comentado na introdução e no capítulo 1, quando nos referimos aos *efeitos de verdade* e ao *éthos de credibilidade*. Nesse caso, o comprometimento do locutor parece estar reduzido. No entanto, outros elementos, como aqueles relativos às formas de heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada) e à tematização/modo de enunciação (*éthos*), além das outras categorias que mobilizamos para a análise do *corpus*, podem auxiliar-nos na tarefa de encontrar os pontos de vista e as posições ideológicas presentes nos artigos analisados.

Em geral, planos embreados e não embreados se alternam no texto, como metaforiza Maingueneau (2011, p. 123), a partir da narração de partidas esportivas: “a passagem de um plano a outro não é, evidentemente, aleatória. Aqui, ela está ligada a uma distinção *na organização do texto*: o jornalista se encarrega da avaliação no início e no final; depois, ele se apaga quando se trata de narrar a partida” (grifo do original).

O emprego dos embreados de *pessoa* pode inserir, aproximar, criar intimidade; ou distanciar e separar o locutor, em relação ao leitor. O sujeito enunciador determina para si próprio e para os outros atores/personagens do discurso “lugares” que legitimam a enunciação, num exemplo muito próximo, a nosso ver, do que encontramos nos artigos do *corpus*:

Quanto ao *eu* do enunciador, sua função é definir substitutos (a verdade, um governo livre, nós), cujo paradigma contribui para delimitar a instância do “locutor discursivo”, os quais constituem outros tantos apagamentos do indivíduo por trás do estatuto de porta-voz; não falta nem mesmo o referente de toda asserção legítima: a verdade (MAINGUENEAU, 1997, p. 44, grifos do original).

Maingueneau considera a força de expansão da primeira pessoa do plural, o *nós*, fundamentando-se em Benveniste, que discorre sobre a sua implicação na qualidade de presença/ausência do sujeito enunciador:

Em que consiste aqui a pluralização da pessoa verbal? Esse “nós” é algo diferente de uma junção de elementos definíveis; a predominância de “eu” é aí muito forte, a tal ponto que, em certas condições, esse plural pode substituir o singular. A razão está em que “nós” não é um “eu” quantificado ou multiplicado, é um “eu” dilatado além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos [...] De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa [...] O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas (BENVENISTE, 2005 p. 258).

Retomando o ponto de vista discursivo, constatamos que, para Maingueneau, falar de dêixis não implica abordar datas e “locais em que foram produzidos os enunciados efetivos”, mas trazer à cena uma “instância de enunciação legítima [...] que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 88-89). O autor exemplifica, dizendo que a dêixis a partir da qual Hegel escreve *A fenomenologia do Espírito* não é a Viena, do início do século XIX, mas o lugar do advento do Espírito Absoluto. Assim, para além do exame dos dêiticos de pessoa, tempo e espaço (ou seu apagamento) nos textos do *corpus*, pretendemos investigar se o discurso busca outro(s) espaço(s)/tempos(s) para se legitimar.

2.2.1.5 O modo de enunciação e sua relação com o éthos

Por sua vez, o *modo de enunciação*, segundo Maingueneau (2008b, p. 90-91), tem como vertentes tipológicas o gênero discursivo e o *tom* do discurso, e acrescenta: “através de seus enunciados, o discurso produz um espaço onde se desdobra uma ‘voz’ que lhe é própria”, ou seja, o discurso “tem uma voz própria, mesmo quando a nega”, o que, no seu entender, não impediria a identificação do *tom* presente nesses discursos. O autor descreve o “corpo textual que jamais se dá a ver, mas está presente por toda parte, disseminado em todos os planos discursivos”, e lembra que “o destinatário não é somente um consumidor de ‘ideias’. Ele acede

a uma ‘maneira de ser’, através de uma ‘maneira de dizer’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 92-94).

Amossy (2008) introduz a noção de “registro discursivo” (que se diferencia de “modalidade argumentativa”), como o que “permite designar um tom particular mobilizado, nesse quadro, para assegurar o sucesso da fala persuasiva”, o que está ligado ao *éthos*²⁹, como veremos. Segundo explica a autora, o “tom” é uma categoria tomada de empréstimo à música, e substituiu o termo “tonalidades” no ensino secundário francês (AMOSSY, 2008, p. 238-239). Por exemplo, o tom irônico com que a tirinha do cartunista Caco Galhardo (*Folha de S. Paulo* – 14/03/2017) trata a condição de retrógrado do Presidente Temer, no discurso do *Dia das mulheres*³⁰, apresentada na FIGURA 2, chama o leitor a constituir sua própria posição – de indignação, de escárnio etc.

FIGURA 2 - Tirinha



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#14/3/2017>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Amossy (2008, p. 239) pondera que “o termo metafórico [tom] carece, sem dúvida, de precisão, mas ele permite, neste caso, designar uma noção distinta, porém complementar, de modalidade argumentativa”. Em decorrência da especificidade argumentativa do *corpus*, a noção de “tom” será aliada à observação dos temas, permitindo-nos buscar esse(s) sentido(s)

²⁹ Embora Maingueneau (2008) não se refira, explicitamente, ao *éthos* na descrição de sua semântica global, ele tratará dessa noção em trabalhos posteriores (ver, por exemplo, MAINGUENEAU, 2010).

³⁰ O portal *online Pragmatismo Político*, em matéria intitulada “Discurso de Temer no Dias das Mulheres vira vergonha internacional”, veiculada no dia 10 de março de 2017, cita trecho do discurso do presidente que destaca a posição de “domesticidade” da mulher: “tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico”. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-vira-piada-internacional.html>. Acesso em: 06 maio 2018.

que predomina(m) ou que atravessa(m) os temas do discurso, enquanto delinea(m) determinado éthos para o locutor.

Maingueneau (1997, p. 46-47) confirma a ligação do “tom” com a construção do éthos enunciativo: “o tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O ‘caráter’ corresponde a este conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer”. A *corporalidade*, por sua vez, implica “a representação [discursiva] do corpo do enunciador” (grifos do original). Comentando a proposta de Maingueneau, Charaudeau volta à origem do termo, alegando tratar-se de uma “representação social”:

Quando Maingueneau retoma a noção de “tom” – proposta por Barthes a partir da noção de “ares” de Aristóteles – e propõe “uma concepção mais ‘encarnada’ do *éthos*”, como atributo que ele chama “fiador” de um “caráter” e de uma “corporalidade” subjetiva, é ainda de uma representação social que se trata (CHARAUDEAU, 2011, p. 117).

Maingueneau (1997, p. 45-46) volta à retórica antiga, em que se “entendia por *ethé* as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que *revelavam pelo próprio modo de se expressarem*” (grifos do original). Assim, quando se trata do éthos, a questão não é apenas “o que é dito”, mas o “tom com que é dito”, como mostra o autor: “a fé em um discurso, a possibilidade de que os sujeitos nele se reconheçam presume que ele esteja associado a uma certa voz (que preferiremos chamar de *tom*, à medida que seja possível falar do ‘tom’ de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa)” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46; grifo do original).

De acordo com Amossy (2013, p. 126-127), por meio das modalidades de enunciação, o locutor/orador pode adequar “sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo”, mas, apesar dessa “reconstrução”, que “se efetua com a ajuda de modelos culturais que facilitam a integração dos dados em um esquema preexistente”, esse retrato do locutor pode se apresentar “de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita”.

Como exemplo, podemos citar novamente o artigo de Clóvis Rossi (“O ‘processo’ Temer sobrevirá?” – *Folha de S. Paulo* – 09/04/17), que apresenta um tom comedido, recorrendo à modalização: “é possível que”, “cabe perguntar”, “levam a acreditar”, “na verdade”, etc. Por outro lado, Janio de Freitas (“Brasil é o país em que o Presidente é produtor oficial de notícias falsas” – *Folha de S. Paulo* – 16/03/2017) tem o tom mais ferino (franco, direto), apresentando

índices de avaliação depreciativos em relação ao Presidente: “grande mentira”, “estrada imoral”, “inventou”, como veremos mais detalhadamente na análise dos artigos no capítulo 3.

E prossegue Amossy (2013, p. 126-127):

Assim, um estilo pontuado de exclamações permite induzir o caráter impetuoso ou colérico do locutor, enquanto um falar lacônico e rude, que não se prende a convenções de polidez, pode indicar um homem íntegro que diz a verdade sem meias palavras. Aquele que louva a qualidade de seus adversários se apresenta como um homem honesto e imparcial; o que enche seu discurso de alusões eruditas e de citações parece um homem culto.

Quanto à noção de *éthos* prévio ou pré-discursivo, discutida pela autora, consideramos que, no caso do discurso de informação, os veículos de imprensa, nos quais publicam os jornalistas, já lhes conferem um estatuto de legitimidade próprio (como comentamos no capítulo 1), somado, evidentemente, às atividades às quais se dedicam (dedicaram), durante um dado tempo, no âmbito da profissão. É a “autoridade discursiva” de que trata Amossy, que diferencia um “nível pré-discursivo” de um “nível discursivo” no processo de construção da imagem do locutor pelo leitor:

No nível pré-discursivo: – o estatuto institucional do locutor, as funções ou a posição dentro do campo que conferem uma legitimação a seu dizer; a imagem que o auditório faz da sua pessoa previamente à tomada da palavra (a representação coletiva, ou estereotipada, à qual ele está ligado). No nível discursivo – a imagem que deriva da distribuição de papéis inerente à cena genérica e à escolha de uma cenografia (os modelos inscritos no discurso); a imagem que o locutor projeta de si mesmo no seu discurso tal como ela se inscreve na enunciação mais ainda do que no enunciado, e o modo como ele retrabalha os dados pré-discursivos³¹ (AMOSSY, 2006, p. 81).

A autora fornece alguns exemplos, como o do intelectual, referindo-se a Durkheim: “apoiando-se sobre a sua imagem prévia de homem da ciência, o locutor projeta um *éthos* apropriado à expectativa do grande público, empregando o tom de raciocínio impessoal³²”. No mesmo discurso, a presença do *nós* é assim analisada pela autora: “entretanto, essa neutralidade é ao mesmo tempo temperada pela irrupção da subjetividade sob a forma do ‘nós’”, o que indica “um cidadão engajado dentro da guerra como seus compatriotas [...] ele faz parte integrante de

³¹ Tradução de: “*Au niveau prédiscursif: – le statut institutionnel du locuteur, les fonctions ou la position dans le champ qui confèrent une légitimation à son dire; l’image que l’auditoire se fait de sa personne préalablement à sa prise de parole (la représentation collective, ou stéréotype, qui lui est attachée). Au niveau discursif: – l’image qui dérive de la distribution des rôles inhérente à la scène générique et au choix d’une scénographie (les modèles inscrits dans le discours); l’image que le locuteur projette de lui-même dans son discours telle qu’elle s’inscrit dans l’énonciation plus encore que dans l’énoncé, et la façon dont il retravaille les données prédiscursives*”.

³² Tradução de: “*S’appuyant sur son image préalable d’homme de science, le locuteur projette un éthos approprié aux attentes du grand public en empruntant le ton du raisonnement impersonnel*”.

uma comunidade e o reivindica³³”. O *nós*, categoria de pessoa sobre a qual já comentamos, no exame da dêixis *enunciativa*, é uma marca do sujeito enunciador na enunciação, como confirma Amossy (2006, p. 88): “a subjetividade do cidadão engajado em uma aventura coletiva transparece no emprego da primeira pessoa do plural³⁴”.

O que nos interessa, em relação às análises, é que os temas levantados nos artigos, atravessados por abundante intertextualidade, podem apoiar certos enunciadores (no sentido ducrotiano, de pontos de vista, perspectivas) sem, no entanto, comprometer o locutor/jornalista. No entanto, o *tom* contribui para fornecer indícios sobre o *éthos* do locutor e sobre o seu posicionamento ideológico. Como destaca Amossy (2006, p. 106) sobre a narrativa de Claude Simon, que dialoga com a guerra: “ele faz seu público participar muito certamente de sua [da guerra] condenação moral, sobre a qual ele não propõe nenhum comentário, e se apoia unicamente sobre as imagens conhecidas, os valores e as hierarquias validados³⁵”.

Cabe, finalmente, ressaltar que Maingueneau, em trabalhos mais recentes (ver, por exemplo, MAINGUENEAU, 2008a; 2010), assumirá uma noção mais abrangente de *éthos*, que ele vai designar como “*éthos* efetivo” e que resulta da interação de diversos fatores: 1) um *éthos* pré-discursivo, isto é, a imagem prévia que se tem do enunciador, antes mesmo que ele abra a boca; 2) um *éthos* discursivo, dividido em *éthos* dito e *éthos* mostrado. O segundo pode ser assimilado ao “*tom*” que o enunciador confere ao seu discurso: pela entonação, pela seleção vocabular, etc.; é uma instância ligada à enunciação. Já o *éthos* dito remete aos “fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação [...] – diretamente (‘é um amigo que lhes fala’) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 71). Trata-se de uma instância ligada ao enunciado. O autor constata, porém, a impossibilidade de se definir uma fronteira nítida entre o dito e o mostrado, preferindo posicionar esses dois *éthé* nos extremos de uma linha contínua. Cabe lembrar ainda que há “estereótipos ligados aos mundos éticos” interagindo com essas várias instâncias de *éthos*, no esquema geral proposto por Maingueneau.

³³ Tradução de: “*Cependant, cette neutralité est aussitôt tempérée par l’irruption de la subjectivité sous la forme du ‘nous’[...] un citoyen engagé dans la guerre comme ses compatriotes [...] Il fait partie intégrante d’une communauté et s’en réclame!*”.

³⁴ Tradução de: “[...] *la subjectivité du citoyen engagé dans une aventure collective transparait dans l’emploi de la première personne du pluriel*”.

³⁵ Tradução de: “*Il fait participer d’autant plus sûrement son public à sa condamnation morale qu’il ne propose aucun commentaire et s’appuie uniquement sur des images connues, des valeurs et des hiérarchies entérinées*”.

2.2.2 A heterogeneidade discursiva

2.2.2.1 O dialogismo, a teoria polifônica da enunciação e as formas da heterogeneidade discursiva

A *heterogeneidade discursiva* implica que o discurso é sempre atravessado por outros discursos, pelo discurso do *outro*. Authier-Revuz nos esclarece sobre as duas formas de abordagem da heterogeneidade constitutiva (do sujeito e de seu discurso) – aquela que está na base mesma da construção do dizer –, mostrando-nos como a noção de interdiscurso, criada por Pêcheux, está relacionada à teoria de Bakhtin e à dela:

Para propor o que chamo de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiar-me-ei, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos ou, em outras palavras, a problemática do dialogismo bakhtiniano; de outro lado apoiar-me-ei na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan. [...] tais análises postulam um funcionamento regulado do exterior, do interdiscurso, para dar conta da produção do discurso [...] (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26-27).

A noção de *dialogismo*, concebida pelo chamado Círculo de Bakhtin³⁶, encontra-se atualmente enriquecida por teorias enunciativas, segundo Moirand (2006), que qualifica o conceito, dado o seu amplo alcance, como “incontestavelmente sedutor e produtivo”. No seu entender, se essas teorias, “servem para refinar a análise, as caracterizações binárias que lhes estão na base, tendem a mascarar a variedade dos graus de presença ou ausência explícita do dialogismo (...) dialogismo velado, mascarado, oculto ou expresso” (MOIRAND, 2006, p. 163).

Uma das teorias que trazem a claro esse conceito é a de Authier-Revuz, para quem o *dialogismo mostrado* (distinto, portanto, do “dialogismo constitutivo”, embora eles sejam complementares e solidários) “é a representação que um discurso dá, em si mesmo, de sua relação com o outro, do lugar que ele cria, explicitamente, designando, na cadeia do enunciado, por meio de um conjunto de marcas linguísticas, pontos de heterogeneidade” (AUTHIER-REVUZ, 2006, p. 162). Abarcadas pela noção de *dialogismo mostrado* – que a autora rebateza

³⁶ De acordo com Ponzio, “na década de 1920, a atividade teórica de Bakhtin se mistura com a de seus amigos e colaboradores do ‘Círculo de Bakhtin’ até confundir-se, pondo em prática a tese bakhtiniana do caráter ‘semialheio’ da ‘própria palavra’ [...] A aproximação de Bakhtin aos problemas da cultura e, portanto, do problema dos signos e dos valores assume um interesse especial pelo que se refere à questão da razão dialógica, visto que põe em discussão a categoria de identidade em favor da alteridade. [...] A contribuição de Bakhtin à dialética materialista consiste em ter explicitado que o caráter fundamental da materialidade é a alteridade. Portanto, a dialética se apresenta como dialógica porque nela o diálogo não é uma característica exterior ao discurso, mas sua estrutura lógica. É preciso considerar Bakhtin quando se quiser realizar uma crítica da razão dialógica [...]” (PONZIO, 2008, p. 11; 236,233).

como *heterogeneidade mostrada* – estão a *heterogeneidade marcada* e a *não marcada*. Como explica Authier-Revuz:

Um conjunto de formas que chamo de formas de “heterogeneidade mostrada” por inscreverem o outro na sequência do discurso – discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia [...] Neste conjunto de formas marcadas distingo aquelas que mostram o lugar do outro de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos, incisos de glosas) e aquelas não marcadas onde o outro é dado a reconhecer sem marcação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação, [...]) (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25; 36).

Portanto, além dessa heterogeneidade constitutiva, “que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva³⁷”, temos uma outra forma de heterogeneidade: aquela mostrada, que “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis, a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 75). Authier-Revuz discorre sobre a relação entre as duas formas:

As formas marcadas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem, dentro do desconhecimento daquela, uma representação da enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ocorrer³⁸ (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 107).

No QUADRO 1 enumeramos as formas de heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada) citadas por Maingueneau (1997), das quais não tomamos como categorias de análise apenas a *imitação por paródia* e o *pastiche*:

QUADRO 1 – Fenômenos relativos à heterogeneidade mostrada

Pressuposição	Discurso relatado (direto e indireto)	Discurso indireto livre	Imitação (captação ou subversão/paródia)
Negação	Metadiscurso do locutor	Citação de autoridade, provérbio, <i>slogan</i>	Pastiche
Palavras entre aspas	Parafraasegem	Ironia	

Fonte: Elaboração própria a partir de Maingueneau (1997, p. 76-106).

³⁷Neste trabalho, essa forma de heterogeneidade é abordada pelo viés da memória discursiva, na apreensão das FDs (formações discursivas) que atravessam o discurso materializado nos textos do *corpus*. Esclarecemos também que não examinaremos o viés psicanalítico mencionado por Authier-Revuz (1990), restringindo-nos à abordagem da heterogeneidade discursiva/constitutiva pelo viés da ideologia.

³⁸ Tradução de: “*Les formes marquées de l’hétérogénéité montrée représentent une négociation avec les forces centrifuges, de désagrégation, de l’hétérogénéité constitutive: elles construisent, dans la méconnaissance de celle-ci, une représentation de l’énonciation, qui, pour être illusoire, est une protection nécessaire pour qu’un discours puisse être tenu*”.

Como se vê, Maingueneau (1997), na sua releitura do conceito de Authier-Revuz, apresenta elementos da *heterogeneidade mostrada marcada* – os pressupostos, o discurso relatado direto e indireto, a citação, as aspas, as glosas (metadiscurso do locutor), a parafraza e a negação – e aqueles característicos da *heterogeneidade mostrada não marcada*, onde está a ironia, entre outros, categorias que utilizamos nas análises, acrescidas, como já foi dito, de outros elementos não citados pelos autores, como o paradoxo, o subentendido, a alusão, a metáfora e a metonímia.

No tocante à heterogeneidade mostrada marcada, o diálogo com outros discursos – o que consideramos está ligado à credibilidade, uma vez que se destacam outras “vozes” para confirmar o discurso em análise – é, tanto na escolha do discurso a ser acessado, como no modo como o discurso em questão dialoga com essa *alteridade*, uma “marca de distância” e de “identidade”, segundo Authier-Révuz:

Ao mesmo tempo, o retorno a um alhures, a um exterior explicitamente especificado, ou dado a especificar, *détermine* automaticamente pela diferença um *intérieur*, aquele do discurso; quer dizer que a designação de um exterior específico é, por meio de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso. Também a zona de “contato” entre exterior(es) e interior que desenham as marcas de distância num discurso é profundamente reveladora dele, de uma parte pelos pontos onde ele escolhe colocar explicitamente as fronteiras, bordas, demarcações – quer dizer, de qual outro é necessário se defender, a qual outro ele recorreu para se constituir – de outra parte pelo tipo de relação com esse outro com quem se joga, [...], seja explicitada pelas glosas, seja interpretável em função do contexto [...] ³⁹ (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 105, grifos do original).

Portanto, no âmbito da heterogeneidade mostrada marcada, estudamos, entre outros, o *discurso relatado*, seja ele direto ou indireto, que são as manifestações mais clássicas da heterogeneidade enunciativa. Nele se deve examinar ainda quem é citado (ou, ao contrário, silenciado) e como é citado nos discursos, pois, como lembra Maingueneau (1997, p. 86), “o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja (...) são as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação”. No entanto, não podemos esquecer que se trata, via de regra, de recortes da fala do outro, em que uma parte do discurso

³⁹ Tradução de: “*En même temps, le renvoi à un ailleurs, à un extérieur explicitement spécifié ou donné à spécifier, détermine automatiquement par différence un intérieur, celui du discours; c’est-à-dire que la désignation d’un extérieur spécifique est, à travers chaque marque de distance, une opération de constitution d’identité pour le discours. Aussi la zone de ‘contact’ entre extérieur(s) et intérieur que dessinent les marques de distance dans un discours est-elle profondément révélatrice de celui-ci, d’une part par les points où il choisit de poser explicitement des frontières, bords, démarcations – c’est-à-dire de quel autre il faut se défendre, à quel autre il a recours pour se constituer – d’autre part par le type de rapport à tel autre que s’y joue [...], soit explicite par les gloses, soit interprétable en fonction du contexte [...]*”.

é escolhida para ser citada, o que, em alguns casos, altera o sentido proposto, numa espécie de ruptura semântica.

Lembramos também que no *hiperlink* a oferta de acesso ao conteúdo inteiro do discurso citado permite ao leitor investigar, por conta própria, o fato ocorrido; ignorá-lo é estar à mercê do sentido proposto no discurso de opinião, gênero ao qual nos dedicamos no capítulo 1. A seguir, explicaremos, mais detalhadamente, as formas de heterogeneidade mostrada marcada e não marcada que utilizamos em nosso dispositivo de análise.

Ao tratar da heterogeneidade nos discursos, consideramos essencial apresentar a noção de polifonia⁴⁰ interna ao enunciado, presente na *teoria polifônica da enunciação* de Ducrot (1987) e de Carel e Ducrot (2009), em que os autores atribuem os pontos de vista a *enunciadores* – numa polifonia que realça diversas *vozes* no discurso, como descreve Ducrot, e que confirma a questão da *não unicidade* do sujeito, o que nos interessa examinar com atenção.

Apesar de citar Bakhtin, Ducrot passa a considerar a *polifonia* como parte do enunciado (e não como vozes externas a ele). Olímpio (2010) examina o papel de Bakhtin e de Bally nessa etapa da obra do autor:

Em vários momentos de sua trajetória (1987 [1984], 1990), Ducrot afirma ter-se inspirado em Mikhail Bakhtin para discutir o postulado da unicidade do sujeito falante, presente na linguística moderna e propor, a partir daí, uma teoria polifônica da enunciação que permitisse desenvolver uma análise propriamente linguística da polifonia interna nos enunciados. Entretanto, a análise propriamente linguística da polifonia dos enunciados foi inspirada em Bally, como o próprio Ducrot reconhece no texto *Enonciation et poliphonie chez Charles Bally* [...] O conceito de polifonia, desenvolvido na terceira etapa dos estudos de Anscombe-Ducrot sobre argumentação (2004), é retornado por Ducrot e Carel (2008) na fase dos blocos semânticos, e os diferentes enunciadores são associados aos diferentes pontos de vista derivados dos diferentes aspectos relacionados nos encadeamentos (OLÍMPIO, 2010, p. 44-45; 48).

A questão, alega Ducrot (1987, p. 161), é que a teoria de Bakhtin “sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos”. Ducrot considera a influência que teve de Banfield (“sujeito de consciência”), a quem acusa de ter depois retrocedido, e de Authier-Revuz e Plénat, acerca do discurso indireto livre, admitindo que a sua teoria da polifonia – dentro da *pragmática linguística*, ou *pragmática*

⁴⁰ As noções bakhtinianas de “dialogismo” e “polifonia” são, muitas vezes, tomadas como equivalentes. Faraco (2006, p. 74-75), porém, assinala que, enquanto o dialogismo é inerente a todo e qualquer discurso sendo a própria condição do sentido, a noção de polifonia foi usada por M. Bakhtin apenas “para qualificar o projeto estético realizado por Dostoiévski em seus romances da maturidade”. De nossa parte, adotamos a proposta de Barros (2003, p. 6), para quem “o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas”. Enquanto, no primeiro caso, as vozes se mostram plenamente, no segundo, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz. Trata-se, pois, “de efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos”.

semântica – constitui-se como “uma extensão (bastante livre) à linguística dos trabalhos de Bakhtine sobre a literatura” (DUCROT, 1987, p. 162; 163). E enfatiza: “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes” (p.172).

Ducrot (1987, p. 182; 188) começa por estabelecer, além da diferença entre *locutores* e *enunciadores*, uma distinção relacionada ao locutor, que é dividido em L: “locutor enquanto tal [...] aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado”. E λ , ou *locutor lambda* (DUCROT, 1987, p. 188): “o locutor enquanto ser do mundo”. Ambos, L e λ , são “seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado [...] cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante”. O autor justifica, alegando que o sentimento (demonstrado por uma interjeição), está “exterior à enunciação”, referindo-se à λ : “ao ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza ou sua alegria (de um modo geral, o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ , mesmo se a identidade deste λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L)” (p. 188). Explica, além disso, o lugar do *éthos* nessa subdivisão entre tipos de locutor:

[...] o *éthos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado (*affublé*) de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável [...] a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar tal argumento pode parecer sintomática de tal qualidade ou de tal defeito moral) (DUCROT, 1987, p. 189).

E prossegue:

Do locutor eu quero distinguir os enunciadores. Acabo de dizer que a enunciação – tal como se apresenta o enunciado – aparece como a realização de diversos atos, por exemplo, atos ilocutórios (asseverar, prometer, etc.). Chamo “enunciadores” às personagens que são apresentadas pelo enunciado como autores destes atos. Todo o paradoxo – que denomino conforme a expressão de Bakhtin, “polifonia” – prende-se ao fato de que os enunciadores não se confundem automaticamente com o locutor⁴¹ (DUCROT, 1987, p. 142).

Convém explicar que, apesar de nos perguntarmos aqui sobre os posicionamentos ideológicos assumidos pelos locutores que falam nos textos do *corpus*, estamos considerando

⁴¹ Em linhas gerais, podemos afirmar que, na teoria polifônica de Ducrot, o locutor é aquele que se responsabiliza pelo enunciado, aquele que diz “eu”, enquanto enunciadores são perspectivas ou pontos de vista assimilados ou não pelo locutor. Por exemplo, no enunciado “Pedro parou de beber”, temos dois enunciadores: E1 (do pressuposto) = Pedro bebia antes e E2 (do posto) = Pedro não bebe atualmente, que é assimilado pelo locutor responsável por esse enunciado. Esclarecemos que, fora da teoria polifônica de Ducrot, não é raro encontrarmos autores (como os já citados Maingueneau e Charaudeau) que tomam, frequentemente, os termos “locutor” e “enunciador” como equivalentes, apagando a distinção proposta por aquele autor.

tais manifestações a partir do discurso. Sendo assim, não estamos supondo um locutor de “carne e osso”, mas um procedimento, uma estratégia que pode se repetir (ou não) na construção desses discursos.

No artigo em coautoria com Marion Carel⁴², Ducrot busca especificar a Teoria da Polifonia e volta a afirmar “a coexistência de uma pluralidade de vozes no interior de um mesmo enunciado” ou a “existência dentro de um único enunciado de diferentes conteúdos semânticos [...]”, a partir da “distinção de duas instâncias que são o locutor e o enunciador⁴³” (CAREL; DUCROT, 2009, p. 33-34).

Passando à noção de *polifonia* propriamente, Ducrot afirma que o recurso à “autoridade polifônica” (noção que será explicada mais adiante) representa o “próprio fundamento do encadeamento discursivo⁴⁴”, chamando a atenção para o fato de que é “visível de modo particular, e paradoxal, no caso sobre o qual insisti especialmente, em que o locutor se distancia explicitamente (Cf. *parece que* [= *il parait que*]) do enunciador em cuja asserção ele fundamenta suas conclusões”. E associa a expressão à conduta jornalística: “na verdade, a prática dos escolásticos lembra, sobretudo, a autoridade polifônica. Eles atribuem a Aristóteles e aos textos sagrados justamente aquilo que desejam dizer (o que é exatamente o movimento do *parece que* ou do condicional de prudência dos jornalistas)” (DUCROT, 1987, p. 157; 158).

O autor lembra que “o discurso segundo, mesmo quando retoma um discurso anterior, não consiste em mero relato. Ele cria uma realidade original: pelo fato mesmo de dizer que alguma coisa já foi dita, diz-se alguma coisa de novo” (DUCROT, 1987, p. 159) – o que remete à construção de sentido contida nos aspectos ideológicos explícitos/implícitos presentes nas citações e parafrases dos artigos de crítica política que compõem o *corpus* desta tese. O trecho a seguir mostra como a noção de *enunciadores* é adequada às análises que apresentaremos no capítulo 3, ao permitir referências à assunção e ao apagamento do locutor no discurso, organizando pontos de vista, nomeados *enunciadores*, numa polifonia interna, em que se pode apoiar ou preterir essas vozes, que podem ser de fontes explicitadas ou não:

⁴² Revista Langue Française. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-4-page-33.htm>. Acesso em: 13 fev.2018.

⁴³ Tradução de: “[...] *comme la co-existence de plusieurs paroles à l’intérieur d’un seul énoncé [...] l’existence dans un énoncé unique de différents contenus sémantiques [...] à la distinction des deux instances que sont le locuteur et l’énonciateur*”.

⁴⁴ A noção de *encadeamento* para Ducrot e Anscombre é explicada por Chabrol e Emediato: “Para que possamos passar de um argumento A à conclusão C levanta-se a hipótese da existência de uma *lei de passagem* [...] a lei de passagem desempenha um papel de princípio geral subjacente que permite a ligação entre o argumento e a conclusão [...] A intenção maior dos autores, como Ducrot e Anscombre, parece ser o de explicar por que razões um enunciado pode dar lugar a outros enunciados derivados de forma quase natural e automática” (CHABROL; EMEDIATO, 2002, p. 296; grifo do original).

A ideia fundamental é a seguinte: assim que um locutor L produz um enunciado E – entendendo por isso um segmento de discurso ocorrência de uma frase da língua – ele põe em cena um ou vários enunciadores realizando atos ilocutórios. Esse locutor pode adotar em relação a esses enunciadores (ao menos) duas atitudes: – ou se identificar com eles, adotando, então, seu(s) ato(s) ilocutório(s) [...] pela assimilação a tal ou tal enunciador [...] ou se distanciar, assimilando-os a uma pessoa distinta dele [locutor], que pode ou não estar determinada⁴⁵ (ANSCOMBRE; DUCROT, 1988, p. 175).

A Teoria da Polifonia foi bastante criticada por outros linguistas ligados à teoria de Althusser, o que Carel e Ducrot (2009, p. 36) consideram estar relacionado ao fato de que esses teóricos “refutam a ideia de um locutor mestre da significação e puxando os barbantes [de marionetes] – metáfora em que o barbante representa a atitude do sujeito falante e em que a marionete corresponde ao conteúdo⁴⁶”.

No artigo com Carel, Ducrot também volta a outras noções apresentadas em *O dizer e o dito*, buscando melhor situá-las, como é o caso das expressões “autoridade polifônica” e “raciocínio por autoridade”, que confirmam a posição dos autores lançada na metáfora da marionete, no parágrafo anterior, como poderemos ver. A “autoridade polifônica” é considerada uma leitura “modal”, que reclama para si a “respeitabilidade” dos discursos citados: “[...] o locutor sustenta uma certa opinião ‘através’ de um enunciador distinto dele e assimilado aos filósofos⁴⁷. Não se deve dizer que ele os faz falar, mas que fala ‘através’ deles, utilizando-os, por assim dizer, como máscaras. Nesse caso, falaremos de leitura ‘modal’⁴⁸” (CAREL; DUCROT, 2009, p. 38).

Já o “raciocínio por autoridade”, em referência à legitimidade no discurso, configura-se como uma leitura “atributiva”, como explicam os autores:

Mencionamos o fato de que alguém, neste caso, os filósofos, apresentou a opinião indicada no discurso que relatamos, e esse fato é usado para justificar, ou mesmo provar, essa opinião, tornada verossímil pela constatação de que o autor do discurso relatado corre pouco risco de se enganar, em qualquer caso sobre esse assunto. Falaremos desta vez de leitura “atributiva”⁴⁹ (CAREL; DUCROT, 2009, p. 37).

⁴⁵ Tradução de: “*L’idée fondamentale en est la suivante: lorsqu’un locuteur L produit un énoncé E – en entendant par là un segment de discours occurrence d’une phrase de la langue – il met en scène un ou plusieurs énonciateurs accomplissant des actes illocutoires. Ce locuteur peut adopter vis-à-vis de ces énonciateurs (au moins) deux attitudes: – ou bien s’identifier à eux, en prenant alors en charge leur(s) acte(s) illocutoire(s); [...] par son assimilation à tel ou tel énonciateur [...] ou bien s’en distancier en les assimilant à une personne distincte de lui, personne qui peut être ou non déterminée*”.

⁴⁶ Tradução de: “[...] *refusent l’idée d’un locuteur maître de la signification et tirant les ficelles – métaphore où la ficelle représente l’attitude du sujet parlant et où la marionnette correspond au contenu*”.

⁴⁷ Carel e Ducrot comentam que a referência de certos autores aos antigos filósofos, como Platão e Aristóteles, por exemplo, é uma maneira de se referir ao tema sem assumir a responsabilidade pela declaração.

⁴⁸ Tradução de: “[...] *le locuteur soutient une certaine opinion « à travers » un énonciateur distinct de lui et assimilé aux philosophes. On ne doit pas dire qu’il les fait parler mais qu’il parle « à travers » eux, en les utilisant pour ainsi dire comme des masques. Nous parlerons, dans ce cas, de lecture « modale »*”.

⁴⁹ Tradução de: “*On mentionne le fait que quelqu’un, en l’occurrence les philosophes, a présenté l’opinion indiquée dans le discours que l’on rapporte, et l’on utilise ce fait pour justifier, ou même prouver, cette opinion,*

Reforçando a distinção entre os dois tipos de leitura, a definição apresentada permite-nos aproximar o *raciocínio por autoridade* da argumentação apresentada nos artigos do *corpus* desta tese, uma vez que, como explicam Carel e Ducrot (2009, p. 38), é “quando ele relata a fala de autores infalíveis; pretende atribuir certos discursos a certas pessoas e utiliza essa atribuição para fins demonstrativos”⁵⁰. Assim, os autores confirmam que enquanto a *autoridade polifônica* “serve apenas para colorir o próprio discurso de uma deferência face ao (*sic*) discurso de outrem, o raciocínio por autoridade serve para impor um discurso, deduzindo sua verdade da verdade de um discurso sinônimo”⁵¹ (CAREL; DUCROT, 2009, p. 38).

Nas análises do capítulo 3, pretendemos, na medida do possível, observar os enunciadores presentes nos artigos do *corpus*, procurando verificar quais pontos de vista são eleitos/apoiados pelo locutor, e quais não são, e se esse posicionamento está explícito ou implícito – sinalizando para a assunção, ou o apagamento do locutor, em meio à abundante heterogeneidade que permeia esses textos.

2.2.2.2 Heterogeneidade mostrada marcada: o pressuposto

Buscando responder à questão sobre o uso dos *implícitos*, no apagamento das marcas do locutor⁵² nos discursos de opinião, optamos por apresentar os trabalhos de Ducrot, um dos autores mais produtivos no estudo da pressuposição e, por isso mesmo, retomado por outros estudiosos desse fenômeno (inclusive, como dissemos, pelo próprio Maingueneau, ao abordar a *heterogeneidade mostrada marcada*). Daí o destaque dado a esse fenômeno, que aparece em seção à parte (assim como o discurso relatado, para fins de melhor organização do texto), diferentemente das demais marcas da heterogeneidade mostrada, que serão descritas em conjunto.

O estudo dos implícitos elaborado por Ducrot, principalmente dos pressupostos – no âmbito da pragmática e influenciado pelos *atos de fala* de J. L. Austin –, considera que essas

rendue vraisemblable par la constatation que l'auteur du discours rapporté a peu de risques de se tromper, en tout cas sur ce sujet. Nous parlerons cette fois de lecture « attributive »”.

⁵⁰ Tradução de: “[...] quand il rapporte la parole d'auteurs infallibles, entend attribuer certains discours à certaines personnes, et utilise cette attribution à des fins démonstratives”.

⁵¹ Tradução de: “[...] sert seulement à colorer son propre discours d'une déférence vis-à-vis du discours d'un autre, le raisonnement par autorité sert à imposer le discours que l'on tient en déduisant sa vérité de la vérité d'un discours synonyme”.

⁵² Sempre que estiver em pauta a teoria polifônica da enunciação, usaremos o termo “locutor” para não confundí-lo com o “enunciador” que, para Ducrot (1987), tem um sentido bem particular (o de uma perspectiva ou ponto de vista). Em outras partes do trabalho, no entanto, chamamos esse locutor de “sujeito enunciador” ou apenas de “enunciador” (quando se trata de citações de outros autores que utilizam esse termo).

“contribuições próprias do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 21), os *postos* e os *pressupostos*, permite entrever, como mencionamos, os enunciadores apoiados/não apoiados pelo locutor. Como explica Ducrot (1987, p. 38), “chamarei ‘pressupostos’ de um *enunciado* às indicações que ele traz, mas a partir das quais o enunciador não quer (quer dizer, faz como se não quisesse) fazer recair o encadeamento. Trata-se de indicações que se dão, mas que se dão à margem da linha argumentativa do discurso”. Segundo Guimarães (2015):

Ducrot vai se dedicar ao estudo das significações não explícitas, ou seja, vai se interessar por aquilo que conhecemos por implícito [...] ele desenvolve uma contestação muito particular do caráter comunicacional da linguagem, já que ela significa sempre pelo que se diz diretamente e pelo que não se diz e que, no entanto, fica significado (GUIMARÃES, 2015, p. 171).

Pertencente ao componente linguístico (e não ao retórico), a pressuposição é marcada linguisticamente, podendo ser desencadeada por uma palavra ou expressão, como, por exemplo, verbos que indicam mudança de estado (*começar a; parar de; deixar de*), verbos factivos (*saber, lastimar, lamentar*), expressões adverbiais como *de novo*, entre outros marcadores. Portanto, o *pressuposto*, para o autor, apresenta-se como evidência e, como lembra Ducrot (1987, p. 20-21), “procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se”. Ou seja, implica a cumplicidade dos participantes do ato de comunicação, ou o apelo a uma “crença comum”. Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 29) corrobora essa posição:

[...] supõe-se que os conteúdos formulados em pressupostos correspondem às realidades já conhecidas e admitidas pelo destinatário – seja aquelas que vêm do seu saber enciclopédico específico, seja aquelas que correspondem às “evidências” supostamente partilhadas por todos⁵³ (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 29).

Essa cumplicidade cria a possibilidade de o locutor se esconder por trás dessa conclusão óbvia, dessa literalidade. Como conclui Ducrot (1987, p. 19): “sempre poderei proteger-me por trás do sentido literal de minhas palavras e deixar a meu interlocutor a responsabilidade da interpretação que delas faz”. O autor apresenta uma definição detalhada do pressuposto, que tem seus contornos mais bem desenhados quando comparado ao posto e a uma outra forma de implícito, o *subentendido*:

⁵³ Tradução de: “[...] *les contenus formulés en présupposés sont censés correspondre à des réalités déjà connues et admises par le destinataire – soit qu’ils relèvent de son savoir encyclopédique spécifique, soit qu’ils correspondent à des ‘évidences’ supposées partagées par l’ensemble [...]*”.

Ele [o pressuposto] é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso. Introduzindo uma ideia sob forma de pressuposto, procedo como se meu interlocutor e eu não pudéssemos deixar de aceitá-lo. Se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação (DUCROT, 1987, p. 20).

No capítulo 1 de *O dizer e o dito*, Ducrot (1987, p. 24) reafirma que “a detecção de pressupostos não está ligada a uma reflexão individual dos falantes”, razão que o leva a “conferir um estatuto radicalmente diferente ao subentendido e ao pressuposto”. Considerando-se os dois componentes do enunciado, o *linguístico* e o *retórico*, em sua teoria da argumentação na língua, o autor enfatiza que “o pressuposto, diferentemente do subentendido, não é um fato de retórica ligado à enunciação, mas inscreve-se na própria língua” (p. 30), enquanto “o papel do componente retórico consiste [...] em procurar na situação os elementos suscetíveis de preencher os espaços vazios inscritos na significação da frase, fazendo isto segundo as instruções encontráveis nesta significação” (p. 92). Assim, o pressuposto não considera “as condições de ocorrência – enquanto os subentendidos seriam previstos por um componente retórico – que leva em conta as circunstâncias da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 21).

Na referência à categoria de pessoa, o autor relaciona o pressuposto ao *nós*, passando pelo posto (o *eu*) e pelo subentendido (o *tu*). Ducrot também compara o pressuposto ao tempo passado, como mencionamos, enquanto o subentendido remete ao futuro e o posto relaciona-se ao presente. Como exemplifica Fiorin, “quando se diz *Os fiscais da prefeitura continuam cobrando propina*, o conteúdo posto é o de que atualmente eles cobram propina e o conteúdo pressuposto, derivado do uso do verbo *continuar*, é o de que eles já cobravam propina anteriormente (FIORIN, 2015, p. 37, grifos do original).

Embora Ducrot (1987, p. 30) reforce que “a repartição do conteúdo dos enunciados em elementos semânticos postos – cuja responsabilidade é endossada pelo locutor – e em elementos semânticos pressupostos – cuja responsabilidade o locutor partilha com o ouvinte”, a questão da isenção do locutor, considerada mais ligada aos subentendidos, não deve ser desconsiderada nos pressupostos. Como alega Ducrot (1987, p. 30), não há “uma necessidade lógica” na pressuposição, “ela possibilita aprisionar o ouvinte em um universo intelectual que ele não escolheu, mas que lhe é apresentado como coextensivo ao próprio diálogo”. O pressuposto tem, porém, em comum com o subentendido a “possibilidade dada ao locutor, nos dois casos, de se retirar, por assim dizer, da fala” (p. 42).

O autor continua, afirmando que, na pressuposição, o locutor não pode ser atacado pelo conteúdo implícito de sua fala, uma vez que ela é “uma espécie de retrato da enunciação”, ou seja, ela está inscrita no enunciado (sendo desencadeada, como se disse, por um elemento linguístico); ao passo que, no subentendido, que não é marcado, a responsabilidade da interpretação é deixada ao destinatário. Nesse caso, o locutor é amparado pelas informações (contextuais) já fornecidas, que dão base para que ele faça “o outro dizer o que se disse” (DUCROT, 1987, p. 42-43).

Ducrot enfatiza a característica “illocutória” do pressuposto (sob a influência de Austin, como discutiremos no próximo parágrafo), admitindo que “realizar um ato illocutório é apresentar suas próprias palavras como induzindo, imediatamente, a uma transformação jurídica da situação: apresentá-las, por exemplo, como criadoras de obrigação para o destinatário” (DUCROT, 1987, p. 34). Já o subentendido estaria ligado ao perlocutório e às circunstâncias da situação, como afirmara anteriormente: “a noção de subentendido não designa um ato de fala particular. Ela envia a um processo particular de codificação ou decodificação, no fim do qual aparecem todas as formas de atos illocutórios, notadamente a pressuposição” (DUCROT, 1987, p. 37).

O inglês J. L. Austin, cuja produção teórica teve repercussão a partir da década de 1940, evidenciou-se pelo estudo dos *atos de fala* (em conjunto com Searle), que podem ser: o *locucionário* (o ato de enunciar uma frase), o *ilocucionário* (o que se realiza na linguagem: pedir, prometer, jurar etc) e o *perlocucionário* (o que se realiza pela linguagem: ameaçar, amedrontar, etc.), o que levou Ducrot, como explica Olímpio (2010, p. 43), “[...] a admitir, na estrutura linguística dos enunciados, integrada ao conteúdo informacional, uma força illocutória de valor argumentativo, ambos de responsabilidade do locutor”. Nessa etapa da sua teoria:

[...] Ducrot não admite fases sucessivas entre análise sintática, semântica e pragmática. Por isso recusa a separação (proposta na teoria dos atos de fala) entre o conteúdo informacional, proposicional; e o pragmático, a forma illocutória. O estudo da pressuposição (como um ato illocutório) marcou essa fase da teoria [...] No quadro teórico então formulado, os encadeamentos argumentativos se realizam sobre o posto, e não sobre o pressuposto. [...] Na segunda etapa, de articulação com a pragmática, é possível apreender, no interior mesmo dos enunciados, a combinação de um conteúdo posto, explicitamente informado (objeto da enunciação), e um conteúdo pressuposto, um implícito de valor illocutório (mantido na interrogação e na negação dos enunciados) (OLÍMPIO, 2010, p. 43; 41).

Mas Ducrot (1987, p. 173) acaba por reexaminar a noção de *illocutório*, afirmando que o semanticista “não pode, pois, introduzir em suas descrições do sentido a indicação de um ato illocutório, mas uma caracterização da enunciação vinculada ao enunciado”. Assim, ao

distinguir *enunciado* e *enunciação* no capítulo que dedica à teoria polifônica da enunciação, Ducrot demonstra que se afasta da teoria dos *atos de fala* e, ao mesmo tempo, novamente reforça que desconsidera a noção de *autor*: “Ressaltar-se-á que não faço intervir na minha caracterização da enunciação a noção de ato – a *fortiori*, não introduzo, pois, a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala” (DUCROT, 1987, p. 168-169).

A relação entre *pressuposição* e *argumentação* sofre alterações ao longo de sua teoria, até aquela ser considerada como uma “tática argumentativa” no nível do enunciado, atrelada à noção de “encadeamento”:

Consideram-se pressupostos, em um enunciado, o que é trazido pelo enunciado, mas não de forma argumentativa, entendendo por isso que não se apresenta como devendo orientar a continuação do discurso [...] Tal como a caracterizei, no nível do enunciado, a pressuposição aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores; ela é relativa à maneira pela qual eles se provocam e pretendem impor-se uns aos outros, um certo modo de continuar o discurso (DUCROT, 1987, p. 39; 40-41).

Ducrot (1987) passa, então, a abordar a pressuposição a partir da distinção que faz, em sua teoria polifônica da enunciação, entre “locutor” e “enunciadores” (o locutor organiza, no discurso, os diversos pontos de vista, ou enunciadores), o que é retomado por Maingueneau quando estuda o fenômeno, no âmbito da *heterogeneidade mostrada marcada*. Conforme este último autor: “Para Ducrot [...] a pressuposição consiste em um processo que apresenta dois ‘enunciadores’, E1 e E2, o primeiro responsável pelo pressuposto e o segundo, pelo posto: E2 seria assimilado ao ‘locutor’ e E1 a ON, a opinião pública” (MAINGUENEAU, 1997, p. 79).

Procuraremos, no capítulo 3, dedicado à análise dos artigos do *corpus*, abordar os *pressupostos* e *subentendidos*, os primeiros incluídos entre os elementos da heterogeneidade mostrada marcada por Authier-Revuz e Maingueneau; os segundos salientados entre outras categorias que acreditamos necessárias para as análises (já que eles não são incluídos, por nenhum dos dois autores da ADF, nas formas de heterogeneidade do discurso).

Antes de seguir com os demais elementos da heterogeneidade mostrada marcada, ressaltamos que “a importância do estudo da pressuposição está ligada também ao fato de que sua caracterização é decisiva na consideração de Ducrot [...] de que o sujeito do enunciado não é uno, e que o enunciado é assim polifônico” (GUIMARÃES, 2015, p. 172).

2.2.2.3 Heterogeneidade mostrada marcada: o discurso relatado (direto, indireto)

Sobre as formas explícitas da heterogeneidade em que o locutor inscreve o outro, rompendo a linearidade do discurso, Authier-Revuz destaca, sobre o discurso relatado:

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas modalidades diferentes, o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ 2004, p.12).

Maingueneau (2011, p. 141) comenta que “o discurso direto (DD) não se contenta em eximir o locutor de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. Embora, em tese, o DD possa ser considerado objetivo, seja pela alegada transcrição fiel do trecho citado ou por outro motivo, é preciso reconhecer que:

Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal (MAINGUENEAU, 2011, p. 141).

Segundo o autor, com o DD pode-se “criar [um efeito de sentido de] autenticidade” sobre a fidelidade em relação ao citado – o que está próximo de “mostrar-se objetivo, sério” – ou, ainda, “distanciar-se”, quando o locutor não adere ao que foi citado. As expressões que introduzem o discurso direto não são imparciais, como esclarece Maingueneau (2011, p. 144), “mas trazem consigo um enfoque subjetivo [...] se um verbo como ‘dizer’, uma preposição como ‘segundo’ podem parecer neutros, não é esse o caso de ‘confessar’ ou ‘reconhecer’, por exemplo, que implicam que a fala relatada constitui um erro”.

No discurso indireto (DI), “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas o conteúdo do pensamento” (MAINGUENEAU, 2011, p. 149). O autor afirma ainda que:

Em geral, a imprensa popular prefere o discurso direto ao DI. Essa divergência remete a dois tipos de encenação da fala relatada: para um público leitor popular, o jornalista privilegia a narração, uma relação mais imediata com o vivido, as palavras mesmas das pessoas, como se o leitor estivesse presente na situação; para um leitor instruído,

o jornalista prepara um produto que fale à inteligência desse público e atrás do qual ele se apaga (MAINGUENEAU, 2011, p. 150).

As formas híbridas acontecem quando, no discurso relatado indireto, o enunciador coloca em itálico, aspas ou outra marca, palavras ou expressões do citado, destacando-as das demais, numa mistura dos discursos indireto e direto, o que é chamado por Maingueneau (2011, p. 151) de “ilha textual” ou “ilha enunciativa”, procedimento comum na imprensa, em que “só a tipografia permite verificar que essa parte do texto não é assumida pelo relator”. Esse hibridismo, como afirma Maingueneau (2011, p.153), é acentuado no discurso indireto livre (DIL), em que a polifonia não está marcada (embora o DIL seja pouco comum na imprensa). No caso do discurso indireto também não é difícil confundir quem disse o quê:

Certamente, do enunciador do discurso indireto não se supõe que reconstitua nada mais que o significado do que ele cita, mas nada o impede – e este é um caso bem frequente – de utilizar as próprias expressões do discurso citado. Ora, na falta de marcas de distanciamento explícito, não se sabe a quem atribuir os traços de subjetividade e as palavras empregadas: se ao relator ou ao locutor original (MAINGUENEAU, 1996, p. 110).

Essa questão está, aliás, relacionada ao que se costuma chamar de “resumo de citações”, recurso bastante utilizado pela mídia jornalística. Maingueneau (2011, p. 154-155) comenta que ele é “marcado pela acumulação de itálico e aspas”, em que o texto original está em fragmentos, que são “integrados sintaticamente ao discurso citante”, o que é indicado no início ou no fim do enunciado. Nesse caso, “o ponto de vista considerado é o do enunciado do discurso citado e não o do discurso citante”, num exemplo de “restituição do *conjunto de um discurso já enunciado* [...] que pretende apagar-se atrás do ponto de vista da fala citada”. Trata-se de um fenômeno relativo a uma heterogeneidade mostrada marcada, que busca a isenção do sujeito enunciador (MAINGUENEAU, 2011, p. 154-155, grifo do original). Um exemplo disso pode ser visto no seguinte trecho do artigo de Clovis Rossi, já mencionado (“O ‘processo’ Temer sobreviverá?” – *Folha de S. Paulo* – 09/04/2017), em que partes da fala do ministro Eliseu Padilha são inseridas no discurso: “Nessas circunstâncias, não dá para dizer que houve um repúdio maciço ao governo Macri. Mas dá para dizer que o governo não conseguiu, em seus 16 meses de vida, o ‘bom nível de desenvolvimento’ e a ‘economia pulsando’, antevistas pelo Ministro Padilha”.

Authier-Revuz (1998), por sua vez, destaca um outro fenômeno pertencente ao discurso relatado (e ausente das gramáticas), para além do DD, do DI e do DIL: trata-se do que ela denomina “modalização do discurso em discurso segundo”, ou seja, o uso de expressões como:

segundo x, para retomar as palavras de y, etc. Esse fenômeno nos interessa dada a sua presença constante nas mídias. Para Maingueneau (2011, p. 139), a modalização em discurso segundo consiste em um “modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado: basta-lhe indicar que está se apoiando em um outro discurso”, por meio de modalizadores que remetem ao discurso de outra pessoa.

2.2.2.4 Heterogeneidade mostrada marcada: as palavras entre aspas, o metadiscorso do locutor, a parafrase e a negação

Recurso ligado também ao DD, as aspas são consideradas uma forma explícita de heterogeneidade (mostrada marcada), como confirma Authier Revuz: “o fragmento assim designado – marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro [...] numerosos são os valores específicos que pode tomar essa alteridade” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13). Para Maingueneau:

Ao colocar palavras entre aspas, o enunciador, na verdade, apenas chama a atenção do coenunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que ele está aspeando; salientando-as, delega ao coenunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso (MAINGUENEAU, 2011, p. 160-161).

Para o autor, as aspas marcam a estranheza e, ao mesmo tempo, integram o discurso citado ao enunciado. Confirmando o afastamento causado pelos diversos tipos de palavras/expressões que são colocadas entre aspas, Maingueneau (1997, p. 90) enfatiza que “não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo. Decorre daí a eficácia deste mecanismo”. Ao atribuir o discurso a outro, o locutor se posiciona sem se comprometer, mas acaba por oferecer ao leitor “uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 91).

Enquanto as *aspas* são acrescidas, o *itálico* está inserido no enunciado, mas, muitas vezes, esses dois recursos são usados indistintamente ou empregados concomitantemente, como nos textos de imprensa, observa Maingueneau. Em geral utilizado para marcar palavras estrangeiras e para dar destaque, o itálico difere das aspas na questão do distanciamento do sujeito que enuncia, pois estas “são mais adequadas quando se trata de uma certa reserva por

parte do enunciador, que indica, assim, uma não coincidência de sua fala” (MAINGUENEAU, 2011, p. 166).

Destacamos, por fim, que, diferentemente do DD em que as aspas marcam, claramente, a ruptura sintática entre o discurso citado e o discurso citante, quando se aspeiam palavras ou expressões, essa ruptura não existe. Como afirma Maingueneau (1997, p. 90), tratam-se de “palavras, sintagmas atribuídos a um outro espaço enunciativo e cuja responsabilidade o locutor não quer assumir”.

As *glosas* (ou metadiscurso do locutor), por sua vez, encontram-se entre as “fórmulas de comentário”, junto com o *retoque* e o *ajustamento*. Authier-Revuz (2004, p. 15) descreve glosas que explicam palavras ou expressões estrangeiras, outras que atuam como “figuras de dúvida, de reserva (de certo modo, metaforicamente)”, além da glosa de hesitação: “se assim se pode dizer, se for possível”. Também o comentário no estilo *retoque* ou *retificação* (“ou melhor”, “eu deveria ter dito”). Por fim, relata as confirmações (“é mesmo x que eu quero dizer”) e a tentativa de concordância, que cria efeito de aproximação com o interlocutor (“se você me permite”).

O fragmento de alteridade apresentado nos discursos, “ponto de heterogeneidade” ou “um corpo estranho delimitado”, segundo Authier-Revuz, é “toda forma marcada de distância que remete a essa figura do enunciador, utilizador e mestre de seu pensamento; essa figura se faz particularmente presente nas glosas de retificação, reserva, o que a especifica em juiz, comentador de seu próprio dizer⁵⁴” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 106).

Exemplificamos, aqui, com um trecho do artigo do jornalista Acílio Lara Resende (“A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz” – *O Tempo* – 13/04/2017), já mencionado, em que ele, por meio das glosas que acompanham o seu dizer, comenta sua própria enunciação e nos dá “instruções” de leitura:

Desculpe-me, leitor, por essas patacoadas. O que de fato queria celebrar é a última frase do jornalista Fernando Gabeira ao tratar da extensão da prisão domiciliar, concedida a Adriana Ancelmo (mãe de dois menores), às mães pobres [...] Terrível, não? Mas verdadeiro! **A frase contém uma explicação que procuro há anos.** De maneira concisa, aponta, talvez, a maior causa das desavenças entre dois “grupos de militantes”, no Brasil ou no mundo. Cada grupo quer saber de seu butim. O povo que se dane! (grifos nossos).

⁵⁴ Tradução de: “*C’est toute forme marquée de distance que envoie à cette figure d’énonciateur, utilisateur et maître de sa pensée, mais cette figure est particulièrement présente dans les gloses de rectification, réserve... qui la spécifie en juge, commentateur... de son propre dire*”.

Para Maingueneau (1997, p. 93), “o dito é constantemente atravessável por um metadiscorso mais ou menos visível”, e as glosas representam a “possibilidade de associar, a todo instante, na sequência do discurso, os enunciados e seus comentários”. O autor apresenta algumas classificações para o metadiscorso do locutor e enumera alguns marcadores desses metadiscursos, que completam a classificação das glosas feita por Authier-Revuz:

Metadiscorso destinado a *construir uma imagem do locutor* [...] *marcar uma inadequação dos termos*: “metaforicamente”, “de alguma forma”, “se é possível afirmar” [...] *autocorriger-se*: “ou melhor”, “deveria ter dito”, “olhe o que estou dizendo!” [...] *confirmar*: “é exatamente o que estou dizendo” [...] *solicitar permissão* [...] *fazer uma preterição*: “eu ia dizer” [...] *corrigir antecipadamente* um possível erro de interpretação: “no sentido X da palavra” (MAINGUENEAU, 1997, p. 93-94; grifos do original).

Entre as operações metadiscursivas, encontra-se a *parafrasegem*. Destacando que a paráfrase que interessa à AD é aquela feita pelo próprio locutor e não por terceiros, Maingueneau (1997, p. 96-97) afirma que ela não é “discursivamente neutra: até mesmo uma paráfrase como ‘a democracia, que significa o governo pelo povo’ [...] entra em uma rede de outras fórmulas reivindicadas ou rejeitadas (‘a democracia é a liberdade de iniciativa’ ou ‘a segurança para todos’, etc.)”.

O autor comenta que ela é um meio de superar obstáculos, a partir dos interlocutores e das “suposições que fazem sobre o conhecimento partilhado”. E explica que “a parafrasegem aparece em AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso”, estando, pois, ligada “às coerções de uma formação discursiva e não à confrontação psicológica de dois indivíduos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 96).

Para Maingueneau (1997, p. 96), ao “fingir” dizer, de forma diferente, a “mesma coisa” para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase bloqueia a infinitude de possíveis interpretações de um termo ou expressão, fornecendo um equivalente que, no entanto, constrói essa equivalência na própria enunciação, não sendo, pois, dado *a priori*.

Quanto à *negação*, Maingueneau (1997, p. 82) também se dedica às contribuições de Ducrot (1987), sobretudo aquelas advindas da teoria polifônica da enunciação. Descreve, assim, a reformulação feita por Ducrot em relação às antigas “negação descritiva” (em que o locutor fala do mundo, descreve um estado de coisas) e a “negação polêmica” (em que o locutor contesta uma asserção anterior, explícita ou não).

Nessa reformulação, Ducrot passa a admitir três tipos de negação, subdividindo a antiga “negação polêmica” em “negação metalinguística” e “negação polêmica” e mantendo a

“negação descritiva”. Temos, assim: a) a negação metalinguística, que, contradizendo “os próprios termos de um enunciado oposto [...]”; visa ao *locutor* que assumiu o enunciado negado, podendo anular seus pressupostos”; b) a negação polêmica, em que “não há rejeição de um locutor, mas de um *enunciador* mobilizado no discurso, enunciador este que não é o autor de um enunciado realizado. O que é rejeitado é construído no interior da própria enunciação que o contesta”; c) a negação descritiva, que é “a mais incômoda para a polifonia, certamente a menos importante para a AD”, que Ducrot vai considerar como “um derivado ‘delocutivo’ da negação polêmica” (MAINGUENEAU, 1997, p. 84; grifos do original).

É a negação polêmica que interessa mais de perto à AD e ao nosso trabalho, pois, como se viu, ela não incide sobre algo dito efetivamente por um locutor, mas sobre um ponto de vista, uma perspectiva (um enunciador). É como se o locutor respondesse a acusações que não foram necessariamente formuladas por locutores específicos, mas circulassem no espaço de “enunciadores” (ON, o senso comum, a opinião pública). Lembremos que, para Ducrot (1987), se o locutor é o responsável pelo dizer, “enunciadores” são seres cujas “vozes” estão presentes no enunciado, mesmo se não é possível atribuir-lhes palavras exatas. Ou seja, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seus pontos de vista.

Um exemplo dado por Lara (2017, p. 6-7) pode esclarecer melhor o que Ducrot entende por não polêmico. Analisando aforizações (títulos, intertítulos, legendas de fotos) de artigos publicados nas mídias impressa e digital, que retomam a fala em DD da então candidata ao 1º turno das eleições presidenciais de 2014, Marina Silva (Partido Verde - PV), Lara constata que Marina, frequentemente, se define pelo que não é/não faz: “[...] **Não** ter complacência com os erros cometidos, que são muitos.”; “**não** é um discurso; é uma vida.”; “**não** faço de palanques púlpitos **nem** de púlpitos palanques...”; “**não** satanizo ninguém que defende legalização de aborto e maconha” (grifos do original).

Como conclui a pesquisadora (LARA, 2017, p. 7), Marina não está negando falas efetivas de um ou mais locutor(es) que a teria(m) interpelado efetivamente, mas “pontos de vista” que circulam(vam) sobre ela na opinião pública: de que teria complacência com os erros do governo anterior (o que remete ao seu passado petista); que o que a sustenta é mero discurso (sem ação efetiva); que confunde política (os palanques) com religião (os púlpitos), que “sataniza” quem defende certas posições (o que se relaciona ao fato de Marina pertencer a uma igreja evangélica, a Assembleia de Deus). Trata-se, nesse caso, da negação polêmica.

Terminada a descrição das formas da heterogeneidade mostrada marcada (que nos interessam mais de perto, dadas as especificidades do *corpus* desta pesquisa), passemos à heterogeneidade mostrada não marcada (discurso indireto livre, ironia,

autoridade/provérbio/*slogan*, imitação e pastiche), em relação à qual nos limitamos a discutir a *ironia* como categoria que nos parece mais produtiva para a análise dos artigos de opinião.

2.2.2.5 Heterogeneidade mostrada não marcada: a ironia

Quando a presença do outro “não é explicitada por marcas unívocas”, numa heterogeneidade mostrada não marcada, como no discurso indireto livre, na ironia, na paródia, no pastiche, entre outros, passamos ao espaço do implícito, em que, paradoxalmente, “as formas recuperáveis da presença do outro no discurso”, como descreve Authier-Revuz (2004, p. 21), podem chamar mais a atenção do que o espaço do dito ou das formas marcadas:

Esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não explícito, do “semidesvelado”, do “sugerido”, mais do que do mostrado e dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do “dito” que ela se manifesta [...] leva das formas mais ostentatórias – em sua modalidade implícita – às formas mais incertas da presença do outro (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18).

Cabe ao leitor decifrar a enunciação que tem “a capacidade irônica de saber se apropriar do texto do outro, nele operando uma modificação, dando-lhe uma nova roupagem: mais brilhante, mais exagerada, mais carnavalesca, em suma” (MACHADO, 2002, p. 62). Ou buscando, como afirma Maingueneau (2011, p. 177), “os indícios” apresentados no discurso, como a “discordância” ao texto fonte e “o texto propriamente dito, que destila sinais cada vez mais evidentes de que o autor não assume o que escreve”. Como podemos exemplificar em trecho do já citado artigo de Janio de Freitas (“Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas” – *Folha de S. Paulo* – 16/03/2017), “como caráter não se vende em supermercado, Michel Temer não recebe informações a respeito”.

A *ironia*, segundo Maingueneau (1997, p. 98-99), “subverte as fronteiras entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor (...) efetivamente, é da essência da ironia suscitar a ambiguidade e, com frequência, a interpretação não consegue resolvê-la”. Assim, ocorre um distanciamento entre enunciação e enunciador na expressão irônica, já que ela é “por essência ambígua, pois se mantém na fronteira entre o que é assumido e o que é rejeitado. É próprio da natureza da ironia ser muitas vezes insolúvel, impedindo que o coenunciador determine se o enunciador está ou não sendo irônico” (MAINGUENEAU, 2011, p. 175) – o que acaba por isentá-lo da responsabilidade do conteúdo expresso.

Para Maingueneau (1997, p. 99), “é conveniente jamais perder de vista que a ironia é um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada”. Nesse caso, a heterogeneidade enunciativa não está marcada, ou seja, “o enunciador toma alguma distância, sem deixar que o coenunciador perceba de maneira nítida a ruptura entre os dois pontos de vista” (MAINGUENEAU, 2011, p. 178). O autor ressalta o aspecto de encenação da ironia:

A enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida. Classifica-se tal fenômeno como sendo um caso de polifonia, uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula, que falasse seriamente e do qual ele se distancia [...] (MAINGUENEAU, 2011, p. 175).

Ducrot, por sua vez, descreve o aspecto paradoxal da ironia a partir da distinção entre locutor (L) e enunciador (E):

Falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação [...] a posição absurda é diretamente expressa [...] e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídas a uma outra personagem, E (DUCROT, 1987, p. 198).

Podendo ser tomada como um índice de ironia, a *hipérbole* é examinada por Fiorin (2014, p. 75): “ao dizer de maneira mais forte alguma coisa, chama-se a atenção para aquilo que está sendo exposto. Quando se afirma que alguém tem o coração de pedra, o que se pretende é destacar o grau de insensibilidade dessa pessoa”. A *hipérbole* apresenta, como a ironia, um “aumento da intensidade semântica”. Enquanto o *litotes*, segundo Fiorin, “é um alargamento semântico, uma difusão sêmica. Ao negar o contrário daquilo que se quer afirmar, tem-se uma extensão semântica, abarcando-se o sentido x e a negação do seu contrário” (FIORIN, 2014, p. 73).

A seguir, apresentamos um trabalho (FIG. 3) do cartunista Jota A (*O Dia*, 26/07/2016), que traz uma *hipérbole* visual na representação do Presidente Temer como vampiro. A intensificação causada pela repetição do personagem, cinco vezes – em tamanhos diferentes, que vão crescendo (da esquerda para a direita, na ordem de leitura ocidental) –, é uma *hipérbole*

que enfatiza, no cartum, o tema da *ameaça* (ao trabalhador), também evidenciado pelo dedão em riste do personagem de maior tamanho e pela frase (*aumentos pontuais de impostos*⁵⁵).

FIGURA 3 – Cartum 1



Fonte: <http://www.portaldia.com/blogs/jotaa/charge-com-aumento-de-impostos,-o-governo-avanca-sobre-o-bolso-do-brasileiro-277599.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Os quatro personagens menores têm os braços levantados como zumbis – numa intertextualidade com histórias de outro personagem integrante do gênero *terror* (o zumbi), confirmando a paródia do vampiro. A imagem constrói o sentido de *perseguição*, o que, auxiliado pela intensidade semântica da ilustração, e pela expressão de susto do personagem do trabalhador, leva ao tema da *ameaça*. O que está implícito na hipérbole, ironicamente, é a diferença de *poder* entre o governo (em maior número) e o trabalhador (solitário).

Tratando da *ironia* na “dimensão humorística” da caricatura, gênero presente na charge da Figura 3, Chabrol (2008, p. 224; 222) esclarece que “o caricaturista se inscreve num contrato de informação e de divertimento iconográfico ficcional sobre fatos da atualidade”, e que há como “informar, avaliar, identificar, incitar ou regular” de modo humorístico; assim, “a

⁵⁵ Segundo comentário do economista José Roberto Afonso, em matéria de Lu Aiko Otta publicada no portal *online* do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 03 de setembro de 2016, intitulada “Governo quer aumentar impostos em 2017”: “aumentar as alíquotas do IRPF, disse Afonso, não atingirá os maiores salários do país, porque as pessoas de alta renda recolhem como pessoas jurídicas. ‘Alcançará basicamente só servidores e funcionários de empresas [...]’”. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-quer-elevar-impostos-em-2017,10000024539>. Acesso em: 05 jun. 2017.

finalidade ‘ilocutória do ato pode, portanto, variar, enquanto a dimensão humorística modulará a força para cima (estratégia sarcástica) ou para baixo (ironia)”.

2.2.3 Outras categorias de análise: paradoxo, subentendido, alusão, metáfora e metonímia

Buscando construir nosso “dispositivo individualizado de análise” (ORLANDI, 2001), julgamos importante introduzir aqui outras categorias que nos parecem relevantes para a análise do *corpus* – e que não foram contempladas pelos autores que nos servem de base, principalmente Maingueneau e Authier-Revuz. É o caso do *paradoxo*. No entender de Fiorin (2015, p. 220-221), trata-se de um recurso que “visa a desestabilizar o senso comum [...] e constitui uma provocação ao adversário”. O paradoxo entra em confronto com valores presentes na memória coletiva; é, portanto, a “não conformidade com aquilo que é tradicionalmente aceito”. Além disso, é uma estratégia discursiva que surpreende o leitor, chamando a atenção para a crítica velada, numa heterogeneidade mostrada, mas não marcada.

Ilustramos o paradoxo e a metáfora, explicada mais adiante, com dois exemplos de cartuns veiculados no período da ditadura militar no Brasil, extraídos de análise anterior⁵⁶, conforme mencionamos. Ambos integram as duas edições do *Almanaque Humordaz*, revista publicada no ano de 1976, em Belo Horizonte, e são da autoria do cartunista Lor. Na FIG. 4, “o acesso ao discurso da prática da guilhotina, execução aplicada durante a Revolução Francesa, mostra um diálogo que ironiza, de modo paradoxal, o universo da política brasileira da época”. As figuras da “guilhotina, do carrasco (capuz) e do soldado (cinturão que lembra figurinos antigos de soldados, e uma boina, que no Brasil é usada pelo Exército) compõem uma cena metafórica da repressão imposta pelo regime”. Pode-se dizer que “junta-se ao plano de leitura da *repressão*, o da *arbitrariedade*, enfatizado pelo paradoxo na resposta do soldado” (SANTIAGO, 2015, p. 7).

Na FIG. 5, em seguida, o paradoxo é evidente e, como no cartum anterior, dialoga com uma prática em desuso, que é o enforcamento. O algoz, mais próximo da vítima que os outros personagens, “executa a ação sob o olhar dos outros (tema da *cumplicidade*) e, de acordo com o seu discurso – de mau gosto, cruel –, constrói os planos de leitura da *indiferença* e da

⁵⁶ SANTIAGO, M.M.L. A imprensa alternativa e a crítica disfarçada à ditadura nos cartuns do Almanaque Humordaz. In: 3ª JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO - JIED. 2º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO – EIID [recurso eletrônico]. Maringá, UEM-PLE, *Anais...*, 2015; p. 1-15. Disponível em: <http://www.jiedimagem.br/anais>. Acesso em: 17 jul. de 2016.

dissimulação em relação à vítima, numa ironia paradoxal, já que se opõe à conduta esperada pelo coletivo” (SANTIAGO, 2015, p. 9).

FIGURA 4 – Cartum 2



Fonte: Almanaque Humordaz, jul. 1976, p. 5 – Cartunista: Lor. Disponível em: [HTTP://www.jiedimagem.com.br/anais](http://www.jiedimagem.com.br/anais). Acesso em: 06 ago. 2014.

FIGURA 5 – Cartum 3



Fonte: Almanaque Humordaz, jun. 1976, p. 27 – Cartunista: Lor. Disponível em: <http://www.jiedimagem.com.br/anais>. Acesso em: 06 ago. 2014.

Quanto ao *subentendido*, que já foi brevemente abordado em comparação ao pressuposto na seção 2.2.2 deste capítulo, Maingueneau (2006, p. 131) afirma que ele pode ser descrito por três características: “1- Sua existência é associada a um contexto particular; 2- Ele é decifrado graças a um cálculo do coenunciador; 3- O enunciador pode sempre recusá-lo, refugiar-se atrás de seu sentido literal”. De acordo com essa definição, podemos postular que o subentendido se comporta de modo a não atribuir o(s) ponto(s) de vista ao locutor.

Segundo Maingueneau, “são inferências tiradas do contexto pelo coenunciador, com a ajuda de um raciocínio mais ou menos espontâneo, que se apoia nos princípios (as leis do discurso) que regem a atividade discursiva” (MAINGUENEAU, 2006, p. 131). Também Kerbrat-Orecchioni (1986, p. 26) considera que os subentendidos “resultam da ação conjugada de fatores internos e externos, o co(n)texto desempenhando um papel positivo no processo de engendramento do conteúdo implícito⁵⁷”.

Lembramos que, para Ducrot (1987, p. 24-25), o subentendido “resulta de uma reflexão do destinatário sobre as circunstâncias de enunciação da mensagem [...] ao final de um processo totalmente diferente, que leva em conta, ao mesmo tempo, o sentido do enunciado e suas condições de ocorrência”.

Para Ducrot (1987, p. 87), essa noção “servirá para designar os efeitos de sentido que aparecem na interpretação quando refletimos sobre as razões de uma enunciação, perguntando por que o locutor disse o que disse”. O autor acrescenta que o subentendido diz respeito “à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário [...] o processo, ao término do qual deve-se [*sic*] descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala” (DUCROT, 1987, p. 41; 42). E observa que o subentendido está ligado, metaforicamente, ao futuro, como mencionamos, o que determina uma reflexão por parte do leitor (p. 42):

De acordo com uma expressão familiar, o subentendido permite acrescentar alguma coisa “sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita” [...] o subentendido reivindica a possibilidade de estar ausente do próprio enunciado e de somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado (DUCROT, 1987, p. 19; 20-21).

Uma vez que desvendar o subentendido está a cargo do destinatário (não estando ele marcado linguisticamente por uma palavra ou expressão, como é o caso do pressuposto), o autor questiona “como é possível aceitar a interpretação do outro, a imagem que ele constrói do ato

⁵⁷ Tradução de: “[...] résultent de l’action conjugée de facteurs internes et externes, le co(n)texte jouant [...] un rôle positif dans le processus d’engendrement du contenu implicite”.

de enunciação, sem assumir a sua responsabilidade – o que é necessário para que se possa falar de sentido subentendido” (DUCROT, 1987, p. 42). E exemplifica:

Este é o caso quando se modaliza uma asserção por meio de uma indicação de fonte (“De acordo com alguns, o próximo índice de preços será claramente encorajador”). Toda a astúcia do procedimento consiste em que o locutor pode continuar apoiando sua argumentação sobre o próprio conteúdo da informação dada [...] o locutor eximiu-se de sua responsabilidade, atribuindo-a a “alguns”. É esse processo que ilustra o subentendido: para dizer alguma coisa, faz-se o outro dizer o que se disse (DUCROT, 1987, p. 42-43).

Vejamos um exemplo:

FIGURA 6 – Cartum 4



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#15/7/2017>. Acesso em: 26 ago. 2017.

Na charge (FIG. 6) de Caco Galhardo (*Folha de S. Paulo* – 15/07/2017), a relação com o acontecimento está subentendida, mas a intertextualidade com a série televisiva *House of Cards*, caracterizada por intrigas num contexto de poder político, está explícita, o que permite desvendar o implícito. Para chegar ao subentendido, exige-se, do leitor, o conhecimento da notícia, configurando-se como um leitor instituído para compreender a construção de sentido. Segundo reportagem no *GI*, “A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara rejeitou nesta quinta-feira (13) o relatório do Deputado Sergio Zveiter (Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro - PMDB-RJ), que recomendava o prosseguimento da denúncia contra o Presidente Michel Temer, apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR)”⁵⁸. A primeira chamada do *Jornal Nacional*, na edição do dia 14 de julho, um dia antes

⁵⁸ Citação extraída da matéria dos jornalistas Bernardo Caram, Alessandra Modzeleski e Fernanda Calgaro, intitulada “CCJ rejeita parecer que recomendava continuidade da denúncia contra Temer”, publicada no Portal *GI* em 13 jul. de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/ccj-rejeita-parecer-que-recomendava-continuidade-da-denuncia-contra-temer.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2017.

da publicação da charge, foi: “Deputados que apoiaram Michel Temer na CCJ receberam milhões que estavam retidos pelo Governo⁵⁹”.

Já no que se refere à *alusão*, Maingueneau (2011, p. 172-173), comentando que se trata de uma prática frequente em jornais e propagandas, explica que “consiste em deixar entrever, atrás de um enunciado, outros enunciados ou fragmentos de enunciados célebres”. Admite ainda que “não existe relação de sentido relevante entre os enunciados evocados e os que se constroem a partir dos primeiros”, tratando-se antes de atrair a atenção do leitor, com vistas a que ele identifique dois enunciados num só, o que enfatiza um éthos lúdico. Na FIG. 3, charge em que o Presidente Temer, representado como vampiro, ameaça um operário, temos nesse segundo personagem uma *alusão* ao ex-Presidente Lula, que foi torneiro mecânico, o que termina por aludir, também, ao movimento sindical, liderado, no passado, por Lula.

O artigo “O governo Temer foi ao chão”, do jornalista José Casado (*O Globo*, 17/05/2017), já citado, traz um exemplo de *alusão*, no caso, à ditadura militar no Brasil: “Já nem importa o desfecho da crise. A Lava Jato exhibe o fim de um ciclo do sistema político e eleitoral brasileiro. Novidade relevante é que, desta vez, ninguém foi visto batendo na porta dos **quartéis**” (grifo nosso).

Outras noções que nos pareceram pertinentes (e relevantes) para estudar os artigos do *corpus* são as conotações, como a *metáfora*, cujo significado está, por característica, implícito, e na qual “o narrador rompe, de maneira calculada, as regras de combinatória das figuras, criando uma impertinência semântica, que produz novos sentidos [...] uma outra possibilidade, criada pelo contexto, de leitura de um termo” (FIORIN, 2005a, p. 118). Citelli (2004, p. 21-22) corrobora que a metáfora é dependente de algo em comum entre um termo e outro, numa operação de “transferência ou transposição”, dentro de um “processo de associação subjetiva entre a significação própria e o efeito figurativo”:

Há metáfora quando a significação imediata de um termo é substituída por outro com o qual mantém relações de semelhanças ou subentendidos [...] é uma operação de passagem do plano de base (a significação própria da palavra, ou expressão) para o plano simbólico (representativo, figurativo) (CITELLI, 2004, p. 21-22).

Como lembra Emediato, “no que diz respeito ao discurso jornalístico, vale salientar que o ponto de vista exposto ou implícito supõe sempre uma ética ou uma simbólica cultural para

⁵⁹Segundo reportagem do Jornal Nacional veiculada em 14 de julho de 2017: “Um levantamento feito pela ‘Associação Contas Abertas’ mostra que no mês passado o Governo liberou 134 milhões de reais, em emendas ao orçamento, para 36 dos 40 deputados que votaram a favor de Temer na CCJ. Mais do que o dobro do dinheiro liberado para os deputados que anunciaram o voto contra o Presidente”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iYLRcU_rrqc. Acesso em: 30 ago. 2017.

interpretá-lo” (EMEDIATO, 2013, p. 71), o que pode ser exemplificado pelo seguinte trecho do artigo de Elio Gaspari (“Só a rua salva a Lava Jato” – *O Globo* – 15/03/2017): “Todos operam no caixa dois, diz o **coro**, mas eu nunca operei, responde cada um dos **cantores** [...] A Lava Jato foi na **jugular** da oligarquia política e de boa parte da oligarquia empresarial do país” (grifos nossos).

Outro exemplo: a charge (FIG. 7) do cartunista Clayton (*O Povo* – 18/05/2017) apela para dois símbolos da história de Drácula, o vampiro mais conhecido do senso comum, da obra de Bram Stoker: o *caixão* e a *estaca* (indicada pelo lápis, numa metáfora visual). Ambos remetem, metaforicamente, ao fim político de Temer (na figura do caixão, que é índice de morte) e à denúncia da empresa JBS⁶⁰, possível causa desse fim (ou *impeachment*) – na figura do lápis/estaca. Sua extremidade parece própria para receber a batida de um martelo, o que alude à história original, em que a única forma de matar um vampiro é com uma estaca no coração.

FIGURA 7 – Charge 2



Fonte: <http://www.opovo.com.br/jornal/charges/2017/05/charge-clayton-18-05-2017.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

⁶⁰ Áudio do Presidente Temer, gravado secretamente pelo proprietário da José Batista Sobrinho (JBS), o empresário Joesley Batista, e publicado nos principais veículos de comunicação do país, traz declarações do Presidente sobre manter o ex-deputado Eduardo Cunha (supostamente) – na ocasião, em processo de delação na Operação Lava Jato –, “calado” por meio da continuação do pagamento de propinas, o que é dito em expressões implícitas na gravação. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lavajato/noticia/em-conversa-gravada-joesley-diz-a-temer-que-esta-segurando-dois-juizes-e-que-tem-delator-dentro-da-forca-tarefa.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2017.

Já a *metonímia* é definida como “um fenômeno de substituição sobre um fundo de equivalência”, que faz parte da relação “continente e conteúdo, de causa e efeito, de parte e todo” (GREIMAS; COURTÉS, 2013, p. 312; 311). Pode produzir a impressão de continuidade ou expandir a abrangência para um coletivo.

Tanto a metáfora quanto a metonímia são recursos discursivos implícitos, que se constituem como efeitos de sentido subentendidos, sobre os quais Fiorin (2015, p. 209) adverte: “deixar implícitas posições que se prefere não proclamar explicitamente é uma forma de persuasão encoberta”, e muitas vezes ambígua, como no caso da ironia (forma de heterogeneidade mostrada não marcada, descrita anteriormente).

Retomamos o cartum da FIG. 3, agora para tratar do aspecto metonímico que o caracteriza, pois a representação do trabalhador brasileiro é construída, na ilustração, por um operário de fábrica – de acordo com as figuras do macacão, das luvas e do capacete –, o que, poderíamos dizer, representa os trabalhadores brasileiros em geral, de modo metonímico; além da alusão, já descrita, ao ex-Presidente Lula.

Procuramos, neste capítulo, descrever as categorias da semântica argumentativa de Ducrot, da semântica global de Maingueneau e da heterogeneidade enunciativa apresentada por Authier-Revuz – e relida por Maingueneau –, a partir da noção de dialogismo de Bakhtin. Distinguimos, então, os elementos da heterogeneidade mostrada marcada – o pressuposto, o discurso relatado direto e indireto, as palavras entre aspas, o metadiscurso (as glosas), a parafrasagem e a negação – dos elementos da heterogeneidade mostrada não marcada, como a ironia, apresentados pela autora e por Maingueneau. Também discorremos sobre o paradoxo, o subentendido, a alusão, a metáfora e a metonímia, noções/categorias que consideramos apropriadas às análises dos artigos que compõem o *corpus* deste trabalho.

A seguir, no capítulo 3, comentaremos sobre a seleção do *corpus* do trabalho. Começaremos por esclarecer sobre a escolha dos seis jornalistas, dos portais *online* de três grandes jornais, além dos critérios estabelecidos para eleger os doze artigos, seguidos da transcrição e análise de cada um e de um quadro com as categorias de análise.

CAPÍTULO 3 - A ESCOLHA DOS ARTIGOS E SUAS ANÁLISES

Começamos este capítulo pelas justificativas que nos levaram à constituição do *corpus*. Em seguida, reiteramos brevemente as noções/categorias de análise, já referidas e discutidas no capítulo anterior, passando, então, ao exame dos artigos selecionados.

3.1 Questões metodológicas: em torno do *corpus*

O Governo Temer teve início em 12 de maio de 2016, quando o ex-Vice-Presidente da República, reeleito em 2014, na chapa Dilma-Temer, passou a ocupar interinamente a Presidência, após o afastamento de Dilma Rousseff, em decorrência da abertura, no Senado, do processo de *impeachment* contra a Presidente, integrante do PT. “À época, Dilma não conseguiu reunir o apoio político necessário no Congresso para evitar a abertura do processo de *impeachment*” e o político do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – “assumiu efetivamente o comando do Palácio do Planalto em 31 de agosto, após o Senado cassar o mandato de Dilma”⁶¹. Temer nomeou ao todo 26 novos ministros que, até fevereiro de 2017, após 10 meses incompletos de governo, foram trocados oito vezes⁶².

Escolhemos o período de 15 de março a 15 de maio de 2017, em que ocorreram duas grandes manifestações populares (em 15 de março e em 28 de abril, decorrentes das propostas de reformas trabalhista e previdenciária pelo governo), selecionando para o *corpus* desta tese artigos de seis jornalistas que integram a editoria de *Política*, de *Opinião* e/ou o corpo editorial de três veículos – *Folha de S. Paulo* (Clóvis Rossi e Janio de Freitas), *O Globo* (Elio Gaspari e José Casado) e *O Tempo* (Ricardo Corrêa e Acílio Lara Resende), o que explicaremos em mais detalhes a seguir, assim como sobre a seleção dos artigos de cada um entre aqueles que publicaram no período de 15 de março a 15 de maio de 2017.

Começamos por esclarecer que resolvemos selecionar jornais de três estados brasileiros da região Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, escolhendo veículos que se destacam em cada estado, como a *Folha de S. Paulo*, o jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, e o jornal *O Tempo*, em Belo Horizonte.

⁶¹ Informação extraída da matéria “1 ano do governo do presidente Michel Temer”, publicada no portal *G1* em 7 de agosto de 2017. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/1-ano-do-governo-do-presidente-michel-temer/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶² Informação extraída da matéria “Em menos de 10 meses, Temer faz mais alterações nos ministérios que Dilma”, do jornalista Rodrigo Zuquim, publicada no portal *Poder 360* em 26 fev. 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-menos-de-10-meses-temer-faz-mais-alteracoes-nos-ministerios-que-dilma/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de mídia do país, controlando o jornal de maior circulação (*Folha de S. Paulo*), a empresa de conteúdo e serviços de Internet (UOL) e o *site* noticioso no portal *online* do jornal (Folha.com), entre outros negócios. A história do Grupo Folha começou em 1921, quando foi fundada, em São Paulo, a *Folha da Noite*. Depois vieram os títulos *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Os três jornais foram fundidos em 1960 para dar origem à *Folha de S. Paulo*⁶³. Em dados de abril de 2016⁶⁴, a circulação média diária do jornal, na versão impressa e digital, era de 354.000 exemplares da *Folha*, contra 235.000 do *Estadão*, seu principal concorrente no estado de São Paulo. A *Folha* tem 127 colunistas fixos e 82 colunistas convidados⁶⁵ (são 42 colunistas no *Estadão*⁶⁶) e 5,7 milhões de seguidores na *fanpage* do jornal no *Facebook*⁶⁷.

O jornal *O Globo*, tradicional no Rio de Janeiro, foi lançado em 1925, tendo como presidente Irineu Marinho, cuja família até hoje é proprietária do jornal e da Rede Globo de Televisão, entre outras empresas. Tem circulação média de 334 mil exemplares, somados o jornal impresso e o digital (em dados de abril de 2016⁶⁸) e possui 5,3 milhões de seguidores na *fanpage* do *Facebook*⁶⁹. O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, seu principal concorrente durante décadas no Rio, é veiculado atualmente apenas na versão *online* e possui 390 mil seguidores no *Facebook*⁷⁰.

O jornal mineiro *O Tempo* tem a maior circulação do estado. Domina o mercado da Grande BH, tendo ultrapassado o tradicional jornal *Estado de Minas*, editado pelos *Diários Associados* desde 1928. Foi criado em 1996, fundado por Vittorio Medioli, ex-deputado federal pelo PV e ex-membro do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB)⁷¹. Com 54 colunistas, possui “uma média diária de 2,5 milhões de leitores”⁷² (Grande BH) e pouco mais de 490 mil seguidores na *fanpage* do *Facebook*⁷³. Segundo o Portal do Jornal⁷⁴, em relação às assinaturas digitais, *O Tempo* está em segundo lugar no estado, com mais de 102 mil

⁶³ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunaseblogs/colunas.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/colunas>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/folhadesp/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornaloglobol/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/JornalDoBrasil.JB/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷¹ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Tempo_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Tempo_(jornal)). Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷² Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/banco-de-ideias/novo-dono-1.1244958>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷³ Disponível em: <https://www.facebook.com/portaltotempo/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/banco-de-ideias/novo-dono-1.1244958>. Acesso em: 07 ago. 2017.

assinaturas, atrás do *SuperNotícia* (jornal popular do mesmo grupo, que tem 274 mil) e à frente do *Estado de Minas*, que conta com cerca de 92.000 assinantes da versão *online*. O jornal *Hoje em Dia*, terceiro em Belo Horizonte, excluindo-se os jornais populares, tem 447 mil seguidores na *fanpage* do *Facebook*⁷⁵ e 13.500 assinaturas, enquanto o jornal *Estado de Minas* possui cerca de 174 mil seguidores *online*⁷⁶.

Como falamos, entre os diversos colunistas de cada jornal, escolhemos aqueles que integram a editoria de *Opinião* ou de *Política*, em suas diversas nomenclaturas, de acordo com cada portal de notícias. Selecionamos seis colunistas, dois de cada jornal, a maioria de renome nacional, cujas colunas foram publicadas nos portais *online* no período que abrange as datas das duas principais manifestações populares de abrangência nacional, em 15 de março e em 28 de abril de 2017. Foram escolhidos em função dos seguintes critérios: são jornalistas de profissão; não fazem parte da direção do jornal; não têm cargos políticos, anteriores ou atuais; fazem parte do conselho editorial do jornal ou são editores de *Política*, ou, ainda, escrevem na editoria de *Opinião* do veículo, como mencionamos. Também tomamos como critério o fato de discorrerem exclusivamente sobre política, e não sobre assuntos variados, entre eles a política.

A escolha dos artigos, dentro do tempo delimitado, teve como premissa a referência, no título ou no corpo do artigo, ao Presidente Temer e/ou às manifestações populares, com o objetivo de identificar as posições (explícitas ou implícitas), presentes em cada um, sobre o governo e a oposição, além de verificar se o discurso dá voz ao povo brasileiro – ao comentar ou não sobre essas manifestações, tratando, nesse caso, da reação popular. Como mencionamos, priorizamos essas referências principalmente nos títulos dos artigos, mas também as confirmamos no conteúdo de cada um.

Passando aos motivos da escolha dos dois colunistas de cada jornal, começamos pela *Folha de S. Paulo*, que conta com mais de 120 colunistas fixos, conforme já foi dito, que tratam de assuntos diversos e que se alternam entre as semanas do mês. Escolhemos dois, entre os três jornalistas que escrevem na editoria de *Opinião* e que pertencem ao conselho editorial do Jornal: Clóvis Rossi, Janio de Freitas e Carlos Heitor Cony. Optamos pelos dois primeiros porque, entre as colunas de Cony publicadas no período, nenhuma traz referências diretas ao Presidente Temer ou às manifestações, tratando de temas políticos como a *Operação Lava Jato*, o caso da carne contaminada, entre outros, tendo mencionado, no período escolhido, o nome do

⁷⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalhojeemdia/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/EstadodeMinas/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

Presidente, de passagem, em apenas uma dessas colunas. Por sua vez, os editores do caderno *Brasil*, Fernando de Barros e Silva, e do caderno *Poder*, Fabio Zanini, não são colunistas.

O volume de artigos publicados por Clóvis Rossi no período delimitado é maior que o de todos os outros colunistas selecionados, totalizando 40 textos. Grande parte dessas publicações trata da política de outros países, fala de políticos brasileiros específicos, comenta sobre o resultado de pesquisas de opinião, além de comparar o Brasil com países populistas da América do Sul e com países europeus. Do colunista, ficamos com os artigos “O ‘processo’ Temer sobreviverá?”, publicado em 9 de abril, e “A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede”, publicado em 12 de abril.

A seleção das colunas de Janio de Freitas diferencia-se das demais por trazer, no período delimitado, dois artigos cujos títulos fazem referência direta às manifestações – “Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo”, em 27 de abril de 2017; e “Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase”, publicada em 30 de abril de 2017. Esse foi o principal motivo para a sua seleção.

Mas, diante do fato de um dos colunistas do Jornal *O Tempo* apresentar apenas um artigo dentro dos critérios estabelecidos, como será explicado adiante, um terceiro artigo de Janio de Freitas, intitulado “Brasil é o país em que o Presidente é produtor oficial de notícias falsas”, publicado em 16 de março de 2017, foi inserido no *corpus*. Isso porque ele faz referência direta no título a Temer e seu conteúdo corresponde aos critérios temáticos estabelecidos, com mais evidência do que as colunas que não entraram do jornalista Clóvis Rossi e dos outros três jornalistas escolhidos.

Os artigos de opinião de *O Globo* estão divididos, entre outras editorias, em: *Home – Mundo – Brasil – Rio – Economia*. Na editoria *Brasil*, pode-se acessar o *blog*⁷⁷ com o conjunto de artigos dos jornalistas Lauro Jardim (que também tem coluna na editoria de Economia), Elio Gaspari (destacado como “coluna” e não como *blog*), Merval Pereira e Jorge Bastos Moreno (ambos publicam colunas apenas na editoria *Brasil*), José Casado (publica nas editorias *Brasil* e *Opinião*, também com endereço específico), além de Lydia Medeiros e Amanda Almeida (*Poder em Jogo*) e do *blog* de Ricardo Noblat (que inclui artigos, crônicas, entrevistas e traz o endereço específico do jornalista, diferentemente dos outros).

Como primeiro jornalista, escolhemos Elio Gaspari⁷⁸, que escreve colunas tanto na editoria *Brasil* quanto na editoria *Opinião*. Gaspari destaca-se por também fazer parte do corpo

⁷⁷ Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

⁷⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

editorial da *Folha de S. Paulo*, jornal integrante do *corpus*. O endereço eletrônico que acessa as colunas do jornalista não é o mesmo das outras colunas, englobadas no *link* “blogs”, o que, verificamos, também se aplica ao colunista José Casado⁷⁹, no Jornal desde 2003. Na seleção dos artigos de Elio Gaspari, seguindo pelo título (e confirmando pelo conteúdo de cada um), encontramos apenas duas colunas que atendem aos critérios estabelecidos para a seleção do *corpus*: “Só a rua salva a Lava Jato”, de 15 de março, cujo título alude às manifestações; e a coluna “Fica Temer”, de 29 de março, que cita o nome do Presidente. Em ambos os textos o colunista refere-se diversas vezes a Temer.

Selecionamos José Casado em vez de Ricardo Noblat – embora este comande o primeiro *blog* de política no país, onde publica vídeos, fotos e poemas com pequenos comentários – pois, seguindo os parâmetros próprios ao suporte *blog*, suas publicações diferenciam-se no formato e na profundidade de conteúdo das colunas escolhidas. Os outros que não entraram na seleção publicam colunas apenas na editoria *Brasil*, enquanto Casado publica nas editorias *Brasil* e *Opinião*. Lauro Jardim também não foi incluído no quesito das publicações restritas às editorias de *Opinião* e de *Política*, uma vez que escreve ainda na editoria de *Economia*. Na seleção das colunas de José Casado, como nenhum artigo menciona as manifestações no título, escolhemos, pelo conteúdo, o artigo publicado no dia 2 de maio, “Intimidação e insegurança”, e o artigo publicado em 17 de maio, “O governo Temer foi ao chão”, abrindo uma exceção em relação à data, que ultrapassa em dois dias o período inicialmente delimitado, uma vez que ambos os artigos fazem referência ao Presidente.

O jornal *O Tempo* apresentava, em junho de 2017, quatro colunistas de *Opinião* – Vitorio Medioli (fundador do Jornal, prefeito da cidade de Betim-MG, que também escreve no *Caderno de Política*), Marcio Coimbra (cientista político, então coordenador político do Senado)⁸⁰, Ricardo Corrêa (editor de *Política*, escreve aos sábados) e Acílio Lara Resende (jornalista, escreve às quintas-feiras), além de cerca de 35 colunistas que se revezam entre os dias da semana, chamados de “colunistas do dia”, que tratam de diversos temas.

A escolha do editor de *Política* Ricardo Corrêa⁸¹ foi natural em decorrência de o Jornal não discriminar, no seu expediente, um conselho editorial, e de o jornalista ser o editor responsável pelo *Caderno de Política*. Foram escolhidos os artigos “Temer está salvando o PT”, publicado em 29 de abril; e “Presidente decorativo”, em 13 de maio de 2017, únicos, entre os

⁷⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/jose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/cientista-pol%C3%ADtico-m%C3%A1rcio-coimbra-%C3%A9-o-novo-colunista-do-jornal-o-tempo-1.1420635>. Acesso em: 04 jun. 2017.

⁸¹ Ricardo Corrêa é editor de política de *O Tempo* e escreve todos os sábados na Editoria de *Opinião*.

oito artigos do jornalista veiculados no período, que fazem referência direta ao Presidente Temer no título e no corpo do artigo. Não foram encontrados artigos cujos títulos se referem às manifestações.

Além dele, incluímos o jornalista Acílio Lara Resende, que, como Ricardo Corrêa, não faz parte da diretoria do jornal, nem possui cargo político. Somente um artigo do jornalista corresponde aos critérios e por isso foi selecionado: “A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz”, publicado em 13 de abril. Por isso, como explicamos, optamos por incluir mais uma coluna do jornalista Janio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, que designou, nos títulos, o tema das manifestações, além de apresentar, no período descrito, duas colunas com referência direta ao Presidente Temer.

O QUADRO 2 permite visualizar os seis jornalistas e o conjunto dos artigos selecionados de cada um, totalizando 12 análises:

QUADRO 2 – Jornais, colunistas e títulos dos artigos selecionados para análise

<i>Folha de S. Paulo</i>		<i>O Globo</i>		<i>O Tempo</i>	
Clóvis Rossi	Janio de Freitas	Elio Gaspari	José Casado	Ricardo Corrêa	Acílio Lara Resende
09/04/17 “O ‘processo’ Temer sobrevirá?”	16/03/17 “Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas”	15/03/17 “Só a rua salva a Lava Jato”	02/05/2017 “Intimidação e insegurança”	29/04/17 “Temer está salvando o PT”	13/04/17 “A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz”
12/04/17 “A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede”	27/04/17 “Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo”	29/03/17 “Fica Temer”	17/05/2017 “O governo Temer foi ao chão”	13/05/17 “Presidente decorativo”	
	30/04/17 “Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase”				

Fonte: Elaboração própria a partir da seleção dos jornalistas e respectivos artigos nos jornais indicados.

A seguir, como foi anunciado, rerepresentamos, no QUADRO 3, as categorias de análise trabalhadas por nós, a partir de conceitos/noções explicados na fundamentação teórico-metodológica, de modo a deixar claro nosso “dispositivo de análise individualizado” (ORLANDI, 2001).

QUADRO 3 – Categorias de análise

Semântica Global	Heterogeneidade mostrada marcada	Heterogeneidade mostrada não marcada	Semântica Argumentativa	Outras
Vocabulário	Pressuposto	Ironia	Indicadores modais	Paradoxo
Tematização	Discurso relatado (direto/índireto)		Índices de avaliação	Subentendido
Dêixis enunciativa	Palavras entre aspas		Operadores Argumentativos	Metáfora
Modo de Enunciação/ Éthos	Metadiscurso do locutor (glosas)			Metonímia
Intertextualidade	Parafraseagem			
	Negação			

Fonte: Elaboração própria a partir das categorias de análise selecionadas.

3.2 Análise dos artigos

Nas análises, conforme explicamos ao longo do trabalho, procuramos observar quais são os modos de abordagem das instâncias enunciativas em relação à influência, relacionadas aos efeitos de verdade, uma vez que *fazer crer* implica, em última análise, *fazer parecer verdadeiro*. Assim, consideramos que a heterogeneidade presente no discurso, assim como a dissimulação dos traços de subjetividade, está ligada ao *crer*, ou ao regime de veridicção. Buscamos depreender o posicionamento ideológico presente na relação com os discursos acessados e no tratamento dado aos atores/personagens convocados.

Começamos por identificar os temas e o modo de enunciação (tom) do discurso, observando aspectos da heterogeneidade mostrada *marcada* (pressupostos, discurso direto e indireto, glosas etc.) e *não marcada* (ironia), além de outras formas de heterogeneidade (metáfora, metonímia, alusão, etc.) que descrevemos no capítulo anterior. Verificamos ainda a presença (ou apagamento) das marcas do locutor/colunista, buscando articulá-las à credibilidade do discurso.

Optamos, primeiramente e conforme explicamos, por escolher artigos que trouxessem no título uma referência ao Presidente Temer ou às manifestações populares. Mas alguns dos artigos escolhidos com esses pré-requisitos demonstraram, no corpo do texto, análises mais gerais, envolvendo outros países ou com vários parágrafos dedicados ao Presidente americano e à política e economia de países europeus e sul-americanos. Após a leitura dos artigos,

passamos ao critério de identificar essas referências ao longo do texto, e não restrita apenas aos títulos. Explicamos essa seleção antes da análise do artigo de cada jornalista.

Devemos informar que transcrevemos integralmente os artigos e que sublinhamos os *hiperlinks* que se apresentam (destacados geralmente em azul nos portais *online*); estão seguidos de nota de rodapé com o endereço eletrônico de cada um. Marcamos em itálico as transcrições das falas dos personagens e em negrito os temas que aparecem nas análises.

3.2.1 Análises da Folha de S. Paulo

QUADRO 4 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal *online* do jornal *Folha de S. Paulo*

<i>Folha de S. Paulo - de 15/03 a 15/05 de 2017</i>	
Clóvis Rossi	Janio de Freitas
09/04/17 “O 'processo' Temer sobrevirá?”	16/03/17 “Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas”
“A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede” 12/04/17	27/04/17 “Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo”
	30/04/17 “Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase

Fonte: <http://www.folha.uol.com.br/opiniaio/>. Acesso em: 28 maio 2017.

O jornalista Clóvis Rossi, que escreve para a *Folha* às quintas e aos domingos, publicou 40 artigos no período delimitado para o *corpus*. As referências a Temer estão nos títulos “O 'processo' Temer sobrevirá?” (09/04) e “Temer, fora dos cem dias de Trump” (30/04). Escolhemos o artigo intitulado “O 'processo' Temer sobrevirá?”, publicado em 9 de abril de 2017, porque o outro trata, em sua maior parte, do Presidente norte-americano. Os artigos “Quando o Presidente produz ‘fake news’” (21/03) e “Presidente não se improvisa” também se referem ao Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A coluna “Com greve ou com reformas, um país medíocre”, publicada em 28 de abril, traz no título a referência às manifestações populares, mas foi publicada na mesma data da manifestação, não comentando o acontecimento em si, mas fazendo referência a outras greves de outros países. Sua análise nos pareceu menos interessante que a do artigo “A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede”, que dedica vários parágrafos a Temer e à lista de políticos delatados na relação da Operação Lava Jato, segundo texto escolhido.

O QUADRO 5, a seguir, apresenta a lista de artigos escritos por Clóvis Rossi e veiculados no jornal *Folha de S. Paulo* no período de 15/03 a 15/05 de 2017:

QUADRO 5 – Artigos Clovis Rossi – *Folha de S. Paulo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

1. 15/05/2017 – Diálogo FHC/Lula, para devolver a esperança
2. 14/05/2017 – O Brasil precisa de um Emmanuel Macron
3. 11/05/2017 – Perguntas que Moro não fez e “otras cosas más”
4. 11/05/2017 – EUA viraram uma grande república bananeira?
5. 09/05/2017 – Maduro, o pássaro, as vacas e a esquerda
6. 08/05/2017 – Para salvar 413 mil vidas
7. 07/05/2017 – Com Macron, enfim há ar fresco no esclerosado ambiente político
8. 07/05/2017 – Esperança x medo, versão francesa
9. 04/05/2017 – Quando o fígado supera o cérebro, o país afunda em um mar de bile
10. 01/05/2017 – Nicolás Maduro põe o último prego no caixão da democracia na Venezuela
11. 01/05/2017 – O voto vai para o “nosso corrupto”
12. 30/04/2017 – Temer, fora dos cem dias de Trump
13. 28/04/2017 – Com greve ou com reformas, um país medíocre
14. 27/04/2017 – Derrota da extrema direita na França é bom sinal, mas é cedo para relaxar
15. 25/04/2017 – Memórias de um grande porre democrático
16. 23/04/2017 – Na França, terror vota na direita
17. 21/04/2017 – Palocci, o elo que faltava, e seu estranho percurso
18. 20/04/2017 – Sistema em pane, aqui e na França
19. 18/04/2017 – Errei no rótulo, mas não no essencial, sobre Chomsky
20. 17/04/2017 – O maior ícone marxista detona o PT e a esquerda latina
21. 16/04/2017 – França e Brasil chegam a uma mesma situação de irritação com a política
22. 14/04/2017 – Crise na fronteira norte de um Brasil impotente
23. 13/04/2017 – Turquia testa o populismo
24. 12/04/2017 – **A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede**
25. 11/04/2017 – O ultimato que Putin não aceitará
26. 10/04/2017 – 63 não podem ser a voz de toda a periferia
27. 09/04/2017 – **O “processo” Temer sobrevirá?**
28. 07/04/2017 – O xerife do mundo e as mortes inaceitáveis
29. 06/04/2017 – Ditaduras são sempre tóxicas
30. 04/04/2017 – Populismo vive e deixa marcas indelévels na América Latina
31. 02/04/2017 – O Brasil apodreceu
32. 30/03/2017 – Venezuela é uma ditadura; e daí?
33. 30/03/2017 – Presidente não se improvisa
34. 26/03/2017 – Europa, da alegria à melancolia
35. 23/03/2017 – Cinismo a favor da corrupção
36. 22/03/2017 – Ataque traz à tona as memórias da invencível fleuma britânica
37. 21/03/2017 – Quando o presidente produz “fake news”
38. 19/03/2017 – A democracia precisa de um divã
39. 16/03/2017 – Brasil virou terra arrasada, e parece não haver saída sólida à vista
40. 15/03/2017 – Surpresa da disputa eleitoral da Holanda é a esquerda, não a direita

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/index.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

Análise 1 Clovis Rossi⁸² – 09/04/2017

O 'processo' Temer sobreviverá?⁸³

Eliseu Padilha, o ministro-chefe da Casa Civil, pretendeu passar um retrato cor-de-rosa do Brasil que irá às urnas em 2018, na entrevista⁸⁴ publicada sexta-feira (7) por esta Folha.

Disse o ministro, para adoçar a boca dos parlamentares que estão hesitando em aprovar a reforma da Previdência, que é natural que os políticos pensem na sobrevivência, mas deveriam entender que ela “se tornará mais fácil se o país estiver com um bom nível de desenvolvimento, tivermos a economia pulsando, estivermos reduzindo o número de desempregados, estivermos gerando mais renda para as famílias”.

Nesse cenário, “tudo vai ficar mais fácil para os atuais políticos, pois eles é que são os autores deste processo”.

Caso se abstraia o impacto, ainda desconhecido, do desdobramento da Lava Jato no voto, é possível que Padilha tenha razão. Mas cabe perguntar se são realistas as hipóteses do ministro. Dois exemplos externos levam a acreditar que não.

Primeiro, a Argentina, país em que o presidente Mauricio Macri segue uma agenda bem parecida com a que Michel Temer anuncia e tenta implementar.

A greve geral da quinta-feira (6)⁸⁵ acabou se transformando em um cabo-de-guerra entre adeptos de Macri e o sindicalismo, visualmente vencido por este. As imagens de uma cidade praticamente vazia parecem demonstrar que a greve foi de fato “contudente” como diz a Confederação Geral do Trabalho (CGT), principal promotora do protesto.

Na verdade, o êxito da greve (de qualquer greve, aliás) depende da paralisação do transporte. Na quinta-feira, não apenas o transporte coletivo foi bloqueado como até parte dos táxis parou.

Nessas circunstâncias, não dá para dizer que houve um repúdio maciço ao governo Macri. Mas dá para dizer que o governo não conseguiu, em seus 16 meses de vida, o “bom nível de desenvolvimento” e a “economia pulsando”, antevistas pelo Ministro Padilha.

É verdade que o Ministro da Fazenda argentino, Nicolás Dujovne, obrigado ao otimismo, como todo ministro em qualquer país, prevê crescimento de entre 3,5% e 4% para 2017.

Mas o movimento sindical, que deu uma trégua de 16 meses a Macri, muito mais longa do que as concedidas a governos anteriores não peronistas, não acredita, tanto que se atirou a uma medida extrema como é a greve.

No Brasil, o ambiente é muito menos otimista, já que a previsão de crescimento para este ano nunca chega nem a 1%, quanto mais aos 3,5% a 4% antevistos pelo ministro argentino.

Um segundo exemplo é a Espanha. Um programa de austeridade como o que está sendo ensaiado no Brasil levou a um prolongado período de retração econômica. Só agora, depois de três anos de crescimento, a economia está voltando ao tamanho que tinha ao estourar a crise, em 2008.

Claro que não é automático que situação semelhante se reproduza no Brasil, mas a austeridade, embora necessária, é incapaz, por si só, de gerar uma “economia pulsando”.

O desemprego na Espanha ainda está em 18,6%, o dobro da já triste média europeia.

São exemplos que não casam bem com a sobrevivência eleitoral dos “autores deste processo”.

⁸² Membro do conselho editorial da Folha, “Clovis Rossi começou em 1963 como repórter da sucursal paulista do *Correio da Manhã*. Trabalhou no *Estado de S. Paulo* de 1965 a 1977, na sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*, na *IstoÉ* e no *Jornal da República*. É colunista e repórter especial da *Folha de S. Paulo*, onde ingressou em 1980. Já foi correspondente em Madri e em Buenos Aires”. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/perfil/cl%C3%B3vis-rossi/155>. Acesso em: 04 set. 2017.

⁸³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/04/1873978-o-processo-temer-sobrevira.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁸⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1873449-reforma-garante-voto-em-2018-diz-padilha.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁸⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1873241-argentina-para-em-greve-geral-que-aumenta-pessao-sobre-governo-macri.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

O artigo de Clovis Rossi tematiza a **esperança** do governo Temer – de modo metonímico, na primeira “voz” escolhida para veicular o que é dito: a do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (locutor 2)⁸⁶ – de que a bancada parlamentar contribua para o sucesso da reforma da previdência, tema também presente no texto. O locutor opõe-se à previsão de crescimento para o país feita pelo Ministro, amparado pelo recurso à comparação com a política argentina (à qual dedica seis parágrafos) e com a política espanhola. Também tematiza, em segundo plano, um sentimento contrário à esperança: o **medo** de Padilha de que os políticos não colaborem com as reformas, tema implícito, relacionado à aprovação popular nas eleições de 2018, que contradiz o primeiro sentido, acentuando implicitamente para o fato de que o governo considera a possibilidade de não ter esse apoio.

O artigo tem início com um comentário sobre a entrevista de Padilha: *pretendeu passar um retrato cor-de-rosa do Brasil que irá às urnas em 2018*. Esse comentário por meio do verbo “pretendeu” desencadeia o pressuposto de que Padilha não passou, de fato, a imagem que queria. Além disso, tematiza a **ingenuidade** pela escolha da expressão metafórica *retrato cor-de-rosa*, que remete, no senso comum, a uma condição positiva, mas pouco profunda, ou à **inconsistência** (tema que se atrela ao da ingenuidade) das falas do Ministro em discurso direto, misturado ao discurso indireto, apresentadas em seguida, que tratam da sobrevivência política dos parlamentares que apoiarem as reformas: *Disse o ministro, para adoçar a boca dos parlamentares que estão hesitando em aprovar a reforma da Previdência, que é natural que os políticos pensem na sobrevivência, mas deveriam entender que “ela se tornará mais fácil se o país estiver com um bom nível de desenvolvimento [...] tudo vai ficar mais fácil para os atuais políticos, pois eles é que são os autores deste processo”*. Observa-se a escolha de passagens da entrevista que repetem a expressão *mais fácil* (índice de avaliação), o que, mais uma vez, desmerece, implicitamente, a fala do Ministro, que soa superficial. Notamos ainda dois marcadores de pressuposição: “se tornará” e “vai ficar”, indicando que o já constatado “grau de facilidade” das coisas pode aumentar a partir da situação descrita. Observa-se aqui a tentativa do ministro de convencer os parlamentares na entrevista concedida, que é acessada, intertextualmente, no artigo.

⁸⁶ De acordo com matéria intitulada “‘Diário Oficial’ publica em edição extra nomeação de Eliseu Padilha como Ministro interino do Trabalho”, dos jornalistas Filipe Matoso e Guilherme Mazui, publicada no portal *GI* em 5 de julho de 2018, o Ministro Eliseu Padilha acumula, desde a data, também a função de Ministro do Trabalho: “o ‘Diário Oficial da União’ publicou em edição extra nesta quinta-feira (5) a nomeação do Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha (MDB-RS), como Ministro interino do Trabalho. [...] Ele assume a pasta após Helton Yomura, alvo de uma operação da Polícia Federal, pedir demissão do cargo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/diario-oficial-publica-nomeacao-de-padilha-como-ministro-interino-do-trabalho.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Por seu lado, o texto constrói um efeito de credibilidade na oferta do *hiperlink* para acesso ao conteúdo integral da entrevista de Padilha, além de trazer a data da publicação. O que mais chama a atenção, porém, é o fato de o locutor se isentar de responsabilidade ao colocar na “boca do Ministro” certas falas, fazendo uso tanto do discurso direto (sinalizado pelas aspas), quanto do discurso indireto. Há que se observar ainda a presença do “resumo de citações”, caso em que o texto original está em fragmentos que são “integrados sintaticamente ao discurso citante” (MAINGUENEAU, 2011, p. 154-155). Esse recurso também é mobilizado no oitavo parágrafo, no seguinte trecho: *Nessas circunstâncias, não dá para dizer que houve um repúdio maciço ao governo Macri. Mas dá para dizer que o governo não conseguiu, em seus 16 meses de vida, o “bom nível de desenvolvimento” e a “economia pulsando”, antevistas pelo ministro Padilha.*

Ainda sobre os efeitos de isenção de posicionamento do locutor, entre as expressões que “suavizam” o seu engajamento está a consideração de que o Ministro poderia estar certo, se não houvesse a Operação Lava Jato, o que é apresentado no trecho: *caso se abstraia o impacto, ainda desconhecido, do desdobramento da Lava Jato no voto é possível que Padilha tenha razão.* O modalizador epistêmico (*é possível que*) suscita o descomprometimento do locutor citante com o locutor citado; há, se se pode dizer assim, uma concordância mitigada, que se distancia ainda mais da posição do locutor citado na sequência, que vem introduzida pelo conector *mas* (que indica oposição) na frase: *mas cabe perguntar se são realistas as hipóteses do Ministro.* O texto remete, de modo implícito (subentendido), por meio da citação desses trechos da fala de Padilha, ao tema do **interesse próprio**, ligado aos parlamentares na menção à Operação Lava Jato.

Retoma-se, portanto, o sentido de **ingenuidade** (*realistas as hipóteses*), em que o articulista mostra, mas não assume, que levanta dúvidas sobre o comportamento dos parlamentares, conduzidos pelo **interesse próprio** (preservar o cargo político) e a consciência do Ministro sobre isso, ele próprio considerado capaz de manobrar os políticos (*para adoçar a boca*, expressão metafórica utilizada no sentido de agradar ou bajular alguém para obter vantagem). Assim, verifica-se uma modalização pelo eixo da crença, ou modalização epistêmica, pelo tom de dúvida – presente ao longo de todo o artigo – sobre a eficiência, a curto prazo, das reformas propostas pelo governo (vide o diálogo com os exemplos negativos dos casos argentino e espanhol) e, em segundo plano, sobre a verdadeira intenção dos parlamentares ao apoiar ou não as reformas, confirmando o tema do **interesse próprio**, ligado aos políticos, que podem “prejudicar” a reforma pelo temor de não se elegerem em 2018.

Assim, por *dois exemplos externos levam a acreditar que não*, o artigo responde à própria dúvida e dialoga com a política argentina e com a espanhola, o que agrega credibilidade ao locutor, evidenciando saber, conhecimento (éthos de competência), ao mesmo tempo em que busca apagar marcas de subjetividade, atribuindo à política dos dois países a consideração de que o Ministro Padilha não está certo.

Reforça-se, assim, a conduta errada da política argentina (*país em que o Presidente Mauricio Macri segue uma agenda bem parecida com a que Michel Temer anuncia e tenta implementar*), que é comparada à política brasileira. O uso do operador argumentativo de conjunção *não apenas... como até* presente em: *Na verdade, o êxito da greve (de qualquer greve, aliás) depende da paralisação do transporte. Na quinta-feira, não apenas o transporte coletivo foi bloqueado como até parte dos táxis parou* contribui para reforçar o sucesso da greve argentina, tão “*contundente*”, como é designada pela própria promotora do protesto: a Confederação Geral do Trabalho (CGT)/locutor 3, que *até parte dos táxis parou*, em que o operador *até* sinaliza o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão (no caso, a parada de parte dos táxis é mais significativa para atestar o sucesso da paralisação dos transportes – e conseqüentemente da greve – do que a parada dos ônibus ou do metrô, por exemplo).

Outro operador que soma argumentos a favor de uma mesma conclusão – o *aliás* – é “apresentado como se se tratasse de simples ‘lambuja’, quando, na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo” (KOCH, 1992, p. 33), no caso, a paralisação dos transportes seria o principal elemento para se atestar o sucesso de uma greve.

Por meio da palavra entre aspas “*contundente*”, atribuída ao locutor 3/CGT e confirmada pela oferta do *hiperlink* para a matéria sobre a greve, o colunista recorre a um outro espaço enunciativo, a uma outra “voz”, a quem atribui a responsabilidade pelo dito.

A ideia do erro argentino é corroborada na menção ao movimento sindical do país, no décimo parágrafo: *que não acredita, tanto que se atirou a uma medida extrema como é a greve*. Destaque-se ainda a metáfora do sexto parágrafo: *cabo-de-guerra*, utilizada para caracterizar a situação tensa entre o governo e o sindicalismo: *A greve geral da quinta-feira acabou se transformando em um cabo-de-guerra entre adeptos de Macri e o sindicalismo, visualmente vencido por este*, o que deixou a cidade *praticamente vazia*. Essa metáfora vem acompanhada do pressuposto de que a situação não era, inicialmente, dessa forma (tensa), o que é desencadeado pela expressão verbal *acabou se transformando*, no alerta implícito para o que pode acontecer com o Brasil. Observamos ainda a presença do conector consecutivo *tanto que* (na frase já citada) para justificar a conduta do movimento, o que é reforçado pela expressão

medida extrema, em que o índice de avaliação (*extrema*) indica uma espécie de condescendência com uma greve que foi deflagrada contra as medidas tomadas pelo governo argentino, o que leva a crer que não havia mais o que fazer.

Nesse primeiro exemplo, o locutor alude a manifestações populares e dá voz ao sindicalismo. No entanto, refere-se à população e aos sindicatos argentinos, e não aos brasileiros – o que cria um efeito de sentido de distanciamento em relação às manifestações não mencionadas do próprio país. Evidencia o *movimento sindical*, que tem credibilidade, pois, como foi descrito por ele, a greve saiu vitoriosa (o que pode ser comprovado pelas *imagens de uma cidade praticamente vazia*). A importância desse ator coletivo está implícita (subentendida) também em: *deu uma trégua [...] muito mais longa do que as concedidas a governos anteriores*, o que permite identificar o tema do **poder da oposição**.

O ponto de vista contrário a Padilha evidencia-se na repetição de expressões aspeadas, que foram retiradas da citação inicial do Ministro (2º parágrafo) no decorrer do texto, como no trecho já citado aqui: *Mas dá para dizer que o governo não conseguiu, em seus 16 meses de vida, o “bom nível de desenvolvimento” e a “economia pulsando”, antevistas pelo Ministro Padilha*. Verifica-se um tom de ponderação, que preserva, em certa medida, o governo argentino (já que *não dá para dizer que houve um repúdio maciço ao governo Macri*) tanto quanto o governo brasileiro nos parágrafos anteriores. Chama a atenção aqui o uso do não polêmico, como se um enunciador (assimilado ao senso comum, à *vox populi*) afirmasse que dá para dizer (pelo sucesso da greve) que houve um repúdio maciço ao governo Macri. Outro recurso, bastante utilizado pelo locutor – e que aparece também no trecho citado –, é o operador argumentativo *mas*, que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias, parecendo estar ligado à estratégia de ponderação adotada.

Mais uma justificativa para o tom de dúvida quanto à política do governo brasileiro pode ser vista na expressão: *obrigado ao otimismo, como todo Ministro em qualquer país*, referente ao Ministro da Fazenda argentino, Nicolás Dujovne. A expressão abranda a situação de Padilha, que pode ser incluído no coletivo *todo Ministro*, deixando subentendido, a partir dessa referência, um otimismo obrigatório, e não propriamente dele, o que indica um tom pouco comprometedor. Por outro lado, a apresentação da diferença nas cifras das economias argentina e brasileira reforça, também de modo subentendido, a ideia da ingenuidade (ou pretensa ingenuidade) de Padilha (sem citar a fonte da informação): *no Brasil, o ambiente é muito menos otimista, já que a previsão de crescimento para este ano nunca chega nem a 1%, quanto mais aos 3,5% a 4% antevistos pelo Ministro argentino*.

A referência ao caso espanhol também serve para fundamentar a argumentação de que a política de reformas do governo brasileiro pode ter más consequências, no tom de alerta que atravessa o artigo. Extrai-se do vocabulário, como na nominalização *programa de austeridade* (o que remete a pesado, rígido, exigente), relacionado ao Brasil, uma crítica disfarçada, que é abrandada: *Claro que não é automático que situação semelhante se reproduza no Brasil, mas a austeridade, embora necessária, é incapaz, por si só, de gerar uma “economia pulsando”* – na segunda vez em que, por meio da expressão aspeada, retoma-se a fala de Padilha, presente no segundo parágrafo. Verifica-se que a citação, nesse momento, mais do que evidenciar o erro de julgamento do Ministro, cria efeito de credibilidade (pelo saber, pelo conhecimento) contido em: *é incapaz, por si só*. O tom ameno e condescendente também confirma que não há intenção de uma crítica direta ou ostensiva.

A política brasileira é caracterizada como um ensaio de um programa similar ao que levou o país europeu *a um prolongado período de retração econômica. Só agora, depois de três anos de crescimento, a economia está voltando ao tamanho que tinha ao estourar a crise, em 2008*. Vemos aqui, novamente, marcadores de pressuposição (*só agora e está voltando*), que indicam que antes ela – a economia espanhola – estava no “tamanho” devido. Essa informação não cita a fonte, mas demonstra, com exemplos numéricos, relativos ao tempo e ao desemprego (18,6%), o resultado negativo desse tipo de política, cuja situação é acentuada pela expressão *o dobro da já triste média europeia*, o que enfatiza o problema.

Podemos dizer, por mais esse exemplo, que, no texto em análise, predomina a menção às fontes citadas, mas, como acontece em outros artigos, observamos que em alguns casos, como este e o das cifras correspondentes às economias argentina e brasileira, apresentam-se dados sem a menção à fonte, o que não deixa de produzir efeitos de credibilidade, já que é um conteúdo que pode ser comprovado pelo leitor ao consultar outras matérias publicadas em portais *online* de notícias, por exemplo.

O artigo finaliza retomando o segundo e o terceiro parágrafos, em intertexto com mais duas falas citadas de Padilha, no total de quatro (sendo que “economia pulsando” se repete duas vezes, além da primeira citação), o que é indicado pela repetição de *sobrevivência* e pelas aspas em *“autores deste processo”* (trazendo uma certa dose de ironia na referência aos políticos): *São exemplos que não casam bem com a sobrevivência eleitoral dos “autores deste processo”* – o que retoma também o título do artigo, referente a Temer (*sobreviverá*). Assim, o locutor confirma seu posicionamento ideológico no tom de alerta que assume. Logo, não há, no texto, a assunção clara e inequívoca de um posicionamento do locutor; ao contrário, ele apela, em grande medida, para modalizações, para implícitos (pressupostos e subentendidos) e para a

citação de falas e expressões alheias, como constatamos, para se opor às reformas propostas pelo governo. Esse conjunto de recursos nos permite supor, a partir dos exemplos trazidos para comparação, que não se pode ter boas expectativas no caso brasileiro, o que pode ser confirmado pelo título, que duvida da permanência de Temer no poder: “*O processo Temer sobreviverá?*”.

Análise 2 Clovis Rossi – 12/04/2017

A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede⁸⁷

A lista do Ministro Luiz Edson Fachin⁸⁸ coloca o sistema político brasileiro pendurado em um abismo horrendo, sem rede de proteção e sem prazo para ser atravessado.

Por mais que a lista não seja propriamente uma grande novidade, o fato é que ela representa uma espécie de consolidação do elenco da corrupção e, como tal, causa a sensação de que “não sobrou ninguém honesto e correto para que o povo tenha um mínimo de esperança”, como escreveu o leitor Victor Claudio para o Painel do Leitor⁸⁹ desta quarta-feira (12).

É um exagero, claro, mas é uma sensação inescapável quando se verifica, por exemplo, que estão citados todos os presidentes do período democrático, à exceção de José Sarney, que tem lá seus próprios problemas, e de Itamar Franco, que já morreu.

Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – estão todos lá.

Sobre o governo de Michel Temer, que já não tem legitimidade eleitoral, pode-se dizer que perde legitimidade de ação. Em qualquer lugar (civilizado) do mundo, fica inteiramente desacreditado um presidente que tem todos os seus quatro homens mais próximos e de mais confiança fulminados por suspeitas de corrupção.

No Brasil de Temer, não são apenas quatro os seus auxiliares que figuram na lista, mas boa parte de sua base de sustentação (65% dos citados pertencem à base do governo atual⁹⁰).

Como não há hipótese de que se faça uma eleição direta mais ou menos imediata, o governo Temer estará suspenso no abismo até 2018.

O que não quer dizer que a eleição de 2018 permitirá eventualmente ultrapassar o buraco negro, porque boa parte dos presumíveis candidatos também aparece na lista.

Claro que os condescendentes dirão que a abertura do inquérito determinada por Fachin não significa que todos sejam culpados. Concordo, mas cabem observações relevantes para matizar essa obviedade:

- 1 –A denúncia da Procuradoria, acatada por Fachin, baseia-se nas delações da Odebrecht. Para que os delatores mentiriam, se perderiam, nesse caso, os benefícios previstos no esquema?
- 2 –Se as delações não são verdadeiras, por que então a Odebrecht se comprometeu a pagar R\$ 6,7 bilhões em um acordo de leniência, que, segundo a Folha, os procuradores norte-americanos consideram o maior do mundo?
- 3 –Se o Ministro Fachin aceitou mandar abrir inquéritos é, obviamente, porque encontrou na denúncia da Procuradoria elementos suficientes para tanto.

⁸⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/04/1874935-a-lista-coloca-o-brasil-no-abismo-sem-rede.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁸⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874591-fachin-determina-inqueritos-contraministros-e-parlamentares-diz-jornal.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁸⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2017/04/1874795-nao-sobrou-ninguem-honesto-diz-leitor-sobre-lista-de-fachin.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874777-base-aliada-de-temer-e-maioria-na-lista-de-fachin-pt-e-o-mais-citado.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Por fim, mesmo que se aceite pelo valor de face a ideia de que ainda não há culpados, não há como escapar da observação do sempre competente Igor Gielow⁹¹ quando diz, na Folha de quarta, que “o efeito político da lista é bem mais eficaz do que o judicial”.

Introduza-se na equação a correta avaliação de Fábio Wanderley Reis⁹², um dos melhores cientistas políticos do Brasil, que lembra que, sem a atividade política, “não vamos poder administrar o país”.

Pois é, professor, é a esse abismo a que nos levou a corrupção da indispensável atividade política.

O artigo, que gira em torno de um só assunto, como no primeiro texto de Clóvis Rossi, já no início menciona alguém respeitável: Edson Fachin, um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi o autor de uma lista com nomes de políticos brasileiros suspeitos de corrupção. Segundo a matéria citada (com oferta de *link* para acesso pelo leitor) do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em 11 de abril de 2017 e intitulada “Fachin determina inquéritos contra ministros e parlamentares”: “O Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin determinou a abertura de inquérito contra oito ministros do Governo de Michel Temer, 24 Senadores e 42 Deputados Federais [...] três Governadores e 24 outros políticos e autoridades⁹³”. Após a menção à lista de Fachin, primeiro tema identificado, o texto apresenta metáforas ligadas ao sistema político brasileiro: *pendurado*, *abismo horrendo*, *sem rede de proteção*, que remetem ao tema do fim político do governo, em que as duas últimas se encontram parcialmente parafraseadas no título do artigo: “A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede”. O tom, ou modo de enunciação, é pessimista, de descrença, o que é evidenciado pela intensidade presente na escolha lexical e pela repetição das expressões metafóricas negativas, como em: *sem prazo para ser atravessado*.

Rossi também recorre ao discurso direto, transcrevendo, no 2º parágrafo, parte do comentário de um leitor, nomeado numa citação aspeada, com data e oferta de *hiperlink* para o *Painel do Leitor*, seção do jornal, que, em 12 de abril de 2017 trazia como aforização-título esse próprio comentário: *'Não sobrou ninguém honesto', diz leitor sobre lista de Fachin*. A citação produz um efeito de isenção do locutor na previsão desesperançosa, que é atribuída a outrem: *“não sobrou ninguém honesto e correto para que o povo tenha um mínimo de esperança”*,

⁹¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874700-lista-inaugura-fim-do-mundo-previsivel-e-com-efeito-legal-lento.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874839-partidos-e-politicos-sao-imprescindiveis-diz-wanderley-reis.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

⁹³ Segundo a matéria “Fachin determina inquéritos contra ministros e parlamentares”, veiculada no portal *online* da *Folha de S. Paulo*, em 12 abr. 2017: “a lista é baseada na chamada ‘lista do Janot’, mandada ao STF no dia 14 de março. Ao todo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou 83 pedidos de inquérito ao tribunal, com base nas delações dos 77 executivos da empreiteira Odebrecht”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874591-fachin-determina-inqueritos-contra-ministros-e-parlamentares-diz-jornal.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

confirmando o tom pessimista e revelando a única alusão ao povo, quando o texto dá, metonimicamente, voz a um leitor de jornal (a parte pelo todo).

Cria-se um outro efeito metonímico por *lista*, em que vários inqueritos estão agrupados, e volta-se ao tema da corrupção. Esse termo, aliás, repete-se seis vezes ao longo do artigo, incluindo o título, constituindo um ponto de cristalização semântica do/no discurso. Opondo-se, de modo explícito, à improbidade administrativa da classe política brasileira, o tema da corrupção é verbalizado: *Por mais que a lista não seja propriamente uma grande novidade [...] ela representa uma espécie de consolidação do elenco da corrupção*. O texto também recorre a nominalizações, como em *não seja [...] novidade* e em *consolidação*, que permitem pressupor que essa má conduta já existia entre os políticos, pois só se consolida e só não é novidade aquilo que já existe.

Em outra cristalização lexical, o vocábulo *sensação* se repete: causa a sensação de que “não sobrou ninguém honesto” [...] é uma sensação inescapável, quando se verifica, por exemplo, que estão citados todos os Presidentes do período democrático (grifos nossos) – o que remete a uma espécie de mal-estar vivenciado pela população, que parece ser inerente aos acontecimentos. Aponta-se, assim, para a desonestidade da classe política (verbalizada na fala citada do leitor), tema atrelado ao da corrupção. Observa-se que o vocabulário escolhido ameniza o posicionamento do locutor, após maior engajamento pelo uso da expressão metafórica *elenco da corrupção*. Esse apagamento também está no comentário, no estilo glosa de retoque – é um exagero, claro, – em relação à afirmação do leitor citado.

O articulista nomeia seis ex-Presidentes, entre eles quatro que estão na *lista*, incluindo políticos de partidos de direita e de esquerda, o que produz um efeito de sentido de “todos no mesmo barco”, como diz o ditado, e repete: *estão citados todos [...] estão todos lá*, no terceiro e no quarto parágrafos. E em seguida (grifos nossos): *um Presidente que tem todos os seus quatro homens mais próximos [na lista]* – em que a intensidade de *todos*, que aparece quatro vezes no texto, permite considerar, de modo subentendido e por um efeito metonímico de expansão (a parte pelo todo), o total de políticos da base aliada ao governo.

Fica implícito (subentendido) por *quatro homens mais próximos*, que sejam quatro, dos cinco Ministros citados na matéria do jornalista Thiago Amâncio, cujo título é “base aliada de Temer é maioria na lista de Fachin; PT é o mais citado”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em abril de 2017 – cujo *link* é disponibilizado no parágrafo seguinte, indicando a intertextualidade. Nesse parágrafo, a mesma informação se repete, na frase iniciada pela negação e seguida de uma retificação: *não são apenas quatro os seus auxiliares que figuram na lista, mas boa parte de sua base de sustentação*, o que reforça o efeito de expansão já

descrito, e o não apoio do locutor ao governo, ao trazer informações que mostram a corrupção da base aliada.

Segundo a matéria citada, “Dos ministros, três são filiados ao PMDB (Eliseu Padilha, Helder Barbalho e Moreira Franco) e dois, ao PSDB (Aloysio Nunes e Bruno Araújo)”. Lembramos que Eliseu Padilha foi locutor expressivo no primeiro artigo analisado de Rossi, ao qual o locutor se opõe. O título da matéria de Amâncio nomeia a oposição na segunda frase, mas o artigo não se refere a esse conteúdo. Pode-se verificar que o texto dá atenção apenas à primeira informação, ignorando a frase: “PT é o mais citado”, o que indica que a oposição parece ter sido poupada.

Há um sentido de isenção na frase que introduz esse parágrafo (o quinto do artigo): *Sobre o governo de Michel Temer, que já não tem legitimidade eleitoral, pode-se dizer que perde legitimidade de ação* – o que permite pressupor que o governo já teve tanto uma legitimidade eleitoral quanto de ação – numa dêixis temporal que volta ao passado para tecer uma conclusão negativa sobre o momento presente, de modo a suavizar a posição do locutor (*pode-se dizer*), que dá voz a um enunciador coletivo, identificado ao senso comum, à *vox populi*, cuja suposta fala vem atenuada pela modalização epistêmica, indicando possibilidade.

Na comparação com o mundo, a crítica continua, de modo explícito, como se pode ver na transcrição integral da frase: Em qualquer lugar (civilizado) do mundo, fica inteiramente desacreditado um Presidente que tem todos os seus quatro homens mais próximos e de mais confiança fulminados por suspeitas de corrupção (grifos nossos), em que se destacam índices de avaliação negativos. Observando-se o índice espacial, na expressão em qualquer lugar (civilizado) do mundo, verifica-se mais um efeito de expansão, que não chega a se referir a algum país específico. Subentende-se que não há mais como o Presidente ter credibilidade, o que indica a presença de mais um tema: o descrédito. Esse tema é evidenciado na informação, no parágrafo seguinte, que traz a porcentagem de inquéritos contra os parlamentares fulminados pela corrupção: (65% dos citados pertencem à base do governo atual), a qual, entre parênteses, parece ser apenas um complemento, oferecendo-se ao leitor o link para a matéria já mencionada da *Folha de S. Paulo*, o que ameniza a participação do locutor ao expor a informação. Ainda confirmando esse tema, identifica-se a oposição subentendida entre civilizado (aqueles países que o são) vs não civilizado (o Brasil) – o que alude ao não progresso, subentendendo-se o tema do atraso, pelo fato de o país não ser civilizado nem ter um governo confiável (credível).

É vasta a seleção vocabular que aborda o tema da corrupção, em expressões relacionadas a Temer e à sua equipe – sendo que esta compõe mais da metade da lista de Fachin; como mencionamos, *65% dos citados*. Assim, o locutor direciona críticas ao governo e faz uma única

referência à oposição, na menção aos ex-Presidentes *Luiz Inácio Lula da Silva* e *Dilma Rousseff*, incluindo esta implicitamente entre os corruptos da *lista*, sem fazer referência ao povo brasileiro, como no artigo anterior. Entre outras metáforas, como *suspenso no abismo* e *buraco negro*, e a avaliação depreciativa em: *perde legitimidade, inteiramente desacreditado*, identifica-se a continuidade do tom de pessimismo, num éthos de descrença do locutor, que ora deixa explícito o seu posicionamento (por exemplo, verbalizando a corrupção), mas, na maior parte das vezes, apoia-se em subentendidos, em expressões metafóricas e em falas de outros locutores para tecer um julgamento negativo sobre o governo – o que cria um efeito de credibilidade na modalização pelo saber, mas, ao mesmo tempo, suaviza o posicionamento do locutor.

Observam-se negações polêmicas – ao todo onze no artigo, incluindo a fala do leitor e a do professor Fábio Wanderley Reis – lembrando que, nesse caso, não se nega algo que foi dito, de fato, por um outro locutor, mas um ponto de vista, uma perspectiva, portanto, um enunciador que teria afirmado o contrário em relação ao governo. Inclui-se nesse conjunto a já citada frase: *não são apenas quatro os seus auxiliares que figuram na lista, mas boa parte de sua base de sustentação*, em que chamamos a atenção para o marcador de pressuposição *apenas* e o operador argumentativo *mas*, que, como dissemos, retificam o que foi dito antes. Verifica-se, portanto, que o uso da negação (*não são apenas*) serve para afirmar o contrário, que são muitos, mas de modo a isentar o locutor, já que essa informação tem como fonte presumível a *lista*. Em seguida, outra frase, com valor de certeza, novamente se inicia com a negação polêmica: *Como não há hipótese de que se faça uma eleição direta mais ou menos imediata, o governo Temer estará suspenso no abismo até 2018*. E, mais uma vez, em: *O que não quer dizer que a eleição de 2018 permitirá eventualmente ultrapassar o buraco negro, porque boa parte dos presumíveis candidatos também aparece na lista* – em que por *eventualmente* pode-se ler “de modo improvável”, em que se subentende que as eleições não permitirão ao governo “sair do sufoco”, como se diz. Assim, os parágrafos seis, sete e oito dedicam-se a mostrar que o governo Temer não tem saída, nem no presente, nem nas próximas eleições, por meio de implícitos que simulam isentar o locutor da responsabilidade pelo que é dito. No entanto, este se deixa trair pelo tom geral que assume de pessimismo e de descrença no governo e por algumas passagens explícitas.

No comentário em que responde a um possível (inter)locutor identificado como *os condescendentes* (que alegam que *não significa que todos sejam culpados*), o locutor recorre ao discurso indireto para citar sua (dos *condescendentes*) fala (introduzida por *dirão que*), em que novamente a negação está presente. Portanto, essa negação, atrelada a um (inter)locutor

desconhecido, prepara o terreno para as respostas, que buscam confirmar a credibilidade da *lista*, entre interrogações e afirmações. Antes de enumerar três razões para não ter dúvidas, o locutor, utilizando a primeira pessoa, introduz a contrapartida ao que dizem os *condescendentes*: *Concordo, mas cabem observações relevantes para matizar essa obviedade*, num tom moderado (reforçado pela presença do operador de contrajunção *mas*, que significa a conclusão contrária à da primeira oração). Adverte-se, pois, para a importância das informações a seguir, que se opõem à *obviedade* do discurso dos *condescendentes*, ao qual o locutor não dá o seu apoio. Desse modo, apesar do uso do eu (*concordo*) na dêixis em primeira pessoa, por meio da qual o locutor se expõe, tanto o tom de moderação, quanto a expressão metafórica (*matizar*, no sentido de diminuir, amenizar), confirmam o tom de ponderação assumido por ele.

Assim, o texto enumera três motivos em que está implícita/subentendida (pois soa como inerente a partir dos fatos) a defesa das informações contidas na *lista* de Fachin, para se opor à alegação desse locutor desconhecido nomeado de *condescendentes*, recorrendo Clóvis Rossi a perguntas que interpelam o leitor, num efeito de aproximação, seguidas de respostas: *Para que os delatores mentiriam, se perderiam, nesse caso, os benefícios previstos no esquema? [...] por que então a Odebrecht se comprometeu a pagar R\$ 6,7 bilhões em um acordo de leniência [...] é, obviamente, porque encontrou na denúncia da Procuradoria elementos suficientes para tanto* – confirmando o apoio do locutor à veracidade da *lista*. Nas três respostas enumeradas, o texto, recorrendo à condicionalidade da conjunção *se*, busca convencer o leitor, do qual se exige uma tomada de posição. São elas: 1 – se os delatores mentirem perdem os benefícios previstos; 2 – se a Odebrecht vai pagar 6,7 bilhões de reais no acordo de leniência é porque as delações são verdadeiras; 3 – se foram abertos os inquéritos, então é porque há elementos para tanto. Subentende-se, assim, uma avaliação positiva em relação à *lista*, estabelecendo-se mais uma oposição: a *lista* de Fachin (credível) vs o Governo Temer (não credível).

Outro locutor – Igor Gielow – é chamado ao texto, que cita frase da matéria intitulada “Lista inaugura 'fim do mundo' previsível e com efeito legal lento”, desse jornalista e cientista político, em mais uma estratégia para confirmar os efeitos nocivos da *lista*: *Por fim, mesmo que se aceite pelo valor de face a ideia de que ainda não há culpados, não há como escapar da observação do sempre competente Igor Gielow*. A expressão *valor de face*, que corresponde, no sentido literal, a “montante sobre o qual o pagamento de juros é calculado⁹⁴”, é usada de modo conotado no artigo, que não se interessa pela culpa ou não dos políticos, em tom de “o

⁹⁴ Informação extraída do site Igf Intellect Gerenciamento Financeiro Disponível em: http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=3052. Acesso em: 05 jul. 2018.

estrageo já está feito” – o que é corroborado pela frase citada de Gielow: “o efeito político da lista é bem mais eficaz do que o judicial”. O tom de moderação em *mesmo que se aceite* desmerece a ideia de considerar a culpabilidade ou não, no nomeado *valor de face* – cifra menor de uma negociação, sem o acréscimo dos juros; ou seja, a culpa não é o mais importante, mas sim os danos já causados pela divulgação de tal notícia, o que novamente evoca o tema do fim político, ligado àqueles que têm o nome na *lista*.

Observa-se, mais uma vez, o uso da negação polêmica para dizer justamente o contrário: não há como escapar da observação do sempre competente Igor Gielow – cuja matéria pode ser acessada pelo *link* incluído no artigo, em mais um efeito de credibilidade. Destaque-se aqui a autoridade conferida a Gielow pelo índice de avaliação competente, reforçado pela presença do advérbio sempre. O recurso à negação foi usado, como dissemos, onze vezes ao longo do texto, a última vez na citação do cientista político Fábio Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), que transcrevemos a seguir. Tanto Gielow quanto Reis têm seus dizeres aspeados (discurso direto), embora eles sejam introduzidos, na fala do articulista, pela conjunção integrante que, marca típica do discurso indireto, o que constitui um recurso bastante recorrente no jornalismo contemporâneo. É como se o locutor completasse a sua fala com a fala de outrem, buscando respaldo em pessoas de alta reputação (argumento de autoridade) para não dar margem a contestação.

Nessa perspectiva, a avaliação positiva relacionada a Gielow, sempre competente, também se estende a Reis: introduza-se na equação a correta avaliação de Fábio Wanderley Reis, um dos melhores cientistas políticos do Brasil (grifos nossos). A frase de Wanderley Reis, "não vamos poder administrar o país", retirada da matéria da jornalista Raquel Landim, intitulada “Partidos e políticos são imprescindíveis, diz Wanderley Reis”, publicada na *Folha de S. Paulo* em abril de 2017, para a qual o artigo oferece *link* de acesso, enfatiza o tom pessimista mostrado pelo locutor. O artigo finaliza com um comentário dirigido a esse (inter)locutor, o que indica proximidade: Pois é, professor, é a esse abismo a que nos levou a corrupção da indispensável atividade política, retomando os já citados termos abismo (mencionado quatro vezes ao longo do texto, incluindo o título) e corrupção. Enfatiza-se, pois, o diálogo com alguém que tem legitimidade acadêmica (professor), o que ameniza o posicionamento do locutor na frase final.

Portanto, esse segundo artigo, a exemplo do primeiro, apoia-se em outros locutores, em discursos convocados, que agregam credibilidade – oferecendo o *hiperlink* para acesso a ambas as matérias – enquanto suaviza o próprio posicionamento, ao citar dois cientistas políticos, cujas falas, aspeadas, funcionam como argumentos de autoridade, confirmando o que foi dito, em

previsões derrotistas para o Brasil. No entanto, não há críticas diretas ao governo nessa passagem, como nos parágrafos anteriores, o que mostra que o artigo finaliza num tom mais ameno.

No total, há oferta de cinco *hiperlinks* no artigo, o que permite ao leitor comprovar as falas transcritas dos outros locutores acessados, situadas em matérias publicadas todas no mesmo mês, nos dias 11 e 12 de abril de 2017– o que mostra atualidade, já que o artigo foi veiculado em 12 de abril. Todas elas são extraídas da *Folha de S. Paulo*, mesmo jornal de publicação do artigo, o que verificamos ser prática comum entre os colunistas que inserem acesso aos conteúdos comentados a partir de reportagens do mesmo veículo. As seguintes expressões disponibilizam ao leitor essas outras matérias: *lista do Ministro Luiz Edson Fachin - Painel do Leitor - pertencem à base do governo atual - Igor Gielow - Fábio Wanderley Reis* – que levam aos dizeres dos quatro locutores chamados ao texto: Fachin (indiretamente pela menção à lista), o leitor, Gielow e Wanderley Reis, além da alusão à matéria do jornalista Thiago Amâncio, da *Folha de S. Paulo*, que já mencionamos (acessada em *pertencem à base do governo atual*) e do locutor não nomeado *os condescendentes*, como já foi dito.

Confirma-se, ao longo do texto, que não há referência ao povo, à exceção do espaço dado ao comentário de um leitor, e também que não há interesse pela oposição, que não é o foco, como se pode perceber pelo quase silenciamento, exceto pela menção aos ex-Presidentes petistas presentes na lista. Assim, o artigo dedica-se às consequências da lista de Fachin para a classe política e, principalmente, para o governo, ao qual se opõe sem, entretanto, apresentar soluções. Vemos, assim, que tanto no primeiro quanto no segundo texto analisados neste trabalho, Clóvis Rossi mantém um *éthos* mais ponderado quanto às suas críticas ao governo, recorrendo, em grande medida, a comparações, metáforas, implícitos e à fala de outrem para assumir um posicionamento (contrário ao atual governo e à classe política em geral).

Janio de Freitas, por sua vez, é colunista e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, escrevendo no jornal aos domingos e quintas-feiras. É o único colunista, entre os integrantes do *corpus* deste trabalho, que traz, no título de duas colunas, referência às greves. Enquadram-se ainda nos critérios propostos os artigos “Temer e Meirelles estão perdidos, incapazes tanto de fazer quanto de compreender”, e “Brasil é o país em que o Presidente é produtor oficial de notícias falsas”, já que apresentam no título a referência ao Presidente. Como optamos por selecionar três artigos de Jânio de Freitas – em decorrência de um dos colunistas do *Jornal O Tempo* só ter apresentado um artigo dentro dos critérios estabelecidos por nós, o que foi explicado no início deste capítulo –, escolhemos, além dos artigos que trazem as greves nos títulos, o artigo “Brasil é o país em que o Presidente é produtor oficial de notícias falsas”,

que fala diretamente de Temer em quatro parágrafos, visto que o artigo “Temer e Meirelles...”, apesar de se referir diretamente a Temer no título, preocupa-se mais em apresentar dados econômicos.

QUADRO 6 – Artigos Janio de Freitas – *Folha de S. Paulo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

- | | |
|-----|---|
| 1. | 14/05/2017 – Lula não se valeu da morte de Marisa para lhe fazer imputações |
| 2. | 11/05/2017 – Gilmar e Janot podem ser a negação das falsas mesuras emanadas das togas |
| 3. | 07/05/2017 – Desgastes do Supremo independem de ação externa |
| 4. | 04/05/2017 – Os presos e um solto |
| 5. | 30/04/2017 – Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase |
| 6. | 27/04/2017 – Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo |
| 7. | 23/04/2017 – Distribuir inquéritos no STF pode gerar diferentes graus de justiça |
| 8. | 20/04/2017 – Ao ordenar que Lula compareça a 87 audiências, Moro tem atitude rasteira |
| 9. | 16/04/2017 – Se é para mudar |
| 10. | 13/04/2017 – O presente do algoz |
| 11. | 09/04/2017 – Erros sem conta |
| 12. | 06/04/2017 – Projeto contra abuso de poder encontra uma via inesperada |
| 13. | 02/04/2017 – Temer e Meirelles estão perdidos, incapazes tanto de fazer quanto de compreender |
| 14. | 30/03/2017 – Muito além das empreiteiras |
| 15. | 26/03/2017 – E se Gilmar Mendes estiver se capitalizando para ser candidato? |
| 16. | 23/03/2017 – Na Carne Fraca, o que preocupa são só os cifrões da exportação |
| 17. | 19/03/2017 – No Brasil, a democracia e seus adeptos têm dívida impagável com a corrupção |
| 18. | 16/03/2017 – Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas |

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/>. Acesso em: 28 maio 2017.

Análise 1 Janio de Freitas⁹⁵ – 16/03/2017

Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas⁹⁶

Os alemães estão preocupados com o número e os efeitos crescentes de notícias falsas. Seu governo discute, já como anteprojeto, uma legislação duríssima contra empresas que viabilizam redes na internet, quando não eliminem com presteza as notícias falsas e a disseminação do ódio.

No Brasil, providência semelhante seria contraditória, sendo o país, por exemplo, em que um ex e badalado Presidente da República e um Ministro do Supremo Tribunal Federal propõem que o caixa 2 em política – o dinheiro tomado e destinado em segredo – não mais seja considerado como corrupção.

Ou, mais simplesmente: o país em que o Presidente é produtor oficial e contumaz de notícias falsas. Com uso não só da internet, mas de todo o sistema de comunicação informativa do país.

O que Fernando Henrique e Gilmar Mendes pretendem aceitável é a maior causa da grande mentira eleitoral, o mito das eleições livres e limpas no Brasil. Lembre-se, a propósito, que as contas da campanha presidencial de Fernando Henrique foram recusadas pela Justiça Eleitoral, com um grande rombo, apesar da contabilidade conveniente. Como diz Carlos Ayres Britto, com brilhante passagem pelo Supremo, o caixa 2 "é eticamente espúrio e juridicamente delituoso".

⁹⁵ Janio de Freitas “começou sua carreira profissional no Diário Carioca. Trabalhou no Correio da Manhã, na Manchete, n’O Cruzeiro e na Última Hora. Teve participação importante da reforma de modernização do Jornal do Brasil. É colunista e membro do conselho editorial da *Folha de S. Paulo* desde 1988. Já ganhou vários prêmios, entre eles o Esso e o internacional Rei de Espanha”. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/perfil/janio-defreitas/51>. Acesso em: 04 set. 2017.

⁹⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2017/03/1866904-noticias-falsas.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

Michel Temer repete, com a esperança de que o país o ouça, serem as críticas ao projeto de "reforma" da Previdência⁹⁷ movidas apenas por interesses. Nega perdas: "cerca de 63% dos trabalhadores terão aposentadoria integral, porque ganham salário mínimo. Quem pode insurgir-se é um grupo de 27%, 37%".

À parte a dupla indecência que está na proporção dos recebedores de salário mínimo e no valor dele, já desmoralizantes da Previdência e da "reforma", o projeto do governo fere, sobretudo, os mais carentes. Os de salário mínimo integram a grande multidão que começa a trabalhar mais cedo, na puberdade ainda. Exigir-lhes mais cinco ou dez anos de trabalho, para chegar à nova idade mínima de aposentadoria, é um ônus desumano. E negá-lo é mentir ao país.

O "ministério de técnicos", a "recuperação da moralidade pública", a "retomada do crescimento ainda neste ano" (de 2016!), e tantas balelas mais, formam uma estrada imoral de mão única. Na qual foi erguido há pouco um monumento à indignidade. Recusar-se a reconhecer uma autoria legítima é uma usurpação, seja ou não em proveito próprio. No caso, era.

Michel Temer saiu-se com a bobagem de que "a paternidade da transposição do São Francisco"⁹⁸ é do povo brasileiro". Sua forma de negar a autoria de Lula, em áspera batalha técnica e de comunicação, e a difícil continuidade assegurada por Dilma. Citou valores errados, sempre em seu favor. E inventou a entrega de 130 mil cisternas.

Para breve comparação: Tereza Campello entrou calada no governo Dilma, permaneceu muda e, no *impeachment*, saiu em silêncio sobre seu papel no governo. Mas, entre outros êxitos incomuns, fez construir e instalar no Nordeste cerca de um milhão de cisternas.

Por isso, a recente seca, brutal, não provocou o abalo e os demais efeitos das secas equivalentes. Observação de valor especial nestes tempos: tamanha obra sem que houvesse sequer vestígio de escândalo, na atividade que mais produziu corrupção e escarcéus na história do Nordeste.

Tereza Campello, a cujo silêncio realizador a imprensa/TV respondeu com silêncio incompetente, foi uma ministra extraordinária.

Quanto a Michel Temer, entende-se por que lhe pareceu normal nomear Alexandre de Moraes, coautor de um livro que assina sozinho, para o Supremo. A veracidade não é o que lhe importa. Como caráter não se vende em supermercado, Michel Temer não recebe informações a respeito.

O artigo de Janio de Freitas começa fazendo uma comparação com o povo alemão: *estão preocupados com o número e os efeitos crescentes de notícias falsas* – num parágrafo que repete duas vezes a expressão do título da coluna: *notícias falsas* – para então se voltar para o caso brasileiro, numa crítica que se refere, implicitamente, ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes (identificados apenas daí a dois parágrafos): *no Brasil, providência semelhante seria contraditória, sendo o país, por exemplo, em que um ex e badalado Presidente da República e um Ministro do Supremo Tribunal Federal propõem que o caixa 2 em política – o dinheiro tomado e destinado em segredo – não mais seja considerado como corrupção* (grifos nossos), o que, naturalmente, supõe um destinatário politizado e, em consequência disso, capaz de inferir de quem se trata.

Desvela-se o tema da **impunidade**, implícito no artigo, que nomeia a seguir os atores a que se referiu, lançando antes uma crítica explícita (e “feroz”) ao Presidente Temer: *Ou, mais simplesmente: o país em que o Presidente é produtor oficial e contumaz de notícias falsas. Com*

⁹⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/?cmpid=menutopo>. Acesso em: 28 maio 2017.

⁹⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865301-temer-diz-que-ninguem-pode-ter-a-paternidade-do-sao-francisco.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

uso não só da internet, mas de todo o sistema de comunicação informativa do país. Essa crítica que, como podemos constatar, é mediada por uma seleção lexical que impacta o leitor, é reforçada pela soma de argumentos favoráveis a uma mesma conclusão – expressa pelos operadores *não só [...] mas (também)* –, o que aumenta consideravelmente o escopo da mentira. O texto continua em tom de crítica direta, sem ironias ou outros recursos não marcados, a não ser a hipérbole (*maior causa, grande mentira, mito, grande rombo, inaceitável*) destinada, novamente, a Fernando Henrique e a Gilmar Mendes, aos quais se atribui a continuidade da *mentira eleitoral, o mito das eleições livres e limpas no Brasil*.

Quanto a Fernando Henrique, a crítica é acentuada pelo uso da expressão *contabilidade conveniente*, referente às contas da sua campanha presidencial, o que deixa subentendida uma condição de fraude. Esse posicionamento contrário, supostamente amenizado pela expressão *pretendem aceitável*, relacionada à dupla, na verdade, instaura o pressuposto (desencadeado pelo verbo *pretender*) de que essa situação é inaceitável, informação implícita que é compartilhada com o leitor, revelando o tema da **indignação**. No trecho, o locutor dirige-se diretamente ao leitor, em *lembre-se* – o que, além de criar um efeito de aproximação, redime a falta de citação da fonte da informação sobre as contas da campanha de Fernando Henrique, confirmando que o fato é de conhecimento comum.

Duas afirmações trazem credibilidade ao texto: a primeira (as contas recusadas da campanha de Fernando Henrique), que mesmo sem menção à fonte remete à condição de saber; e a segunda, que cita Carlos Ayres Britto⁹⁹, presidente do STF durante o Governo Dilma Rousseff, chamando um segundo locutor que não compromete, porém, o locutor/articulista. O elogio a Ayres Britto – *brilhante passagem pelo Supremo* – indica o apoio do locutor ao jurista indicado por Lula, em 2003, ao STF. Na avaliação positiva, enfatiza a crítica extraída da fala do citado: *o caixa 2 "é eticamente espúrio e juridicamente delituoso"*, em que os índices de avaliação (adjetivos e advérbios) utilizados confirmam o posicionamento ideológico disfarçado

⁹⁹ Carlos Ayres Britto, Ministro do Supremo Tribunal Federal de 2003 a 2012, presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2012, no governo Dilma Rousseff, afirmou, em entrevista ao programa Roberto D’Avila, em 20 de abril de 2018, quando perguntado sobre a prisão do ex-Presidente Lula: “Pois é, segundo a minha concepção, a minha concepção, ele não seria preso. Mas, majoritariamente, porém, majoritariamente, o Supremo entendeu [...]” (grifo nosso). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RMbZY2_54IU. (11:04). Acesso em: 2 ago. 2018. Entrevista da jornalista Cynara Menezes publicada no portal da revista *Carta Capital* em 8 de maio de 2012, intitulada “Ayres Britto, um poeta na alta corte”, afirma, sobre o Ministro: “A princípio visto com reservas, classificado como mais um jurista ‘afinado’ ao ex-Presidente Lula, que o indicou ao cargo em 2003, Ayres Britto revelou-se ao longo dos anos um grande frasista e um progressista de argumentos bem fundamentados”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ayres-britto-um-poeta-na-alta-corte-2>. Acesso em: 2 ago. 2018.

do locutor, por meio da citação da fala de alguém com credibilidade para pronunciá-la (ou seja, alguém inscrito na FD jurídica).

É quando se menciona diretamente o Presidente Temer (antes chamado Presidente), tematizando, de forma subentendida, sua **impotência** nas seguintes expressões: *repete, com a esperança de que o país o ouça, nega perdas*. A partir dessa parte e ao longo do texto, evidencia-se a crítica aberta a Temer (que prima pela escolha de palavras e expressões de caráter negativo): *saiu-se com a bobagem, citou valores errados, sempre em seu favor, negá-lo é mentir ao país*, o que questiona a **responsabilidade**, a **idoneidade** e a **probidade/improbidade** do próprio Presidente.

O texto dá voz a Temer, em discurso direto, numa fala do Presidente que parece defender o povo brasileiro quanto ao tema nomeado da **reforma da previdência**, em mais um locutor convocado (além de Ayres Britto, que o locutor/articulista apoia): *"Cerca de 63% dos trabalhadores terão aposentadoria integral, porque ganham salário mínimo. Quem pode insurgir-se é um grupo de 27%, 37%"*. Em seguida, tece uma crítica explícita ao projeto de reforma, evidenciando o não apoio a Temer, nos índices de avaliação depreciativos e hipérboles, como em: *dupla indecência, desmoralizantes, grande multidão, fere, ônus desumano*, referindo-se ao valor do salário mínimo e à multidão de pobres, *que começa a trabalhar mais cedo* – o que enfatiza o tema da **injustiça**, num texto que dá voz, indiretamente, ao povo brasileiro, à maioria. A citação aspeada da fala de Temer, assim como a oferta do *hiperlink* para página com notícias sobre Temer e a reforma da previdência, entre outras, agregam um valor de verdade e, conseqüentemente, de credibilidade a um discurso que não se preocupa com ocultações modais, posicionando-se contrariamente, na maioria das vezes de modo explícito, a diversos sujeitos/locutores convocados pelo articulista, que são integrantes da classe política brasileira.

Observa-se que o artigo, além de dar voz ao governo – em citações que agregam credibilidade ao colunista e constituem terreno fértil para a crítica – e ao povo (expondo a sua desvantagem), também dá voz, indiretamente, à oposição, no oitavo parágrafo, quando muda a temática para a obra de transposição do rio São Francisco. Num recurso já usado (na menção a Gilmar Mendes e a Fernando Henrique), o fato tratado só é completamente revelado no parágrafo seguinte, quando o leitor identifica o assunto. Acreditamos que essa ocultação temática pode constituir-se como estratégia de captação, que chama o leitor para descobrir a relação entre os fatos narrados.

Portanto, antes de apresentar o assunto, o artigo recupera falas, entre aspas, supostamente do Presidente Temer, cuja fonte não é citada, mas o ano é descrito (*de 2016!*)

com um ponto de exclamação inusitado, o que chama a atenção do leitor. O distanciamento do locutor é marcado pelas aspas e pelo comentário: *O "Ministério de técnicos", a "recuperação da moralidade pública", a "retomada do crescimento ainda neste ano" (de 2016!), e tantas balelas mais formam uma estrada imoral de mão única* – em que tematiza a **incompetência** e a **imoralidade** do atual governo, além de tecer uma previsão implícita, metaforizada na expressão *estrada de mão única*, que remete à impossibilidade de retomar, de voltar atrás, num tom pessimista atribuído, sem que se nomeie, a Temer, podendo estar se referindo ainda à perda do mandato presidencial. Portanto, a autoria das falas fica subentendida pelo fato de o Presidente ser novamente mencionado no parágrafo seguinte, que dá seguimento ao assunto, quando a falta de referência anterior é explicada ao leitor – como mencionamos, isentando o locutor, pelo menos no sétimo parágrafo, da literalidade da crítica, cuja vítima não é nomeada. O comentário continua, quando as nominalizações *monumento à indignidade* e *usurpação* mostram uma avaliação depreciativa. O vocabulário utilizado reforça, pois, o tema da **improbidade** e introduz o tema do **plágio**, que se confirma, em seguida, serem atribuídos ao Presidente.

Assim, apenas no oitavo parágrafo compreende-se que o sentido de plágio é em relação à paternidade da transposição do rio São Francisco, informação que apresenta acesso, via *hiperlink*, à matéria. Nesse parágrafo, as expressões: *saiu-se com a bobagem, forma de negar, citou valores errados, sempre a seu favor e inventou a entrega* novamente assinalam os temas da **incompetência** e da **improbidade**, relacionados a Temer, numa axiologia negativa, de depreciação. Por: *sua forma de negar a autoria de Lula, em áspera batalha técnica e de comunicação e a difícil continuidade assegurada por Dilma*, verifica-se a referência, já comentada, à oposição (e advoga em favor dela), ao mencionar os dois ex-Presidentes, a autoria da obra e os problemas enfrentados por ambos, indicando a **persistência** dos governos petistas para resolver o problema.

Nesse momento, o texto se volta para uma das Ministras do Governo Dilma, Tereza Campello, então responsável pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com índices de avaliação favoráveis à Ministra, que – afirma-se – *salvou os nordestinos dos efeitos das secas* e ainda: *entre outros êxitos incomuns, tamanha obra sem que houvesse sequer vestígio de escândalo, na atividade que mais produziu corrupção e escarcéus, cujo silêncio realizador e Ministra extraordinária*, em que se tematizam a **probidade**, a **competência administrativa** e a **discrição** de Tereza Campello, que, se subentende, contrasta com a improbidade, a incompetência administrativa e a “falação” de Temer. Os verbos *entrar*, *permanecer* e *sair* (com destaque para o marcador de pressuposição: *permaneceu*) seguidos de

palavras sinônimas (*calada, muda, em silêncio*) reiteram a *performance* exemplar de Campello, sugerindo que não é preciso falar para fazer. Afinal, ela, sem alarde algum *fez construir e instalar no Nordeste cerca de um milhão de cisternas*, diferentemente de Temer, que *inventou a entrega de 130 mil cisternas*. Nesse enunciado, o verbo *inventar* deixa pressuposta a inexistência de seu objeto, reforçando o caráter mentiroso do Presidente. Já a avaliação positiva de Campello é intensificada por hipérboles como: *tamanho obra, mais produziu, extraordinário*, indicando, implicitamente, o ponto de vista do próprio locutor (materializado na escolha cuidadosa do vocabulário, favorável aos ex-governos petistas e desfavorável ao atual governo e às respectivas obras).

Assim, de modo explícito (sem escamotear a responsabilidade do colunista pelo apagamento de suas “marcas”), o artigo enumera os feitos da Ministra, criando um efeito de sentido de aproximação entre o locutor e a personagem, no caso Tereza Campello. Referindo-se aos enunciados que enumeram esses feitos, valoriza o próprio discurso, por meio do comentário: *observação de valor especial nestes tempos*, que, por sua vez, desmerece o comportamento dos políticos em geral, de modo metonímico, enaltecendo, mais uma vez, Campello.

Após os elogios ao desempenho da Ministra, o artigo volta a Temer, o que já se previa, graças à expressão introdutória do parágrafo: *para breve comparação*, seguida do sinal de dois pontos. O assunto é retomado de forma a continuar o que se estava dizendo: *quanto a Michel Temer*. A crítica que segue é, primeiramente, irônica (*lhe pareceu normal*, o que indica, por pressuposição, que o fato – a nomeação – não era normal): *entende-se por que lhe pareceu normal nomear Alexandre de Moraes, coautor de um livro que assina sozinho, para o Supremo* (interdiscursividade com caso de plágio relacionado a Moraes¹⁰⁰). Chama a atenção o paradoxo instaurado por *coautor que assina sozinho*. Ocorre, assim, uma segunda tematização do **plágio**, com um comentário que não apresenta a fonte e que desmerece o Ministro do Supremo indicado pelo Presidente. Ou seja, subentende-se que a mentira, a falsificação e o desrespeito à autoria são práticas tanto do Presidente quanto de seus Ministros, o que é confirmado pelas frases finais do artigo, em que o locutor assume seu posicionamento de modo explícito, mais uma vez: *a*

¹⁰⁰ Matéria publicada no portal *online Diário do Centro do Mundo* (DCM), em 9 fev. 2017, intitulada “Moraes plagiou autor espanhol”, afirma: “um livro de direito publicado por Alexandre de Moraes, indicado de Michel Temer para vaga no STF (Supremo Tribunal Federal), tem vários trechos idênticos aos de uma obra do jurista espanhol Francisco Rubio Llorente (1930-2016) que compila decisões do Tribunal Constitucional daquele país. Publicado originalmente em 1997 e já em sua 11ª edição, ‘Direitos Humanos Fundamentais’ reproduz, sem o devido crédito e sem informar de que se trata de uma citação, passagens de ‘*Derechos Fundamentales y Principios Constitucionales*’, de Llorente, publicado em 1995 pela editora espanhola Ariel”. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/moraes-plagiou-autor-espanhol/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

veracidade não é o que lhe importa. Como caráter não se vende em supermercado, Michel Temer não recebe informações a respeito.

Concluimos que o artigo se serve de estratégias (tematização, uso do discurso direto e de expressões aspeadas, ironia, subentendidos, etc.) que o auxiliam na crítica ao governo. Entre implícitos (pressupostos e subentendidos) e explícitos (principalmente), apresentam-se as posições e as marcas do locutor, por meio de numerosos índices de avaliação, assim como pela escolha cuidadosa do vocabulário e das falas (e expressões) citadas. Reconhecendo os acertos da oposição, demonstra um posicionamento ideológico contrário ao atual governo, com sérias restrições ao Presidente, assumindo o éthos de alguém corajoso e determinado, que não tem medo de dizer a verdade (pelo menos, a “sua” verdade). Isso contrasta, por exemplo, com o éthos comedido de Clóvis Rossi na crítica ao Ministro Eliseu Padilha, no já analisado artigo “O 'processo' Temer sobreviverá?”.

Análise 2 Janio de Freitas – 27/04/2017

Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo¹⁰¹

"Governo Temer" é só uma expressão da preguiça mental aliada a defeitos muito piores. Trata-se, na verdade, da aberração Temer. Jamais – portanto, nem na venenosa fase de Roberto Campos como ideólogo e artífice da ditadura – este país de desatinos viveu, em tão pouco tempo, um assalto tão violento e extenso a direitos de mais de quatro quintos da sua população e às potencialidades do próprio país.

Mesmo na Síria atual, nem toda em guerra, algumas coisas melhoram. Os países são composições tão complexas e contraditórias que, neles, nunca tudo segue na mesma direção. Foi o caso inegável da ditadura militar. É o caso deste transe que permite a Henrique Meirelles, Michel Temer e aos economistas do lucro fácil a comemoração, como no mês passado, de uns quantos números aparentemente consagratórios, mas já de volta à realidade torpe.

Nem poderia ser diferente. O que Meirelles tem a oferecer e a subserviência Temer subscreve, ambos a título de combate à crise, é um país manietado, com a vitalidade reprimida, aprisionado na desinteligência de um teto obrigatório de gastos que, no entanto, para baixo vai até à imoralidade de cortar gastos da educação e da saúde.

As greves e os demais protestos previstos para amanhã, não importa a dimensão alcançada, justificam-se já pelo valor simbólico: há quem se insurja, neste país de castas, contra a espoliação de pequenas e penosas conquistas que fará mais injusta e mais árdua a vida de milhões de famílias, crianças, mulheres, velhos, trabalhadores da pedra, da graxa, da carga, do lixo, do ferro – os que mantêm o Brasil de pé. E, com isso, à revelia permitem que as Bolsas, a corrupção e outras bandalheiras vicejem.

Reforma Trabalhista foi a que criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), impondo ao patronato certo respeito ao trabalho e ao seu factor, até então apenas sucedâneos dos séculos escravocratas. O projeto de Temer, Meirelles e dos seus adquiridos na Câmara devasta 117 artigos da CLT. Devasta, pois, a CLT.

Com malandrices como, de uma parte, arruinar os sindicatos, tirando-lhes a verba de contribuição sindical (deveria acabar, mas por modo decente); de outra, estabelecer que as condições do trabalho serão acertadas entre esses sindicatos fragilizados, se ainda existentes, e o patronato. Por coerência dos autores, com esta aberração: se os "acordos" estiverem fora da lei, valem mais do que a lei.

Último ministro da Previdência na ditadura, Jarbas Passarinho declarou, em cadeia (quem dera) nacional, que a Previdência estava falida. Finda a ditadura, Waldir Pires assumiu a Previdência com uma equipe capaz e provou o contrário. Meirelles, dublê de Ministro da Fazenda e da Previdência, o que erra na primeira não acerta na segunda. Aumentou o desemprego em 30%. Logo, reduziu a arrecadação previdenciária.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefretas/2017/04/1878975-greves-nao-importa-a-dimensao-justificam-se-pelo-simbolismo.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

Só em março, a cada dia foram cerca de 3.000 demitidos a deixarem de contribuir. A correção Meirelles/Temer: cassar direitos de quem trabalha de fato, na fase da vida em que mais precisam deles. Com essa usurpação, diminuir o buraco que, em seguida, faz maior.

Mais direitos se vão e menos remuneração haverá por obra do desregramento aplicado à terceirização do trabalho. Se as empresas não ganhassem, em comparação a seu gasto com o empregado formal, não quereriam terceirizados.

Já se sabe, portanto, de quem a aberração Temer tira para dar a quem. É a lógica da aberração Temer: já que do povo não obtém popularidade, dele tomar o que possa.

Não só por ser uma eminência nacional, ou pelos motivos que o fazem sê-lo, Gilmar Mendes não seria esquecido aqui. Ainda mais em seguida à mais recente façanha de sua sábia independência como jurista e juiz: a concessão a Aécio Neves de só depor, no inquérito sobre improbidades em Furnas, depois de conhecer os demais depoimentos.

Assim Gilmar Mendes inventou a maneira mais simples de impedir inquéritos: como os direitos de depoentes são iguais, se todos requererem o mesmo direito dado a Aécio, não poderá haver inquérito, por falta [de] depoimento a ser ouvido. Os acusados da Lava Jato podem usar a invenção nos respectivos inquéritos.

Antes país dos desastros, agora é o país das aberrações. Afinal, sob protestos, que têm à disposição um futuro convidativo.

A avaliação depreciativa ao *Governo Temer* pode ser vista ao longo de todo o discurso, enfatizada pela intensidade: só a palavra *aberração* aparece cinco vezes, tornando-se uma palavra-chave, um ponto de cristalização do discurso. Mas, além dela, temos, nos primeiros parágrafos: *defeitos muito piores, preguiça mental, assalto tão violento e extenso, país de desastros, lucro fácil, realidade torpe*, entre outros termos e expressões de alto teor crítico, escolhidos para tematizar a **má gestão** do governo e a **situação do país**, confirmados pelos temas da **incompetência**, da **desumanidade** e do **engodo**, atribuídos a Temer e sua equipe. O discurso segue com a avaliação depreciativa do Presidente Temer e da política econômica do governo: *subserviência Temer [...] desinteligência de um teto obrigatório de gastos [...] imoralidade de cortar gastos da educação e da saúde [...] ambos a título de combate à crise*. O tema da **injustiça** pode ser confirmado por *país manietado* (ou subjugado), *vitalidade reprimida, aprisionado*, em que o locutor dá voz, mesmo que não de forma evidente, ao povo, ao referir-se à educação e à saúde, o que é reforçado pelo tom dramático provocado pela humanização do país, descrito como reprimido e sem vitalidade.

Chama também a atenção o uso de aspas em “Governo Temer”, no início do primeiro parágrafo, para mostrar o caráter pouco apropriado da expressão, já que na opinião do locutor o mais adequado seria *aberração Temer*, como ele busca justificar ao longo do artigo. A comparação com a Síria, em seguida (segundo parágrafo), um país fragilizado pela guerra, também contribui para criar uma imagem negativa do país e daqueles que o governam.

A modalização pelo eixo da crença (ou epistêmica) evidencia-se por *trata-se, na verdade*, da segunda frase do artigo, com valor de certeza, num efeito de credibilidade

corroborado pela menção ao político Roberto Campos¹⁰² e pela alusão à ditadura militar, considerada como fase menos maléfica que a atual: *nem na venenosa fase de Roberto Campos como ideólogo e artífice da ditadura*. Identifica-se a comparação entre o ex-Ministro da ditadura militar e a dupla Temer e Henrique Meirelles, então Ministro da Fazenda de Temer¹⁰³, evidenciada por: *Foi o caso inegável da ditadura militar. É o caso deste transe que permite a Henrique Meirelles, Michel Temer e aos economistas do lucro fácil a comemoração, como no mês passado, de uns quantos números [...] (grifos nossos)*. No sentido vago da expressão *uns quantos números*, referente ao motivo da comemoração do governo, o artigo deixa subentendido que não importam os valores exatos das cifras, uma vez que não são confiáveis, e que o Presidente é capaz de *malandrices*, como é afirmado no sexto parágrafo.

O trecho mostra, pela escolha do vocabulário (*transe*) relacionado ao Presidente e ao Ministro, a avaliação depreciativa, que se estende ainda ao coletivo, não nomeado, *economistas do lucro fácil* – subentendendo-se que integram a equipe governamental, ao serem citados junto a Temer e Meirelles. Também se pode identificar o tema da **ilusão**, atribuído a ambos, que supostamente (*aparentemente*) manipulam informações para iludir o povo: *números aparentemente consagratórios, mas já de volta à realidade torpe*, em que o uso de *aparentemente* deixa implícito (pressuposto) que os números não são, de fato, consagratórios. Supõe-se que essa informação pode ter origem em resultados de pesquisas sobre dados econômicos, entre outros, uma vez que o articulista não justifica a afirmação ou menciona sua fonte.

Em referência à **reforma trabalhista** – tema que atravessa todo o artigo, mesmo que implícito nos parágrafos iniciais –, enquanto aos sindicatos é atribuída a qualidade de *fragilizados, arruinados (arruinar os sindicatos [...] se ainda existentes)*, ao governo são destinadas nominalizações, como a já citada *malandrices*, além de: *mas por modo decente e aberração*, tematizando a **ilegalidade** dos acordos propostos pelos *autores* – autores esses que, se supõe, sejam da equipe governamental. No trecho a seguir, o uso da palavra aspeada deixa

¹⁰² Roberto Campos foi Ministro do Planejamento de 1964 a 1967, durante o governo Castelo Branco, no começo da ditadura militar. Segundo matéria da *Folha de S. Paulo* intitulada “Livros marcam centenário do economista Roberto Campos”, veiculada em 17 abr. 2017, o político: “[...] foi um mordaz crítico do intervencionismo e defensor do neoliberalismo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1876108-livros-marcam-centenario-do-economista-roberto-campos.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2018.

¹⁰³ Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda do Governo Temer, de maio de 2016 a maio de 2018, teve lançada sua pré-candidatura à Presidência da República pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, mesmo partido de Temer, em 22 de maio de 2018, de acordo com a matéria “Temer desiste de candidatura e anuncia Meirelles pelo MDB”, dos jornalistas Talita Fernandes e Bernardo Caram, veiculada no portal *online* da *Folha de S. Paulo* em 22 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/temer-desiste-de-candidatura-e-anuncia-meirelles-pelo-mdb.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2018.

entrever a inadequação do termo – *se os "acordos" estiverem fora da lei, valem mais do que a lei* – já que esses “acordos” são antes imposições do governo (o que integra a longa lista de aberrações, mencionadas pelo locutor).

Já no quarto parágrafo, por meio do uso da 3ª pessoa – *há quem se insurja* –, ocorre um apagamento do locutor, que parece indicar um ator coletivo (os que se insurgem) para tecer mais críticas, que se subentende são atribuídas ao governo e que confirmam a intensidade mencionada: *Há quem se insurja contra a espoliação de pequenas e penosas conquistas que fará mais injusta e mais árdua a vida de milhões de famílias, crianças, mulheres, velhos, trabalhadores da pedra, da graxa, da carga, do lixo, do ferro – os que mantêm o Brasil de pé.*

O artigo, como já foi mencionado, dá voz, indiretamente, ao povo ao tematizar a **injustiça** para com o povo brasileiro: *mais de quatro quintos da sua população* – em que se subentende a referência às reformas propostas pelo governo, considerando-se os acontecimentos em destaque nesse contexto. O tema da **espoliação** dos direitos da população também pode ser recuperado na metáfora *assalto tão violento*, o que ressalta um posicionamento ideológico quase que explicitamente contrário ao Presidente Temer e à sua equipe, que para ser mais explícito precisaria apenas ser dito na primeira pessoa do singular.

Seguindo com a observação sobre o lugar do povo no texto, verifica-se que já no título há referência direta às greves – sendo que a manifestação do dia 28 de abril ocorreu no dia seguinte à publicação do artigo –, e que estas voltam a ser mencionadas no quarto parágrafo, com evidente apoio aos protestos: *As greves e os demais protestos previstos para amanhã, não importa a dimensão alcançada, justificam-se já pelo valor simbólico.* Aqui, por meio do “não polêmico”, o locutor se opõe a um enunciador, a um ponto de vista que teria afirmado que a importância das greves se mediria pela dimensão, a que o locutor contrapõe o valor simbólico como mais relevante. Há, nesse caso, uma paráfrase do título: “Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo”, replicando o que se diz, de modo a reforçá-lo.

A defesa do povo brasileiro também pode ser vista ao se voltar ao tema da **injustiça**, em referência à classe pobre, no oitavo parágrafo, o que constrói para o locutor um éthos (mostrado) não só de politicamente correto, mas também de alguém com coragem suficiente para denunciar as mazelas do governo. Indica-se aqui um posicionamento ideológico alinhado ao discurso da oposição ao governo, no tom conclusivo: *A correção Meirelles/Temer: cassar direitos de quem trabalha de fato, na fase da vida em que mais precisam deles* – em que a desvalorização irônica do governo encontra-se lado a lado com o apoio ao povo. Essa tutela dos interesses da população também está no trecho, já transcrito, do quarto parágrafo: *pequenas e penosas conquistas [...] fará mais injusta e mais árdua a vida de milhões de famílias [...] os que mantêm o Brasil de pé.*

A intervenção em prol do povo é amparada ainda pela menção à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que agrega credibilidade ao texto. A crítica aos dois políticos já mencionados, Temer e Meirelles, novamente pode ser vista no uso e na repetição do verbo *devastar*, em que, mais uma vez, se identifica o recurso à intensidade pela repetição, o que é reforçado ainda pelo número de artigos da CLT que a política governamental propõe alterar: *devasta 117 artigos da CLT. Devasta, pois, a CLT*. Ainda nesse parágrafo, que nomeia a reforma trabalhista, alvo principal das críticas, há um diálogo com o discurso da história na alusão aos *séculos escravocratas*, antes de a CLT impor *ao patronato certo respeito ao trabalho e ao seu fator* – o que, de modo subentendido, traça uma comparação com a escravidão (a terceira do texto, pois o governo já foi comparado à ditadura e à Síria), tematizando o **desrespeito** das propostas de reforma com os direitos legais dos trabalhadores brasileiros.

A começar pelo período da ditadura militar no Brasil, o locutor acessa interdiscursivamente outros acontecimentos na área da política nacional, o que lhe traz credibilidade, mesmo que não sejam mencionadas as fontes das informações. Os discursos convocados criam efeitos de verdade, numa modalização pelo saber, o que delineia um éthos de conhecimento que pode ser atribuído ao locutor. Esse diálogo serve para determinar, conforme pontuamos, comparações que desmerecem o caso brasileiro, seja com a ditadura, com a guerra da Síria (*mesmo na Síria [...] algumas coisas melhoram*) e, como falamos, com a escravidão, tema aparentemente incompatível, que é usado para valorizar as leis trabalhistas que lhe sucederam – direitos que agora o governo quer retirar, segundo mostram os temas já identificados.

Numa segunda comparação com a ditadura, o artigo volta a desacreditar o governo, na figura do Ministro da Fazenda; mas antes desvaloriza Jarbas Passarinho¹⁰⁴, locutor a quem é dada voz em discurso indireto, em comparação a Waldir Pires¹⁰⁵: *Último Ministro da*

¹⁰⁴ Informações publicadas pela *Folha de S. Paulo* no especial “Personagens 1968 – Ato Institucional nº 5” (AI-5), sobre Jarbas Passarinho, afirmam que o político e militar “participou da articulação do golpe de 64 e, no mesmo ano, assumiu o governo do Pará, indicado pelo Presidente Castello Branco [...] no período de vigência do AI-5, mais de cem dirigentes sindicais foram destituídos dos cargos durante sua gestão [...] Em manifestações recentes sobre o pagamento de indenizações relativas ao período militar, Passarinho [...] se posicionou publicamente contra o pagamento a perseguidos pelo regime. Para ele, se fosse o feito o pagamento, que houvesse o mesmo tratamento com as famílias de militares mortos pelo movimento armado da esquerda”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>. Acesso em: 17 jun. 2017.

¹⁰⁵ De acordo com o *site* Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), que traz a biografia de Francisco Waldir Pires de Sousa, “Na sucessão do Presidente Figueiredo, decidida por votação no Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985, venceu o candidato da oposição, Tancredo Neves, que não chegou porém a assumir a presidência por ter sido acometido de grave enfermidade. Em 15 de março foi, assim, empossado o Vice-presidente José Sarney, que manteve os ministros escolhidos por Tancredo. Um deles era Waldir Pires, que assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social, sucedendo a Jarbas Passarinho [...] Ao se iniciar o governo Lula, em 1º de janeiro de 2003, Waldir Pires foi

*Previdência na ditadura, Jarbas Passarinho declarou, em cadeia (quem dera) nacional, que a Previdência estava falida. Finda a ditadura, Waldir Pires assumiu a Previdência com uma equipe capaz e provou o contrário. Chama a atenção a metáfora (em cadeia), seguida pelo comentário (quem dera), o terceiro do discurso, que traz, na referência conotada, o tema da **punição**, numa alusão à prisão de Jarbas Passarinho, falecido em 2016.*

Em seguida à referência aos dois Ministros da época da ditadura, vem a comparação com Meirelles, que se subentende está mais próximo de Jarbas Passarinho do que da competência (mencionada pelo discurso) de Waldir Pires: *Meirelles, dublê de Ministro da Fazenda e da Previdência, o que erra na primeira não acerta na segunda. Aumentou o desemprego em 30%. Logo, reduziu a arrecadação previdenciária.* Além da crítica explícita a Meirelles, que nunca acerta e que também é chamado de *dublê*, o que o desqualifica para o cargo, a menção ao aumento do desemprego – que muitos atribuem aos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff –, traz uma conclusão introduzida pelo operador argumentativo “logo”, o que, como explica Ducrot (1987), produz um efeito de credibilidade, em que é tematizada a **inconsequência**, aliada à **incompetência** (*dublê*) de Meirelles, o que resultou na redução da arrecadação previdenciária. Essa **inconsequência** é corroborada no parágrafo seguinte: *só em março, a cada dia foram cerca de 3.000 demitidos a deixarem de contribuir.* Os números trazem credibilidade ao texto que, no entanto, não cita uma vez a fonte das informações, com exceção da CLT. Também se evidencia a **inconsequência** na menção aos direitos dos trabalhadores, no oitavo e no nono parágrafo: *Com essa usurpação, diminuir o buraco que, em seguida, faz maior. [...] Mais direitos se vão e menos remuneração haverá por obra do desregramento aplicado à terceirização do trabalho.*

Ainda se pode extrair do artigo o tema do **favorecimento**, de modo subentendido, referente ao governo e à classe empresarial: *Se as empresas não ganhassem, em comparação a seu gasto com o empregado formal, não quereriam terceirizados.* Esse tema é confirmado em seguida, mesmo sem estar explícito: *Já se sabe, portanto, de quem a aberração Temer tira para dar a quem.* Aparece, mais uma vez, a avaliação depreciativa, na qual se subentende o tema do **roubo**: *É a lógica da aberração Temer: já que do povo não obtém popularidade, dele tomar o que possa.*

nomeado Ministro-Chefe da Corregedoria-Geral da União. Na mesma data, o órgão teve sua denominação alterada para Controladoria-Geral da União, e seu titular passou a ser chamado de Ministro de Estado do Controle e da Transparência [...] Em 31 de março de 2006 Waldir Pires deixou a Controladoria-Geral da União para assumir o Ministério da Defesa, em substituição a José Alencar, que renunciou em atendimento ao prazo legal de desincompatibilização para concorrer à reeleição, em outubro, na chapa encabeçada por Lula” – ficou até 2007 no cargo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-waldir-pires-de-sousa>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Há comentários, ao longo do artigo, que confirmam o posicionamento do locutor, que se mostra favorável ao povo e contra o governo, revelando, como já foi dito, o éthos de alguém que não tem medo de dizer o que pensa, doa em quem doer. O primeiro comentário diz respeito à retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical, no sexto parágrafo, e é marcado por parênteses: *(deveria acabar, mas por modo decente)* – em que o locutor se posiciona explicitamente, num metadiscorso de concordância, que traz, porém, a condição da decência. O segundo está no décimo primeiro parágrafo: *Não só por ser uma eminência nacional, ou pelos motivos que o fazem sê-lo, Gilmar Mendes não seria esquecido aqui* – numa relação com o próprio discurso, indicado pela dêixis enunciativa na categoria de espaço (*aqui*), o que cria um efeito de sentido de aproximação com o leitor e anuncia um novo viés do éthos que é configurado a seguir, nas críticas ao Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O texto refere-se a Gilmar Mendes de modo irônico, indicado pela escolha lexical: *Ainda mais em seguida à mais recente façanha de sua sábia independência como jurista e juiz: a concessão a Aécio Neves de só depor, no inquérito sobre improbidades em Furnas, depois de conhecer os demais depoimentos* (grifos nossos). Assim, sugere a **improbidade** de Gilmar Mendes, no tema, implícito pelo tom irônico, do **favorecimento**, no caso do Senador Aécio Neves, que não foi condenado¹⁰⁶. No trecho, *a concessão a Aécio Neves de só depor*, o marcador *só* instaura o pressuposto de que nada mais foi exigido de Aécio, deixando subentendido que Gilmar Mendes foi, no mínimo, conivente com o Senador mineiro. Lembrar esse acontecimento cria um efeito de credibilidade para o locutor, numa modalização valorativa pelo saber que, no entanto, mais uma vez não traz a fonte da informação.

Tal tema, que aparece pela segunda vez (primeiramente foi relativo ao **favorecimento** da classe empresarial pelo governo na reforma trabalhista), está atrelado ao tema da **impunidade**, no trecho, também referente ao Ministro do STF, que dialoga com a Operação Lava Jato: *Assim Gilmar Mendes inventou a maneira mais simples de impedir inquéritos: como os direitos de depoentes são iguais, se todos requererem o mesmo direito dado a Aécio, não poderá haver inquérito, por falta de depoimento a ser ouvido*. O verbo *inventou*, atribuído ao Ministro, mostra, por pressuposição – já que só se pode inventar algo que inexistia – que seu objeto (a maneira mais simples de impedir inquéritos) não existia antes de Gilmar, o que traz

¹⁰⁶ De acordo com matéria dos jornalistas Lucas Salomão e Mariana Oliveira, publicada no *site G1*, em 9 ago. 2017, intitulada “PF conclui inquérito sobre Furnas e diz não ter provas de propina para Aécio”, o Senador Aécio Neves “passou à condição de investigado após dois delatores da Operação Lava Jato – o doleiro Alberto Youssef e o Senador cassado Delcídio do Amaral – terem dito que o tucano era beneficiário de um esquema de corrupção que desviava recursos de Furnas”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/pf-conclui-inquerito-sobre-furnas-e-diz-nao-ter-provas-de-propina-para-aecio.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2018.

mais um índice de avaliação depreciativo para a *performance* do Ministro. Também se observa que a repetição do vocábulo, logo em seguida, em *Os acusados da Lava Jato podem usar a invenção nos respectivos inquéritos* (grifo nosso), sugere que o exemplo dado pelo comportamento do Ministro pode influenciar negativamente a conduta dos depoentes.

O texto trata de temas impostos ao campo da política, compatíveis ao sistema de restrições do discurso (a reforma trabalhista e a Operação Lava Jato, por exemplo), e também de temas específicos (a ditadura e a escravidão), como explica Maingueneau (2008). Quanto às autoridades mencionadas, somando-se Jarbas Passarinho e Waldir Pires, são nomeados, ao todo, sete políticos brasileiros. O posicionamento ideológico de esquerda pode ser confirmado pelos políticos em que se verifica o apoio (ou não) do locutor. Assim, o único que parece ter esse aval é Waldir Pires, considerado de esquerda, enquanto o texto se posiciona contrário a Michel Temer, Roberto Campos, Henrique Meirelles, Gilmar Mendes, Aécio Neves e Jarbas Passarinho – o último, além de Ministro da ditadura, também militar.

O nome de Temer é mencionado oito vezes e o de Meirelles cinco vezes, o que mostra que a repetição é um dos recursos usados pelo locutor para enfatizar suas posições. Quanto ao vocabulário, a cristalização semântica na repetição de *aberração/aberrações*, conforme já foi descrito, funciona, segundo Maingueneau (2008), como um “signo de pertencimento”, adquirindo um estatuto privilegiado no “território de convivência” com o leitor, o que sinaliza para um efeito de aproximação.

A frase final traz uma ironia: *Antes país dos desatinos, agora é o país das aberrações. Afinal, sob protestos, que têm à disposição um futuro convidativo* (grifo nosso). A escolha do vocabulário retoma a cristalização semântica em *aberração/aberrações* e traz, pela segunda vez, *país de desatinos*, mostrando mais expressões que se repetem, o que alinhava o que já foi dito. Esta última frase também menciona o povo (*sob protestos*) – que esteve presente ao longo do texto e para o qual é traçada uma previsão pessimista na expressão irônica – no mesmo tom (modo de enunciação) que predomina em todo o artigo, atravessando os seus temas e permitindo delinear, para o locutor, um éthos discursivo contundente, crítico e mesmo irônico de desaprovação ao governo.

Assim, pode-se dizer que o artigo em foco atribui uma imagem de algoz ao Governo Temer e à sua equipe, responsável por uma reforma trabalhista que favorece empresários e é desumana com a população; e confere uma imagem de vítima para o povo brasileiro, que sofre injustiças pela perda de direitos. Os políticos de oposição a Temer não são nomeados no texto, que silencia sobre eles, mas deixa entrever, no destaque à competência de Waldir Pires, ex-Ministro do Governo Lula, e na defesa do povo, um apoio subentendido ao ex-Presidente.

Chamam a atenção, como foi dito, o uso de repetições e, principalmente, a escolha do léxico, com destaque para os índices de avaliação e as nominalizações de caráter negativo para desqualificar Temer, sua equipe e, conseqüentemente, o país que o Brasil se tornou (pior do que no período da ditadura, pior do que a Síria) sob a égide desse grupo.

Tecendo comparações entre os dois primeiros artigos analisados do jornalista Janio de Freitas, observa-se que são levantados diversos assuntos, o que mostra que não há um único foco temático, indo além do que os títulos apresentam. Em ambos ocorre o acesso a locutores/personagens que apoiam ora o governo, ora a oposição, o que demonstra, além de credibilidade (pelo conhecimento), uma argumentação que soa alinhada à premissa jornalística de ouvir e dar voz a diversas fontes de informação (para as quais o artigo não oferece *hiperlinks* nem faz qualquer menção à origem dos dados apresentados).

Confirma-se, nos temas que se repetem, como a **incompetência** e a **ilegalidade**, relacionadas ao governo, além da **injustiça** para com o povo brasileiro, um evidente posicionamento contrário à gestão Temer, verificando-se índices de desvalorização quando a menção é a políticos de conduta similar à do governo atual, foco principal de críticas nos dois artigos. Ambos dão voz indiretamente ao povo, ao enumerar perdas de direitos da população num engajamento alinhado, algumas vezes, também à oposição.

Análise 3 Jânio de Freitas – 30/04/2017

Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase¹⁰⁷

"O Brasil está podre" – escrita e falada, publicada e em conversas, essa frase é o lugar-comum dominante quando o tema é nossa atualidade. Ela própria, no entanto, em graus variados conforme as épocas, um lugar-comum na lenda passagem brasileira pelo tempo.

A frase tem um sentido inadequado de novidade nacional: o que se vê é o estado de "podridão" a que o país chegou. O país, porém, não chegou a esse estado. O que está dado como podridão, se assim for a classificação apropriada, na verdade é a revelação das condições dominadoras da vida brasileira há dezenas sucessivas de anos. Hoje ouve-se o que foram o ontem, o anteontem, os anos recentes, os anos distantes, tantas décadas. Os séculos.

Mais do que resultante de acasos e similares, como aconteceu a muitos países, o Brasil é produto de uma obra. Em sua primeira parte, feita à medida e semelhança do colonizador. Depois, conduzida pela classe dominante dele herdeira, no melhor e sobretudo no pior da herança. O sistema aí nascente projetou-se na história como um processo sem interrupção, sem sequer solavancos. Escravocrata por tanto tempo, fez a abolição mais conveniente à classe dominante, não aos ex-escravizados. A República trouxe recusas superficiais ao Império, ficando a expansão republicana do poder e dos direitos reduzida, no máximo, a farsas, a começar do método fraudador das "eleições a bico de pena".

A ditadura de Getúlio foi uma composição de interesses sem arranhar a classe dominante; a ditadura militar foi uma providência contra o risco de que a classe dominante tivesse que dividir alguns gramas da sua posse do país. Lula foi bem sucedido como governo conciliatório porque, mais do que preservar condições ótimas para a classe dominante, aumentou-as como promotor de crescimento e de projeção do país, em troca de pequenas concessões à maioria da população.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreesitas/2017/04/1879882-greves-nao-sao-sem-sentido-e-talvez-sinalizem-abertura-de-nova-fase.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

E estão explicados os dias hoje. Seja nas revelações que repugnam, de pequena parte dos procedimentos lógicos em um sistema de domínio multissecular. Seja na situação política.

As "reformas" de Temer – terceirização, direitos trabalhistas e arrocho previdenciário – combinam medidas ampliadoras e restabelecedoras de privilégios típicos de classe dominante exclusivista. A nossa, pois, desde sempre. Note-se que Temer completa um ano de presença na Presidência sem emissão de uma só melhoria, de qualquer tipo, nas condições de vida da maioria da população.

Diante disso, as greves e protestos não são sem sentido. Nem mesmo sem inovação: a par da reaproximação de correntes sindicalistas, partidos políticos foram deixados à margem. Do saldo do movimento decorre, agora, a expectativa quanto à sua natureza apenas momentânea ou de preliminar de desdobramentos dinâmicos e influentes. Abertura, talvez, de nova fase.

Fato a ser considerado: na ocasião mesma em que movimentos de protesto popular se lançavam à ação, "dezenas de pessoas de diferentes matizes" lançavam um manifesto apartidário, no qual "intelectuais, artistas, empresários, cientistas", profissionais variados, e outros, contestam as linhas do governo e "conclamam ao debate para formulação de um projeto de nação com autonomia e inclusão" (texto em www.bresserpereira.org.br).

Para não ficar alheio ao momento de novidades, Temer & cia. trouxeram a sua: enquanto diziam que o país já retoma o crescimento da atividade econômica, no primeiro trimestre registrava-se um recorde: o desemprego elevado a 13,7%, o maior em toda a história da medição.

O artigo trata da história política brasileira, voltando ao Império e à escravidão, ao início da República e à Era Vargas, numa narrativa dos acontecimentos que cria um efeito de credibilidade pelo conhecimento, mas também produz um efeito de apagamento do locutor, que se apoia nesse discurso segundo para conduzir a argumentação. E esta tem como foco as condições de dominação do povo ao longo do tempo. Assim, desqualifica-se a situação atual do país, semelhante às condições do passado, o que pode ser visto pela escolha lexical de *podre/podridão* que aparece no enunciado “*O Brasil está podre*” – uma espécie de fórmula (ou aforização) que circula socialmente (*escrita, falada, publicada e em conversas*) – e volta a se repetir no parágrafo seguinte, em *estado de “podridão”*, em que as aspas chamam a atenção para a metáfora. Tematiza-se a **situação política do país** e a sua **história política**, a última considerada morosa, *em graus variados conforme as épocas, um lugar-comum na lerda passagem brasileira pelo tempo*, evidenciando a comparação entre o presente e o passado, com destaque para o índice de avaliação *lerda*, que caracteriza o processo. A expressão *lugar-comum* se repete no primeiro parágrafo, sendo relacionada tanto à *atualidade* quanto a outras épocas.

O locutor comenta a própria afirmação, no segundo parágrafo, num metadiscorso, observado na glosa de retoque em relação ao que foi dito, o que cria um efeito de aproximação com o leitor, mas ameniza o comprometimento do locutor: *A frase tem um sentido inadequado de novidade nacional [...] O que está dado como podridão, se assim for a classificação apropriada* (grifos nossos). O uso da terceira pessoa e da voz passiva sintética ao longo do texto (*ouve-se*, no segundo parágrafo, e *note-se*, no sexto parágrafo) também cria um efeito de apagamento do locutor, contribuindo para a construção do sentido de ontológico nas afirmações, dando voz a discursos que circulam socialmente – numa espécie de “dizem por aí”.

Tal recurso pode ainda ser observado em *projetou-se na história*, no terceiro parágrafo, que confirma a promessa de um relato pela mobilização do discurso da história. É como se os acontecimentos se narrassem sozinhos, sem a interferência de um narrador, como afirma Benveniste (2005). Por outro lado, a intensidade das expressões depreciativas deixa entrever o posicionamento do locutor, que é favorável ao povo, quando critica sua história de **dominação**, tema presente ao longo do texto, opondo-se ao governo, que perpetua essa mesma história no presente.

O locutor volta, num efeito metonímico (de parte pelo todo), a generalizar a situação atual do país, que não é diferente do que aconteceu no passado, alternando a dêixis temporal, marcada em *há dezenas sucessivas de anos. Hoje [...] o ontem, o anteontem, os anos recentes, os anos distantes, tantas décadas. Os séculos* – numa gradação temporal que tematiza a **continuidade** do passado no presente, o que retoma a avaliação depreciativa *lerda* do primeiro parágrafo, confirmando a lentidão, que beira a imobilidade. Em referência ao passado, retoma a história política brasileira por meio de uma seleção vocabular compatível com a longevidade do processo que se instaura entre o hoje e o ontem: *colonizador, herança, história, escravocrata, abolição, ex-escravizados, Império, República, a ditadura de Getúlio, ditadura militar, Lula*. O texto segue a ordem cronológica dos acontecimentos, que são agrupados na expressão *sistema de domínio multissecular*, dentro do tema da **continuidade**, no âmbito da **concentração de poder**, que se constitui como uma espécie de tema maior. No segundo e no quinto parágrafo constatamos uma espécie de necessidade de “desvelar o oculto”, o que pode ser visto em: *na verdade é a revelação das condições dominadoras [...] revelações que repugnam* – esse não é, porém, um tema que se destaca; o tema que prevalece é o da **continuidade** ou do seguimento do passado no presente.

Quanto ao vocabulário, o artigo repete seis vezes a expressão *classe dominante*, que constitui, assim, um ponto de cristalização lexical do/no discurso e que – parece-nos – é compatível com o tema imposto da **dominação**, quando se quer falar da história de um povo, de um país. Repetida em *condições dominadoras* e *lugar-comum dominante* (grifos nossos), essa expressão remete ao tema da **desigualdade de classes**, o que é confirmado no terceiro e no quarto parágrafos, dedicados ao passado do país. Neles o ator coletivo *colonizador*, ligado à *classe dominante* e a seus herdeiros, mobiliza o tema do **privilegio** – o que resultou (não por *acazos e similares*) num *processo sem interrupção, sem sequer solavancos*, de **degradação** (tema relacionado ao povo, em que se nomeiam os *ex-escravizados*). A oposição entre esses dois temas (**privilegio vs. degradação**) constrói o tema da **injustiça**, criando um efeito de

credibilidade para o texto na modalização pelo saber, mas, ao mesmo tempo, parece ontológico ao se apoiar numa já dada e já sabida história do país, como foi comentado.

Assim, confirmando o tema do **privilégio**, relacionado à classe dominante, tem-se: *o Brasil é produto de uma obra [...] feita à medida e semelhança do colonizador [...] conduzida pela classe dominante dele herdeira [que] projetou-se na história [...] fez a abolição mais conveniente à classe dominante, não aos ex-escravizados*. A defesa implícita do povo, já mencionada, está na tematização da **concentração de poder** e nos temas da **dominação** e do **engodo**, reforçados pelos índices de avaliação negativos: *a República trouxe recusas superficiais ao Império, ficando a expansão republicana do poder e dos direitos reduzida, no máximo, a farsas, a começar do método fraudador das "eleições a bico de pena"* (grifos nossos). A menção às "eleições a bico de pena"¹⁰⁸, em tom de denúncia, confirma o **engodo**.

Seguindo a ordem da história, o locutor lembra Getúlio Vargas, pela primeira vez Presidente em 1934: *a ditadura de Getúlio foi uma composição de interesses sem arranhar a classe dominante*. Em seguida, menciona a ditadura: *a ditadura militar foi uma providência contra o risco de que a classe dominante tivesse que dividir alguns gramas da sua posse do país*. Observa-se, assim, a oposição à classe dominante, ainda no tema da **continuidade**, e a salvaguarda, não explicitada, do povo.

Esse posicionamento do locutor de levar em conta o povo pode ser verificado na referência ao ex-Presidente Lula, em que se tematiza a **habilidade** (*governo conciliatório*), mas também a manutenção da **desigualdade**, ao se comparar a diferença entre *mais do que preservar condições ótimas para a classe dominante, aumentou-as [...] em troca de pequenas concessões à maioria da população*. Nesse trecho, destacam-se os verbos *preservar* e *aumentar*, que instauram o pressuposto de que as condições ótimas para a classe dominante já existiam antes do governo de Lula. A expressão *mais do que* enfatiza os benefícios à minoria (à classe dominante), *em troca* de alguma melhoria (*pequenas concessões*) para a população, num tom de concessão ao ex-Presidente, ao qual tece elogios explícitos: *bem-sucedido* e *promotor de crescimento e de projeção do país*. Portanto, subentende-se um posicionamento ideológico que favorece a oposição, reforçado pelas críticas ao governo nos parágrafos seguintes, nos quais o texto deixa o passado para voltar ao presente, na alternância da dêixis temporal.

¹⁰⁸ Segundo o portal *online Senado Notícias*, a expressão "eleições a bico de pena" refere-se à "forma de eleição praticada na República Velha antes de 1930, cujo voto era aberto e não secreto, e havia controle dos caciques políticos sobre os eleitores". Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/eleicao-a-bico-de-pena>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Num tom conclusivo, a primeira frase do quinto parágrafo – *E estão explicados os dias hoje* – cria novamente o sentido de inerente, a partir do relato histórico efetuado. O verbo *repugnam* faz par com as expressões *podre* e *podridão*, alinhavando o dizer e criando uma certa conivência com o leitor. A escolha lexical atribui ao locutor um éthos discursivo de coragem, uma vez que ele usa índices fortemente depreciativos, que evidenciam o seu engajamento contrário ao governo no seguinte trecho (entre outros): *Seja nas revelações que repugnam, de pequena parte dos procedimentos lógicos em um sistema de domínio multissecular. Seja na situação política, na qual se alternam novamente o passado e o presente, subentendendo-se que são semelhantes.*

Ao voltar ao presente, as críticas ao governo Temer são explícitas nas referências à **reforma trabalhista** e à **reforma da previdência**, temas nomeados no artigo, o que retoma a **injustiça**, aliada ao **privilégio**, que é verbalizado: *As "reformas" de Temer – terceirização, direitos trabalhistas e arrocho previdenciário – combinam medidas ampliadoras e restabelecedoras de privilégios típicos de classe dominante exclusivista.* Destaque é dado à palavra *reformas*, que aparece aspeada, indicando provavelmente o tom irônico de quem sabe que elas não favorecem a população. Os temas citados são atravessados pelo sentido maior de **continuidade** do passado, em *medidas ampliadoras e restabelecedoras de privilégios*, em que se pressupõe a permanência de uma situação de **exclusão**, o que confirma outros temas já identificados. Há um efeito de aproximação com o leitor na categoria de pessoa, por meio do uso do pronome possessivo *nossa*, referindo-se às reformas: *A nossa, pois, desde sempre*, o que também reforça o sentido de permanência, de imobilidade (*desde sempre*).

A *população* é mencionada no quinto parágrafo, numa crítica ao Presidente Temer (nomeado três vezes ao longo do texto), enfatizando o apoio ao povo, o que é, no entanto, modalizado (atenuado) por *note-se*: *note-se que Temer completa um ano de presença na Presidência sem emissão de uma só melhoria, de qualquer tipo, nas condições de vida da maioria da população.* Esse enunciado soa, aliás, como a retomada de acontecimentos anteriores, amenizando o engajamento do locutor. Assim, após comparar o passado ao presente, ele se volta para o povo, de modo direto, em *população* e em *as greves e protestos não são sem sentido*. O enunciado parafraseia parcialmente o título do artigo anterior de Janio de Freitas: *greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase*, indicando a intertextualidade entre os dois artigos. E acrescenta: *nem mesmo sem inovação* – em que retoma o segundo parágrafo: *a frase tem um sentido inadequado de novidade nacional*, referente a *"O Brasil está podre"*. Verifica-se a oposição entre o tema da **continuidade** (que permeia toda a

primeira parte do artigo), no sentido de permanência da situação do país por meio da administração atual, e o tema da **inovação**, relacionado às manifestações.

Numa terceira oposição, temos *correntes sindicalistas vs. partidos políticos*, em que às primeiras é atribuída uma *reaproximação* com a população e, sobre os outros, afirma-se que *foram deixados à margem*. Subentende-se, assim, um apoio implícito ao povo/*correntes sindicalistas*, que o texto reaproxima, o que permite supor que já estiveram unidos no passado. Em seguida, o locutor tece uma previsão para o futuro em tom de esperança disfarçado (*expectativa*), quando apresenta a quarta oposição, relativa ao futuro das manifestações: se terá uma *natureza apenas momentânea* (em que o advérbio *apenas* funciona tanto como índice de desvalorização, reforçando *momentânea*, quanto como marcador de pressuposição, deixando implícito que tal natureza não seria de outras ordens) ou se será *preliminar de desdobramentos dinâmicos e influentes* – com destaque para os índices de avaliação positiva que sublinhamos, indicando o apoio implícito do locutor à coletividade. O tema da **esperança** pode ser identificado também por *abertura, talvez, de nova fase* – em que o modalizador epistêmico *talvez* indica probabilidade –, o que retoma a segunda oposição encontrada: continuidade vs inovação, em que a continuidade ocorrerá se os protestos tiverem uma *natureza apenas momentânea*; e a *inovação* virá se eles forem *preliminar(es) de desdobramentos dinâmicos e influentes*. Assim, o tom de pessimismo está ligado à continuidade da situação do país, enquanto a esperança de inovação deixa entrever um tom de otimismo.

Assim como em *E estão explicados os dias hoje*, e em *note-se* (quinto e sexto parágrafos), o texto volta a usar uma expressão que chama a atenção do leitor, criando expectativa sobre as afirmações a seguir: *fato a ser considerado* – o que cria um efeito de sentido de isenção, num discurso que promete ser um relato. Pela primeira vez é citada a fonte das informações, incluindo o *link* para acesso, num efeito de credibilidade e, ao mesmo tempo, de apagamento do locutor, já que aspas são usadas na transcrição, em discurso direto, de trechos de um texto do ex-Ministro Bresser Pereira¹⁰⁹, que apoiou a indicação de Lula para candidato à Presidência em 2018. O locutor, portanto, se apoia no discurso de um locutor 2, que vem sob

¹⁰⁹ Luiz Carlos Bresser-Pereira é ex-Ministro dos governos de José Sarney (Fazenda – Plano Bresser) e de Fernando Henrique Cardoso (Administração Federal e Reforma do Estado e Ciência e Tecnologia). Segundo matéria de Eduardo Maretti, publicada em 10 abr. 2017 no portal Rede Brasil Atual (RBA), intitulada “Bresser-Pereira: PSDB é um partido golpista, da direita e absolutamente antinacional”: “projetando as eleições de 2018, Bresser-Pereira acredita que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o líder capaz de fazer compromissos e entendimentos ‘e voltar a transformar essa sociedade, não digo numa grande nação, mas pelo menos num país que volte a se repensar, com menos ódio e com mais ideia de cooperação e colaboração entre todos’. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/04/bresser-pereira-psdb-e-um-partido-golpista-da-direita-e-absolutamente-antinacional>. Acesso em: 22 jun. 2018.

a forma de um “resumo de citações”, caso em que o texto original se constrói por meio de fragmentos do discurso citado que se integram sintaticamente ao discurso citante.

No entanto, há expressões, não aspeadas, em que se observa o apoio, ainda que disfarçado, do locutor às manifestações: *movimentos de protesto popular, manifesto apartidário e contestam as linhas do governo*. Das falas escolhidas de Bresser Pereira, por sua vez, não se extrai a crítica; elas se dedicam mais à descrição dos profissionais participantes desse(s) *movimentos/manifesto* (em expressões do locutor) e remetem ao futuro: “*conclamam ao debate para formulação de um projeto de nação com autonomia e inclusão*” – inclusão essa que faz par opositivo com o tema da **exclusão**, implícito no texto.

A frase inicial do último parágrafo: *para não ficar alheio ao momento de novidades*, referente a *Temer & cia.*, volta à nominalização, que está presente no segundo parágrafo (*novidade*) e no sétimo (*inovação*), alinhavando o discurso na retomada do termo e indicando uma nova cristalização lexical. A ironia está tanto em *Temer & cia.* (observe-se a letra minúscula da abreviação de companhia, índice sutil de desmerecimento), quanto em *momento de novidades*, já que as informações a seguir mostram que o passado se repete. Por *trouxeram a sua*, identifica-se o posicionamento contrário ao governo, numa expressão do senso comum, mais uma vez chamando a atenção do leitor para o que vem a seguir, seguida de dois pontos – *enquanto diziam que o país já retoma o crescimento da atividade econômica, no primeiro trimestre registrava-se um recorde: o desemprego elevado a 13,7%, o maior em toda a história da medição*. Ou seja, volta-se à promessa de um relato – no caso, pelas cifras do desemprego, o que agrega credibilidade ao texto, mesmo que não se apresente a fonte da informação. É quando se instala uma incompatibilidade (um paradoxo) entre as informações positivas fornecidas pelo governo e a realidade dos números do desemprego no país: *o maior em toda a história da medição*, em que se recorre ao superlativo como índice de avaliação para reforçar a discrepância. Assim, o artigo finaliza com o tema do **engodo**, já identificado.

Cabe mencionar ainda a presença do não polêmico no sétimo parágrafo em: *diante disso, as greves e protestos não são sem sentido. Nem mesmo sem inovação* (grifos nossos), em que o locutor se opõe a um enunciador identificado ao senso comum, à doxa, que teria afirmado que greves e protestos são sem sentido e sem inovação, o que retoma o título do artigo, indicando a importância desses movimentos e a probabilidade (expressa no modalizador epistêmico *talvez*) de que eles possam sinalizar o início de uma nova fase no país.

Num artigo que compara o passado ao presente e considera possibilidades em relação ao futuro, identifica-se um apoio ao ator coletivo povo, que ora é explícito, ora implícito, indicando, concomitantemente, ora o engajamento, ora o apagamento do locutor – o que confere

a ele, independentemente do nível de assunção desse posicionamento, um éthos de preocupação com o povo e com o futuro do país. O seu apoio à maioria também é amenizado pela promessa de um relato relacionado à história política o Brasil, conforme pontuamos – que é acessada interdiscursivamente ao longo de todo o artigo – e pelo discurso de terceiros, como é o caso da “fala” de Bresser Pereira, o único que é citado diretamente no âmbito do conjunto maior de informações em que não se menciona a fonte.

O fato de o locutor não fornecer a origem das informações apresentadas pode estar relacionado a um éthos prévio conferido ao jornalista pelo senso comum, que lhe atribui uma condição de saber que supostamente o deixaria à vontade para não se ater a restrições previstas no contrato de comunicação do discurso jornalístico (CHARAUDEAU, 2009), sem que isso afete as condições de credibilidade daquilo que diz.

Dos três artigos analisados de Janio de Freitas, este último tem uma argumentação mais amena em relação ao governo, ao generalizar a situação do país, descrita como um estado de desigualdade que se perpetua há longo tempo – num relato histórico que dialoga com a escravidão, com o Império e com as eleições a bico de pena –, em que o nome do Presidente é mencionado em apenas dois parágrafos, que mostram, pelos acontecimentos descritos, a sua má gestão, mas sem críticas explícitas. Preserva-se aqui o tom pessimista dos dois primeiros artigos, mas esse tom se relaciona mais ao futuro do país do que ao futuro de Temer (como ocorre nos textos anteriores). Apesar do grande número de temas, como nos outros dois artigos, há uma concentração nas oposições que se referem às condições da classe dominante e do povo, num texto que não se desvia para tratar de outros assuntos, como foi visto nos primeiros, e em que predomina a atenção ao povo brasileiro, no qual se deposita a esperança, vislumbrando-se o tom de otimismo.

3.2.2 Análises de *O Globo*

QUADRO 7 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal *online* do jornal *O Globo*

<i>O Globo</i> - de 15/03 a 17/05 de 2017	
Elio Gaspari	José Casado
15/03/2017 “Só a rua salva a Lava Jato”	02/05/2017 “Intimidação e insegurança”
29/03/2017 “Fica Temer”	17/05/2017 “O governo Temer foi ao chão”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Na seleção dos artigos de Elio Gaspari, cujas colunas são veiculadas nas quartas-feiras na editoria de *Opinião* e aos domingos na editoria *Brasil* do jornal *O Globo*, foram escolhidos: “Só a rua salva a Lava Jato”, de 15 de março, cujo título alude às manifestações levadas a cabo nessa época; e “Fica Temer”, de 29 de março, que cita o nome do Presidente. Os outros artigos não contemplaram esses requisitos no título. A seleção desses dois foi, portanto, natural, sendo confirmada pelo conteúdo de cada um, entre outros artigos do colunista que tratam de personagens específicos da política, da Operação Lava Jato, do estado do Rio de Janeiro, etc. Esclarecemos que não foram encontradas colunas na quarta-feira, 19 de abril, e no domingo, 7 de maio.

QUADRO 8 – Artigos Elio Gaspari – Jornal *O Globo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. 14/05/2017 – A supremacia de Gilmar Mendes - há bipolaridade na forma como o Ministro distribui adjetivos (Brasil) 2. 03/05/2017 – A fritura dos tucanos - Aécio e Alckmin foram para o espaço, e o PSDB vai para o colo de Doria, mas fica a pergunta: quem é esse Doria? (Opinião) 3. 30/04/2017 – O STF abriu a porta da cadeia - Soltura de Genu foi enorme derrota para as forças-tarefa do Ministério Público e da Polícia Federal (Brasil) 4. 26/04/2017 – O molho de tomate de Palocci - Num Brasil da Lava Jato, um prefeito como ele teria sido abatido em 2001, quando avançou na merenda escolar (Opinião) 5. 23/04/2017 – “Se tiver, você destrua” - Até Sérgio Moro julgar Lula, essas quatro palavras dividirão opiniões (Brasil) 6. 16/04/2017 – Michael, Luigi e Enrico contra Fachin - Está em andamento a negociação de acordo para refrescar a vida da turma do caixa 2 (Brasil) 7. 12/04/2017 – Dia 3 de maio: Lula x Moro - O interrogatório de “Nosso Guia” como réu tem tudo para vir a ser um espetáculo, e ele está armando o cenário (Opinião) 8. 09/04/2017 – O comissariado ouviu o povo e assustou-se - Pesquisa mostrou descompassou entre discurso do PT e o que pensa a periferia (Brasil) 9. 05/04/2017 – Pezão foi condenado a viver a ruína - Nada funciona no Rio, só o gabinete do juiz Marcelo Bretas da 7ª Vara Federal, mas isso já é um consolo (Opinião) 10. 02/04/2017 – A destruição da Olimpíada de Matemática - Sabe-se lá por que, a Olimpíada e o Programa de Iniciação Científica (PIC) ficaram debaixo do teto burocrático do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Brasil) 11. 29/03/2017 – Fica Temer - Depois dele o que há na vitrine das carnes? A escolha será do Congresso, e o que ele tem a oferecer? (Opinião) 12. 26/03/2017 – A grande história de Tancredo Neves - A biografia da maior das figuras políticas do período em que o Brasil era governado por generais (Brasil) 13. 22/03/2017 – Blairo Maggi sabe tudo - Os barões do agronegócio estão contaminados pela arrogância dos empreiteiros no nascedouro da Lava Jato (Opinião) 14. 19/03/2017 – A hora e a voz do culpado-inocente - Existem personagens do cotidiano que refletem uma época (Brasil) 15. 15/03/2017 – Só a rua salva a Lava Jato - A oligarquia unida jamais será vencida e ela quer assar uma enorme <i>pizza</i>, mandando a conta para a patuleia (Opinião) |
|---|

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Artigo 1 Elio Gaspari ¹¹⁰– 15/03/2017

Só a rua salva a Lava Jato¹¹¹

A oligarquia unida jamais será vencida e ela quer assar uma enorme *pizza*, mandando a conta para a patuleia

No seu depoimento ao juiz Sérgio Moro, Emílio Odebrecht soltou uma palavra que reflete a ansiedade da oligarquia nacional diante da Lava Jato. Discutia-se a identidade do “Italiano” das planilhas de capilés do empreiteiro, e ele esclareceu que o apelido é muito comum, mas era possível que se referisse também ao “nosso Palocci”. O uso do “nosso” não indica propriedade, mas apenas familiaridade. É enorme a admiração de Odebrecht pelo doutor Antonio, ex-Ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma Rousseff. Em poucos minutos doou-lhe nove adjetivos: entre eles, “inteligente”, “bem informado”, “homem de visão de estadista”.

A lista da Procuradoria-Geral da República contém os beneficiários de capilés da “nossa” Odebrecht. Empresários de todos os calibres, políticos de todos os grandes partidos, os três ex-presidentes vivos e pelo menos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal formaram um coro destinado a embaralhar a discussão dos capilés. Caixa 2 seria uma coisa, propina seria outra, dinheiro embolsado seria uma coisa, dinheiro gasto na campanha, bem outra. Jurisconsulto de renome, o doutor Gilmar Mendes fica devendo uma tabelinha capaz de diferenciar urubu de carcará.

A principal estridência desse coro ocorre quando se vê que se planeja uma anistia para delinquentes que se recusam a confessar. Todos operam no caixa dois, diz o coro, mas eu nunca opereí, responde cada um dos cantores.

A Lava Jato foi na jugular da oligarquia política e de boa parte da oligarquia empresarial do país (está na memória nacional o pato amarelo que ficava diante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do “nosso” Paulo Skaf, mencionado em colaborações da Odebrecht como receptáculo de R\$ 6 milhões). Ferida, essa oligarquia joga com o tempo, com as peças de Brasília e com o cansaço da choldra. Afinal, um dia a Lava Jato haverá de ser um assunto chato, se já não é.

A grande *pizza* começa a ser assada fabricando-se um tipo de anistia parlamentar e/ou judiciária para o caixa 2. Em seguida, as propinas virarão caixa 2, e estamos conversados. Mas isso não pode ser tudo. Se o caixa 2 é uma anomalia da contabilidade das campanhas eleitorais, deve-se criar um novo modelo. Qual? O do financiamento público. Como dizia Renato Aragão, você da poltrona que já paga impostos para receber (se receber) obras superfaturadas, pagará as campanhas eleitorais dos candidatos que mordem as empresas para botar ou tirar jabutis de medidas provisórias.

Parece maluquice, mas já desengavetaram um corolário do financiamento público: o voto de lista. Assim, o sujeito paga pela obra superfaturada, financia a campanha dos candidatos e ainda perde o direito de votar em quem quer (pelo sistema atual, o sujeito votava em Delfim Netto e elegia Michel Temer, mas indiscutivelmente votara em Delfim, não em Temer). Junte-se a isso que nenhum dos listados pela Procuradoria-Geral irá a julgamento em menos de quatro anos.

Só a rua pode evitar que assem a *pizza*. Não é coisa fácil, pois uma parte da turma do “Fora Temer” tem o pé esquerdo na “nossa” Odebrecht e parte do coro do “Fica Temer” tem o pé direito. Sem a rua, a oligarquia unida jamais será vencida. Ela fez esse milagre no século XIX, e o Brasil foi o último país independente das Américas a acabar com a escravidão.

Começando pelo subtítulo, encontramos um daqueles enunciados a que Maingueneau (2008, p. 75) chama “fórmula” ou “citação célebre”: *A oligarquia unida jamais será vencida*, que, no caso, foi imitado (parodiado) do original: “o povo unido jamais será vencido”, frase popular, de conhecimento comum. O termo *oligarquia* aparece cinco vezes no discurso e é

¹¹⁰ Elio Gaspari “passou pelas redações da sucursal carioca do *Diário de São Paulo* (SP), ainda no tempo em que o título pertencia aos Diários Associados; do *Jornal do Brasil* (RJ), onde manteve uma coluna política de 1974 a 1979, e da revista *Veja* (SP), entre 1979 e 1985, onde foi diretor-adjunto e correspondente em Nova York. É comentarista da *Folha de S. Paulo* (SP) desde novembro de 1996 e seus artigos são difundidos para outros jornais, como *O Globo*, *Correio do Povo* (RS) e *O Povo* (CE)”. Disponível em:

<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/elio-gaspari/>. Acesso em: 04 set. 2017.

¹¹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opinia/so-rua-salva-lava-jato-21061115>. Acesso em: 05 jun. 2017.

atribuído à classe política, a membros do Judiciário e a empresários, como se confirma adiante. Já a expressão metafórica *assar uma enorme pizza*, também presente no subtítulo, é de amplo conhecimento do brasileiro e tem tom pejorativo no senso comum (na doxa), referindo-se a algo problemático¹¹². Por *mandando a conta para a patuleia* pressupõe-se que esse problema atingiu o povo, uma vez que patuleia designa, na origem, “alcunha do partido popular que se organizou em Portugal em 1836” [...] membro daquele partido” (FERREIRA, 1986), mas pode também designar “classe social baixa, plebe, povo ralé” (HOUAISS, 2009).

Identifica-se, assim, a oposição *oligarquia vs patuleia*, em que a ação da primeira leva a segunda à desvantagem – *pizza* grande, ou problema grande, custa mais caro. Ao trazer implícito, no subtítulo, a situação de prejuízo para a população (que vai pagar a conta), o artigo deixa subentendido o tema da **injustiça**. Ressalte-se ainda o pressuposto instaurado no título pela presença de “só”: *Só a rua salva a Lava Jato*, ou seja, ninguém mais – além da *rua* (metonimicamente representando o povo ou as manifestações populares; o continente pelo conteúdo) – evitará que a Lava Jato caia no ostracismo. Isso indica o tema da **esperança**, confirmada, no final do artigo, em relação à competência do povo brasileiro para evitar que a Operação Lava Jato termine em *pizza*.

O texto traz inicialmente o depoimento do empreiteiro Marcelo Odebrecht ao Juiz Sérgio Moro, dialogando com a Lava Jato. Fica evidente no enunciado que a expressão “oligarquia nacional” relaciona-se aos donos de empreiteiras e políticos do país, o que é confirmado depois, pela lista da Procuradoria Geral da República. O recurso a trechos da fala de Odebrecht (palavras e expressões aspeadas) cria um efeito de sentido de isenção para o locutor, que nele se apoia para tecer uma crítica disfarçada, na frase: *Emílio Odebrecht soltou uma palavra que reflete a ansiedade da oligarquia nacional diante da Lava Jato*, o que pode ser observado, sobretudo, pela escolha do substantivo *ansiedade*, que identifica a preocupação ou o **medo** desse coletivo em relação às investigações realizadas pela Operação Lava Jato, indicando mais um tema, que é confirmado, mais à frente, pela situação de *ansiedade* e pelo comportamento estridente e apressado do mesmo grupo.

Em seguida, fica claro o tema da **intimidade** entre o empreiteiro e o político do PT (*ex-Ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma Rousseff*), expresso, ironicamente, pelo

¹¹² “Terminar em *pizza* é uma expressão usada para se referir a uma situação que não foi solucionada e ficou da mesma maneira que começou. Pode se referir a situações de impunidade, quando alguém não é responsabilizado por um ato grave que tenha cometido. É uma expressão muito popular para se referir a acontecimentos no universo da política, especialmente quando políticos não são responsabilizados por atitudes que mereciam algum tipo de condenação. Quando há um escândalo sem punição, costuma-se dizer que ‘acabou em pizza’”. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/terminar-em-pizza/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

pronome possessivo *nosso*, que é enfatizado pela recuperação de três (dos nove) elogios feitos por Odebrecht a Palocci (ou, ironicamente, ao *doutor Antonio*) por meio dos seguintes índices de avaliação positivos: “*inteligente*”, “*bem informado*”, “(com) *visão de estadista*”, além do apelido (*Italiano*), o que confirma a ligação entre os dois. Nesse primeiro parágrafo, chama a atenção o uso de palavras entre aspas, seja para isentar o locutor da responsabilidade, já que elas são atribuídas a um outro espaço enunciativo – assemelhando-se ao resumo com citações descrito por Maingueneau, em que são retomados pedaços do discurso citado –, seja para questionar o caráter apropriado dessas palavras, acentuando a crítica pelo viés da ironia (como é o caso do já citado “*nosso*”, sobre o qual se afirma que *não indica propriedade, mas apenas familiaridade*). Pode ser identificada, no trecho em questão, uma avaliação depreciativa implícita à oposição, na **corrupção** não verbalizada de Palocci, ex-Ministro dos governos petistas, tema que, apesar de presente o tempo todo, não é nomeado nem uma vez.

No segundo parágrafo observa-se uma generalização que considera que a **corrupção** é ampla, independentemente de cargo público, partido ou empresa, o que é expresso por meio do coletivo *beneficiários de capilés da “nossa” Odebrecht* – em que *capilé* significa dinheiro, e também foi mencionado no primeiro parágrafo: *planilhas de capilés do empreiteiro*. O efeito de aproximação criado pelo pronome aspeado “*nossa*” *Odebrecht* (em diálogo com o “*nosso Palocci*” do parágrafo anterior) é também uma ironia, porque a empresa é privada e não pública. O texto também coloca no mesmo patamar as diversas justificativas para o benefício do capilé: *caixa 2, propina, dinheiro embolsado, dinheiro gasto em campanha*, incluindo, assim, toda a classe política e empresarial do país, e o total de delitos inscritos no tema da **corrupção**.

Coro é uma metáfora que dialoga com a música, numa interdiscursividade que se refere, como é explicitado no artigo, ao seguinte coletivo: *empresários de todos os calibres, políticos de todos os grandes partidos, os três ex-Presidentes vivos e pelo menos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal formaram um coro destinado a embaralhar a discussão dos capilés* – sendo que a fonte dessa informação é a *Procuradoria-Geral da República*, instância apoiada pelo locutor implicitamente. Identifica-se aí um efeito de credibilidade, semelhante ao raciocínio por autoridade. No entanto, recorrer à Procuradoria é mais uma forma de ocultação do sujeito. Também nas expressões metafóricas presentes em: *coro destinado a embaralhar a discussão dos capilés*, que ressaltam a intenção desse coletivo de obstruir as investigações da Lava Jato, o comprometimento do locutor é amenizado, no caso pelo sentido conotado. Ainda chama a atenção a modalização pelo futuro do pretérito (*seria*), em que se relativizam as posições expressas por aqueles que tentam *embaralhar a discussão: caixa 2 seria uma coisa*,

propina seria outra, dinheiro embolsado seria uma coisa, dinheiro gasto na campanha, bem outra – conformando um éthos mostrado de comedimento do locutor.

O artigo tematiza a **improbidade administrativa** ao acessar a Justiça, no trecho: *a principal estridência desse coro ocorre quando se vê que se planeja uma anistia para delinquentes que se recusam a confessar. Todos operam no caixa dois, diz o coro, mas eu nunca operei, responde cada um dos cantores*, o que expõe, por meio de uma espécie de simulacro de discurso direto (que aparece, porém, sem aspas), seguido dos verbos *discendi* (*diz e responde*), a oposição coletivo vs. individual, que é confirmada pelo uso do operador argumentativo *mas*.

Esse coletivo (o *coro*) é comparado a *delinquentes* que têm algo a esconder (*se recusam a confessar*), podendo-se extrair o sentido de “salve-se quem puder”, dentro dos temas da **delação** e da **ocultação**. Essa expansão dêitica, que inclui todos na mesma topologia e cronologia, marca um posicionamento subjetivo implícito, que ameniza, sem abonar, o réu Antônio Palocci, em evidência no início do texto. A *estridência* atribuída ao coro faz par com *ansiedade* do primeiro parágrafo, podendo-se considerar que a primeira é consequência da segunda.

Por outro lado, na menção a Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal na gestão Michel Temer, coloca-se em dúvida sua honestidade: *fica devendo uma tabelinha* para distinguir os tipos de pagamentos (metaforizados nas figuras do *urubu* e do *carcará*), em que se subentende que o Ministro tenha conhecimento para tanto. O locutor cria, pois, uma competência para o *doutor Gilmar Mendes*, qualificado como *jurisconsulto de renome*, assumindo um tom irônico, relacionado aos modos de operação e pagamentos ilegais, a partir de outra “fórmula”, que se refere à semelhança entre as aves. A intertextualidade presente no artigo, que compara essas duas aves, confirma o tema do **ilícito** ao dialogar com a animalidade, apresentando um ditado popular que traz uma espécie considerada agressiva, caçadora (o *carcará*) e outra que se alimenta dos restos de outros animais, como o *urubu*, num tom pejorativo, mais uma vez.

No quarto parágrafo, utiliza-se novamente uma expressão conhecida: a metáfora *na jugular*, a partir da qual se apresenta o tema da **pressa**, relacionado aos políticos e empresários que foram denunciados (*ferida, essa oligarquia joga com o tempo*), mas que apostam no esquecimento do caso: *peças de Brasília, cansaço da choldra, assunto chato*. Chama a atenção o fato de que os políticos são chamados, do ponto de vista da oligarquia, de *peças*, e os manifestantes de *choldra* (ralé, escória), marcando a diferença já anunciada por *oligarquia vs. patuleia*.

Ainda no quarto parágrafo, ocorre uma alusão à notícia sobre o pato amarelo do prédio da FIESP¹¹³, numa intertextualidade justificada: *está na memória nacional*. A menção ao caso cria efeito de sentido de credibilidade, numa legitimidade pelo saber, apesar de não citar a fonte. O pronome na expressão “*nosso*” Paulo Skaf, destacado por aspas, retoma o tom irônico, uma vez que o empresário é denunciado na Operação Lava Jato¹¹⁴, e novamente faz menção à fala de Odebrecht no primeiro parágrafo: “*nosso Palocci*” e do próprio locutor: “*nossa*” Odebrecht, no segundo parágrafo, o que alinhava o texto e traz proximidade com o leitor.

O quinto parágrafo volta ao subtítulo da coluna, esclarecendo que o problema metaforizado como *grande pizza* está relacionado à anistia para o *caixa 2*. Os dois marcadores de pressuposição (os verbos *começar e virar*) indicam que antes nem a *pizza* estava assada, nem as propinas eram *caixa 2*: *a grande pizza começa a ser assada [...] Em seguida, as propinas virarão caixa 2*. É quando se confirma a preocupação com a **impunidade**, tema corroborado pela afirmação: *fabricando-se um tipo de anistia parlamentar e/ou judiciária*, em que se destaca o uso do verbo *fabricar* (no sentido de criar algo antes inexistente). O texto apresenta um tom (modo de enunciação) de previsão pessimista, anunciado pelo: *mas isso não pode ser tudo*, em que se destacam a modalização epistêmica, expressa pelo auxiliar *poder*, e o “*não*” polêmico: é como se um enunciador identificado com o senso comum julgasse que a situação descrita já bastasse. Também se identifica a modalização deôntica em: *se o caixa 2 é uma anomalia da contabilidade das campanhas eleitorais, deve-se criar um novo modelo* (grifo nosso).

Num diálogo com o humor – ao tratar do financiamento público para as campanhas, alternativa ao *caixa 2* –, a falta das aspas dificulta a delimitação de falas e, apesar de o texto mencionar a fonte (*como dizia Renato Aragão*), não fica claro se o que segue é uma fala de

¹¹³ De acordo com a matéria “Pato da FIESP visava promover Paulo Skaf para eleição de 2018, diz delator”, do jornalista Gustavo Maia, publicada no portal UOL, em 20 de novembro de 2017, “um dos símbolos dos protestos pelo *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff (PT), o pato amarelo da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) foi criado em 2015 para uma campanha contra o aumento de impostos, mas tinha claramente o objetivo de promover a imagem de Paulo Skaf, presidente da entidade, para as eleições ao governo do estado de 2018. A declaração é do publicitário Renato Pereira, responsável pela campanha ‘Chega de pagar o pato’, e consta no acordo de delação premiada fechado por ele com a PGR (Procuradoria-Geral da República) [...] Pereira é sócio da agência Prole, que venceu em 2015 uma licitação para assumir a conta institucional de comunicação da FIESP, além do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de São Paulo - entidades vinculadas à federação paulista”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/11/20/pato-da-fiesp-visava-promover-skaf-para-2018-diz-delator.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹¹⁴ Segundo matéria do jornalista Rodrigo Martins publicada no portal da revista *Carta Capital*, em 2 de março de 2017, intitulada “Paulo Skaf estava na cota dos 10 milhões de Temer, diz Marcelo Odebrecht”: “Em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral na quarta-feira 1º, o empresário Marcelo Odebrecht relatou um encontro com o marqueteiro Duda Mendonça para quitar uma dívida da campanha de Paulo Skaf (PMDB) ao governo paulista em 2014. Derrotado, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) contratou os serviços de Mendonça com a promessa de receber 6 milhões de reais da empreiteira Odebrecht”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/paulo-skaf-estava-na-cota-dos-10-milhoes-de-temer-diz-marcelo-odebrecht>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Aragão ou uma imitação (paródia) de sua fala feita pelo colunista, quando são mencionadas as *obras superfaturadas* e as *campanhas eleitorais* – o que pode ser descrito como mais uma estratégia de ocultação do locutor: *“você da poltrona que já paga impostos para receber (se receber) obras superfaturadas pagará as campanhas eleitorais dos candidatos que mordem as empresas para botar ou tirar jabutis de medidas provisórias.* No trecho que grifamos está subentendida a troca de favores entre os candidatos e os empresários, o que alude ao fato de que os custos das campanhas desses políticos são “pagos” em troca da retirada ou da inclusão de medidas provisórias que favorecem as empresas, dentro do tema da **corrupção**. Também se subentende a preocupação com o uso do dinheiro público e, no parágrafo seguinte, com os direitos eleitorais dos brasileiros, no apoio implícito ao povo. O pronome *você*, no bordão de Renato Aragão, cria efeito de sentido de aproximação com o leitor.

Na animalização dos candidatos (*que mordem*) e na referência a *jabutis* (animal lento, pesado), associados às medidas provisórias (“instrumento com força de lei, adotado pelo Presidente da República, em casos de relevância e urgência”)¹¹⁵, o locutor retoma, de modo metafórico, a previsão pessimista para o país, dirigindo-se diretamente ao leitor e permitindo que se extraia o tema do **favorecimento**, reforçando os temas, já identificados, da **corrupção** e da **impunidade**, relacionados ao *coro*, o que expõe o posicionamento ideológico de quem considera a **improbidade** da classe política brasileira.

A expressão *parece [que é] maluquice*, que inicia o penúltimo parágrafo do artigo, determina o apagamento do locutor. Temos aqui um caso típico do que Ducrot (1987, p. 145) chamaria de “autoridade polifônica”, em que a asserção introduzida por *parece* não é assumida pelo locutor, mas “mostrada como a de um enunciador estranho” (que poderia ser identificado a “tem gente que diz”), constituindo “o ponto de partida para uma outra asserção que, desta vez, é assumida por L”, no caso, *já desengavetaram um corolário do financiamento público: o voto de lista*. Cria-se aqui a impressão de antiquado pelo uso do verbo *desengavetaram* e do vocábulo de pouco uso *corolário*. A ironia é retomada com força: *o sujeito votava em Delfim Netto e elegia Michel Temer*, em referência ao sistema de voto atual. Na afirmação, o ex-Deputado Federal e ex-Ministro Delfim Netto parece estar no lugar de Dilma Rousseff, pois quem votou em Dilma tem hoje como Presidente Michel Temer. Além da ironia, soa como um paradoxo exemplificar com Delfim no lugar de Dilma, visto o extenso currículo do economista como ex-

¹¹⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso em: 2 jun. 2018.

Ministro no período da ditadura¹¹⁶ e, por outro lado, o posicionamento político de esquerda da ex-Presidente – numa comparação (paradoxal) que implicitamente remete à situação atual de *maluquice*, na qualificação negativa presente no texto.

A informação na última frase do parágrafo – *Junte-se a isso que nenhum dos listados pela Procuradoria-Geral irá a julgamento em menos de quatro anos* – confirma, mais uma vez, o tema da **impunidade**, sem apresentar a fonte da informação, o que compromete a credibilidade do que se diz. Evidencia-se, na frase *o sujeito paga pela obra superfaturada, financia a campanha dos candidatos e ainda perde o direito de votar em quem quer* – que retoma a suposta fala de Renato Aragão, que parafraseia, e à qual acrescenta a terceira frase – o tema do **prejuízo**, atrelado ao tema da **injustiça**, identificado no início da análise, relacionados ao brasileiro e, conseqüentemente, ao leitor (o dito *sujeito*). Verifica-se, portanto, que o texto dá voz à população nesse trecho, mesmo que de modo indireto.

O parágrafo final retoma o título da coluna, persistindo na metáfora: *só a rua pode evitar que assem a pizza*. A referência ao povo brasileiro, nomeado, metonimicamente, pelo espaço das manifestações, *a rua*, tem como papel designado o de salvador único (pressuposto desencadeado pela presença do *só*), tematizando a **esperança** e rompendo, pela primeira vez, com o tom pessimista. Também faz referência implícita às manifestações populares, no efeito metonímico de *rua* (continente pelo conteúdo). A afirmação *sem a rua, a oligarquia unida jamais será vencida* tematiza o **alerta**, em tom de aviso dirigido à população brasileira para que lute por seus direitos – num posicionamento do locutor que é disfarçado pelo uso de *rua* e *oligarquia*, em vez de povo brasileiro e classe política.

O artigo apresenta um jogo de palavras em que os políticos/partidos de esquerda e de direita são relacionados, respectivamente, a *pé esquerdo* e *pé direito*, em que se subentende que qualquer um pode estar envolvido nos esquemas de corrupção, o que confirma a dêixis de expansão que atrela todos, igualmente, à *nossa Odebrecht*. Assim, a frase: *parte da turma do “Fora Temer” tem o pé esquerdo na “nossa” Odebrecht e parte do coro do “Fica Temer” tem o pé direito*, reúne o *coro* e a *turma* que, em princípio, se oporiam, no mesmo patamar de corrupção, o que vem reforçado pelo “não” polêmico de *Não é coisa fácil*, respondendo,

¹¹⁶ O site *Memórias da Ditadura* traz a biografia de Antônio Delfim Netto, que transcrevemos: “economista formado pela Universidade de São Paulo (USP) em 1951, foi Ministro da Fazenda dos governos militares de Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1973), e Ministro da Agricultura do governo Figueiredo (1979-1984) [...] É lembrado, ainda, por ter sido um dos signatários do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, medida que endureceu o regime militar”. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delfim-netto/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

implicitamente, a um enunciador, a um ponto de vista, identificado ao senso comum, que afirmaria que mudar a situação seria algo fácil. Volta-se aqui ao tom de pessimismo.

Assim, a *rua*, espacialização que substitui o povo brasileiro no artigo em foco, está ligada ao sentido de salvação na interdiscursividade com o discurso religioso (*ela fez esse milagre*) e com o discurso político (*o fim da escravidão*). Esta última remissão nos lembra o atraso brasileiro no século XIX – *último país independente das Américas a acabar com a escravidão* – e, implicitamente (subentendido) e por comparação, o atraso em que se encontra hoje.

Em síntese: o artigo prima pelo uso de metáforas e metonímias e pela ironia para criticar a classe política brasileira, mostrando-se menos direto do que os do jornalista Janio de Freitas, mas igualmente mordaz. Há um tom de pessimismo que atravessa o texto, referente à corrupção no país, e que sugere as manifestações populares como a única solução para reverter a situação caótica em que o país se encontra – momento em que se pode vislumbrar certo otimismo, num texto cujo assunto principal é alertar a população para a provável impunidade dos réus na Operação Lava Jato.

Assim, o locutor dá voz indiretamente ao povo (*a rua, o sujeito*), podendo-se supor um apoio implícito de quem deposita esperança em mudar a situação caótica (*maluquice*) criada pela corrupção da classe empresarial e dos políticos. Observa-se que o texto não se dedica a criticar o governo ou a oposição – englobados na classe política corrupta que é investigada pela Operação Lava Jato, que é avaliada depreciativamente. Amparado pelo acesso a outros atores/locutores, que amenizam o comprometimento do articulista (o que pode ser visto ao longo de todo o artigo), essa crítica geral pode ser confirmada pelo acesso a personagens tanto de esquerda (como o ex-Ministro Antonio Palocci), quanto da base aliada ao governo (como o Presidente da FIESP Paulo Skaf, do mesmo partido de Temer), cuja condição de réus na Lava Jato o artigo expõe.

Artigo 2 Elio Gaspari – 29/03/2017

Fica, Temer¹¹⁷

Depois dele, o que há na vitrine das carnes? A escolha é do Congresso, e o que ele tem a oferecer?

Depois do fracasso das manifestações de domingo e do bate-boca do Procurador-Geral Rodrigo Janot com o Ministro Gilmar Mendes, Michel Temer é o que há de melhor para levar o país até as eleições de 2018. Ele foi eleito na chapa de Dilma Rousseff, conhecendo a mecânica de suas obras e suas pompas. Desde que assumiu a Presidência da República, Temer empenha-se num projeto de reformas que traem o mandato das urnas de 2016 e, nessa reencarnação, patrocina uma agenda que jamais explicitou em sua vida pública. Pode-se não gostar da

¹¹⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaofica-temer-21126594>. Acesso em: 05 jun. 2017.

reforma da Previdência ou da nova ordem trabalhista, mas é indiscutível que, sem o Congresso, nenhum dos dois projetos iria adiante.

O mandato de Temer está pendurado numa decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Admitindo-se que ele venha a ser deposto, será substituído por uma pessoa eleita indiretamente pelo Congresso encalacrado na Lava Jato. Se essa eleição viesse a ocorrer sob a influência da pressão das ruas, seria possível que Temer fosse substituído por alguém parecido com dom Eugenio Sales, que se juntou ao Padre Eterno em 2012. Essa carta saiu do baralho porque, depois de ter assombrado a oligarquia nacional durante três anos, as manifestações de rua desmilinguiram-se. Hoje, quem elegerá o novo Presidente será o Congresso, influenciado pelos constrangimentos e culpas expostos pela Operação Lava Jato.

Temer ofereceu-se para o lugar de Dilma Rousseff como um governo de salvação e união nacional. Em menos de um ano, o Presidente formou uma poderosa bancada parlamentar mais interessada em salvar a si própria. Ainda assim, quem ia para rua gritando “Fora Temer” deve reconhecer que as coisas pararam de piorar. A inflação de dois dígitos sumiu da agenda, e a recessão econômica pode ter chegado ao fundo do poço. Se a sua política merece apoio, ou mesmo tolerância, essa é uma questão que pode ser decidida em 2018 na eleição presidencial.

A alternativa a esse cenário seria o culto ao “Fora Temer”. Para o seu lugar, iria uma pessoa eleita pelo Congresso. Atire a primeira pedra quem puder dizer que os parlamentares elegerão alguém que mereça mais confiança, mesmo que seja pouca a que se deposita no doutor. Indo-se um passo adiante: atire a segunda pedra quem for capaz de garantir que esse novo Presidente respeitará o calendário eleitoral que prevê uma eleição presidencial para 2018.

Nas duas últimas vezes em que se mexeu com legitimidade de um Vice-Presidente, o Brasil acabou metido em memoráveis encrencas. Assim se deu em 1969, quando os “três patetas” (na expressão de Ulysses Guimarães e do General Ernesto Geisel) dispensaram o Vice Pedro Aleixo, e em 1961, quando se tentou impedir a posse de João Goulart (nessa ocasião Ulysses não chamou os ministros militares de patetas, mas Geisel lembrava-se de que o adjetivo já circulara.) Quando o Vice foi deixado em paz, Itamar Franco deixou o país no porto seguro de Fernando Henrique Cardoso.

Sem a rua, o “Fora Temer” é uma delegação de poderes para a oligarquia parlamentar que luta pela vida sonhando com o fim da Lava Jato, com o voto de lista e com a eleição indireta de um napoleãozinho civil. Solução oligárquica, ela terá inevitavelmente uma agenda secreta: o fim da eleição presidencial de 2018.

O artigo tem início com uma previsão, no âmbito da modalização epistêmica, com valor de certeza – *Michel Temer é o que há de melhor para levar o país até as eleições de 2018*. A avaliação positiva vem, segundo diz o texto, *depois do fracasso das manifestações de domingo e do bate-boca do Procurador-Geral Rodrigo Janot com o Ministro Gilmar Mendes* – o que permite supor que a previsão é decorrente desses dois acontecimentos, abrandando-se, pois, o posicionamento do locutor. O artigo não apresenta *hiperlinks* para acesso aos fatos comentados, o que prevê um leitor com conhecimento prévio das notícias e certo trânsito nos meandros da política.

Observa-se que na referência às *manifestações de domingo* o locutor não pode estar se referindo à manifestação do dia 15 de março de 2017, que foi numa quarta-feira, nem à manifestação do dia 28 de abril, que aconteceu após a publicação do artigo – e que, como explicamos, nos conduziram na escolha do período de publicação dos artigos do *corpus*. Assim, Gaspari só pode estar se referindo ao último domingo antes da veiculação do artigo, dia 26 de março, em que uma manifestação de menor porte que as duas já mencionadas, favorável à Operação Lava Jato, foi organizada em nível nacional. O *fracasso* atribuído pelo texto ao

movimento, que, no entanto, não teve o número total de participantes contabilizado¹¹⁸, mostra uma avaliação depreciativa em relação à população, pela mobilização de pequena dimensão.

Como já comentamos, o artigo também dialoga, intertextualmente, com a notícia das críticas trocadas entre o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que classifica como *bate-boca*, em mais uma avaliação depreciativa, dessa vez relacionada ao Judiciário e ao Ministério Público Federal. Confirmando o fato, matéria publicada no portal *online* do jornal *Estado de Minas*, em 23 de março de 2017, seis dias antes da publicação do artigo de Gaspari, traz no título e no subtítulo: “Rodrigo Janot e Gilmar Mendes voltam a entrar em rota de colisão - um dia após o Ministro do Supremo acusar a PGR por vazamentos de delações da operação, Procurador-Geral da República critica ‘decrepitude moral’ e ‘disenteria’ verbal do magistrado¹¹⁹”. Assim, o texto retoma o acontecimento para mostrar que, tanto o desentendimento entre duas autoridades jurídicas de renome, quanto a pouca participação popular na manifestação de 26 de março, justificam a crença de que *Michel Temer é o que há de melhor* para o governo, deixando subentendido, por comparação, que os dois acontecimentos estão entre o que há de pior.

O texto refere-se à oposição sem índices de avaliação, a não ser por *pompas*, no trecho: *ele foi eleito na chapa de Dilma Rousseff, conhecendo a mecânica de suas obras e suas pompas* – o que remete a certa superficialidade. Mas, depois do índice de avaliação positivo em relação a Temer, *o que há de melhor*, volta-se para o tema da **traição**, em: *desde que assumiu a Presidência da República, Temer empenha-se num projeto de reformas que traem o mandato das urnas de 2016*, numa referência à eleição de Dilma Rousseff para Presidente em 2016, tendo como vice Michel Temer, e também às reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo, que são nomeadas em seguida. Observa-se que o apoio do locutor a Temer (capaz de traição, mas, paradoxalmente, *o que há de melhor* no momento) é justificado como um período de *tolerância* (nominalização presente no terceiro parágrafo), com o objetivo de evitar

¹¹⁸ Segundo o portal *G1*, em reportagem intitulada “Cidades pelo país têm manifestações a favor da Lava Jato neste domingo - Protestos foram convocados pelas redes sociais”, publicada em 26 de março de 2017, “Cidades em pelo menos 19 estados e no Distrito Federal registraram manifestações neste domingo (26) a favor da operação Lava Jato, entre outros temas, durante atos convocados pelas redes sociais. O G1 acompanhou os protestos em pelo menos 63 cidades, que somaram cerca de 55 mil pessoas nas ruas, segundo os organizadores, até as 19h. A Polícia Militar (PM) estimou cerca de 20 mil no total. Algumas capitais como São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte não tiveram contagem de público, nem por parte dos organizadores, nem pela PM”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/cidades-pelo-pais-tem-manifestacoes-a-favor-da-lava-jato-neste-domingo.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2018.

¹¹⁹ A informação foi extraída da matéria veiculada no portal *online* do *Estado de Minas*, intitulada “Rodrigo Janot e Gilmar Mendes voltam a entrar em rota de colisão”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/03/23/interna_politica,856549/janot-contra-ataca-gilmar.shtml. Acesso em: 8 jul. 2018.

que o país tome rumos piores, como veremos mais à frente, o que pode ser confirmado pela primeira pergunta do subtítulo, que utiliza uma expressão metafórica: *Depois dele, o que há na vitrine das carnes?*

Identifica-se uma avaliação positiva em relação a Temer, por *nessa reencarnação, patrocina uma agenda que jamais explicitou em sua vida pública*, o que agrega uma imagem de competência ao atual Presidente, como se ele tivesse renascido, numa clara interdiscursividade com a religião espírita, em *reencarnação*. Porém, a presença do índice temporal (*jamais*) permite concluir que antes Temer não era tão ativo em sua *agenda*, percebendo-se aqui certa dose de ironia. Observa-se que, mais uma vez, o locutor dá a Temer, para depois tirar, em elogios (dá conta de uma agenda cheia) que antecedem críticas implícitas (o que antes não fazia) – o que confirma o caráter parcial do apoio que ele (locutor) dá ao Presidente.

Num efeito de expansão, integra-se o Congresso no tema da **traição**, relativo às reformas da previdência e trabalhista, o que ameniza a participação de Temer, mostrando que o Presidente não está sozinho, e evidencia a responsabilidade dos parlamentares: *pode-se não gostar da reforma da previdência ou da nova ordem trabalhista, mas é indiscutível que, sem o Congresso, nenhum dos dois projetos iria adiante*. Ou seja, a aprovação das reformas não depende só de Temer, mas também dos congressistas – em que se pode observar a ênfase (*é indiscutível*) que evidencia a participação do Congresso nas reformas impopulares, o que remete à segunda pergunta presente no subtítulo do artigo: “a escolha é do Congresso, e o que ele tem a oferecer?” – pergunta que coloca em julgamento a conduta dos políticos.

Na frase que inicia o segundo parágrafo, *o mandato de Temer está pendurado numa decisão do Tribunal Superior Eleitoral*, o locutor afirma, na intensidade da metáfora (*pendurado*), a chance de Temer perder o mandato¹²⁰, para em seguida alertar que se isso acontecer a situação será pior. Apresenta, assim, duas alternativas possíveis, quando lança mão da condicionalidade: *admitindo-se que ele venha a ser deposto, será substituído por uma pessoa eleita indiretamente pelo Congresso encalacrado na Lava Jato. Se essa eleição viesse a ocorrer sob a influência da pressão das ruas, seria possível que Temer fosse substituído por alguém parecido com dom Eugenio Sales, que se juntou ao Padre Eterno em 2012*. Ou seja, subentende-

¹²⁰ De acordo com a matéria “Por 4 votos a 3, Plenário do TSE nega pedido de cassação da chapa Dilma e Temer”, veiculada no *site* do Tribunal Superior Eleitoral em 9 jun. 2017, a referência é à Ação de Investigação Judicial Eleitoral, que “pedia a cassação da chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer, reeleita para a Presidência da República em 2014”. A ação foi considerada improcedente: “a maioria dos Ministros entendeu que não houve abuso de poder político e econômico na campanha de ambos no último pleito presidencial”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Junho/por-4-votos-a-3-plenario-do-tse-decide-pela-nao-cassacao-da-chapa-dilma-e-temer>. Acesso em: 8 jul. 2018.

se que nem o voto indireto do Congresso – que o texto admite estar *encalacrado* na Lava Jato, numa metáfora que se refere aos inquéritos contra os parlamentares –, nem o voto direto do povo, quando se dá novo diálogo com o discurso religioso, na referência a Dom Eugênio Sales, que foi Cardeal e Arcebispo da Igreja Católica no Rio de Janeiro, serão opções melhores do que Temer. Assim, verifica-se que o texto segue no eixo da crença, o que é confirmado pelo uso dos modalizadores epistêmicos *admitindo-se* e *seria possível*, em exemplos que confirmam que a melhor opção é a permanência de Temer no poder até as eleições de 2018.

O artigo deixa subentendido que, caso o Congresso – ator coletivo não confiável e que também conduz as reformas – seja responsável pela escolha do novo Presidente, pode eleger alguém que colabore para rever a condição de réus em que vários políticos se encontram, ou seja, alguém que possa “obstruir” a Lava Jato (sentido encontrado no primeiro artigo do jornalista), revelando o tema do **medo**. Em relação ao povo, a escolha do Cardeal como personagem fictício apoiado pelos brasileiros realça, implicitamente, o fato de que a população está suscetível, pouco confiável em suas escolhas em meio a tantas denúncias na Lava Jato, e que só alguém quase santo poderia ter credibilidade no momento atual. Ou seja, a sugestão de que o povo elegeria um homem da alta hierarquia da Igreja deixa subentendido que, diante da **corrupção**, tema implícito ao longo do texto, apela-se para a religião, na figura do Cardeal Dom Eugênio, símbolo de honestidade e bondade.

Portanto, o texto opõe-se ao protagonismo da população para eleger alguém em eleições antecipadas, o que pode ser visto em: *essa carta saiu do baralho porque, depois de ter assombrado a oligarquia nacional durante três anos, as manifestações de rua desmilinguiram-se*. Assim, verifica-se a voz dada ao povo, mas sob a forma de oposição, entre metáforas (*carta, baralho, assombrado*) e a remissão ao passado (*durante três anos*), que parece estar relacionada mais a um tom de decepção, diante da inexpressiva participação popular nas manifestações, do que a uma oposição propriamente dita – o que pode ser confirmado pelo posicionamento de apoio aos movimentos populares no primeiro artigo do jornalista. Desse modo, apesar de parecer conferir, por meio da escolha lexical e do recurso a subentendidos, a imagem de vítima à oligarquia nacional e a de algoz às manifestações, o artigo, ao que tudo indica, alude principalmente ao fato de que antes (*durante três anos*) a pressão popular era maior, e que agora *as manifestações de rua desmilinguiram-se*, numa avaliação depreciativa – espécie de sanção pela “incompetência” do povo – em que se identifica o tema do **enfraquecimento** político da população. O parágrafo termina confirmando a previsão no caso da condenação de Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE): *hoje, quem elegerá o novo Presidente será o Congresso, influenciado pelos constrangimentos e culpas expostos pela Operação Lava Jato* – voltando a

referir-se aos inquéritos contra os parlamentares, por meio dos quais se pode identificar o tema da **parcialidade** e também a oposição do locutor a esse grupo. O advérbio *hoje*, no trecho em questão, funciona tanto como índice temporal, quanto como marcador de pressuposição, deixando implícito que não haverá outra instância a eleger o novo Presidente, no caso de Temer ser condenado e deposto.

A partir da justificativa para o ponto de vista defendido no/pelo texto, a permanência de Temer no governo, narra-se a história política do Presidente, que soa como um relato histórico dos acontecimentos, de modo imparcial, como em: *ofereceu-se para o lugar de Dilma Rousseff* – o que salienta o silenciamento sobre o *impeachment* da Presidente e também para a construção de uma imagem de indivíduo prestativo para Temer. Em seguida, atribui à gestão do Presidente as qualidades (índices de avaliação) de ser *um governo de salvação e união nacional*. E ainda: *em menos de um ano, o Presidente formou uma poderosa bancada [...]*. Aqui entra a ironia: [...] *mais interessada em salvar a si própria*, o que remete, novamente, ao tema da **corrupção**, que, de modo paradoxal, parece estar atrelado mais aos parlamentares do que propriamente a Temer (que o texto lembra ter sido alvo de investigação no TSE).

Assim, apresentam-se dados – *A inflação de dois dígitos sumiu da agenda, e a recessão econômica pode ter chegado ao fundo do poço* – que valorizam a gestão do Presidente e que se somam aos índices de avaliação positivos já mencionados sem que seja citada a fonte das informações, que são bastante otimistas. Observa-se o apoio do articulista a Temer ao trazer essas informações, defendendo o que o discurso afirma ser a melhor opção (ou a menos arriscada): a manutenção do Presidente no poder até as eleições. Porém, como os dados apresentados não têm origem no locutor (mas em outras fontes não citadas que, supõe-se, sejam de conhecimento geral), ameniza-se seu engajamento.

O locutor pondera (*ainda assim*), alegando que, mesmo com a bancada *mais interessada em salvar a si própria* – num diálogo com *governo de salvação*, pela repetição lexical –, *quem ia para rua gritando “Fora Temer” deve reconhecer que as coisas pararam de piorar*, numa modalização deôntica, ligada à obrigação (*deve reconhecer*) imputada a *quem ia para rua* – pressupondo-se que alguém ia para a rua. Remete, assim, ao povo (ou, pelo menos, a uma parte dele), retomando a conhecida fórmula “Fora Temer”.

A ideia de que a permanência de Temer seria a melhor opção (ou, como dizemos, no senso comum, a “menos pior”) é reforçada pelo marcador de pressuposição *parar* (de), que indica que as coisas pioravam anteriormente ao governo Temer. A escolha lexical, em *reconhecer*, cria a impressão de ser o óbvio diante dos dados mencionados sobre a *inflação* e a *recessão econômica*. E o locutor completa: *se a sua política merece apoio, ou mesmo*

tolerância, essa é uma questão que pode ser decidida em 2018 na eleição presidencial – como quem diz, “mas não agora”, novamente defendendo a permanência de Temer, o que está encoberto por um tom de ponderação, na condicionalidade: *se a sua política merece [...] pode ser decidida em 2018*.

Fazendo coro à afirmação do segundo parágrafo e do subtítulo, *quem elegerá o novo Presidente será o Congresso*, conclusão a que chegou no caso da saída de Temer, o locutor volta a afirmar, no quarto parágrafo: *para o seu lugar, iria uma pessoa eleita pelo Congresso* – isso caso prevaleça o culto ao “*Fora Temer*”. É quando os leitores são convocados a uma tomada de posição, a partir da expressão bíblica (*atire a primeira pedra*), que parafraseia parcialmente, o que mostra o terceiro diálogo interdiscursivo com a religião: *atire a primeira pedra quem puder dizer que os parlamentares elegerão alguém que mereça mais confiança, mesmo que seja pouca a que se deposita no doutor*. Assim, o texto adverte para o que pode acontecer caso o Congresso eleja o novo Presidente (provavelmente alguém não confiável), para novamente tecer uma avaliação positiva ao Presidente (que merece *confiança*), mas em tom de ponderação (*mesmo que seja pouca a que se deposita no doutor*). O apoio explícito do locutor a Temer (que, no seu entender, é confiável) é amenizado pela consideração da baixa popularidade do Presidente (*mesmo que seja pouca*), em mais um exemplo em que o texto dá, para depois tomar de Temer, a avaliação positiva. Chama a atenção também o uso (irônico) de *doutor* em referência a Temer, fazendo coro com o “*doutor Antonio*” e o “*doutor Gilmar Mendes*” do primeiro artigo.

Na sequência, o texto convoca, mais uma vez, à reflexão, apelando para a frase bíblica e reforçando o aviso quanto aos efeitos nocivos que uma eleição indireta poderia acarretar: *indo-se um passo adiante: atire a segunda pedra quem for capaz de garantir que esse novo Presidente respeitará o calendário eleitoral que prevê uma eleição presidencial para 2018*. Pela dúvida instaurada sobre a preservação do *calendário eleitoral*, o locutor adverte, implicitamente, para uma consequência fortemente negativa, ao aludir à possibilidade (ameaça) de um golpe – numa alusão também à ditadura –, já que considera a chance de que o calendário eleitoral seja descumprido, assunto ao qual dá continuidade no parágrafo seguinte, confirmando esse sentido.

O tom de alerta para os prejuízos da saída de Temer está presente na interdiscursividade com a história da política brasileira, o que cria um efeito de credibilidade, atrelado ao saber, dentro do propósito de convencer o leitor quanto ao ponto de vista defendido (mesmo que com ressalvas) pelo locutor: *nas duas últimas vezes em que se mexeu com legitimidade de um Vice-Presidente, o Brasil acabou metido em memoráveis encrencas*. Passa-se, então, em tom de

relato, à lembrança de três acontecimentos, dois deles referentes à saída dos Vice-Presidentes *Pedro Aleixo*¹²¹ e *João Goulart*¹²² do governo (os quais são nomeados no texto), o que, subentende-se, desencadearam as *memoráveis encrências* – estas não são explicadas, mas podemos supor que se refiram à chegada dos militares ao poder, no período da ditadura.

Em seguida, os dois fatos são comparados à transição tranquila (na expressão metafórica *porto seguro*) da passagem de Itamar Franco¹²³, que era Vice-Presidente de Fernando Collor – destituído do poder num processo de *impeachment* –, para o Presidente seguinte, Fernando Henrique Cardoso. Assim, o discurso apela para a história, lembrando Vice-Presidentes destituídos – e apenas aludindo às consequências negativas desses acontecimentos para o país, sem discorrer sobre eles –, que compara com Itamar Franco, *Vice que foi deixado em paz*, e que serve, de modo subentendido, como exemplo do que deve ser feito na situação de Temer, numa modalização deôntica subliminar no discurso.

Chama a atenção a expressão aspeada “três patetas”, que faz alusão a um grupo cômico norte-americano (*The Three Stooges*), em atividade entre as décadas de 1920 e 1970, que ficou conhecido por seus numerosos curtas-metragens em que se destacavam a comédia pastelão e a farsa física¹²⁴. O locutor, porém, atribui essa expressão a um outro espaço enunciativo (cuja responsabilidade não quer assumir): o dos políticos/locutores Ulisses Guimarães e Gal. Ernesto Geisel. Como foi mencionada no texto após os exemplos dos vices que foram destituídos,

¹²¹ Pedro Aleixo foi Vice-Presidente de Costa e Silva, e quando este faleceu, em 1969, Aleixo não pôde assumir a Presidência por decisão de uma Junta Militar. Segundo o portal *online* da *Folha de S. Paulo*, na série “1968 – Ato Institucional nº 5”: “Com o afastamento de Costa e Silva após diagnosticada trombose e percebida sua impossibilidade de voltar ao cargo, em 1969, Aleixo foi impedido de assumir a Presidência da República”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/pedroAleixo.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

¹²² O portal *GI* resume a deposição de João Goulart, na reportagem intitulada “Ex-deputados relatam bastidores da sessão que depôs João Goulart”, dos jornalistas Rosanne D’Agostino, Nathalia Passarinho, Bibiana Dionísio, Vitor Tavares, Adneison Severiano e Cintia Paes, veiculada em 31 de mar. de 2014, citando o especial “50 anos do golpe militar”: “A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, desencadeou uma série de fatos que culminaram em um golpe de estado em 31 de março de 1964. O sucessor, João Goulart, foi deposto pelos militares com apoio de setores da sociedade, que temiam que ele desse um golpe de esquerda, coisa que seus partidários negam até hoje [...] Os militares prometiam entregar logo o poder aos civis, mas o país viveu uma ditadura que durou 21 anos, terminando em 1985” (D’Agostino *et al.*, 2014). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/ex-deputados-relatam-bastidores-da-sessao-que-depos-joao-goulart.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

¹²³ De acordo com a matéria intitulada “Itamar foi Vice de Collor e lançou o Plano Real, que venceu a inflação; conheça trajetória”, veiculada no portal UOL Notícias em 2 de jul. 2011, “ao cabo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, Collor foi considerado passível de acusação em prevaricação, defesa de interesses privados no governo, corrupção passiva, formação de quadrilha e estelionato. É aberto na Câmara um processo de *impeachment* contra o Presidente. Itamar assume a presidência no dia 2 de outubro de 1992, e vê, em seguida, Collor renunciar ao cargo, no curso do processo de *impeachment*, em dezembro daquele ano”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/02/ex-presidente-tinha-fama-de-namorador-conheca-trajetoria.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9 jul. 2018.

¹²⁴ Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/a-historia-dos-tres-patetas/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

provavelmente a expressão é uma referência aos militares que, tanto no caso de Aleixo, quanto no de João Goulart, impediram que chegassem à Presidência.

O povo (metonimizado em *a rua*) volta a ser mencionado, no parágrafo final, para justificar, mais uma vez, a permanência de Temer no governo até as eleições, que o discurso deixa implícito ser consequência, sobretudo, do **enfraquecimento** das manifestações. O discurso também volta a chamar a atenção para as consequências de uma eleição indireta, o que novamente remete à **parcialidade** dos parlamentares, em temas já descritos: *sem a rua, o “Fora Temer” é uma delegação de poderes para a oligarquia parlamentar que luta pela vida sonhando com o fim da Lava Jato, com o voto de lista e com a eleição indireta de um napoleãozinho civil*. Assim, o locutor argumenta de modo a excluir a opção da saída de Temer do poder, o que levaria a uma situação dramática, segundo mais uma previsão: *eleição indireta de um napoleãozinho civil* – em que o uso do diminutivo indica ironia na interdiscursividade com a história de Napoleão Bonaparte, que foi General e chegou a Imperador, conhecido como um especialista em táticas militares. E reafirma que o protagonismo do Congresso nas eleições antecipadas seria uma péssima opção para o país. Aqui aparece, novamente, o tema do **medo**: solução oligárquica, ela terá inevitavelmente uma agenda secreta: o fim da eleição presidencial de 2018 – apelando para a intensidade na frase final do texto (inevitavelmente, fim), enfatizada pela negatividade de algo secreto (não revelado) e de solução oligárquica, em que mais uma vez se questiona a confiabilidade dos políticos brasileiros.

Pode-se concluir que o artigo prega a *tolerância* a Temer, aludindo a uma “ameaça” – assim como a “ameaça” de impunidade é o assunto principal do primeiro artigo analisado do jornalista. Verifica-se o **temor/medo** do locutor, entre metáforas e modalizações, sobre a possibilidade de que o Congresso venha a eleger o novo Presidente, já que o povo não fez pressão nas manifestações (e Gilmar Mendes e Rodrigo Janot, por sua vez, “batem boca”, justificativa que parece disfarçar a primeira constatação). O locutor é cuidadoso quanto à indicação do seu ponto de vista, o que faz por meio de exemplos, de comparações e de previsões, além de recorrer aos implícitos (pressupostos e, sobretudo, subentendidos). Esse posicionamento é amenizado ainda por um *éthos* de ponderação, que prevalece nas diversas justificativas e avisos do que pode acontecer, caso o Presidente seja deposto antes das eleições de 2018.

Verifica-se também que apenas no quinto parágrafo são citados seis políticos brasileiros que, somando-se a outros parlamentares também nomeados no texto, além de Temer, como Dilma Rousseff, Gilmar Mendes e Rodrigo Janot, totalizam dez menções a políticos, além da referência a dom Eugênio Sales. Esses atores suavizam a presença do locutor, contribuindo para

não deixar (muito) evidente o seu posicionamento ideológico. O nome de Temer aparece oito vezes, distribuído ao longo de todo o artigo, o que se poderia esperar, já que o Presidente é o assunto principal da coluna. Assim, recorrer a autoridades políticas e também a acontecimentos da história brasileira agrega credibilidade ao artigo, num éthos de saber do locutor, que, em contrapartida, exige um leitor atualizado em relação aos acontecimentos, uma vez que não é citada a fonte das informações nem se oferece acesso ao conteúdo comentado.

Esse artigo de Elio Gaspari parece responder ao que foi afirmado no artigo anterior, negando a previsão/esperança do primeiro, intitulado *só a rua salva a Lava Jato*, publicado duas semanas antes, em 15 de março, data da manifestação que antecedeu a de domingo, dia 26. A impressão que fica, mesmo com a presença predominante do tema da *corrupção*, que se repete nos dois artigos, é a de que havia mais apoio ao povo (à *rua*) no artigo anterior e que o locutor/articulista mudou de opinião.

Por outro lado, podemos dizer que o resultado da análise coincide, em alguns pontos, com a análise do primeiro artigo de Clóvis Rossi – *O 'processo' Temer sobreviverá?* – no qual as políticas argentina e espanhola servem de comparação com o caso brasileiro (enquanto neste artigo de Gaspari a comparação, mais breve, é com os Vice-Presidentes depostos). Os dois artigos também compartilham o tom de alerta e de previsão para o futuro do país.

Passando ao jornalista José Casado, que escreve às terças-feiras na editoria de *Opinião* de *O Globo*, não encontramos, no período delimitado, alguma coluna que tenha mencionado o Presidente Temer ou as manifestações no título. Mas o conteúdo da coluna publicada no dia 2 de maio, “Intimidação e insegurança”, faz referência ao Governo Temer. Também encontramos uma coluna publicada após o período limite da seleção, que traz o nome de Temer no título e, por isso, optamos por incluí-la no *corpus*, mesmo ela tendo sido publicada em 17 de maio de 2017, dois dias depois do período delimitado: “O governo Temer foi ao chão”. Verificamos que a coluna de 17 de maio foi publicada, excepcionalmente, numa quarta-feira, assim como a coluna do dia 10 de maio.

QUADRO 9 – Artigos José Casado – Jornal *O Globo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

1. 21/03/2017 – Depois da carne, os remédios - Em relatórios, Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA) confessa ser quase nula a sua capacidade de garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos medicamentos consumidos pelos brasileiros
2. 28/03/2017 – Compram-se leis e governos - Em 2010, Marcelo Odebrecht pagou R\$ 50 milhões pela Medida Provisória (MP) do “Refis da Crise”, de Lula. Quatro anos depois, ele repassou a propina à campanha de reeleição da chapa Dilma-Temer
3. 04/04/2017 – A Justiça em julgamento - Ação no TSE é sobre a força do dinheiro na vitória de Dilma e Temer na eleição de 2014. Numa época de desencanto com a política, a Justiça também estará em julgamento
4. 11/04/2017 – Em nome da democracia - Vai ser difícil a candidatos como o Deputado Vicente Cândido (PT-SP) explicar em praça pública por que sua campanha é financiada com o dinheiro cortado da saúde da cidade
5. 18/04/2017 – Reação impôs a delação - Foi a pressão da sociedade, contou Emílio Odebrecht, que o levou a decidir fazer a “lavagem espontânea de tudo” na megadelação de 77 executivos
6. 25/04/2017 – Vendem-se partidos - A pedido do PT, Odebrecht pagou R\$ 25 milhões pela montagem da coligação de partidos que favoreceu Dilma com o maior tempo de propaganda eleitoral na televisão
7. 02/05/2017 – **Intimidação e insegurança** - Disputa para influir na Lava Jato produz novas multas de R\$ 40 bilhões a empresas, gera insegurança em acordos feitos com Brasil, Suíça e Estados Unidos da América (EUA) e deixa réus intimidados
8. 09/05/2017 – Fim de ciclo - Em maio de 1982, PT fez comício de Lula em Curitiba. Ele continua candidato, 35 anos depois. Antes novidade política, agora é autodefesa em praça pública de um réu por corrupção
9. 10/05/2017 – Gravata verde-amarela e jato privado - Ida de Lula à Curitiba lembrou pontos polêmicos de sua carreira política
10. 16/05/2017 – Da cadeira no Supremo - Para o juiz Barroso, “não é fácil desfazer esse pacto espúrio, como se pode ver. Essas pessoas têm parceiros, até onde seria menos de se esperar”
11. 17/05/2017 – **O governo Temer foi ao chão** - O cenário político converge para uma eleição direta a partir de eventual renúncia

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniao/jose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Artigo 1 José Casado¹²⁵ – 02/05/2017

Intimidação e insegurança¹²⁶

Disputa para influir na Lava Jato produz novas multas de R\$ 40 bilhões a empresas, gera insegurança em acordos feitos com Brasil, Suíça e EUA, e deixa réus intimidados

O governo Temer impôs R\$ 40 bilhões em novas multas às empresas protagonistas do caso Lava Jato. A iniciativa foi da Advocacia-Geral da União, órgão de assessoria do presidente da República.

As sanções têm um efeito prático, a intimidação dos executivos que confessam ou pretendem revelar seus crimes e parceiros políticos — acham procuradores federais e advogados dessas empresas, num raro consenso.

O volume de dinheiro cobrado pelo governo é suficiente para ameaçar a sobrevivência financeira de Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Queiroz Galvão, UTC e Engevix. Numa comparação, supera em quatro vezes o valor que a Odebrecht, a maior empreiteira, se comprometeu a pagar, nos próximos 23 anos, no acordo com o Ministério Público Federal do Brasil, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, e a Procuradoria-Geral da Suíça.

Semana passada, o governo apresentou à Justiça a sexta ação de improbidade contra esse grupo de empresas, responsável por fraudes e corrupção em negócios da Petrobrás realizados nas administrações Lula e Dilma.

As sanções incluem sete pessoas físicas, entre elas os principais dirigentes da Odebrecht e três ex-diretores da empresa estatal, Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Renato Duque, que negocia uma delação premiada.

¹²⁵ José Casado, atualmente na editoria de Política do jornal *O Globo*, “foi editor de Economia e Brasil na revista *Época*; repórter, editor e colunista na *Gazeta Mercantil*; repórter e colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*”. Disponível em: <http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/jose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

¹²⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/intimidacao-inseguranca-21275168>. Acesso em: 05 jun. 2017.

A Advocacia-Geral da União justifica: “A vontade da empresa é materializada pela vontade daquelas pessoas físicas que tomam as decisões. A pessoa física é o fio condutor da vontade da empresa”. Acrescenta: “Neste contexto, os administradores também devem responder pelas decisões que tomaram no comando.”

A argumentação contém uma novidade. O governo aderiu à lógica de que entidades (privadas ou públicas) devem ser tratadas como pessoas físicas, e seus dirigentes devem responder pela condução da vontade da empresa, fundação ou autarquia. Se aplicada à galáxia do setor público, pode revolucionar o manejo dos contratos de compras governamentais.

Essencial, porém, é a interferência política que pauta a silenciosa disputa de poder dentro do Estado brasileiro pela influência no rumo do caso Lava Jato. Ela nasceu dentro do Palácio do Planalto há 20 meses.

Em novembro de 2015, Emilio Odebrecht levou ao governo Dilma o texto-base de uma Medida Provisória que instituiu o acordo de leniência sem colaboração dos executivos. Desejava atenuar penas e perdas, oferecendo em troca a contenção de danos ao governo e aos sócios políticos. Dilma assinou a MP 703, que acabou sepultada pela reação pública.

Odebrecht, então, se rendeu. Listou R\$ 10 bilhões em subornos em 12 países. Destacou pagamentos no Brasil a um terço dos ministros e senadores, metade dos governadores estaduais e duas centenas de deputados, prefeitos e vereadores.

Agora, sob Temer, assiste-se a um alinhamento de órgãos auxiliares do Executivo e do Legislativo (Advocacia-Geral e Tribunal de Contas da União) em confronto com o Ministério Público Federal, para pressionar empresas, cujos dirigentes encontram-se em confissão e delação dos associados políticos.

Além de deixar réus intimidados, esse conflito dentro do Estado produz insegurança sobre os acordos de leniência já assinados no Brasil, na Suíça e nos Estados Unidos.

Referindo-se aos valores estipulados pelo governo para as multas aplicadas às empresas condenadas na Operação Lava Jato, o texto dialoga com a notícia publicada, entre outros veículos, no portal *online* do *Jornal do Brasil*¹²⁷, no dia 25 de abril de 2017. Nela constam diversas informações que o artigo (re)apresenta, sem, no entanto, citar nenhuma fonte. A construção de sentido indica que o governo Temer, com a intenção de punir os empresários que fizeram acordos de leniência, denunciando políticos em troca de redução penal – a chamada *delação premiada*, nominada no quinto parágrafo –, aplica-lhes multas exageradas, evidenciando-se o tema do **interesse político**, tanto dos delatores (que querem continuar a participar das licitações para obras públicas), quanto do governo (que quer evitar a repercussão negativa das denúncias de improbidade de políticos de sua equipe ministerial e base parlamentar), em que o segundo busca refrear esse processo.

¹²⁷ Trecho de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em 25 de abril de 2017, intitulada “Lava Jato: AGU pede na Justiça ressarcimento de R\$ 11,3 bi aos cofres públicos”, afirma: “A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou hoje (25) com nova ação de improbidade administrativa contra 13 empresas e sete pessoas físicas investigadas pela Operação Lava Jato para que elas sejam condenadas a devolver aos cofres públicos o montante de R\$ 11,3 bilhões. A ação, protocolada na Justiça Federal no Paraná, tem como alvo as construtoras Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Galvão, UTC e Engevix. Também estão incluídos os ex-dirigentes da Petrobrás Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Pedro Barusco, além de executivos das empreiteiras, como o presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht. [...] Essa é a sexta ação do tipo ajuizada pela AGU contra investigados na Lava Jato. Somando todos os processos, o órgão cobra o pagamento de mais de R\$ 40 bilhões”. Disponível em: [HTTP://www.jn.com.br/pais/noticias/2017/04/25/lavajato-agu-pede-na-justica-ressarcimento-de-r-113-bi-aos-cofres-p-ublicos/](http://www.jn.com.br/pais/noticias/2017/04/25/lavajato-agu-pede-na-justica-ressarcimento-de-r-113-bi-aos-cofres-p-ublicos/). Acesso em: 23 jul. 2018.

Confirmam esse tema as afirmações presentes no segundo e terceiro parágrafos: *as sanções têm um efeito prático, a intimidação dos executivos que confessam ou pretendem revelar seus crimes e parceiros políticos* – em que se identifica um segundo tema, a **ameaça** a esse ator coletivo, verbalizada em: *o volume de dinheiro cobrado pelo governo é suficiente para ameaçar a sobrevivência financeira* das empresas, num tema atrelado ao da **arbitrariedade**, atribuída, no texto, ao governo. Ainda uma segunda **ameaça** pode ser confirmada na frase que inicia o subtítulo, nesse caso à estabilidade do acordo entre os três países: *disputa para influir na Lava Jato [...] gera insegurança em acordos feitos com Brasil, Suíça e EUA e deixa réus intimidados*. Verifica-se que o artigo retoma notícia publicada em dezembro de 2016 sobre o acordo com a Odebrecht, na Operação Lava Jato, feito com os três países, como explica matéria veiculada no portal da *Folha de S. Paulo*, em 21 de dezembro de 2016¹²⁸, apesar de não citar qualquer fonte nem resumir a informação – o que exige do leitor conhecimento do contexto político atual e o que pode explicar novas menções à empresa, em detrimento de outras também condenadas, no corpo do texto.

Além disso, a afirmação transcrita do segundo parágrafo (*As sanções têm um efeito prático...*) tem um tom de explicação e apoia-se nos atores coletivos *procuradores* e *advogados*: *acham procuradores federais e advogados dessas empresas*, o que isenta o locutor de sua autoria. Esse tece um comentário sobre a relação entre esses dois enunciadores: *num raro consenso*, em que se pode pressupor, pelo marcador *raro*, que poucas vezes, no passado, esses dois atores coletivos (procuradores públicos e empresas privadas) concordaram entre si – o que remete à importância do acordo, que foi desrespeitado pelo governo, impositivamente: *o governo Temer impôs R\$ 40 bilhões em novas multas* – numa avaliação depreciativa pelo uso do verbo, que tematiza a **imposição**, fazendo par com a **arbitrariedade**, e que deixa subentendido, nessa seleção vocabular, o não apoio ao governo.

Ao nomear seis empresas condenadas – *Odebrecht, Camargo Correa, OAS, Queiroz Galvão, UTC e Engevix* –, que têm sua sobrevivência financeira ameaçada, o locutor evidencia os efeitos nocivos da multa imposta pelo governo, ao mesmo tempo em que expõe o envolvimento dessas empreiteiras no escândalo de **corrupção** (tema que atravessa todo o artigo,

¹²⁸ Segundo a matéria “Odebrecht assina acordo nos EUA e na Suíça nesta quarta”, dos jornalistas Mario Cesar Carvalho e Bela Megale, publicada no portal *online* da *Folha de S. Paulo*, em 20 de dezembro de 2016: “A Odebrecht fechou acordos em três países nos quais confessou ter cometido crimes de várias naturezas (Brasil, Estados Unidos e Suíça) e pagará o que é considerada a maior multa da história, de R\$ 6,9 bilhões. O valor corresponde a US\$ 2,1 bilhões quando acordo de leniência foi fechado no Brasil, no dia 1º de dezembro. Acordo de leniência é uma espécie de delação para empresas, sem o qual um grupo pode ser impedido de celebrar contratos com o poder público”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843095-odebrecht-assina-acordo-nos-eua-e-na-suica-nesta-quarta.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2018.

sem ser, no entanto, nomeado), o que soa como um paradoxo, visto que a má conduta dessas empresas é lembrada no/pelo próprio texto. Assim, nota-se que o que está em julgamento não é a gestão desonesta dessas empresas, mas a truculência do governo, diante da qual se identifica um éthos mostrado de indignação do locutor – disfarçado por um tom de imparcialidade, como comentaremos mais à frente.

Enquanto segue afirmando o exagero do valor da multa aplicada pelo governo (revelado na primeira linha do artigo, *40 bilhões*), o artigo dá ênfase à improbidade administrativa da Odebrecht (como falamos, empresa que protagoniza o acordo internacional), ao aludir ao montante financeiro devido. O verbo superar, introduzido por *numa comparação*, indica que o valor da dívida da empresa, não informado, é vultoso – o que também se subentende pelo longo tempo de parcelamento: *numa comparação, supera em quatro vezes o valor que a Odebrecht, a maior empreiteira, se comprometeu a pagar, nos próximos 23 anos*. Nova referência à empresa é feita no quinto parágrafo: *as sanções incluem sete pessoas físicas, entre elas os principais dirigentes da Odebrecht* – podendo-se subentender o não apoio do locutor à empresa, pelo número de menções aos fatos que lembram sua condição de condenada na Operação Lava Jato. Ele (o locutor) cria, entretanto, implicitamente, uma imagem de vítima para a empresa, incluída no coletivo empresários/réus (como veremos a frente), confirmando que não tem como objetivo a crítica à corrupção, mas ao procedimento do governo, para o qual direciona sua avaliação depreciativa.

Explicita-se a *interferência política* no oitavo parágrafo, começando por uma avaliação (*essencial*), que reforça o assunto principal do artigo: *Essencial, porém, é a interferência política que pauta a silenciosa disputa de poder dentro do Estado brasileiro pela influência no rumo do caso Lava Jato* – em que a expressão *silenciosa disputa* e o vocábulo *influência* reafirmam o tema do **interesse político** e da **arbitrariedade**. Na sequência, o locutor volta à história, afirmando que a disputa *nasceu dentro do Palácio do Planalto há 20 meses*, ou seja, quando Temer foi empossado como Presidente, em agosto (dia 31) de 2016, ao se tomar como referência a data de publicação do artigo. Também registra, no penúltimo parágrafo, o fato de Temer *pressionar empresas, cujos dirigentes encontram-se em confissão e delação dos associados políticos* – o que faz coro à *intimidação dos executivos*, que transcrevemos; e à expressão *interferência política*. Assim, pode-se confirmar, ao longo de todo o artigo, o posicionamento contrário do locutor ao governo nesse assunto, amenizado pelo discurso indireto, e que não se estende a outras questões como, por exemplo, as reformas previdenciária e trabalhista, demonstrando o foco temático.

Coerente com o início do artigo, o 11º parágrafo traz uma análise do momento atual que, no índice espacial *agora*, marca o pressuposto de que antes de Temer não havia enfrentamentos com o Ministério Público: *agora, sob Temer, assiste-se a um alinhamento de órgãos auxiliares do Executivo e do Legislativo (Advocacia-Geral e Tribunal de Contas da União) em confronto com o Ministério Público Federal*. Identifica-se o **confronto**, nomeado no texto, e confirma-se o tema da **imposição** e da **arbitrariedade**, uma vez que o governo também está rompendo (por meio da aplicação das multas) com o *Departamento de Justiça dos Estados Unidos* e com a *Procuradoria-Geral da Suíça*, que fizeram acordo com o *Ministério Público* brasileiro. Essa informação está presente no subtítulo do artigo e no terceiro e último parágrafos – em que novamente se subentende a importância do **consenso**, que ocorre em nível internacional, podendo-se dizer que há aí a oposição consenso (acordo) vs confronto (disputa).

A primeira, de duas referências à oposição ao longo do texto, ocorre em *semana passada, o governo apresentou à Justiça a sexta ação de improbidade contra esse grupo de empresas, responsável por fraudes e corrupção em negócios da Petrobrás realizados nas administrações Lula e Dilma* (grifo nosso), que desmerece, de modo implícito (pois soa como a retomada de uma informação de conhecimento coletivo), a então administração petista, contexto dos delitos, de acordo com o índice temporal (*realizado nas administrações*). A informação, cuja fonte não é explicitada, pode ser encontrada na notícia publicada no portal *Último Segundo-iG*, em 26 de abril de 2017, que também confirma a cifra apresentada no início do artigo: “Esta já é a sexta ação ajuizada pela AGU contra o grupo que cometeu crimes contra a Petrobrás. Somando todas as seis ações, o montante cobrado pela Advocacia-Geral dos investigados na **Lava Jato** já é superior a R\$ 40 bilhões¹²⁹”.

Em relação à mesma passagem, outro índice temporal (*semana passada*), permite verificar a atualidade da notícia – o que agrega credibilidade ao locutor, num éthos mostrado de conhecimento dos acontecimentos passados e presentes. A menção à quantidade, em *a sexta ação de improbidade*, enfatiza a condição negativa dessas empresas, o que alude também ao governo de oposição que antecedeu a gestão Temer. Entretanto, o artigo de Casado não apresenta críticas nem à oposição nem aos empresários/políticos corruptos, conforme mencionamos; apesar de relatar os acontecimentos negativos que os envolvem, concentra-se em tecer críticas implícitas e explícitas ao governo.

¹²⁹ A matéria veiculada no portal *Último Segundo-iG* em 26 de abril de 2017 tem como título e subtítulo: “AGU cobra na Justiça R\$ 11,3 bilhões de empreiteiras investigadas na Lava Jato - Advocacia-Geral da União ingressou com ação, pela sexta vez, para pedir que 20 envolvidos no esquema sejam obrigados a ressarcir os cofres públicos”. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-04-26/lava-jato-agu.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

O artigo cita o nome de três ex-diretores da Petrobrás que foram condenados, como a Odebrecht e as outras empresas: *Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Renato Duque, que negocia uma delação premiada*, o que, ao contrário de soar como uma crítica a esses dirigentes públicos ou aludir à administração anterior, parece criar uma imagem de vítima para os réus, quando se opõe ao fato de que respondem como pessoas físicas pela estatal, como se vê no trecho: *o governo aderiu à lógica de que entidades (privadas ou públicas) devem ser tratadas como pessoas físicas, e seus dirigentes devem responder pela condução da vontade da empresa, fundação ou autarquia*. Pode-se identificar, entretanto, que essa imagem (vítima) não traduz, no discurso, apoio aos empresários/réus, tratando-se mais de uma crítica ao governo, ao qual é atribuída a imagem de algoz, na segunda oposição apresentada no/pelo texto (vítima vs algoz).

A recorrência a um segundo locutor (o único do texto) – a *Advocacia-Geral da União*, em discurso direto nas duas citações aspeadas – antecede a crítica: *a Advocacia-Geral da União justifica: “a vontade da empresa é materializada pela vontade daquelas pessoas físicas que tomam as decisões. A pessoa física é o fio condutor da vontade da empresa”*. Acrescenta: *“neste contexto, os administradores também devem responder pelas decisões que tomaram no comando”*¹³⁰. Pode-se dizer que o modo como as citações foram feitas se assemelha ao resumo com citações descrito por Maingueneau, uma vez que elas são introduzidas pelos verbos *justifica* e *acrescenta*, que separam a citação em duas partes. O artigo entra no assunto pessoa física/pessoa jurídica, numa intertextualidade com aspectos legais, e finaliza a questão comentando sobre a justificativa do locutor 2 (AGU), de modo irônico, numa oposição não marcada ao governo: *a argumentação contém uma novidade [...] Se aplicada à galáxia do setor público, pode revolucionar o manejo dos contratos de compras governamentais* (grifos nossos).

O texto retoma fatos ligados à Odebrecht, numa espécie de relato que reconstitui os acontecimentos. Isso cria um efeito de isenção do locutor, que argumenta, como se verá, em prol de reforçar que a atitude do governo Temer é arbitrária, o que se subentende pelo tom de justificativa para as delações premiadas: *em novembro de 2015, Emilio Odebrecht levou ao governo Dilma o texto-base de uma Medida Provisória que instituía o acordo de leniência sem*

¹³⁰ Identifica-se que a citação tem como origem o *site* Jusbrasil, na matéria intitulada “AGU cobra R\$ 11,3 bilhões em nova ação contra empreiteiras envolvidas na Lava Jato”, publicada em 25 abr. 2017. Disponível em: <https://agu.jusbrasil.com.br/noticias/451494034/agu-cobra-r-113-bilhoes-em-nova-acao-contra-empreiteiras-envolvidas-na-lava-jato>. Acesso em: 23 jul. 2018.

*colaboração dos executivos. [...] Dilma assinou a MP 703*¹³¹, *que acabou sepultada pela reação pública.* Continuando o tom de relato e de justificativa, o discurso argumenta que, diante disso, *a Odebrecht, então, se rendeu. Listou R\$ 10 bilhões em subornos em 12 países.*

Destacou pagamentos no Brasil a um terço dos Ministros e Senadores, metade dos governadores estaduais e duas centenas de deputados, prefeitos e vereadores – em que a expressão metafórica *se rendeu* faz jus à imagem de vítima criada pelo discurso para o ator coletivo *empresários*, o que parece isentar a empresa, pressupondo-se, pelo verbo que indica a mudança de estado, que a empreiteira não estava disposta a delatar, mas que não teve alternativa.

Os acontecimentos e as cifras apresentados, mesmo sem a citação da fonte, agregam credibilidade ao que é dito e evidenciam o envolvimento da classe política brasileira na **corrupção**, lembrando de Ministros a Vereadores, também do alto valor pago em *subornos*, além de confirmar a extensão do problema, que envolve *12 países*. Verifica-se, entretanto, que matéria publicada no portal da *Folha S. Paulo* em 21 de dezembro de 2016¹³² traz no título a cifra de um bilhão de dólares, o que equivale a cerca de 3,5 bilhões de reais, em vez dos 10 bilhões de reais descritos pelo locutor: “Grupo Odebrecht pagou US\$ 1 bi em propinas em 12 países, dizem EUA”. O subtítulo de tabela intitulada “Mundo da Propina”, na mesma matéria, afirma: “desse montante, US\$599 milhões foram destinados a agentes públicos no Brasil”.

Observa-se que o artigo, tal como foi mencionado em relação à Odebrecht, poupa o empresariado e a oposição (a ex-Presidente Dilma Rousseff, também mencionada) na questão da Medida Provisória 703, já que a *reação pública* foi quem *sepultou* a MP, numa das duas metáforas apresentadas (a outra em *se rendeu*, relacionada à Odebrecht) e também na única alusão ao povo. Portanto, o que está subentendido é que, mesmo com as evidências de culpa desses políticos, o texto se dedica às multas aplicadas, buscando mostrar que o governo está rompendo com outros enunciadores/pontos de vista, o que confirma os temas do **confronto** e

¹³¹ De acordo com a matéria “MP dos acordos de leniência perde a validade”, publicada no *site Senado Notícias*, em 31 de maio de 2016, “A Medida Provisória 703/2015, que modificou as regras para os acordos de leniência entre a administração pública e empresas acusadas de cometer irregularidades, teve o prazo de tramitação encerrado no domingo (29) e perdeu a validade. [...] O texto estava sob análise da Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre a MP e não foi votado por falta de acordo. O presidente da comissão, senador Benedito de Lira (PP-AL), já previa isso. [...] Segundo ele, a dificuldade de deliberação decorreu da polêmica provocada pela medida, alvo de contestações de parlamentares, do Ministério Público e de órgãos de controle, e do momento político com a iminência da votação do afastamento da Presidente da República, Dilma Rousseff, que editou a MP 703”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/31/mp-dos-acordos-de-leniencia-perde-a-validade>. Acesso em: 24 jul. 2018.

¹³² Informação extraída da matéria “Grupo Odebrecht pagou US\$ 1 bi em propinas em 12 países, dizem EUA”, dos jornalistas Bela Megale, Camila Mattoso, Julio Wiziack e Rubens Valente, veiculada no portal *online* da *Folha de S. Paulo*, em 21 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843417-odebrecht-pagou-us-788-milhoes-em-propinas-em-12-paises-dizem-eua.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2018.

da **disputa**, relacionados a esse ator. Ou seja, o texto continua a salientar a punição, “incabível”, dos empresários, de acordo com **interesses políticos** do governo – apesar de citar apenas duas vezes o nome Temer –, o que mostra que o engajamento contrário do locutor não se dirige, especificamente, à pessoa do Presidente, conferindo-lhe, assim, um tom (um *éthos*) de imparcialidade.

O texto finaliza voltando à **intimidação** e à **insegurança**, nominalizações que são retomadas no intertexto em cristalizações semânticas, numa escolha lexical que se repete duas vezes no título e também no último parágrafo – assim como na repetição tripla de *Brasil, EUA/Estados Unidos, Suíça*, no título e no corpo do texto – o que alinhava o que é dito, de modo coerente. Pode-se dizer que a **intimidação** é o tema maior do texto, abrangendo os temas do confronto, da disputa, do interesse político, da ameaça, da arbitrariedade e da imposição, entre os outros temas encontrados, que se opõem a esses, como **consenso/acordo**, aos quais o locutor atribui um estado de **insegurança**.

As imagens presentes nas duas oposições identificadas confirmam o não apoio do locutor à gestão atual: vítima vs. algoz, que representam, respectivamente, os empresários delatores e o governo, de modo implícito; e também consenso (acordo) vs. confronto (disputa), o primeiro envolvendo outros países e o Ministério Público, enquanto o segundo é atribuído ao governo – confirmando o alvo das críticas, que não mencionam a população e não se dirigem à oposição ou aos delatores e políticos. O artigo não cita a fonte das informações, a não ser na citação em discurso direto do locutor 2, retomando acontecimentos anteriores que compõem a cena para a desvalorização do governo.

Artigo 2 José Casado – 17/05/2017

O governo Temer foi ao chão¹³³

O cenário político converge para uma eleição direta a partir de eventual renúncia

Michel Temer era um Presidente impopular, com dois terços de rejeição do eleitorado, amparado por uma base parlamentar majoritária, com fidelidade de até 80% em votações a favor do governo. O que podia parecer sólido virou líquido às 19h30m de ontem, quando os repórteres Lauro Jardim e Guilherme Amado revelaram na edição eletrônica do GLOBO a informação de que o dono do grupo JBS havia documentado o Presidente da República em março – em pleno exercício do mandato – dando aval à compra do silêncio de uma testemunha, Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, atualmente preso em Curitiba.

Desde então, a Constituição passou a ser o segundo texto com maior audiência de leitura, dentro e fora do Congresso. “Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República”, diz o artigo 81 da Carta, “far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga”. Há dois parágrafos complementares. O primeiro prevê: “Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita

¹³³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-governo-temer-foi-ao-chao-21355447>. Acesso em: 05 jun. 2017.

trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei”. O segundo acrescenta: “Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores”.

A liquefação absoluta da política brasileira impede qualquer tipo de previsão. No entanto, ontem à noite em Brasília, nenhum político brasileiro mostrou coragem em defender a eleição indireta, caso se configure o crime de obstrução de justiça aparentemente cometido pelo Presidente dois meses atrás. Ao contrário, convergia-se para a aprovação de emenda convocando eleição direta em 90 dias, a partir de uma eventual renúncia de Temer, algo que até assessores passaram a considerar provável.

O Brasil acorda hoje na seguinte situação: depois de 32 anos de redemocratização, tem cinco ex-Presidentes vivos (José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma), todos sob investigação. Dos quatro presidentes eleitos pelo voto direto no período, dois foram depostos por *impeachment*. Temer já era um presidente “*sub judice*”, cuja permanência no poder seria decidida na Justiça, a partir do próximo 6 de junho. Agora, ele pode ser investigado por obstrução de justiça. A autorização depende do plenário do Supremo e poderá ser pedida pela procuradoria-geral.

Já nem importa o desfecho da crise. A Lava Jato exhibe o fim de um ciclo do sistema político e eleitoral brasileiro. Novidade relevante é que, desta vez, ninguém foi visto batendo na porta dos quartéis.

O artigo diz a que veio no título e no subtítulo, indicando o tema que o conduz: a **decadência** do Governo Temer (sinalizada pela expressão metafórica *foi ao chão*), sem o comprometimento evidente do locutor, que se apoia em dados numéricos e em outros locutores, como no caso da citação de trechos da Constituição Brasileira (raciocínio por autoridade). Apesar disso, é possível identificar um posicionamento político contrário ao governo atual (como anuncia o título), a partir do caráter opinativo oriundo da seleção dos assuntos abordados, numa organização atrelada à reconstituição de acontecimentos, marcados, sobretudo, nas afirmações que iniciam alguns dos parágrafos: *a liquefação absoluta da política brasileira impede qualquer tipo de previsão [...] O Brasil acorda hoje na seguinte situação [...] A Lava Jato exhibe o fim de um ciclo do sistema político e eleitoral brasileiro [...] Já nem importa o desfecho da crise* – nominalizações e expressões metafóricas que se referem ao governo como um todo. Refere-se diretamente a Temer em: *Presidente impopular, com dois terços de rejeição do eleitorado [...] em pleno exercício do mandato [...] Presidente sub judice [...] pode ser investigado* – assim, o locutor dá pistas do seu posicionamento. A menção ao *eleitorado*, que em sua maioria rejeita Temer, é a única alusão ao povo.

Podemos dizer que o texto trafega no eixo da crença (modalização epistêmica), da possibilidade – *caso se configure [...] podia parecer [...] a partir de uma eventual [...] até assessores passaram a considerar provável [...] seria decidida [...] poderá ser pedida*. E lança mão da dêixis temporal – *era, desde então, ontem, hoje, agora* – para tecer uma reconstituição da ordem do possível, como descreve Charaudeau (2009), que se traduz numa previsão do **fim político** do governo atual, tema que corrobora a **decadência** já identificada.

O artigo começa dialogando com o escândalo da gravação do empresário Wesley Batista – um dos donos da empresa JBS, investigada na *Operação Lava Jato* –, lembrando talvez o pior

episódio divulgado envolvendo o Presidente Temer e que continua a repercutir. O relato sobre o acontecimento – que nomeia os jornalistas autores da denúncia e o veículo que publicou a notícia – deixa implícito o apoio do locutor ao que é dito, embora ele atribua à responsabilidade de outrem (os jornalistas citados) o assunto que quer destacar. Compreende-se o sentido do tempo passado (pretérito imperfeito) na primeira frase: *Michel Temer era um Presidente impopular, com dois terços de rejeição do eleitorado, amparado por uma base parlamentar majoritária, com fidelidade de até 80% em votações a favor do governo* – em que se subentende que, apesar da impopularidade, Michel Temer, como se diz no ditado, “era feliz e não sabia”, o que, porém, não é afirmado, deixando-se ao leitor a responsabilidade por essa inferência.

O verbo *revelaram*, relacionado aos jornalistas, é adequado ao que se pode chamar de “furo de reportagem”, quando apenas um veículo publica a informação, antecipando-se aos demais. Mas, por outro lado, reforça o aspecto de algo escondido, de ilegalidade (o tom seria de neutralidade se o termo usado fosse, por exemplo, “informaram”). É também o caso de *em pleno exercício do mandato*, em que *pleno* intensifica o grau do suposto delito; e ainda, no mesmo parágrafo, de *dando aval à compra do silêncio de uma testemunha*, em que *dando aval* reforça o comprometimento do Presidente, suscitando o tema da **corrupção**, implícito desde o primeiro parágrafo. Assim, o vocabulário revela uma avaliação negativa, apoiada na “descoberta” dos jornalistas que são a fonte da informação.

No início do segundo parágrafo, o enunciado *desde então, a Constituição passou a ser o segundo texto com maior audiência de leitura, dentro e fora do Congresso*, permite pressupor (pela presença do marcador/verbo *passar a*) o impacto da notícia de modo irônico – *desde então/maior audiência de leitura*. Sem dar continuidade explícita ao que foi falado primeiramente, cita trechos da Constituição brasileira (intertexto), com o uso de aspas e citação dos números dos artigos e dos parágrafos complementares, o que agrega credibilidade ao texto, com base na respeitabilidade da fonte consultada, e permite que se atribua ao locutor um éthos de preocupação com as próximas eleições, aliado ao tom de pessimismo para com a política brasileira. Como era de se esperar, em se tratando da lei maior do país, nela predomina a modalidade deôntica nos numerosos verbos no futuro e na presença do verbo auxiliar *dever* (também no futuro), instaurando obrigatoriedade. Subentende-se, pela seleção dos trechos citados – como em: *vacância nos últimos dois anos do período presidencial* – a possível derrota política de Temer, numa alusão ao *impeachment* do Presidente, confirmando o tema do seu **fim político**. Verifica-se, desse modo, que a seleção temática é uma forma de construção do sentido, ao eleger determinados assuntos/acontecimentos, em detrimento de outros, que desfavorecem o governo.

Afirma-se, em seguida, que *a liquefação absoluta da política brasileira impede qualquer tipo de previsão*, confirmando-se o tom pessimista reforçado pelas hipérboles *absoluta* e *qualquer tipo*, podendo-se inferir, pela metáfora *liquefação*, um estado de **precariedade**. Observa-se, na frase, o segundo diálogo com o discurso da Física – pois no primeiro parágrafo está a expressão: *o que podia parecer sólido virou líquido* –, que apela para a metáfora, numa paráfrase a ditado conhecido no senso comum. E isso remete à **instabilidade**, que é reforçada pelo tema da **precariedade**.

Por *caso se configure o crime de obstrução de justiça aparentemente cometido pelo Presidente dois meses atrás*, o texto ameniza qualquer comprometimento do locutor, nas expressões de dúvida: *caso* e *aparentemente*, ligadas, como falamos, ao eixo da crença (modalização epistêmica), o que é confirmado ainda pelos vocábulos – *eventual* e *provável* – na frase seguinte: *convergia-se para a aprovação de emenda convocando eleição direta em 90 dias, a partir de uma eventual renúncia de Temer, algo que até assessores passaram a considerar provável*, em que o locutor não se compromete. O ponto de vista do sujeito coletivo *assessores* pode ser considerado como respeitável, já que são profissionais que atuam diretamente com os políticos, embasando a visão pessimista que, no texto, se aplica tanto à política brasileira atual, quanto ao futuro de Temer (*até assessores*). Lembremos que o operador *até* sinaliza o argumento mais forte de uma escala orientada para determinada conclusão. O fato de que os assessores *passaram a considerar provável* a eventual renúncia de Temer, desencadeia o pressuposto de que antes essa ideia inexistia, reforçando o tema do **fim político** do Presidente, enfatizado ainda por *convocando eleição direta em 90 dias*.

A recorrência à dêixis temporal – *ontem à noite, dois meses atrás, em 90 dias* – que já descrevemos cria um efeito de sentido de verdade e, conseqüentemente, de credibilidade. Essa dêixis é retomada na metáfora: *o Brasil acorda hoje na seguinte situação* – expressão que cria um efeito de conclusão realista, a partir dos fatos, e não de um posicionamento pessoal. Estende-se, então, o acontecimento a cinco ex-Presidentes brasileiros, com justificativa para a escolha: *os cinco ex-Presidentes vivos*; e afirma-se: *todos sob investigação [...] dois foram depostos por impeachment* – numa comparação com a situação de Temer, o que generaliza a situação política do país, confirmando que o tom pessimista vai além das conclusões sobre o Presidente. O texto não cita a fonte dessa informação, o que, entretanto, pode ser confirmado por notícias amplamente divulgadas nos meios de comunicação, sendo que a citação do nome dos ex-Presidentes é a única menção à oposição, inserida no coletivo *sob investigação* e que sofreu *impeachment*.

Além de lembrar os ex-Presidentes, o artigo faz alusão ao período da ditadura militar no Brasil: *depois de 32 anos de redemocratização*, o que é retomado no último parágrafo, também de modo subentendido: *novidade relevante é que, desta vez, ninguém foi visto batendo na porta dos quartéis* (isso pressupõe, pelo uso de *desta vez*, que antes isso acontecia). Ao se dizer que *dos quatro Presidentes eleitos pelo voto direto no período, dois foram depostos por impeachment*, confirma-se o tema do **fim político**, na conclusão relacionada a Temer. O locutor, porém, não se compromete, já que ele “modaliza” sua fala (*seria decidida, pode ser, poderá ser*), deixando ainda implícito (pressuposto) pelo marcador temporal *agora* que antes Temer não poderia ser investigado por obstrução à justiça, o que agrava a situação do Presidente.

O tom pessimista em relação ao Governo Temer predomina no texto e é confirmado também no final pela expressão *o fim de um ciclo do sistema político e eleitoral brasileiro*, explicitando o tema referido, observando-se que é uma conclusão e não uma previsão, em que, mais uma vez, se verifica a referência à política brasileira atual, de modo generalizado, e não só à gestão Temer. Essa conclusão parece tão óbvia que prescinde do *desfecho da crise (já nem importa o desfecho da crise)*, recorrendo o locutor ao “não” polêmico, para negar um enunciador (um ponto de vista) que afirmaria a necessidade de se aguardar tal desfecho. O locutor, porém, prefere não se comprometer, como já foi dito, amenizando a crítica ao governo atual – que representa, metonimicamente, todo o sistema político – por meio do uso de numerosos índices modais (sobretudo epistêmicos) e de implícitos (pressupostos e subentendidos). Com isso, ele se isenta – ou simula isentar-se – da responsabilidade pelo que é dito.

Em relação ao primeiro artigo analisado de José Casado, “intimidação e insegurança”, verificam-se aspectos semelhantes, como o não comprometimento direto do locutor, entre outros fatores, por dar mais ênfase ao coletivo “governo” que à pessoa de Temer, além de ambos serem atravessados pela modalização epistêmica (eixo da crença), seja relativa ao erro do governo em cobrar multas tão altas aos empresários que são réus na Operação Lava Jato, seja na previsão do afastamento do Presidente do poder após a divulgação da gravação da JBS. Num posicionamento contra o governo em ambos os artigos, verifica-se que o locutor opta por um engajamento menos evidente por meio da reconstituição de acontecimentos e dos atores/locutores chamados ao texto. Também coincidem ao dar voz a apenas um locutor, a Advocacia Geral da União e a Constituição, mostrando a recorrência a discursos de autoridade, sem citar as demais fontes de informação, a não ser as das falas citadas, numa argumentação mais ligada à conclusão diante dos fatos do que à previsão do futuro.

3.2.3 Análises de O Tempo

QUADRO 10 - Jornalistas e respectivos artigos escolhidos para análise, publicados no portal online do jornal *O Tempo*

<i>O Tempo</i>	
Ricardo Corrêa	Acílio Lara Resende
29/04/17 “Temer está salvando o PT”	13/04/17 “A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz”
13/05/17 “Presidente decorativo”	

Fonte: <http://www.otempo.com.br/capa/politica>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Entre os oito artigos do editor de *Política* do jornal *O Tempo*, Ricardo Corrêa, que foram veiculados no período, escolhemos: “Temer está salvando o PT”, publicado em 29 de abril; e “Presidente decorativo”, em 13 de maio de 2017, únicos que fazem referência direta ao Presidente no título e também, como confirmamos, no corpo dos artigos.

QUADRO 11 – Artigos Ricardo Corrêa – Jornal *O Tempo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

1. 13/05/17 – **Presidente decorativo**
2. 06/05/17 – Na base do jeitinho
3. 29 /04/17 – **Temer está salvando o PT**
4. 22/04/17 – O eleitorado de Bolsonaro
5. 08/04/17 – Doria assusta PT e velho PSDB
6. 01/04/17 – Fundos pouco explicados
7. 25/03/17 – A hora de Azeredo
8. 18/03/17 – É somente caixa 2

Fonte: <http://www.otempo.com.br/cmlink/portal-o-tempo/opini%C3%A3o/ultimas/Sites/e-ricardo-correa>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Artigo 1 Ricardo Corrêa¹³⁴ – 29/04/17

Temer está salvando o PT¹³⁵

Parece absolutamente incoerente, mas o *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o desenvolvimento do governo do Presidente Michel Temer (PMDB) parecem ter dado ao PT uma esperança de se salvar na maior crise de sua história. E quem foi às ruas para defender a mudança de gestão, de certa forma, ainda que involuntariamente, acabou contribuindo justamente para dar uma colher de chá ao partido contra o qual lutavam.

Desde 2013, quando grandes manifestações corroeram a popularidade de quase toda a classe política, o PT via seu processo de desgaste se acentuar. Quando assumiu o poder, em 2003, a legenda trazia uma esperança de mudança e um discurso de combate à política tradicional, que foi esvaindo-se e perdendo a razão de ser com o mensalão, em 2005, e com as diversas denúncias de corrupção surgidas nos anos que se sucederam.

¹³⁴ Ricardo Corrêa é Editor de Política do jornal *O Tempo* e sua coluna é publicada aos sábados (Obs: não foram encontradas informações sobre o currículo do jornalista).

¹³⁵ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ricardo-corr%C3%AAa/temer-est%C3%A1-salvando-o-pt-1.1467019>. Acesso em: 04 jun. 2017.

O PT apanhava à esquerda e à direita. Via seus antigos apoiadores questionarem a política econômica que consideram “neoliberal” e as alianças com partidos de centro que não tinham qualquer identificação com os ideais pregados na fundação do partido. De outro lado, via seus adversários apontarem seus erros, quase sempre relacionados à incompetência e ao fisiologismo de seus dirigentes. Os mais radicais pregavam um discurso de que o país caminhava para uma ditadura de esquerda, tal como ocorre na vizinha Venezuela.

O desgaste natural de imagem após tanto tempo no poder, as insatisfações de todas as frentes, a grave crise econômica e a demolidora operação Lava Jato davam ao partido remotas chances de qualquer sucesso em 2018. O PT muito provavelmente seria derrotado nas urnas e, sem o argumento do apoio popular, murcharia rápido. Sem o respaldo do voto, alguns de seus dirigentes envolvidos em corrupção seriam condenados e presos e o discurso do partido seria vencido. Basta ver que, na última disputa, a vitória foi por margem ínfima.

Aí veio o *impeachment*, que garantiu a reunião de movimentos de esquerda e deu ao PT aquilo que ele tinha perdido havia tempos: um discurso de contrariedade. Ao assumir o poder, Michel Temer fez exatamente o que o partido precisava. Ofereceu uma agenda dura. Aí não vai a análise sobre a justiça e a necessidade das medidas, mas apenas uma análise política: as reformas trabalhista e da Previdência de Temer devolveram ao PT um discurso popular. E isso começa a se ver nas pesquisas de intenções de voto e nas adesões a protestos pelo país.

Mantendo os mesmos defeitos dos quais o governo Dilma era acusado, como a nomeação de ministros corruptos, as tentativas de frear a Lava Jato, a troca de cargos por votos no Congresso e a ineficiência administrativa, brigando por pautas impopulares, como a reforma da Previdência, e com uma comunicação assustadoramente incompetente, Temer hoje tem o apoio de apenas 4% da população. Como é o PT que lidera o discurso de oposição ao governo, é a legenda que mais tem a ganhar com seu fracasso. Seus antigos rivais, hoje alinhados ao Planalto, e a suas pautas estão definhando. E assim, hoje, só a Justiça Federal pode tirar do PT a chance de vitória em 2018.

O artigo lembra acontecimentos políticos desde o ano de 2003, tecendo comentários que alinhavam os fatos, dando a impressão de uma argumentação ponderada, apoiada numa reconstituição que busca mostrar o mais provável. Trata-se de um texto que se propõe, como explica Charaudeau (2009), “à elucidação dos desencadeamentos futuros a partir dos acontecimentos passados”. Apresenta, pois, tanto previsões quanto conclusões, deixando a prova das informações a cargo do leitor.

O texto se apoia, grosso modo, na própria história dos acontecimentos, já que não há citação de fontes, com apenas duas exceções, que descreveremos à frente, mas que sequer trazem aspas. Assim, observa-se que o valor de verdade só pode ser comprovado por um destinatário/leitor que tenha conhecimento dos fatos políticos, isto é, alguém que tenha o hábito de consultar as notícias veiculadas na mídia jornalística ou, então, alguém que aposta num éthos pré-discursivo ligado ao profissional do jornalismo: o éthos de saber, que, desse modo, traz credibilidade à análise dos fatos políticos.

O locutor traça um quadro de **derrota**, tema ligado ao passado do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, ao presente do governo de Michel Temer, argumentando, sobretudo, pelo eixo epistêmico da possibilidade (*parece, parecem, muito provavelmente seria, murcharia, seria vencido*). Isso sugere que o partido, que o locutor considera em plena derrocada, pode ser favorecido pelos acontecimentos políticos pós-*impeachment* e pela administração Temer, *por mais que pareça absolutamente incoerente*, o que se dará pela chance

de retomada de *um discurso de contrariedade*, de *um discurso popular* pelo partido e pelo fato de que *seus antigos rivais [...] e suas pautas estão definhando*, entre outros.

Cabe observar o uso repetido da modalização (pelo crer) em *parece*, duas vezes no parágrafo introdutório – *parece absolutamente incoerente, mas o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o desenvolvimento do Governo do Presidente Michel Temer (PMDB) parecem ter dado ao PT uma esperança de se salvar na maior crise de sua história*. Embora possamos atribuir esse ponto de vista a um enunciador estranho ao discurso (ao senso comum, à doxa), o que traz um efeito de isenção para o locutor, a intensidade da avaliação com que se inicia o artigo – [*parece*] *absolutamente incoerente* – deixa entrever o seu posicionamento.

O tom pessimista sobre a situação do PT, avaliada como *a maior crise de sua história* – antes de a gestão Temer trazer-lhe *esperança* –, reforça a situação de **derrota** em que se encontrava o partido, como se constata em: *basta ver que, na última disputa, a vitória foi por margem ínfima*. A avaliação depreciativa contida em *ínfima* é complementada pelas *remotas chances de qualquer sucesso em 2018* (4º parágrafo), intensificando a **derrota**. O sentido negativo também é reforçado pelo léxico cuidadosamente escolhido (verbos e nominalizações relacionados ao PT): *corroeram, esvaindo-se e perdendo a razão, diversas denúncias de corrupção, esperança de se salvar, processo de desgaste, incompetência, fisiologismo de seus dirigentes etc.*

No entanto, as expressões em que o locutor se refere às mazelas pelas quais passou o partido são amenizadas por outras generalizantes, embora em menor número, como, por exemplo, em: *manifestações corroeram a popularidade de quase toda a classe política*, como também pelo reconhecimento de que o PT *trazia uma esperança de mudança e um discurso de combate à política tradicional*. Observa-se aqui um efeito de isenção, que considera os dois lados (o lado bom e o lado ruim do partido), o que evoca um éthos discursivo (mostrado) de ponderação do locutor. A frase que inicia o terceiro parágrafo confirma o estilo ponderado, numa narrativa que se assemelha a um relato histórico, que ora parece criticar, ora parece “passar a mão na cabeça” do partido, como diz o ditado: *o PT apanhava à esquerda e à direita. Via seus antigos apoiadores questionarem a política econômica que consideram “neoliberal” e as alianças com partidos de centro que não tinham qualquer identificação com os ideais pregados na fundação do partido [...]*. Vê-se aqui o uso de aspas em *neoliberal*, indicando tratar-se de outro espaço enunciativo, numa alusão à mudança de postura do partido, que se alia, no presente, àqueles contra os quais se opunha no passado.

Seguindo com o estilo de um relato apoiado na história, o artigo permite identificar o tema da **pressão** sobre o partido, que também pode ser atribuída ao Governo Temer na segunda metade. A utilização do discurso indireto atribuído a um locutor 2 (coletivo), ou seja, *os mais radicais*, que diziam que *o país caminhava para uma ditadura de esquerda*, numa menção explícita à política venezuelana, mostra que o locutor 1 se esconde por trás da opinião de terceiros, para sustentar o que afirmou antes: o fato de que o PT, além de ter perdido seus antigos apoiadores, viu seus adversários apontarem seus erros, o que reforça, mais uma vez, o tema da **derrota** relacionada ao partido.

Além de tratar da decadência (o passado), o texto trata da situação do PT (o presente), na previsão de sua volta ao poder (o futuro), considerada desde o primeiro parágrafo, entre outras, pela expressão metafórica *dar uma colher de chá*, em que se observa a referência ao povo: *e quem foi às ruas para defender a mudança de gestão* (pressupondo que alguém foi às ruas, numa alusão às manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff), *de certa forma, ainda que involuntariamente, acabou contribuindo justamente para dar uma colher de chá ao partido contra o qual lutavam*. Veja-se que o locutor modaliza a afirmação por meio de expressões como *de certa forma* e *ainda que involuntariamente*, atenuando (ou simulando atenuar) a culpa dos que foram às ruas, ou seja, parecendo isentar os que apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff e a conseqüente chegada de Temer à Presidência, o que resultou na chance dada ao PT de retomada do poder. É como se se tratasse de um efeito colateral, não previsto, dos protestos pró-*impeachment*. A metáfora (*dar uma colher de chá*) tem sentido similar ao da cristalização semântica que se repete – *salvando* (no título) e *salvar* (no primeiro parágrafo) –, relacionadas ao partido, o que também é confirmado pelo vocábulo *esperança*, que se repete nos parágrafos iniciais, reforçando a previsão da chance de volta do PT ao poder e fazendo sobressair o tema maior: o do **empoderamento**, atribuído à oposição.

Os tempos verbais, no futuro do pretérito (quarto parágrafo), remetem à mudança da situação do PT após o governo Temer, vista na previsão do que poderia acontecer ao partido se o Presidente não tivesse assumido: *sem o respaldo do voto, alguns de seus dirigentes envolvidos em corrupção seriam condenados e presos e o discurso do partido seria vencido*. E a menção às *pesquisas de intenções de voto* mostra que, no presente, a **derrota** é do governo Temer: *E isso começa a se ver nas pesquisas de intenções de voto e nas adesões a protestos pelo país* – sendo que dessa vez a alusão é às manifestações contrárias às reformas do governo Temer. Novamente, dá-se voz ao povo, o que está subentendido em *protestos pelo país*, e confirma-se que o cenário está melhorando para o PT, na referência às pesquisas, que embasam a informação da derrocada de Temer, agregando credibilidade à argumentação – ainda que não se

especifiquem as fontes (que pesquisas? De que órgãos?), como na referência às mobilizações populares no país, feita de modo generalizado.

Os marcadores de pressuposição presentes no trecho: *as reformas trabalhista e da Previdência de Temer devolveram ao PT um discurso popular. E isso começa a se ver nas pesquisas de intenções de voto [...]* (grifos nossos) instauram, respectivamente, os pressupostos de que o PT tinha, antes, um discurso popular (pois só se pode devolver a alguém algo que lhe pertencia) e de que esse fato anteriormente não era percebido nas intenções de voto e nas adesões aos protestos, o que é comparado ao presente, num tom de conclusão.

O texto passa, então, a criticar explicitamente o governo atual e o anterior, que são comparados pela **corrupção** e pela **ineficiência**, temas atribuídos às duas gestões. Acrescenta, à cota do Governo Temer, os temas da **impopularidade** (confirmado pela cifra das pesquisas: 4%, sem citação da fonte, o que, no entanto, pode ser comprovado) e da **incompetência** na gestão da informação (não especificando, porém, a qual acontecimento se refere), numa desvalorização intensificada por *assustadoramente*. Por outro lado, afirma, sobre as reformas propostas no governo Temer: *aí não vai a análise sobre a justiça e a necessidade das medidas, mas apenas uma análise política* – em forma de glosa ou comentário do locutor sobre o seu próprio discurso, para alertar o leitor de que sua análise é apenas política (e não decorrente da *necessidade* ou da *justiça* em relação às medidas propostas), em outro efeito de isenção.

O vocabulário usado indica o posicionamento contrário ao governo anterior e ao governo atual – apesar do espaço maior dedicado à oposição do que a Temer e sua equipe – abrindo poucas concessões a um e a outro, o que confere ao locutor um éthos de ponderação, simulando que ele não toma partido de ninguém, mas também evidencia um éthos de insatisfação com a atual política brasileira. Esse não apoio, que ora é implícito, ora explícito, como mencionamos em relação ao PT, pode ser visto, sobretudo, no período inicial do último parágrafo, em que chama a atenção o uso de palavras e expressões de cunho negativo, mas também a soma de argumentos em favor de uma mesma conclusão (o fracasso dos governos Dilma e Temer pelas mesmas razões): *Mantendo os mesmos defeitos dos quais o governo Dilma era acusado, como a nomeação de Ministros corruptos, as tentativas de frear a Lava Jato [...] brigando por pautas impopulares, como a reforma da previdência, e com uma comunicação assustadoramente incompetente, Temer hoje tem o apoio de apenas 4% da população* (grifos nossos). Os marcadores de pressuposição (o verbo *manter* e o advérbio *hoje*) deixam implícito, respectivamente, que os defeitos de que o governo Temer é *acusado* já existiam anteriormente e que antes o apoio popular ao Presidente era maior. No primeiro caso, porém, ao usar a voz passiva, omitindo o agente (*era acusado* por quem?), o locutor assume certo distanciamento

dos que se manifestavam contra o governo Dilma, abrindo espaço para expor o seu posicionamento.

Assim, essa argumentação, que parece oscilar entre pontos de vista no decorrer do artigo, é desvelada no último comentário do texto, num tom predominante de advertência, em que o locutor tece a previsão do que pode acontecer no futuro (eleições de 2018), quando diz que *hoje, só a Justiça Federal pode tirar do PT a chance de vitória em 2018*, desencadeando o pressuposto de que, se antes a vitória do PT em 2018 era impensável, na atualidade ela é praticamente certa (já que nenhuma outra instância para além da Justiça Federal pode impedir que isso ocorra, numa referência subentendida à prisão do ex-Presidente Lula). Identifica-se, assim, o tema do **alerta** para a chance de o PT avançar, subentendendo-se que a prisão de Lula pode ser a solução para que isso não aconteça.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o artigo do jornalista Ricardo Corrêa apresenta um posicionamento crítico em relação ao governo petista, mas, sobretudo, ao governo atual, na medida em que prevê o sucesso da oposição nas próximas eleições. Não recorre, para isso, a estratégias de credibilidade como citações de terceiros ou menção a fontes da informação (são mencionados apenas um locutor genérico: os *mais radicais* e uma vaga fonte de informação: as *pesquisas*). Sobram, porém, implícitos (subentendidos e pressupostos) e índices de modalização, indicando um *éthos* mais moderado do que o de outros colunistas já estudados, como, por exemplo, Janio de Freitas.

O artigo menciona nove vezes a sigla PT, incluindo o título; duas vezes o nome da ex-Presidente Dilma Rousseff; e quatro vezes o nome do Presidente Temer, incluindo o título – mostrando que a oposição constitui o assunto principal. Também faz seis referências ao povo: *quem foi às ruas - grandes manifestações - apoio popular - respaldo do voto - adesões a protestos pelo país - apoio de apenas 4% da população*. O tema do **poder** atravessa, pois, todo o texto – no caso de Temer, o **poder** de tentar implantar reformas; no caso do PT, o **empoderamento** adquirido a partir da impopularidade dessas reformas; e, no caso do povo, o **poder** de provocar um *impeachment* ou de eleger Presidentes (com o *respaldo do voto*). Assim, a **derrota** é um tema que se refere ao passado do PT e ao presente do governo, e o **poder**, um tema que se refere ao passado do governo e ao presente e ao futuro do PT.

Artigo 2 Ricardo Corrêa – 13/05/2017

Presidente decorativo¹³⁶

Um ano depois de assumir o Palácio do Planalto, o Presidente Michel Temer (PMDB) vive uma situação “*sui generis*”. Em um curto período, mesmo sem a força do voto popular, tem levado adiante pautas absolutamente complexas e discutidas há anos. Sem entrar no mérito das reformas, fato é que fazê-las sair do lugar no Congresso é feito que nem os governos mais populares conseguiram. Embora seja hoje pouco provável aprovar a reforma da Previdência mesmo picotada, o êxito no ambiente parlamentar é inegável. A votação da reforma trabalhista na Câmara e a aprovação da terceirização irrestrita, do teto de gastos e das contrapartidas aos auxílios aos Estados mostram que a tinta da caneta de Michel Temer faz o governo acontecer.

Dito isso, é preciso reconhecer que aquele que se disse um dia um “Vice decorativo” hoje é, de certa forma, também uma autoridade que os brasileiros consideram apenas passageira e sem grande importância no futuro do país.

Temer ocupa a principal cadeira da política brasileira, mas hoje é menos relevante que Lula, Sergio Moro, Jair Bolsonaro, João Doria ou Gilmar Mendes, só para ficar em alguns. Na semana em que completa um ano no posto, está longe das manchetes. Poucos dão importância ao que fala, exceto quando comete gafes em discursos. Não se vê ninguém enxergar que a sucessão ao Palácio do Planalto passe por ele. Nem mesmo se acredita que o Presidente vá tentar uma reeleição. Basta olhar os cenários principais das pesquisas. Temer nem é incluído. Ele aparece, com votação pífia, apenas em cenários alternativos.

Quando Fernando Henrique Cardoso chamou o governo de Temer de uma “pinguela”, houve reclamações no PMDB e no entorno do Presidente, mas o tucano tinha razão. Temer parece realmente algo passageiro na política brasileira atual. Na melhor das hipóteses para ele, se aposentará e será esquecido em poucos meses. Na pior, ainda terá que enfrentar os tribunais por fatos anteriores ao mandato já revelados pela Lava Jato.

Quem se uniu a ele pode até ter conseguido cargos e vantagens por certo período, mas todos os que assumiram funções no governo parecem hoje menores do que antes. Qual Ministro agora é mais respeitado do que antes de assumir uma função na Esplanada? Qual líder partidário ganhou pontos por apoiar o peemedebista? O PSDB, maior dos aliados do Palácio do Planalto, já mediu isso até em pesquisas. Dois terços dos eleitores que o abandonaram o fizeram por conta do apoio às reformas e, conseqüentemente, ao governo atual.

O experiente cacique peemedebista Renan Calheiros também percebeu logo que estar ao lado de Temer seria um fardo a mais para carregar alguém que, hoje, tem poucas chances de conseguir uma reeleição ao Senado. Com a Lava Jato nos calcanhars, optou por se descolar do colega peemedebista por uma questão de sobrevivência política.

Um ano depois de assumir o comando do país, Temer já representa algo antigo, e quem está com ele tem dificuldades de enxergar um futuro. Assim, até mesmo as manifestações contra seu governo parecem ter perdido força. Ainda que só 4% dos brasileiros o apoiem, a grande maioria do povo já parece estar pensando em 2018, como se Temer já fosse passado.

Chama a atenção, de imediato, o título, que contrariamente ao de outros artigos (como, por exemplo, os de José Casado) é bastante curto e, diríamos mesmo, genérico. Lançando mão da modalidade epistêmica desde o primeiro parágrafo (*pouco provável - inegável*), o artigo tece previsões para o Governo Temer, começando por enaltecer o Presidente, o que é evidenciado por: *mesmo sem a força do voto popular*, em que o enunciado *tem levado adiante* indica os temas do **esforço** e da **coragem** atribuídos a ele, que dá seguimento às propostas de reforma, *feito que nem os governos mais populares conseguiram*. Lembremos que o operador *nem* é a “versão negativa” do *até*, sinalizando o argumento mais forte de uma escala, orientada no

¹³⁶ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ricardo-corr%C3%AAa/presidente-decorativo-1.1473001>. Acesso em: 04 jun. 2017.

sentido de determinada conclusão. Ao mesmo tempo em que se cria uma imagem de destemido para Michel Temer, que *vive uma situação “sui generis”* (num comentário que apela para a expressão popular que significa incomum, num índice de avaliação apreciativo e que vem aspeado, indicando que se trata de uma expressão latina), constrói-se também, para ele, uma imagem de vítima, pois o Presidente não é reconhecido pelos esforços em levar adiante, *em um curto período [...] pautas absolutamente complexas e discutidas há anos*. Assim, pode-se verificar a diferença entre os dois primeiros parágrafos, que se dedicam a elogiar Temer, e o restante do texto, a partir do terceiro parágrafo até o final, que mostra que ele não é reconhecido, indicando o tema do **desprezo** pelo Presidente.

Num elogio indireto ao Presidente, afirma-se, dentro da modalização pelo crer: *o êxito no ambiente parlamentar é inegável* –, o que deixa subentendida a contribuição de Temer para isso. Assim, o locutor ameniza seu posicionamento, o que também se verifica em: *sem entrar no mérito das reformas*, no primeiro parágrafo – em que a glosa que introduz a frase remete a um não julgamento, num éthos mostrado de não comprometimento do locutor. No entanto, apesar do sentido criado de isenção, no mesmo parágrafo a reforma trabalhista é nomeada: *a votação da reforma trabalhista na Câmara e a aprovação da terceirização irrestrita, do teto de gastos e das contrapartidas aos auxílios aos estados mostram que a tinta da caneta de Michel Temer faz o governo acontecer*. O suposto elogio a Temer (metonimizado na *tinta da caneta*, em que se toma o instrumento pela causa ativa) deixa subentendido que o locutor dá o seu apoio não só ao Presidente, mas também ao êxito da reforma trabalhista – posicionamento amenizado pela expressão de uso comum *faz [...] acontecer*, menos comprometedora do que seria, por exemplo, “trabalha com afinco” –, sentido para o qual o texto se direciona, podendo-se extrair o tema da **competência** atribuída ao Presidente.

No segundo parágrafo, o locutor/articulista (ou locutor 1) recorre ao próprio Temer (locutor 2): *aquele que se disse um dia “vice decorativo”*¹³⁷, em que as aspas sinalizam a expressão atribuída ao Presidente, retomando o título do artigo (*Presidente decorativo*). Há, nesse caso, uma espécie de cristalização semântica, em que se supõe a permanência de estado do Presidente, tanto quando foi Vice (e isso foi dito pelo próprio Presidente e não pelo locutor

¹³⁷ Matéria publicada pelo portal *G1* em 7 de dezembro de 2015 – dias depois do início do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (em 2 de dezembro) –, intitulada “Leia a íntegra da carta enviada pelo Vice Michel Temer a Dilma”, da jornalista Andréia Sadi, cita expressões usadas por Temer: “Num dos trechos da carta, Temer escreve que passou o primeiro mandato de Dilma como um ‘Vice decorativo’, que perdeu ‘todo protagonismo político’ que teve no passado e que só era chamado ‘para resolver as votações do PMDB e as crises políticas’. Depois, lista fatos envolvendo derrotas que sofreu com atos da Presidente”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

1), quanto depois que assumiu o cargo de Presidente, pois continua a ter a mesma avaliação depreciativa na metáfora *decorativo*, agora no título, qualificando o Presidente, e sem aspas (sendo, portanto, de responsabilidade do locutor 1). O artigo alude ao fato de o Presidente ser subestimado, dentro do tema da **desvalorização**, e também aborda o tema da **descrença** em Temer, que não tem sua competência reconhecida pelo ator coletivo *os brasileiros: autoridade que os brasileiros consideram apenas passageira e sem grande importância no futuro do país*. Esse ator, ao que tudo indica, não tem o apoio do locutor, visto pela dêixis na categoria de pessoa, que cria um efeito de distanciamento no uso do “eles”, e não do “nós”. Além de não apoiar esse ator coletivo que desmerece Temer, também se subentende o apoio do locutor ao Presidente na escolha do vocábulo – *autoridade* –, e na lembrança, no parágrafo seguinte, de que *Temer ocupa a principal cadeira da política brasileira*, numa ênfase ao que já se sabe. Porém, qualificar a autoridade de Temer como *apenas passageira e sem grande importância para o futuro do país* (embora isso seja atribuído aos *brasileiros* – eles – e não ao locutor 1, que parece se excluir do grupo) contribui, paradoxalmente, para minimizar e desvalorizar essa condição.

O texto dedica-se, então, a mostrar que a situação de Temer no poder é precária, mencionando seu pouco destaque na mídia: *na semana em que completa um ano no posto, está longe das manchetes*, o que justifica a afirmação comparativa: *Temer ocupa a principal cadeira da política brasileira, mas hoje o Presidente é menos relevante que Lula, Sergio Moro, Jair Bolsonaro, João Doria ou Gilmar Mendes, só para ficar em alguns* – “tirando da boca” do locutor a conclusão, que é amparada na observação do que é ou não pautado pelos veículos jornalísticos. O marcador *hoje* deixa implícito (pressuposto), porém, que, em algum momento anterior, Temer teria tido mais visibilidade. O uso do operador *mas* sinaliza uma oposição entre *ocupa a principal cadeira da política brasileira* (p) e *é menos relevante que Lula, Sergio Moro, Jair Bolsonaro, João Doria ou Gilmar Mendes* (q). Lembremos que o operador “mas” tem o seguinte funcionamento: de (p) tira-se a conclusão possível R (por exemplo, Temer tem relevância no cenário político); de (q) tira-se a conclusão possível ~R (por exemplo, Temer, em termos de importância, está bem abaixo de outros personagens que atuam nesse contexto), o que é a conclusão válida para o conjunto *p mas q*.

Na frase *poucos dão importância ao que fala, exceto quando comete gafes em discursos*, identifica-se a avaliação depreciativa, implícita no vocábulo *gafes*, relacionadas às vezes em que as mídias deram alguma atenção ao Presidente. Como exemplo para a relação de causalidade, em que a *gafe* coloca o Presidente no foco midiático, retomamos a Figura 2 desta tese, com um cartum de Caco Galhardo, cartunista da *Folha de S. Paulo*, sobre a repercussão

negativa do discurso do Presidente no Dia das Mulheres, em março de 2017, em que ele é denominado retrógrado. Chama a atenção ainda, no mesmo parágrafo, a presença do “não polêmico” em: *não se vê ninguém enxergar que a sucessão ao Palácio do Planalto passe por ele. Nem mesmo acredita-se (sic) que o Presidente vá tentar uma reeleição* (grifos nossos), em que o locutor 1 se opõe a um enunciador (um ponto de vista) que teria afirmado o contrário.

Ainda na exposição do cenário que envolve Temer, o texto, além de acessar o ator coletivo *os brasileiros*, dá voz ao locutor 3 Fernando Henrique Cardoso, citando uma única referência do ex-Presidente ao governo atual (“*pinguela*”, palavra que vem entre aspas para indicar seu pertencimento a um outro espaço enunciativo), com a qual o locutor 1, desta vez, concorda, mobilizando novamente o operador opositivo *mas: quando Fernando Henrique Cardoso chamou o governo de Temer de uma “pinguela”¹³⁸*, *houve reclamações no PMDB e no entorno do Presidente, mas o tucano tinha razão*. Enfatiza-se, assim, o apoio do locutor 1 ao que foi dito pelo locutor 3, a despeito da discordância de outros. Apesar do apoio, a transcrição da fala de FHC se reduz a uma metáfora dita pelo ex-Presidente, num recorte dramático e que não cita a fonte da informação.

Também há o acesso às *pesquisas*, nas quais *Temer nem é incluído* ou *tem votação pífia, apenas em cenários alternativos* – em que se verifica, mais uma vez, o recurso a outras instâncias para embasar a crença na **decadência** de Temer, presente a partir do terceiro parágrafo, criando, ao mesmo tempo, efeitos de isenção para o locutor, que não parece estar opinando sobre o assunto. Assim, a intertextualidade com as pesquisas, que buscam uma amostra da opinião dos eleitores, apresenta *cenários* que se opõem: *principais vs. alternativos*, o segundo em que se localiza o Presidente, numa situação negativa. O artigo cita a origem dessas informações de modo vago (*pesquisas*) – ao contrário da menção anterior, quando cita o PSDB e o entorno do Presidente (ou seja, sua equipe) como fontes – sem apresentar a data ou onde foram publicadas, e isso, nesse caso, afeta sua credibilidade.

Seguindo na modalização epistêmica, o texto prenuncia o **fim político** do Presidente, em previsões que parecem ir de um extremo a outro: *na melhor das hipóteses [...] Na pior [...]*,

¹³⁸ Segundo a matéria “FHC compara governo Temer à ‘pinguela’ e diz se esforçar em favor dele”, veiculada no portal *Valor Econômico*, em 2 de dezembro de 2016: “o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comparou o governo do Presidente Michel Temer a uma ‘pinguela’ (ponte frágil, improvisada) e afirmou que se esforça para contribuir de alguma forma para que Temer consiga ir até o fim do mandato, em 2018”. A afirmação foi feita, segundo a matéria, no programa *Diálogos*, do jornalista Mário Sérgio Conti, no canal *Globonews*: “o governo atual é uma pinguela, nesse caso você está considerando que a pinguela caiu, mas eu prefiro acreditar que isso não vá acontecer. Faço todo esforço para que não haja a queda do Temer”, disse FHC, respondendo à pergunta do jornalista televisivo. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4794061/fhc-compara-governo-temer-%3Fpinguela%3F-e-diz-se-esforçar-em-favor-dele>. Acesso em: 29 jul. 2018.

mas em ambas predomina o tom pessimista. Identificadas nos índices temporais *aposentará - será esquecido - terá que enfrentar*, as más previsões identificam o reconhecimento de que, mesmo com o desempenho positivo de Temer diante das reformas, a opinião pública e de políticos leva a crer que ele não irá *tentar uma reeleição*. Assim, o artigo justifica essas hipóteses adversas apoiado em outras instâncias (*brasileiros, FHC, poucos, ninguém*), não assumindo como seu o prognóstico desfavorável a Temer. Nessas previsões dialoga, interdiscursivamente, com a Previdência e com a Justiça, ao mencionar a aposentadoria e os *tribunais/Lava Jato* como alternativas para o futuro de Temer.

Continuando a justificar as previsões sobre a situação atual e futura do Presidente, o texto faz duas perguntas ao leitor, após afirmar que *quem se uniu a ele pode até ter conseguido cargos e vantagens por certo período, mas todos os que assumiram funções no governo parecem hoje menores do que antes* – seguindo com a modalização epistêmica (*parecem*), sugerindo que, antes do governo Temer, os políticos tinham mais prestígio, dentro do tom pessimista. O articulista recorre novamente ao *mas*, o que chama a atenção pelas oposições que esse operador instaura, com prevalência da possível conclusão $\sim R$, decorrente de q (= 2ª. oração), sobre R , decorrente de p (1ª. oração). O uso do operador *até* (que também aparece com certa frequência no texto) em *pode até ter conseguido* sinaliza o argumento mais forte de uma escala, orientada no sentido de determinada conclusão: no caso, o tipo de benefício máximo que a proximidade com Temer possibilitou a alguns (*quem se uniu a ele*) no passado.

As perguntas soam como desafios ao leitor, parafraseando a expressão conhecida “diga-me se for capaz”: *qual Ministro agora é mais respeitado do que antes de assumir uma função na Esplanada? Qual líder partidário ganhou pontos por apoiar o peemedebista?* Identifica-se que a afirmação que antecede as perguntas tem origem no PSDB, o que suaviza o engajamento do locutor. O artigo atribui a esta instância – as pesquisas encomendadas pelo partido – a conclusão de que *dois terços dos eleitores que o abandonaram [o PSDB] o fizeram por conta do apoio às reformas e, conseqüentemente, ao governo atual*. Apresenta-se, portanto, a **rejeição** ao governo, já medida *até em pesquisas* (em que o operador argumentativo *até* contribui para reforçar a impopularidade de Temer), num tema comum aos exemplos em que se acessam outros locutores/enunciadores para justificar o pessimismo quanto ao futuro de Temer, mais uma vez amenizando o posicionamento do locutor 1.

Diversas metáforas são usadas no sexto parágrafo, referentes a Renan Calheiros (senador pelo PMDB/AL), chamado de *cacique* – como a mídia jornalística habitualmente nomeia alguns líderes de partidos políticos –, além de lembrar sua condição na justiça: *com a Lava Jato nos calcanhares*. As informações relacionadas ao Senador, que renunciou à liderança

do PMDB no Senado em 28 de junho de 2017¹³⁹, menos de dois meses após a publicação do artigo de Corrêa, evidenciam sua instabilidade política¹⁴⁰, mas principalmente afirmam o **desprestígio** acarretado pela proximidade com Temer na metáfora *fardo*, relacionada ao Presidente, de quem Renan *optou por se descolar por uma questão de sobrevivência política*. Como confirma matéria veiculada duas semanas antes da publicação do artigo de Corrêa, no portal *online* da *Folha de S. Paulo*¹⁴¹, intitulada “Temer quer enfiar retirada de direitos trabalhistas ‘goela abaixo’, diz Renan”: “acuado pela Lava Jato e com perspectivas de não se reeleger, o líder do PMDB no Senado tem feito discursos públicos contra as reformas econômicas”. Assim, *descolar* volta-se para o tema do **afastamento** entre os dois políticos, promovido por Renan, que parece não ter tido outra opção (o texto justifica sua atitude alegando motivos de *sobrevivência política*), e isso comprova a **rejeição** ao Presidente.

O sentido criado é de que o Senador, qualificado como *experiente cacique peemedebista*, é alguém com capacidade reconhecida para tomar decisões políticas adequadas (pelo menos aos seus interesses). Assim, sua opção em se distanciar do Presidente corrobora a previsão futura do **fim político** de Temer. O texto silencia sobre a **corrupção** relacionada à Renan (que fica implícita). O marcador de pressuposição *hoje*, já utilizado, reaparece para permitir a comparação da situação atual do Presidente com a situação anterior (em que ele teria alguma chance de se reeleger ao Senado): *estar ao lado de Temer seria um fardo a mais para carregar alguém que, hoje, tem poucas chances de conseguir uma reeleição ao Senado*.

No parágrafo final, o artigo reafirma a **decadência** de Temer na comparação entre o antes (um ano atrás, quando tomou posse), o presente (em que o Presidente representa algo

¹³⁹ Informação extraída da matéria “Renan renuncia à liderança do PMDB e diz que não será ‘marionete’ do governo Temer”, da jornalista Luciana Amaral, publicada no portal UOI Notícias, em 28 de junho de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/28/renan-lideranca-do-pmdb-no-senado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

¹⁴⁰ No *site* *GI*, em 18 de novembro de 2017, a matéria “Justiça do DF condena Renan Calheiros à perda do mandato e dos direitos políticos” resume as acusações contra o Senador seis meses após a publicação do artigo de Corrêa: “Além de oito inquéritos em que é investigado na Lava Jato, Renan ainda responde a outros três inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo um da Operação Zelotes – que apura um esquema de compra de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) –, um sobre fraudes na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e outro sobre movimentação financeira suspeita”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/justica-do-df-condena-renan-calheiros-a-perder-o-mandato-e-direitos-politicos.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2018.

¹⁴¹ Matéria do jornalista Bruno Boghossian, publicada em 27 de abril de 2017 no portal *online* da *Folha de S. Paulo*, intitulada “Temer quer enfiar retirada de direitos trabalhistas ‘goela abaixo’, diz Renan”, afirma que o Senador “declarou, por exemplo, que a mudança na Previdência proposta pelo Planalto ‘pune os trabalhadores e o Nordeste’”. Sobre a reforma trabalhista: “A reforma retira direitos e, se retira direito, é injusta. Ponto. Ela rebaixa os salários, é sua consequência mais imediata e perversa. [...] Meu dever como Senador, como representante de Alagoas nesta Casa, é alertar para o perigo que o país está correndo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879130-temer-quer-enfiar-retirada-de-direitos-trabalhistas-goela-abaixo-diz-renan.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2018.

antigo) e o futuro (imprevisível para os seus aliados), que se confundem, pois os três índices temporais enfatizam a **impopularidade** do Presidente, o que continuará a tirar suas chances políticas, prevê o artigo: *um ano depois de assumir o comando do país, Temer já representa algo antigo, e quem está com ele tem dificuldades de enxergar um futuro*. O operador argumentativo *já* confirma a rapidez da **decadência** política do Presidente, auxiliado pelo índice temporal (*um ano depois de assumir*).

O texto retoma a referência ao povo, via *manifestações* – sobre as quais, ainda na modalização epistêmica (*parecem*), tece sua avaliação: *assim, até mesmo as manifestações contra seu governo parecem ter perdido força*, em que o operador argumentativo *até*, usado pela terceira vez, contribui para enfatizar a **impopularidade** do Presidente. A situação de Temer é justificada por: *ainda que só 4% dos brasileiros o apoiem, a grande maioria do povo considera como se Temer já fosse passado*, convocando novamente os *brasileiros*. Verifica-se que o operador argumentativo *ainda que* (opositivo) chama a atenção para a cifra, cujo pequeno valor é intensificado pelo advérbio *só* (*só 4% dos brasileiros*). Chamando-se, mais uma vez, o coletivo povo em: *a grande maioria do povo considera*, repete-se a ideia de que *Temer já representa algo antigo*, parafraseada em *como se Temer já fosse passado*. Confirma-se, assim, ao final, o não apoio do locutor a Temer, disfarçado no início do artigo pelos elogios implícitos e por temas como a **competência** e a **coragem**, atribuídos ao Presidente.

Esse segundo artigo de Ricardo Corrêa, cujo título parafraseia a opinião pronunciada por Temer sobre si mesmo: “Presidente decorativo”/“Vice decorativo”, começa numa avaliação apreciativa do Presidente para depois, mesmo que por meio de outros locutores/enunciadores, constatar a decadência política do Presidente, no passado, no presente e como previsão, numa crítica que aumenta de intensidade até o final do artigo e culmina explicitando o fim político de Temer – quando se verifica a semelhança com o primeiro artigo do jornalista que analisamos.

Assim, o locutor/articulista deixa o leitor em dúvida quanto ao seu posicionamento em relação ao governo, que começa positivo e segue implicitamente depreciativo, por meio da fala, direta ou indireta, de outros políticos, como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (apoiado pelo locutor 1 ao chamar o Governo Temer de “pinguela”) e o Senador Renan Calheiros (cujo distanciamento de Temer o discurso justifica). Ambos os políticos não se incluem na oposição direta ao governo, como o PT, partido ao qual não é feita referência, a não ser genericamente, quando se inclui Lula entre outros políticos que têm mais destaque na mídia do que Temer, diferentemente do primeiro artigo. Além disso, Corrêa não deixa ver sua posição em relação ao povo, que, embora seja mencionado diversas vezes – nos atores coletivos *os*

brasileiros, a maioria, poucos, ninguém, as manifestações – não é atrelado a índices de avaliação significantes.

Já o jornalista Acílio Lara Resende, que publica nas quintas-feiras no portal *online* do jornal *O Tempo*, apresenta apenas um artigo que corresponde aos critérios estabelecidos: “a oposição de Renan Calheiros ao Governo Temer acendeu uma luz”, veiculada em 13 de abril de 2017. Conforme explicamos, optamos por inserir mais um artigo do jornalista Janio de Freitas, no lugar do segundo artigo de Lara Resende, pelo fato de Freitas ter publicado, no período selecionado, mais de dois artigos dentro dos critérios estabelecidos, sendo o único a ter apresentado, nos títulos, referências às greves.

QUADRO 12 – Artigo Acílio Lara Resende – Jornal *O Tempo* – de 15/03 a 15/05 de 2017

1. 11/05/17 – O acirramento dos ânimos só levará ao agravamento da crise
2. 04/05/17 – Somos vítimas permanentes dos eternos vendedores de ilusões
3. 27/04/17 – O cansaço que nos ronda é uma ameaça que não pode prosperar
4. 20/04/17 – Nenhuma articulação política terá força para desviar foco da Lava Jato
5. 13/04/17 – **A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz**
6. 06/04/17 – Escrever sobre política se tornou tarefa nojenta para muitos leitores
7. 30/03/17 – Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil
8. 23/03/17 – O modo natural de se fazerem negócios e política no Brasil
9. 16/03/17 – A propósito do caixa 2: “Em terra de murici, cada um cuida de si”

Fonte: <http://www.otempo.com.br/cmlink/portal-o-tempo/opini%C3%A3o/ultimas/Sites/e-acilio-lara-resende>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Artigo Acílio Lara Resende¹⁴² – 13/04/17

A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz¹⁴³

Semana passada, em longa frase de meu artigo, faltou o ponto de interrogação, como segue: vamos ficar com Temer até o final, não só porque uma eleição indireta poderia elegê-lo de novo, mas porque o país não aguentaria, com 13,5 milhões de desempregados, em tão curto prazo, turbulência institucional capaz de comprometer o regime democrático? Depois da pergunta, este desabafo: vamos rezar, gente!

Linhas antes, disse que nenhum país, muito menos o nosso, mereceria Lula duas vezes, Dilma também duas e Temer, além de vice duas vezes, uma vez presidente e, o que é pior, acompanhado de péssimas companhias. Os dois primeiros traíram o país e o devolveram simplesmente quebrado. Quanto a Michel Temer, só perguntei: e o terceiro? De propósito, deixei que completassem o que poderia dizer.

Recebi algumas contribuições. A maioria considerou o apelo à reza, no final, oportuno e adequado. Mesmo assim, para todos, há motivo de sobra para suportar Temer até 2018, ainda que ele não seja a solução ideal: “Já sem futuro político, até mesmo pela idade, ele está tentando fazer alguma coisa pelo menos melhor do que aquilo que tivemos até agora. Não teme a impopularidade nem busca a demagogia. Será que ele é um homem que pensa em se redimir no fim da vida?”.

Refletindo sobre minha despreziosa provocação e, coincidentemente, depois das inúmeras críticas feitas pelo senador Renan Calheiros ao governo Temer, concluí que conceder ao presidente um pouco de crédito talvez seja

¹⁴² Disponível em: <http://www.otempo.com.br/busca-7.10677?q=Ac%C3%ADlio+Lara+Resende>. Acesso em: 04 set. 2017 (obs: não foram encontradas informações sobre o currículo do jornalista).

¹⁴³ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ac%C3%ADlio-lara-resende/a-oposi%C3%A7%C3%A3o-de-renan-calheiros-ao-governo-temer-acendeu-uma-luz-1.1460162>. Acesso em: 04 jun. 2017.

o melhor caminho. Já imaginou, leitor, Renan presidente da República? Impossível? Claro que não, pois, para o alagoano, nada é impossível, tudo é provável. Até o aplauso de Lula!

Está aí, no ar, uma nova aliança entre Calheiros (aquele que, para permanecer no poder e, claro, se livrar de quase uma dezena de processos, vende a mãe e não entrega) e Lula, aquele que, se tinha alguma coisa a contribuir quando se iniciou como bravo defensor dos oprimidos, hoje corre risco de terminar sua vida defendendo-se de acusações graves. Que poderão transformar-se em várias condenações.

É possível que a “estratégia” (de oposição) assumida por Renan Calheiros seja a luzinha que faltava a Temer no fim do túnel. Quem sabe não se começa pelo senador a profilaxia que se faz tão necessária em seu governo? Isso ajudaria bastante na chegada a 2018.

De minha parte, considero que se aplica ao presidente, como uma luva, o lema que se autoaplicou nosso palhaço Tiririca, quando foi candidato pela primeira vez: “Pior que tá, não fica”. Esse lema lhe valeu algumas eleições. Ao votar, porém, em favor do impeachment, contrariou-o ao dizer, alto e bom som, no Congresso Nacional: “Pior que tá, fica” – um alerta, agora, àqueles que desejam ver Temer pelas costas.

Desculpe-me, leitor, por essas patacoadas. O que de fato queria celebrar é a última frase do jornalista Fernando Gabeira ao tratar da extensão da prisão domiciliar, concedida a Adriana Ancelmo (mãe de dois menores), às mães pobres: “Pelo menos, a intervenção do governo (ao defender essa extensão) admite que pobres também são humanos e retira esse conceito do limbo em que foi jogado por militantes que consideram humano apenas quem compartilha de suas ideias”.

Terrível, não? Mas verdadeiro! A frase contém uma explicação que procuro há anos. De maneira concisa, aponta, talvez, a maior causa das desavenças entre dois “grupos de militantes”, no Brasil ou no mundo. Cada grupo quer saber de seu butim. O povo que se dane!

Haja reza!

Há três recursos relevantes que são utilizados ao longo do artigo: as glosas (entendidas aqui como comentários do locutor sobre o seu próprio dizer, de modo a dar instruções ao leitor de como deve entender certos enunciados), as expressões de intensidade e a dêixis na categoria de pessoa – em que se alternam a primeira pessoal do plural, o “nós”: *vamos ficar, vamos rezar, o nosso* [país], criando efeito de sentido de proximidade com o leitor; a primeira pessoa do singular, o “eu”: *disse, perguntei, deixei que completassem, meu artigo, recebi algumas contribuições*, que indicam a assunção de um posicionamento do locutor no discurso; e ainda a alternância com o “eles” (*todos, a maioria*), que angariam o sentido de pensamento comum, isentando, nesse caso, o locutor. No geral, é um discurso tanto com ocultações do sujeito/locutor quanto com afirmações explícitas, e que questiona o leitor por meio de perguntas, o que também determina aproximação.

No início do artigo, alternando a 1ª pessoa do singular com a 1ª pessoa do plural, o locutor alega que, em publicação da semana anterior¹⁴⁴, *faltou o ponto de interrogação* numa frase – *vamos ficar com Temer até o final* [...]. Ora, se a frase não era interrogativa, supõe-se que seja uma afirmação. O artigo busca amenizar essa interpretação, pois algo que se interroga

¹⁴⁴ A referência é ao artigo, da autoria do jornalista, intitulado “Escrever sobre política se tornou tarefa nojenta para muitos leitores”, publicado em 6 de abril de 2017, na coluna anterior de Acílio Lara Resende no portal *online* do jornal *O Tempo*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ac%C3%ADlio-lara-resende/escrever-sobre-pol%C3%ADtica-se-tornou-tarefa-nojenta-para-muitos-leitores-1.1457150>. Acesso em: 21 ago. 2018.

não expõe um posicionamento como algo que se afirma. A (suposta) pergunta a que se refere o locutor traz em si a resposta – que enumera os motivos para manter o Presidente no poder –, confirmando o que se verá ao longo do texto: o apoio à permanência de Temer ora de forma explícita, ora implícita: *vamos ficar com Temer até o final, não só porque uma eleição indireta poderia elegê-lo de novo, mas porque o país não aguentaria, com 13,5 milhões de desempregados, em tão curto prazo, turbulência institucional capaz de comprometer o regime democrático?*

Temos, então, um comentário (uma glosa), que antecipa o que virá na sequência: *depois da pergunta, este desabafo: vamos rezar, gente!* O diálogo com o discurso da religião pode ser identificado nas expressões: *acendeu uma luz [...] vamos rezar*, e mais à frente: *o apelo à reza, no final, oportuno e adequado*; além da exclamação final: *Haja reza!* – o que indica o tema da **desesperança** na solução dos problemas políticos do país, num tom (modo de enunciação) de pessimismo, que apresenta a primeira interpelação ao leitor, criando efeito de aproximação no uso da primeira pessoa do plural: *vamos rezar, gente!*

A intertextualidade com o artigo anterior continua no segundo parágrafo, no qual se pode identificar que o vocabulário usado recorre diversas vezes à intensidade: *nenhum país, muito menos o nosso [...] duas vezes, péssimas companhias [...] simplesmente quebrado* – em crítica explícita aos ex-Presidentes Lula e Dilma e ao atual, Temer, redigida em primeira pessoa. No entanto, a crítica a Temer parece ser amenizada por: *o que é pior, acompanhado de péssimas companhias*. Ou seja, as companhias (e aí se subentende Renan Calheiros) são piores que o Presidente, numa espécie de defesa disfarçada. Também é amenizada pela frase final do parágrafo, que despista a crítica a Temer logo antes - *só perguntei: e o terceiro? De propósito, deixei que completassem o que poderia dizer*. Confere-se, portanto, aos leitores a responsabilidade – e a competência – da resposta, por meio da glosa em que o locutor comenta sua atitude (*deixei que completassem de propósito*), o que cria um efeito de sentido de proximidade entre locutor e interlocutor(es) e, ao mesmo tempo, isenta o locutor de assumir um posicionamento explícito.

No terceiro parágrafo, o texto passa da 1ª pessoa do singular (*recebi algumas contribuições*) para a 3ª pessoa do plural – *todos, a maioria* –, o que indica, mais uma vez, a ocultação do locutor, ao atribuir a afirmação ao coletivo (*contribuições*): *Mesmo assim, para todos, há motivo de sobra para suportar Temer até 2018, ainda que ele não seja a solução ideal*. Ao não utilizar o “eu/nós” e sim o “eles”, o locutor se oculta por trás de terceiros. Essa ocultação ocorre num trecho em que as expressões são mais ferinas, o que pode ser visto em *motivos de sobra* (o que indica implicitamente o posicionamento a favor de Temer) e *suportar*

(que cria o efeito de sentido de que ele é, entre os piores, o melhor). Enumeram-se, mais uma vez, as vantagens de Temer continuar no poder: “*já sem futuro político, até mesmo pela idade, ele está tentando fazer alguma coisa pelo menos melhor do que aquilo que tivemos até agora. Não teme a impopularidade nem busca a demagogia*”. Nesse trecho, as aspas, indicando o discurso direto, simulam atribuir a fala a “eles”, à *maioria*, a *todos*, (locutor 2) e não propriamente ao locutor/articulista (locutor 1).

Chamam a atenção, nesse mesmo trecho, a presença do operador argumentativo “até”, sinalizando o argumento mais forte de uma escala orientada para determinada conclusão (no caso, a permanência de Temer). E também a existência do “não polêmico” (DUCROT, 1987), por meio do qual se negam “ter medo da impopularidade” e “buscar a demagogia”, como se um enunciador (um ponto de vista, uma perspectiva, identificada ao senso comum, à *vox populi*, e não um outro locutor a quem se poderiam atribuir palavras precisas) tivesse assumido o ponto de vista contrário (ou seja, a afirmação).

Voltando à frase curta que inicia o parágrafo: *recebi algumas contribuições*, podemos dizer que o locutor faz alusão à comunicação com o público, sem especificar como, podendo ser comentários na *fanpage* do jornal, no *Facebook*, por exemplo, também se supondo serem relativos ao artigo anterior do jornalista. E a frase final que completa o trecho descrito carrega uma ironia disfarçada sob um tom de ingenuidade na pergunta, que volta a remeter ao discurso religioso: *será que ele é um homem que pensa em se redimir no fim da vida?*

Mas o locutor assume o posicionamento no parágrafo seguinte, em mais uma glosa no discurso – *refletindo sobre minha despreziosa provocação* – que ameniza o que será falado em seguida, ao se criar um efeito de humildade (*despreziosa*), e na qual *provocação* substitui “posicionamento”. Observamos aí o retorno à primeira pessoa: *concluí que conceder ao Presidente um pouco de crédito talvez seja o melhor caminho*, o que vem, no entanto, marcado pelo advérbio *talvez* (modalidade epistêmica), sugerindo certo descrédito do locutor em relação à sua própria conclusão. Identifica-se aqui o tema da **concessão** (*talvez seja o melhor caminho; pelo menos melhor do que aquilo que tivemos até agora*) – num sentido de “ruim com ele, pior sem ele”, como diz o conhecido ditado.

Também se supõe que essa conclusão decorre da possibilidade de o Senador Renan Calheiros assumir a Presidência (apesar de se chamar a menção a ele de *coincidentemente*). Na terceira interpelação ao leitor, o articulista interroga: *Já imaginou, leitor, Renan Presidente da República?*, pergunta essa a que ele próprio responde – *impossível? Claro que não*. Tece, em seguida, um comentário irônico sobre o Senador – *para o alagoano, nada é impossível, tudo é provável. Até o aplauso de Lula!* – num posicionamento que se supõe contrário ao de Lula

(indicando, novamente, o operador “até” o argumento mais forte para a conclusão de que Renan não é um político idôneo, correto ou responsável). O “não polêmico” (expresso enfaticamente por nada) também responde a um enunciador a que se poderia atribuir o ponto de vista contrário: o de que seria impossível para Renan Calheiros tornar-se Presidente.

Os motivos para não querer o Senador como Presidente da República não são claros até esse parágrafo, dependendo, portanto, do conhecimento do leitor sobre o histórico político de Calheiros –, uma vez que o artigo não oferece *hiperlinks* para acesso a alguma notícia ou faz qualquer descrição a respeito disso. No entanto, a opção por trazer à cena o político alagoano (que faz oposição a Temer, como o próprio texto explicita) indica uma argumentação que confirma o apoio à permanência de Temer no poder até as próximas eleições. O posicionamento contrário do locutor a Calheiros é comprovado na segunda metade do artigo, quando se retoma o que foi falado anteriormente, tematizando a **desonestidade** de Renan Calheiros – (*aquele que, para permanecer no poder e, claro, se livrar de quase uma dezena de processos, vende a mãe e não entrega*) – sugerindo uma possível *aliança* entre ele e o ex-Presidente Lula (já insinuada por *até o aplauso de Lula!*). O verbo *permanecer* instaura o pressuposto de que o Senador alagoano já está no poder e mostra pela metáfora “vender a mãe e não entregar” sua disposição de tudo fazer para dele não se apartar.

Assim, o locutor/articulista não se preocupa em disfarçar a avaliação depreciativa em relação ao senador, mas prega a permanência de Temer no poder de modo menos explícito, apelando para outros locutores/personagens e para comparações. Lula também não é poupado. Afirma-se, de modo irônico: *se tinha alguma coisa a contribuir quando se iniciou como bravo defensor dos oprimidos, hoje corre risco de terminar sua vida defendendo-se de acusações graves. Que poderão transformar-se em várias condenações*. Nesse trecho, além da oposição, via dêixis temporal, entre o antes e o agora (hoje), instauram-se os pressupostos de que, antes (quando era o *bravo defensor dos oprimidos*), Lula não corria o risco de terminar sua vida defendendo-se de acusações e de que essas acusações não são (ainda) várias condenações, mas podem vir a sê-lo, assumindo o auxiliar *poder* quase um viés deôntico.

No terceiro parágrafo dedicado a Calheiros, o artigo volta ao título, na frase metafórica: *é possível que a “estratégia” (de oposição) assumida por Renan Calheiros seja a luzinha que faltava a Temer no fim do túnel*. As aspas presentes em “estratégia” questionam, de certa forma, o caráter apropriado da palavra em relação a Renan Calheiros, ligando-se mais à ideia de um estratagema ou de um subterfúgio do que propriamente de um planejamento para chegar a um objetivo, já que os meios de que ele dispõe para atingir seu propósito de permanecer no poder são, no mínimo, espúrios.

Retoma-se a avaliação depreciativa, que é explícita na referência ao Senador, o que vem reforçado, dessa vez, pela intensidade do significado de *profilaxia* (que remete ao discurso médico) e por *ajudaria bastante* em nova pergunta ao leitor: *quem sabe não se começa pelo Senador a profilaxia que se faz tão necessária em seu governo? Isso ajudaria bastante na chegada a 2018*. A insistência no assunto produz um efeito de parcialidade, que se opõe à credibilidade, caso o leitor não compartilhe a mesma opinião do locutor, que parece superficial ao não recorrer a citações e a mais explicações. Assim, não são apresentados alguns dos procedimentos do jornalismo de informação – como citar fontes, fornecer dados – entre outros recursos que trazem credibilidade e que são assimilados pelo gênero comentário, ou jornalismo de opinião, conforme vimos em autores como Charaudeau, Emediato e Melo.

Seguem a menção ao palhaço Tiririca, que virou Deputado, e a intertextualidade com sua fala (citada em discurso direto), confirmando o que ficou subentendido no início do artigo e apresentando a primeira citação com fonte: *“Pior que tá, não fica” [...] “Pior que tá, fica” – um alerta, agora, àqueles que desejam ver Temer pelas costas*, que aproveita a segunda frase do político para reforçar que o país pode piorar se Temer sair antes do final de seu mandato, em tom de alerta, o que é verbalizado no próprio artigo. O locutor 1 (articulista) confirma explicitamente o seu apoio ao lema do locutor 3 Tiririca: *considero que se aplica ao Presidente, como uma luva, o lema que se autoaplicou nosso palhaço Tiririca* – em que a expressão metafórica (*como uma luva*), presente no senso comum, confirma a adequação da comparação; e o uso da primeira pessoa do plural (*nosso*) cria efeito de proximidade (familiaridade) com o ex-palhaço e então Deputado (que renunciou à vida pública em 6 de dezembro de 2017, mas afirmou que iria ficar até o final do mandato¹⁴⁵) – ao contrário do efeito de distanciamento criado pelo uso da terceira pessoa (*àqueles*), em referência aos que não querem a permanência de Temer na Presidência (*que desejam ver Temer pelas costas*).

No final do artigo, identifica-se uma glosa de desculpa e novamente o locutor dirige-se ao leitor: *desculpe-me, leitor, por essas patacoadas*. O significado de patacoada – “disparate, tolice, desconchavo” (FERREIRA, 1986) – demonstra a estratégia, já utilizada, de amenizar as críticas feitas. E o texto passa à citação (em discurso direto) do jornalista Fernando Gabeira (locutor 4), numa intertextualidade com a política e com a mídia, começando com uma outra glosa, no caso, de justificativa: *o que de fato queria celebrar é a última frase do jornalista*

¹⁴⁵ Informação extraída da matéria “Tiririca se despede: ‘Estou decepcionado com a política’. Veja o discurso”, publicado no portal *online* da *Carta Capital*, em 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tiririca-renuncia-201cestou-decepcionado-com-a-politica201d-veja-o-discurso>. Acesso em: 23 ago. 2018.

Fernando Gabeira ao tratar da extensão da prisão domiciliar, concedida a Adriana Ancelmo (mãe de dois menores), às mães pobres. A alusão ao acontecimento publicado pela mídia soa como um paradoxo, o que leva o leitor a se perguntar o que o exemplo tem a ver com o que foi dito, já que se muda de repente de um assunto para o outro.

A citação de Gabeira parece ter sido utilizada para ressaltar uma boa política do governo, uma vez que não se vê a relação com o que estava sendo falado, dentro do paradoxo mencionado: *“pelo menos, a intervenção do governo (ao defender essa extensão) admite que pobres também são humanos e retira esse conceito do limbo em que foi jogado por militantes que consideram humano apenas quem compartilha de suas ideias”*. Retoma-se a menção aos *militantes* feita por Gabeira no parágrafo seguinte, quando se observa que, após a avaliação depreciativa direcionada a Renan Calheiros e a Lula, no final do artigo o foco da crítica passa a ser esse coletivo: *a frase contém uma explicação que procuro há anos. De maneira concisa, aponta, talvez, a maior causa das desavenças entre dois “grupos de militantes”, no Brasil ou no mundo. Cada grupo quer saber de seu butim. O povo que se dane!* O texto generaliza, ao incluir todos os militantes, independentemente do posicionamento político, atribuindo aos dois grupos, que se opõem (numa alusão aos posicionamentos de direita e de esquerda), o tema do **interesse próprio**, a partir da frase de Gabeira, e em detrimento do bem-estar do povo (*cada um só quer saber do seu butim [...] o povo que se dane!*). E o locutor/articulista se dirige pela quarta vez ao leitor: *terrível, não? Mas verdadeiro!* – voltando ao diálogo com o discurso da religião e demonstrando um éthos de preocupação com o povo brasileiro. A expressão *haja reza!* finaliza o artigo, dialogando novamente com o artigo anterior do jornalista que, conforme foi mencionado no primeiro parágrafo, também termina com uma exclamação: *vamos rezar, gente!*

Assim, este artigo, que ora dialoga com o leitor, fazendo-lhe perguntas e, sobretudo, instruindo-o sobre como deve interpretar o que é dito, ora simula falar em nome de *todos*, da *maioria* ou cita a fala de outrem (Tiririca, Fernando Gabeira) para se ocultar por trás de terceiros, defende a permanência de Temer no poder, mas não o faz de forma direta ou acintosa, amenizando a crítica ao atual Presidente, mesmo que à custa de denegrir a reputação de Renan Calheiros.

CAPÍTULO 4: CRUZANDO OS DADOS

O presente capítulo será dedicado à discussão dos resultados das análises. Começamos por discorrer sobre os artigos de cada jornalista, tecendo, em seguida, comparações entre eles. Para cada grupo de análises foi criada uma tabela comparativa que organiza sete categorias: os temas, as oposições apresentadas nos textos, os locutores/personagens convocados, o tom identificado em cada artigo e o éthos mostrado pelos locutores, finalizando com o tratamento dado ao governo, à oposição e ao povo brasileiro – numa tentativa de organizar visualmente as categorias que julgamos ser de grande contribuição à análise comparativa entre todos os seis grupos de artigos. Essas tabelas comparativas, inseridas ao final da discussão de cada colunista, serão comentadas em seguida nas Conclusões.

4.1. Análise comparativa dos artigos de Clóvis Rossi – *Folha de S. Paulo*

No primeiro artigo de Clóvis Rossi, a oposição ao governo, na figura do Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, está presente ao longo do texto, mas de modo implícito. São poucos os temas apresentados, que se concentram num único assunto – o medo do Ministro (e metonimicamente do governo) de que a reforma da previdência seja boicotada pelos parlamentares em razão da impopularidade nas eleições de 2018 – no que é auxiliado pela comparação com as políticas de dois outros países, a Argentina e a Espanha, que amenizam o posicionamento do locutor 1 (articulista), a partir dos atores/personagens estrangeiros mobilizados no texto.

Dedicado a criticar, mesmo que de modo subentendido, a entrevista dada por Padilha (um dos dois locutores convocados – o outro é a CGT, Confederação Geral de Trabalhadores da Argentina) – que por sua vez busca convencer os parlamentares a apoiar a reforma –, o artigo se refere, a partir da citação repetida de quatro trechos da fala do Ministro, o tema do “interesse próprio”, referente aos políticos brasileiros, mais preocupados com o próprio futuro político. Criam-se também os sentidos de “ingenuidade” e de “inconsistência”, ligadas à fala do Ministro. O que se identifica, então, é um não apoio implícito ao governo brasileiro e um apoio implícito à oposição na Argentina (quando é mencionado o sucesso dos sindicalistas desse país com a greve), mas o locutor silencia sobre a oposição e sobre o povo no/do Brasil, ou seja, ele fala da oposição e do povo só que de outro país, no que parece ser mais uma estratégia de amenização do seu (do locutor) ponto de vista.

Quanto ao segundo artigo de Clóvis Rossi, também chama a atenção a pequena quantidade de temas, o que demonstra o foco no assunto principal (assim como no primeiro artigo), que é a lista com os políticos acusados de corrupção feita pelo Ministro do STF, Luiz Edson Fachin – lista que tem o apoio do locutor. Portanto, o artigo concentra-se na menção à “lista”, na “corrupção” e na “desonestidade” dos Ministros e Parlamentares, no “fim político” do Governo Temer e também dos políticos que estão na lista, no “descrédito” do governo e no “atraso do Brasil”, apresentando, de modo coerente, um éthos mostrado de insatisfação com a política do governo, aliado ao tom de pessimismo que permanece do início ao fim do artigo.

O artigo tece conjecturas sobre o futuro do Presidente e dos políticos, oscilando entre um posicionamento explicitamente contrário ao governo e a recorrência, na maior parte das vezes a estratégias, como as falas citadas de outros locutores, que criam efeito de verdade, mas também de imparcialidade. Entre locutores e personagens convocados, há um número maior do que o do primeiro artigo. O locutor/articulista mostra, portanto, um éthos de ponderação, mas também de competência (na modalização pelo saber sobre os acontecimentos e sobre os comentários de outros autores acerca deles), buscando ainda o auxílio de outros locutores de importância, com fins demonstrativos, inclusive na oferta de cinco *hiperlinks* para matérias jornalísticas. Em consequência disso, cria-se um efeito de credibilidade que corrobora, de modo geral, o que foi dito, dividindo o locutor com outrem um posicionamento que ele não pretende assumir sozinho.

QUADRO 13 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) - Continua

“O 'processo' Temer sobreviverá?” 09/04/2017	“A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede” 12/04/2017
Temas encontrados	
Reforma da Previdência	Lista do Ministro Edson Fachin
Esperança (do Governo Temer, na figura do Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, de que os parlamentares apoiem a reforma da previdência)	Fim político (previsão para o governo e para os políticos que têm o nome na lista do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin)
Medo (do Governo Temer, na figura do Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, de que os parlamentares não apoiem a reforma da previdência)	Corrupção (da classe política e do Presidente Temer)
Ingenuidade (de Eliseu Padilha)	Desonestidade (da classe política)
Inconsistência (atribuída à fala de Eliseu Padilha, que menciona a sobrevivência política dos deputados como causa de dúvida para o apoio à reforma da previdência)	Descrédito (do Presidente Temer)
Interesse próprio (dos políticos brasileiros em não se prejudicarem nas eleições de 2018, visto em <i>sobrevivência</i>)	Atraso do Brasil (pela alusão ao país não ser “civilizado” e por não ter um governo credível (confiável))

QUADRO 13 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) - Continua

Temas encontrados	
Improbidade (dos políticos, implícita na menção à Operação Lava Jato)	
Poder da oposição (exemplificado no sucesso da greve argentina)	
Oposições	
Não apresenta	Civilizado (outros países do mundo) vs. não civilizado (o Brasil)
	A lista de Fachin (credível) vs. o Governo Temer (não credível)
Locutores/personagens convocados no/pelo texto	
Ministro Eliseu Padilha	Ministro do STF, Luiz Edson Fachin
Confederação Geral do Trabalho (CGT)/sindicalistas da Argentina	O leitor Victor Claudio - Painel do Leitor (<i>Folha de S. Paulo</i>)
Presidente da Argentina Mauricio Macri	Ex-Presidente José Sarney
CGT (Confederação Geral do Trabalho) da Argentina	Ex-Presidente Itamar Franco
Ministro da Fazenda argentino, Nicolás Dujovne	O coletivo de ex-Presidentes: Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff
Coletivo “Os parlamentares”	Presidente Michel Temer
	Procuradoria Geral da República
	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>
	Procuradores norte-americanos
	Cientista político e jornalista Igor Gielow
	Cientista político e professor Fábio Wanderley Reis
	Coletivo “os delatores” (réus da Operação Lava Jato – empresários da Odebrecht)
	Coletivo “Os condescendentes”
	Coletivo (presente no senso comum) “pode-se dizer”
Tom do discurso/Éthos	
Tom de dúvida relacionado ao Ministro Eliseu Padilha quanto ao sucesso da reforma da previdência e ao apoio dos parlamentares a ela	Tom pessimista em relação à política brasileira
Tom de dúvida em relação à “sobrevivência” de Temer no poder (no título)	Tom de ponderação (em relação ao discurso atribuído aos “condescendentes”)
Tom ameno, condescendente, pouco comprometedor, que não tece críticas diretas nem ao governo brasileiro nem ao argentino	Éthos mostrado de insatisfação com a política do governo atual
Tom de alerta para o fato de que o que ocorreu nos casos argentino e espanhol pode acontecer no Brasil	Éthos mostrado de descrença no governo
Éthos mostrado de competência do locutor (pelo diálogo com as políticas econômicas de outros países)	
Éthos mostrado de ponderação (por não apresentar críticas explícitas)	
Tratamento dado ao governo	
O texto opõe-se implicitamente ao governo, na figura do Ministro Eliseu Padilha	O locutor não apoia o governo, para o qual prevê, tanto implícita quanto explicitamente, o fim político
	O texto opõe-se implicitamente aos ex-Presidentes que apoiam o governo, citados no texto e presentes na lista de Fachin, ao expor a sua condição de investigados por corrupção

QUADRO 13 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) - Conclui

Tratamento dado à oposição	
O locutor apoia, implicitamente, os sindicalistas argentinos, sendo condescendente com a greve promovida por eles no país, mas não menciona a oposição brasileira	O locutor opõe-se implicitamente aos ex-Presidentes que não apoiam o governo, citados no texto e presentes na lista de Fachin, ao expor a sua condição de investigados por corrupção
	Poupa a oposição na menção à matéria da <i>Folha de S. Paulo</i> relativa à lista do Ministro Edson Fachin
Tratamento dado ao povo brasileiro	
O locutor apoia implicitamente o povo argentino, ao qual faz alusão em “greve” e “transporte coletivo”, mas não menciona o povo brasileiro.	A única alusão ao povo é quando se dá voz a um leitor de jornal (a parte pelo todo).

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das análises dos artigos do jornalista Clóvis Rossi.

4.2. Análise comparativa dos artigos de Janio de Freitas - *Folha de S. Paulo*

O primeiro artigo do colunista tem início lembrando a posição do governo alemão em relação a notícias falsas (o que dialoga com o título). Em seguida, critica a “proposta” de impunidade de réus políticos, que é atribuída ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro do STF Gilmar Mendes, a que se contrapõe a fala do ex-Ministro do STF Carlos Ayres Britto, simpatizante de Lula. Tematiza a reforma previdenciária em meio a diversas críticas explícitas ao governo e dá o seu apoio aos governos anteriores, de oposição, ao finalizar o artigo com o tema do plágio de Temer à obra de transposição do rio São Francisco – discorrendo sobre assuntos diferentes, mas também retomando a história, ao citar acontecimentos passados nas gestões dos três últimos Presidentes que antecederam Temer.

O segundo artigo começa com críticas intensas ao Presidente, reforçadas pela repetição lexical (*aberração*). Além de Temer, critica o Ministro Henrique Meireles, comparando o Brasil à Síria. Em seguida, dá voz ao povo, ao tratar das greves, explicitando o seu apoio às manifestações. Tematiza a reforma trabalhista, o desrespeito à CLT e aos sindicatos, dando voz indireta ao povo e apoio implícito à oposição. Destaca ainda a reforma previdenciária, lembrando o período da ditadura (quando chama ao texto políticos de posições contrárias), também voltando à história política do país, e comenta o favorecimento de Aécio Neves, atribuído a Gilmar Mendes, introduzindo, assim, um novo assunto.

O terceiro artigo apresenta um conjunto temático mais afinado, no qual a população está em evidência na descrição de uma situação de exclusão e de degradação que é confirmada ao longo de todo o texto. Apesar de o apoio ao povo e à oposição estar presente nos três artigos, entre implícitos e explícitos, o terceiro trata das manifestações populares como a saída possível para que se evite a continuidade da dominação da maioria por uma minoria e para que o país

saia do estado de “podridão” no qual se encontra. A esperança (implícita) permite vislumbrar um viés otimista em relação aos relatos da desigualdade histórica e às más previsões dos primeiros dois textos, o que remete ao próprio título do artigo: “greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase”.

Os temas que se repetem entre os três artigos são, principalmente, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a situação política do país e a injustiça para com o povo brasileiro, que são, aliás, bastante próximos. A incompetência, a improbidade e o engodo são atribuídos ao governo; o favorecimento, a impunidade e o privilégio, aos políticos corruptos e à classe dominante; a habilidade e a persistência, à oposição, aos ex-Presidentes Lula e Dilma Rousseff. Além da injustiça, outros temas estão ligados ao povo: a espoliação, o desrespeito, a exclusão, a degradação, a desumanidade e a desigualdade.

As oposições presentes nos artigos confirmam o posicionamento contrário do locutor à gestão Temer, o que pode ser visto nas imagens criadas para o governo nos dois primeiros artigos: algoz, incompetente, sem probidade, falastrão. O apoio ao povo pode ser observado na imagem de vítima outorgada no segundo artigo, reforçada pelo conjunto temático do terceiro: degradado, excluído, roubado, dominado, enganado.

QUADRO 14 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) - Continua

“Brasil é o país em que o Presidente é produtor oficial de notícias falsas” 16/03/2017	“Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo” 27/04/2017	“Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase” 30/04/2017
Temas encontrados		
Impunidade (dos políticos réus da Lava Jato)	Má gestão (do governo)	Situação política do país
Indignação (relativa à impunidade)	Incompetência (idem)	História política (do país)
Impotência (de Temer)	Desumanidade (idem)	Continuidade (da situação do país)
Responsabilidade (questiona-se sobre Temer)	Engodo (idem)	Concentração de poder (histórica no país – tema maior)
Idoneidade (idem)	Situação política do país	Dominação
Probidade/Improbidade (idem)	Reforma trabalhista	Desigualdade de classes (no país)
Reforma da previdência	Ilusão (criada pelo governo ao manipular informações)	Privilégio/favorecimento (da classe dominante)
Injustiça (com o povo brasileiro)	ilegalidade (da reforma Trabalhista)	Degradação (do povo brasileiro)
Incompetência (do governo)	Injustiça (com o povo brasileiro)	Injustiça (com o povo brasileiro)
Imoralidade (idem)	Espoliação (dos direitos do povo)	Engodo (histórico no país – do governo com o povo brasileiro)

QUADRO 14 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) - Continua

Temas encontrados		
Plágio/ilegalidade (de Temer na autoria de obra do PT)	Desrespeito (aos direitos da população)	Habilidade (do ex-Presidente Lula)
Persistência (dos governos de Lula e Dilma Rousseff)	Punição (do ex-Ministro Jarbas Passarinho)	Reforma trabalhista
Probidade (sobre a ex-Ministra Tereza Campello)	Incompetência (de Henrique Meireles)	Reforma da previdência
Competência (idem)	Inconsequência (idem)	Exclusão (situação do brasileiro)
Discrição (idem)	Favorecimento (das empresas pelo governo)	Inovação (relacionada às manifestações populares)
	Roubo (do governo ao povo brasileiro)	Esperança (idem)
	Improbidade (do Ministro do STF Gilmar Mendes)	
	Favorecimento (de Aécio Neves)	
	Impunidade (idem)	
Oposições		
Probidade (Tereza Campello) vs Improbidade (Michel Temer)	Algoz (o governo) vs vítima (o povo brasileiro)	Privilégio (da elite) vs degradação (do povo)
Competência (Tereza Campello) vs incompetência (Michel Temer)		Exclusão vs Inclusão (relacionadas ao povo)
Discrição (Tereza Campello) vs falação (Michel Temer)		Correntes sindicalistas vs partidos políticos
		Continuidade (da desigualdade) vs inovação (a partir das manifestações populares)
		Natureza momentânea vs Natureza dinâmica e influente (relativas às manifestações populares)
Locutores/personagens convocados no/pelo texto		
Governo alemão	Ex-ministro, Roberto Campos	Getúlio Vargas
Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso	Ministro Henrique Meirelles	Ex-Presidente Lula
Ministro do STF Gilmar Mendes	Presidente Michel Temer	Presidente Michel Temer
Ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto	CLT	História política brasileira
Presidente Michel Temer	Ex-ministro Jarbas Passarinho	Ex-ministro Bresser Pereira
Ex-Presidente Lula	Ex-ministro Waldir Pires	
Ex-Presidente Dilma Rousseff	Ator coletivo estranho ao discurso: "Quem se insurge"	
Ministra do governo Dilma, Tereza Campello	Ministro do STF Gilmar Mendes	
Ministro do STF Alexandre de Moraes	Senador Aécio Neves	
Tom do discurso/Éthos		
Tom pessimista em relação ao futuro do governo Temer	Tom pessimista em relação ao futuro do país	Tom pessimista pela perpetuidade do passado no presente
Éthos mostrado de coragem e determinação, afirmação da verdade do locutor	Éthos de politicamente correto e de coragem para apontar os problemas do governo	Éthos de preocupação com o povo e com o futuro do país
	Éthos contundente, crítico e irônico de desaprovação ao governo	Tom otimista, pela esperança depositada nas manifestações

QUADRO 14 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) - Conclui

Tratamento dado ao governo		
O texto opõe-se ao governo e ao Presidente Temer por meio de vários índices de avaliação depreciativos	O texto opõe-se ao governo e ao Presidente Temer por meio de vários índices de avaliação depreciativos em que predominam os explícitos	O texto opõe-se ao governo como um todo já que este dá continuidade à histórica desigualdade social
Tratamento dado à oposição		
Competência (relacionada aos ex-Presidentes Lula e Dilma Rousseff)	Apoio (implícito) à oposição no destaque à competência de Waldir Pires, ex-Ministro do governo Lula	Apoio explícito à oposição, em índices de avaliação apreciativos, para a qual faz concessões
Habilidade (relacionada ao ex-Presidente Lula)		
Probidade, competência e discricção (relacionada à ex-Ministra Tereza Campello)		
Tratamento dado ao povo brasileiro		
O locutor dá voz indireta ao povo, apontando para as injustiças cometidas contra ele	O locutor dá voz implícita ao povo através da humanização do país	Defesa do povo brasileiro, visível na seleção temática, mas modalizada
	O locutor dá voz indireta ao povo, na medida em que aponta para as injustiças cometidas contra ele, assumindo uma espécie de tutela em relação a esse ator coletivo	Referência direta ao povo em <i>população, greves, protestos</i>
	Apoio explícito aos protestos/greves populares	Inovação (nomeada) e esperança (implícita), relacionadas às manifestações populares

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das análises dos artigos do jornalista Janio de Freitas.

4.3 Análise comparativa dos artigos de Elio Gaspari – *O Globo*

O primeiro artigo de Elio Gaspari começa afirmando a intimidade entre o ex-Ministro petista Antonio Palocci e o empreiteiro Emílio Odebrecht, numa avaliação depreciativa da oposição, para então sublinhar o fato de que a corrupção é geral na classe política brasileira, numa crítica tanto ao governo quanto aos que se opõem a ele. Isso é confirmado pelo fato de o texto também citar Paulo Skaf, presidente da FIESP (que foi candidato ao governo de São Paulo pelo MDB, mesmo partido do Presidente) – reafirmando-se o tom de insatisfação para com a classe política brasileira como um todo. Assim, os personagens/locutores acessados, tanto de direita quanto de esquerda em seu posicionamento ideológico, confirmam o não apoio do locutor aos dois grupos, o que está atrelado ao tema da corrupção.

Mas o assunto principal do artigo, que tem um tom de previsão pessimista só rompido pela esperança no povo, tratada a seguir, é a possibilidade de impunidade dos réus na Operação Lava Jato, que buscam obstruir as investigações, numa espécie de “salve-se quem puder”, à qual o subtítulo faz alusão nas expressões conotadas: “a oligarquia unida jamais será vencida e

ela quer assar uma enorme *pizza*, mandando a conta para a patuleia” –, em que a metáfora “*pizza*’ está relacionada à anistia para o caixa 2. O artigo também demonstra, em segundo plano, a preocupação com os direitos (eleitorais) e com o uso do valor dos impostos pagos pela população, que é colocada no papel de vítima da injustiça da oligarquia nacional, esta amparada pela impunidade e pelo favorecimento, entre diversos temas que mostram a avaliação depreciativa a esse coletivo e o apoio implícito ao povo. O acesso à Procuradoria Geral da União, entre outros sete atores/personagens trazidos ao texto, indica que o locutor cria efeitos de isenção sobre o seu posicionamento, num éthos mostrado de comedimento.

O título, assim como o corpo do texto, marca a diferença entre o primeiro e o segundo artigo de Gaspari: “só a rua salva a Lava Jato” – que comenta a esperança de que as manifestações populares evitem a obstrução das investigações, num apoio ao povo, pela crença no seu poder. Já o segundo artigo, comentado a seguir, dá como certo que as manifestações não têm força para eleger alguém, caso Temer deixe a Presidência antes das eleições de 2018, substituindo a esperança pelo medo das eleições indiretas.

No segundo artigo, que apresenta um número bem menor de temas, mas um número bem maior de atores/personagens acessados – o que implica em efeitos de isenção para o locutor –, Gaspari tenta justificar, com exemplos do passado e advertências para o futuro, o apoio à permanência de Temer, já que as outras opções, no seu entender, são piores: que o povo ou o Congresso elejam um Presidente antes das eleições de 2018. Esse apoio ao Presidente é explicitado pelo locutor, mas não completamente assumido, de acordo com o sentido duvidoso criado por elogios seguidos de críticas. A ênfase é dada ao risco de que os Deputados e Senadores sejam responsáveis por uma eleição indireta.

Observa-se que o artigo faz jus ao título e ao subtítulo de modo coerente: “Fica Temer - depois dele, o que há na vitrine das carnes? A escolha é do Congresso, e o que ele tem a oferecer?” – o que sintetiza bem seu conteúdo. Utilizando a metáfora, o locutor compara, de modo subentendido, o Congresso a um açougue – num índice de avaliação depreciativo –, opondo-se aos parlamentares, que são, via de regra, atrelados ao tema da corrupção, embora esse tema não seja nomeado uma única vez. Além disso, como justifica diversas vezes em tom de alerta, prega o *Fica Temer* (num diálogo polêmico com o mantra “Fora Temer”, repetido à exaustão pelos opositores do atual governo), o que mostra a sintonia entre o título e o corpo do artigo.

Desse modo, apoiando a continuidade do governo e sem nenhuma referência à oposição, a principal crítica que o texto faz é direcionada ao Congresso, explicitamente, e em seguida à população, de modo implícito. Assim, o apoio ao governo começa dúbio e se afirma em novos

elogios; há um silenciamento sobre a oposição e um não apoio aos congressistas, chegando-se à alusão a um possível golpe. Em relação ao povo, cuja “voz” é excluída ao longo do texto – apesar de ser lembrado em *quem ia pra rua, quem for capaz e quem puder dizer* –, pode-se vislumbrar um tom de decepção, em razão de as mobilizações terem sido de pequena dimensão. Portanto, o artigo concentra-se no ponto de vista de que Temer (mesmo com ressalvas) é a opção até as eleições de 2018, no sentido de “vamos aguardar”, pois sem a participação do povo nas manifestações é o melhor a se fazer diante de um Congresso que pode eleger alguém menos confiável do que Temer, uma vez que o próprio Congresso não é confiável para fazer isso.

Verifica-se que o artigo não apresenta o tom de alerta para a população (para o que pode ocorrer em decorrência da pressão popular não efetiva) – sentido extraído do primeiro artigo, em que o alerta era para a chance de que os réus da Lava Jato ficassem impunes –, mas já considera como certo que não haverá mudanças promovidas pelo povo, uma vez que as manifestações “são carta fora do baralho”, pois “desmilinguiram-se”, o que se opõe ao primeiro artigo, que acredita na pressão do povo para salvar a Operação Lava Jato.

QUADRO 15 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Elio Gaspari (*O Globo*) – continua

“Só a rua salva a Lava Jato A oligarquia unida jamais será vencida e ela quer assar uma enorme <i>pizza</i> , mandando a conta para a patuleia” 15/03/2017	“Fica, Temer Depois dele, o que há na vitrine das carnes? A escolha é do Congresso, e o que ele tem a oferecer?” 29/03/2017
Temas encontrados	
Injustiça (da classe dominante para com o povo)	Traição (de Temer com o projeto de governo de Dilma Rousseff, da qual foi Vice-Presidente)
Medo (dos políticos e empresários investigados na Operação Lava Jato)	Competência (de Temer, que passou a ter uma agenda ativa)
Intimidade (entre o ex-Ministro dos governos Lula e Dilma, Antônio Palocci, e o empreiteiro Emílio Odebrecht)	Corrupção (da classe política, resumida no ator coletivo o Congresso)
Corrupção (da classe política e empresarial brasileira)	Enfraquecimento (do poder político da população)
Improbidade administrativa (da classe política, dos empresários e ministros do STF investigados na Operação Lava Jato)	Parcialidade (da atuação do Congresso, caso sejam feitas eleições indiretas)
Delação (relativa aos depoimentos dos réus na Operação Lava Jato)	Medo, temor (de que o Congresso seja responsável por eleições indiretas)
Ocultação (idem)	
Ílícito (relacionado aos modos de operação e pagamentos investigados na Operação Lava Jato e ao Ministro do STF Gilmar Mendes)	
Pressa (dos políticos e empresários investigados em obstruir a Operação Lava Jato)	
Impunidade (previsão para os réus da Operação Lava Jato)	

QUADRO 15 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Elio Gaspari (*O Globo*) – continua

Temas encontrados	
Favorecimento (dos políticos e das empresas envolvidos em corrupção)	
Esperança (de que o povo brasileiro “salve” a Operação Lava Jato)	
Alerta (à população para que lute por seus direitos)	
Oposições	
Oligarquia (classe política, membros do Judiciário e empresários, ou “peças”) vs. patuleia (o povo, a classe social baixa, ou “choldra”)	Não apresenta
Coletivo vs individual (relativa aos depoimentos – delações/ocultações – dos investigados na Operação Lava Jato)	
Locutores/personagens convocados no/pelo texto	
Proprietário da empreiteira Odebrecht, Emílio Odebrecht	Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot
Ex-ministro Antonio Palocci	Ministro do STF, Gilmar Mendes
Ex-Presidente Lula	Presidente Michel Temer
Ex-Presidente Dilma Rousseff	Ex-Presidente Dilma Rousseff
Procuradoria Geral da República	Cardeal Dom Eugênio Sales
Ministro do STF, Gilmar Mendes	Ex-ministro Ulysses Guimarães
Presidente da Fiesp, Paulo Skaf	Ex-Presidente General Ernesto Geisel
Comediante Renato Aragão	Ex-Vice-presidente Antônio Aleixo
Ex-ministro Delfim Netto	Ex-Vice-presidente João Goulart
Presidente Michel Temer	Ex-Presidente Itamar Franco
O coletivo “Oligarquia nacional”	Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso
O coletivo “A rua”	O coletivo “O Congresso”
	O coletivo “Quem ia pra rua”, “Manifestações de rua”, numa referência ao povo
	Coletivos estranhos ao discurso “Quem for capaz, quem puder dizer”, numa referência ao povo
Tom do discurso/Éthos	
Tom de previsão pessimista (relativo à corrupção no país)	Tom de previsão pessimista e alerta contra as eleições indiretas
Tom de otimismo (esperança de que o povo salve a Operação Lava Jato)	Tom de decepção com a pequena mobilização popular
Tom de aviso (à população sobre a possibilidade de impunidade na Operação Lava Jato)	Éthos mostrado de comedimento, ao se apoiar em outros locutores/personagens e em metáforas
Éthos mostrado de comedimento, ao se apoiar em outros locutores/personagens e em efeitos conotados para criticar os políticos e empresários envolvidos na corrupção	
Tratamento dado ao governo	
Apoio indireto do locutor à Procuradoria Geral da República	Apoio à permanência de Temer no poder até as eleições de 2018. O locutor considera ser esta a melhor opção para o país, mas com ressalvas apresentadas em críticas, sobretudo implícitas
Avaliação depreciativa implícita ao mencionar o acordo entre a Odebrecht e o candidato ao governo de São Paulo, Paulo Skaf, do MDB (mesmo partido do Presidente Temer)	O locutor opõe-se ao Congresso, que julga pouco confiável para protagonizar eleições indiretas
O texto não critica o governo diretamente, considera que a corrupção se estende a toda a classe política	

QUADRO 15 - Comparação dos resultados das análises dos artigos do jornalista Elio Gaspari (*O Globo*) – conclui

Tratamento dado à oposição	
Avaliação depreciativa implícita ao mencionar a intimidade do ex-Ministro Antonio Palocci, ex-Ministro dos governos Lula e Dilma Rousseff, com o empreiteiro Emílio Odebrecht	Não menciona a oposição
O texto não critica a oposição diretamente, considera que a corrupção se estende a toda a classe política	
Tratamento dado ao povo brasileiro	
O artigo menciona o coletivo (o “sujeito”), que é apoiado, implicitamente, na defesa do direito ao voto e da correção na aplicação do dinheiro público	O texto alude ao povo em “quem ia pra rua”, “quem puder dizer” e “quem for capaz”
O texto deposita esperança no povo, nas manifestações populares (a “rua”) para “salvar” a Operação Lava Jato	Subentende-se a decepção do locutor com o povo, pela pouca participação nas manifestações, aludindo-se ao enfraquecimento da pressão popular

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das análises dos artigos do jornalista Elio Gaspari.

4.4 Análise comparativa dos artigos de José Casado – *O Globo*

O título do primeiro artigo de Casado resume bem o que se encontra no corpo do texto, que exhibe poucos temas (em relação a outros colunistas, como Janio de Freitas), que giram em torno da mesma questão: a multa aplicada pelo governo aos empresários em processo de delação na *Operação Lava Jato*. O locutor 1 (articulista) ora deixa explícito, ora subentendido, que a medida está relacionada a uma punição pelas delações nos acordos de leniência, que revelam a corrupção de dezenas de políticos brasileiros. Apesar de mostrar, ao longo do texto, essa corrupção, que também inclui, além dos políticos, os executivos investigados pela justiça, Casado não tece julgamento contra eles ou mesmo contra a oposição que, duas vezes mencionada, é implicitamente desmerecida ou poupada. O articulista não manifesta apoio, mas cria uma imagem de vítima para esses réus e uma imagem de algoz para o governo, único alvo das críticas. Como vítimas, esses atores coletivos não são responsáveis diretos pelas delações, segundo o artigo, que justifica esse comportamento citando uma medida provisória que foi “sepultada pela reação pública”, na única alusão ao povo, o que indica, implicitamente, o poder das manifestações.

O único locutor 2 citado é um órgão oficial, a Advocacia Geral da União, a quem se dá voz em discurso direto, antes da crítica implícita ao governo, o que cria um efeito de isenção do locutor, assim como pelo acesso aos atores coletivos “advogados e procuradores”. Além disso, o locutor/colunista assume um tom de argumentação ponderada ou de imparcialidade ao se opor ao governo e não diretamente ao Presidente. Por outro lado, verbaliza a “interferência

política”, o que mostra que esse posicionamento é às vezes explicitado, evidenciando maior engajamento do locutor.

O segundo artigo analisado retoma a situação de Temer no início do seu governo (quanto ao apoio político e do eleitorado), comparando-a com a situação atual, após a divulgação da gravação do dono da empresa JBS que compromete o Presidente, prevendo o fim político de Temer, num tom pessimista que também se dirige à política brasileira como um todo. E isso ameniza o comprometimento do locutor, como no primeiro artigo. O seu engajamento também é suavizado pelo apoio às falas de outros locutores (a Constituição, diretamente, e a matéria de *O Globo*, indiretamente), pelo recurso às modalizações no eixo da crença (epistêmico), pelo uso de implícitos e pela argumentação em forma de reconstituição dos acontecimentos (em que alude à ditadura e lembra os três Presidentes que antecederam Temer). O texto não se dedica à oposição, englobada na “liquefação absoluta da política brasileira”. Entre os ex-Presidentes investigados e que sofreram *impeachment*, encontra-se a referência ao povo, mas apenas na menção à rejeição do eleitorado a Temer, num texto em que predomina o pessimismo e um éthos mostrado de preocupação com a política do país, confirmado pelas especulações quanto às regras das próximas eleições.

Nos dois artigos verifica-se que o locutor antecipa os temas principais no uso de subtítulos longos, confirmados no corpo do texto. Mas esses temas, em maior número no primeiro artigo, que têm em comum a relação com os outros temas identificados, alinhavando e confirmando o que é dito, constroem conjuntos temáticos distintos em cada artigo. A diferença fica por conta da oposição forte vs fraco, que pode ser associada ao governo, cuja imagem de “algoz” criada no primeiro artigo é substituída pela de “decadente” no segundo.

QUADRO 16 - Comparação dos resultados das análises do jornalista José Casado
(*O Globo*) – continua

“Intimidação e Insegurança Disputa para influir na Lava Jato produz novas multas de R\$ 40 bilhões a empresas, gera insegurança em acordos feitos com Brasil, Suíça e EUA, e deixa réus intimidados” 02/05/2017	“O governo Temer foi ao chão O cenário político converge para uma eleição direta a partir de eventual renúncia” 17/05/2017
Temas encontrados	
Interesse político (do governo e dos executivos delatores/réus na Lava Jato)	Decadência (do governo Temer)
Arbitrariedade (do governo com os executivos delatores/réus na Lava Jato)	Fim político (do governo Temer)
Imposição (do governo, relativa às multas)	Corrupção (da classe política)
Ameaça (do governo aos executivos delatores/ réus e ao acordo Brasil, Suíça e EUA)	Instabilidade (do governo Temer)
Confronto, disputa (relacionado ao governo)	Precariedade (da política brasileira)

QUADRO 16 - Comparação dos resultados das análises do jornalista José Casado
(*O Globo*) – conclui

Temas encontrados	
Consenso, acordo (com a Suíça e os EUA)	
Corrupção (da classe política brasileira)	
Intimidação (dos empresários - tema maior)	
Insegurança (do acordo internacional)	
Oposições	
Confronto, disputa (o governo) vs consenso, acordo (o Ministério Público)	Não apresenta
Vítima (os empresários delatores) vs algoz (o governo)	
Locutores/personagens convocados no/pelo texto	
Advocacia Geral da União	Constituição Brasileira
Procuradores federais e advogados	Notícia publicada por <i>O Globo</i>
Ministério Público Federal do Brasil, Departamento de Justiça dos Estados Unidos e Procuradoria-Geral da Suíça	Eduardo Cunha
Michel Temer	Ex-Presidentes Lula e Dilma Rousseff
Lula e Dilma	O coletivo: José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma
Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Renato Duque	Michel Temer
Emílio Odebrecht	
Tom do discurso/Éthos	
Tom de justificativa no apoio às delações premiadas	Tom pessimista em relação à política brasileira
Tom de imparcialidade ao se opor ao governo e não ao Presidente	Tom pessimista em relação ao futuro político de Temer
Éthos mostrado de indignação do locutor em relação ao governo	Éthos mostrado de preocupação com as próximas eleições
Tratamento dado ao governo	
O artigo desqualifica o governo, ao qual se refere como interesseiro, arbitrário, que ameaça e intimida os empresários delatores e que entra em confronto com o acordo internacional, opondo-se a ele	O artigo assume um posicionamento político contrário ao governo, implícito na seleção dos assuntos abordados e nos locutores escolhidos
Tratamento dado à oposição	
O locutor desmerece a oposição implicitamente	O locutor não se dedica à oposição, que é citada entre os ex-Presidentes que sofreram <i>impeachment</i> e que são investigados
O locutor poupa a oposição (a ex-Presidente Dilma Rousseff no caso da MP 703)	
Tratamento dado ao povo brasileiro	
Há uma única alusão ao povo na expressão “reação pública”, relativa à MP 703	A única referência ao povo é quando se menciona a rejeição do eleitorado a Temer

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das análises dos artigos do jornalista José Casado.

4.5 Análise comparativa dos artigos do jornalista Ricardo Corrêa – *O Tempo*

O primeiro artigo de Ricardo Corrêa, “Temer está salvando o PT”, resume, no primeiro parágrafo, o assunto principal: a mudança na situação do PT, que passa da crise à esperança, num empoderamento que é desenvolvido no corpo do texto, mostrando a concentração nesse

assunto. No entanto, o locutor/articulista descreve, primeiramente, a decadência progressiva do partido, voltando à história, para então tecer a previsão sobre a possibilidade de sua volta ao poder, em tom de alerta, deixando claro que essa mudança está relacionada à má gestão do governo Temer, criticado em sua conduta, que é comparada à do próprio PT no passado (também criticada).

Assim, o locutor associa a possível vitória do PT nas eleições de 2018 ao fracasso de Temer, num éthos mostrado de insatisfação, mas também de ponderação, em que ele (o locutor) não chega a se comprometer, alternando as críticas ao governo e à oposição, modalizadas, entre outros, pela narrativa que parece ser um relato histórico e por glosas que afirmam a isenção. Assim, apesar da derrota atribuída ao governo (no presente) e à oposição (no passado), para o PT as previsões futuras são positivas – o que deixa transparecer certo apoio do locutor à oposição, também implícito quando atribui ao povo (que apoiou o *impeachment* de Dilma) a responsabilidade pela crise política atual (ao possibilitar a chegada de Temer ao poder). Verifica-se que, além do empoderamento atribuído ao PT, o artigo constrói uma imagem implícita de poderosa para a população, que consegue depor e eleger Presidentes.

O segundo artigo apresenta maior número de temas que o primeiro, publicado duas semanas antes. Pode-se identificar, tanto em um quanto em outro, que as críticas são direcionadas ao governo e que a oposição não é o alvo principal do julgamento depreciativo do articulista. Enquanto o primeiro artigo dá espaço ao PT, sobre o qual trata na maior parte do texto, entre informações desmerecedoras e previsões positivas para as eleições de 2018, o segundo artigo tem como foco Michel Temer. A ele é atribuída uma impopularidade que envolve passado, presente e futuro, tecendo previsões negativas para o Presidente, por meio do acesso a locutores/enunciadores da classe política. Além do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Senador Renan Calheiros, a menção às pesquisas e ao povo mostra que os locutores/enunciadores mobilizados amparam o tom pessimista presente nas previsões para o Presidente, amenizando o posicionamento do locutor, em que também se observa um silenciamento em relação à oposição, o PT, cuja ascensão política é o assunto principal do primeiro artigo.

Portanto, identifica-se um não posicionamento sobre as questões populares, mesmo que alusões ao povo sejam feitas por meio de diversos atores coletivos: os “brasileiros”, as “manifestações”, a “maioria”, entre outras. Assim, ambos os artigos coincidem na isenção do locutor/articulista, cujo posicionamento é amenizado pelo acesso a locutores (em discurso direto e indireto) e a enunciadores que são a origem das informações apresentadas e aos quais

dá o seu apoio, de modo não evidente. Mas o espaço dado à oposição difere entre os dois, assim como a voz dada ao povo brasileiro.

A intenção de isenção é confirmada nas glosas que compõem ambos os discursos, relativas às reformas propostas pelo governo, respectivamente no primeiro e no segundo artigos: *ai não vai a análise sobre a justiça e a necessidade das medidas, mas apenas uma análise política/ Sem entrar no mérito das reformas* – num éthos mostrado de não comprometimento. Além disso, nos dois artigos, a primeira parte indica uma direção de sentido e a segunda parte uma outra, direções essas que não se opõem, parecendo funcionar como um disfarce para o posicionamento do locutor, que não vai diretamente ao assunto principal. Assim, enquanto o primeiro artigo começa pela crítica ao governo, para então alertar para o empoderamento da oposição, o segundo começa por elogiar o Presidente Temer, para depois sugerir diversos motivos que o conduzirão à saída do poder. Ambos os textos mencionam também as reformas previdenciária e trabalhista e compartilham a citação de cifras oriundas de pesquisas (a mesma cifra de 4% de apoio da população a Temer é apresentada nos dois) sem, no entanto, citar a fonte das informações. Ambos finalizam com a mesma previsão pessimista para o futuro do Presidente.

QUADRO 17 - Comparação dos resultados das análises do jornalista Ricardo Corrêa (*O Tempo*) – continua

“Temer está salvando o PT” 29/04/17	“Presidente decorativo” 13/05/2017
Temas encontrados	
Derrota (do PT no passado)	Esforço (de Temer)
Derrota (do governo Temer no presente)	Coragem (idem)
Poder (de Temer em propor as reformas)	Desprezo (dos políticos e do povo por Temer)
Empoderamento (do PT a partir da impopularidade das reformas) – tema maior	Desvalorização (de Temer pelos brasileiros)
Corrupção (nas duas gestões)	Descrença (dos brasileiros em Temer)
Ineficiência (nas duas gestões)	Decadência (de Temer, de acordo com pesquisas; e ao longo do tempo, no passado, no presente e no futuro)
Impopularidade (da gestão Temer)	Desprestígio (dos políticos pela proximidade com Temer)
Incompetência (da gestão Temer)	Rejeição (popular a Temer, de acordo com pesquisa encomendada pelo PSDB, e também rejeição dos políticos)
Alerta (sobre o avanço do PT)	Impopularidade (de Temer no passado, no presente e no futuro)
	Corrupção (do senador Renan Calheiros)
	Afastamento (entre Calheiros e Temer)
	Fim político (de Temer)

QUADRO 17 - Comparação dos resultados das análises do jornalista Ricardo Corrêa (*O Tempo*) – conclui

Oposições	
Não apresenta	Ocupa a principal cadeira vs. é menos relevante na mídia (do que outros políticos) – referente a Temer
	Cenários principais (outros políticos) vs. cenários alternativos (Temer) – referente às pesquisas
Locutores/personagens convocados no/pelo texto	
Ex-Presidente Dilma Rousseff	Presidente Michel Temer
Governo Dilma	Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso
Presidente Michel Temer	O partido PMDB
Partido dos Trabalhadores - PT	O partido PSDB
Justiça Federal	Pesquisas do PSDB
Coletivo “antigos apoiadores” do PT	Senador Renan Calheiros
Coletivo “adversários” do PT	Câmara dos deputados
Coletivo “os mais radicais” (adversários do PT)	Coletivo de políticos: Lula, Sérgio Moro, Jair Bolsonaro, João Dória, Gilmar Mendes
Coletivo “antigos rivais” do PT	Pesquisas
Coletivo “grandes manifestações”	Coletivo “eleitores”
Coletivo “população”	Coletivo “as manifestações”
As pesquisas	Coletivo “os brasileiros”
A cifra	Coletivo “a grande maioria do povo”
	Coletivo “poucos, ninguém”
	Coletivo “a população”
Tom do discurso/Éthos	
Tom pessimista em relação ao passado do PT	Tom pessimista em relação ao governo Temer
Tom pessimista em relação ao presente do governo	Éthos de não comprometimento nas críticas indiretas (via outros enunciadores/locutores) a Temer
Tom otimista em relação ao futuro do PT (previsão)	
Éthos de ponderação (o locutor alterna as críticas ao governo e à oposição e apoia-se no relato histórico)	
Éthos de insatisfação (em relação à política atual)	
Tratamento dado ao governo	
O artigo critica explicitamente o governo atual e afirma a sua situação de derrota no momento presente	O locutor primeiro elogia (de modo explícito) e depois aponta para o fim político do Presidente Temer (de modo implícito, apoiado em outros locutores/enunciadores)
Tratamento dado à oposição	
O locutor critica ora implicitamente, ora explicitamente a oposição, citando nove vezes o PT	O texto não se dedica à oposição, mencionada apenas genericamente
O locutor afirma a derrota da oposição no passado, o empoderamento da oposição no presente e prevê o poder da oposição no futuro	
Tratamento dado ao povo brasileiro	
O texto traz seis referências ao povo: <i>quem foi às ruas, grandes manifestações, apoio popular, respaldo do voto, adesões a protestos pelo país, apenas 4% da população.</i>	O locutor faz cinco referências ao povo, nos atores coletivos <i>os eleitores, os brasileiros, a maioria, poucos, ninguém, as manifestações, a população</i> , mas não mostra o seu apoio/não apoio
O locutor atribui ao grupo que foi favorável ao <i>impeachment</i> de Dilma a responsabilidade pela situação política atual.	
O texto confere ao povo o poder de depor e eleger presidentes.	

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados das análises dos artigos do jornalista Ricardo Corrêa.

4.6 Resultados da análise do artigo de Acílio Lara Resende (*O Tempo*)

O artigo analisado de Acílio Lara Resende – que, como explicamos, foi o único no período determinado para a escolha do *corpus*, que fez referência ao governo Temer –, apoia a permanência do Presidente, numa modalização no eixo da crença, que o considera a melhor opção (ou talvez a “menos pior”) diante de outros políticos, não confiáveis, como o Senador Renan Calheiros, que podem pretender assumir o poder. O apoio ao governo é pouco assumido, enquanto se evidencia um não apoio ao Senador e, de modo menos evidente, um não apoio também à oposição, na figura do ex-Presidente Lula. Por meio da crítica aos militantes, o locutor deixa entrever um *éthos* de preocupação com o povo brasileiro, mas, principalmente, apresenta um tom de alerta para os que não apoiam a permanência de Temer, num diálogo direto com o leitor. O texto apresenta diversas glosas que criam um efeito de aproximação e apela, via discurso direto, para outros locutores que suavizam o engajamento do locutor 1 (articulista).

QUADRO 18 - Resultados da análise do artigo do jornalista Acílio Lara Resende (*O Tempo*) – continua

“A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz” 13/04/2017
Temas encontrados
Desesperança (em relação à atual política brasileira)
Concessão (relativa à permanência de Temer na Presidência)
Desonestidade (do Senador Renan Calheiros)
Interesse próprio (relacionado aos grupos de militantes de direita e de esquerda)
Oposições
Não apresenta
Locutores/personagens convocados no/pelo texto
Presidente Michel Temer
Ex-Presidente Lula
Ex-Presidente Dilma Rousseff
Senador Renan Calheiros
O leitor
Deputado federal Tiririca (“palhaço Tiririca” no texto)
Jornalista Fernando Gabeira/Adriana Ancelmo
Coletivo “todos”
Coletivo “grupos de militantes”
Coletivo “o povo”
Tom do discurso/Éthos
Tom pessimista em relação à política do país
Tom de alerta para o fato de que o país pode piorar se Temer sair antes do final de seu mandato
Éthos mostrado de preocupação com o povo brasileiro (e do restante do mundo)
Tratamento dado ao governo
O locutor apoia a permanência do Presidente Temer no poder, que considera opção melhor do que o risco de outros políticos, como o senador Renan Calheiros, assumirem o governo
O locutor opõe-se ao senador Renan Calheiros, considerado como alguém capaz de fazer de tudo para se manter no poder

QUADRO 18 - Resultados da análise do artigo do jornalista Acílio Lara Resende
(*O Tempo*) – conclui

Tratamento dado à oposição
O locutor opõe-se ao ex-Presidente Lula, para o qual prevê a possibilidade de “várias condenações”, e insinua a existência de uma parceria entre ele e o Senador Renan Calheiros
Tratamento dado ao povo
Posicionamento favorável do locutor aos pobres, implicitamente, ao citar a frase do jornalista Fernando Gabeira, que tematiza a desigualdade social
Preocupação com o povo, esquecido em meio a grupos de militantes que privilegiam os próprios interesses

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da análise do artigo do jornalista Acílio Lara Resende.

Feita a comparação entre os artigos de cada jornalista, cujos resultados estão sintetizados nos quadros que seguem as análises, passemos às considerações finais, em que cotejaremos os articulistas/os jornais entre si.

CONCLUSÕES

Nesta etapa final, buscaremos expor os recursos mais frequentemente utilizados, nos doze artigos do *corpus*, para criar efeitos de credibilidade e, conseqüentemente, para atuar sobre o outro (destinatário/leitor), observando, mais pontualmente, se o locutor assume ou não a sua opinião. Apesar de nos determos aqui no que é recorrente entre os textos analisados, também mencionaremos os recursos mais significativos, mesmo que presentes apenas em parte do conjunto.

Vamos retomar, primeiramente, as categorias que identificamos serem as mais recorrentes nos columnistas de cada jornal, entre aquelas que elegemos para o nosso dispositivo analítico (ver capítulo 2). Essa comparação será embasada nas análises (capítulo 3), na discussão dos resultados (capítulo 4) e nos vários quadros apresentados ao longo dos capítulos 3 e 4. Em seguida, cotejaremos o conjunto dos seis articulistas dos três jornais: Clóvis Rossi e Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*); Elio Gaspari e José Casado (*O Globo*); Ricardo Corrêa e Acílio Lara Resende (*O Tempo*).

Começemos pela *Folha*, cujos columnistas e artigos são os seguintes:

Clóvis Rossi	Janio de Freitas
“O 'processo' Temer sobreviverá?”	“Brasil é o país em que o presidente é produtor oficial de notícias falsas”
“A lista coloca o Brasil no abismo, sem rede”	“Greves, não importa a dimensão, justificam-se pelo simbolismo”
	“Greves não são sem sentido e talvez sinalizem abertura de nova fase”

Os dois artigos de Clóvis Rossi elegem um assunto principal, que predomina ao longo do texto, reiterado por repetições lexicais que confirmam os títulos. Apresentam um tom de dúvida e de pessimismo em relação ao governo e à política brasileira. No primeiro artigo, as políticas argentina e espanhola, convocadas como exemplos para efeitos de comparação com o Brasil, funcionam como temas específicos. Há que se ressaltar, porém, que, em ambos os artigos, a predominância é de temas impostos compatíveis com o domínio político atual (tais como a *Reforma da Previdência*, no primeiro, e o *fim político* do Presidente, no segundo). Os dois textos se opõem ao governo de modo não ostensivo, sem críticas diretas, mas silenciam sobre a oposição e o povo (o segundo artigo faz uma única alusão aos brasileiros, ao dar voz a um leitor). Assim, é possível identificar um éthos discursivo (mostrado) de ponderação do

locutor, ao qual se acrescenta um éthos de descrença e de insatisfação no segundo artigo. Isso deixa entrever um posicionamento ideológico contrário ao governo e aos políticos corruptos.

Os efeitos de isenção do locutor podem ser vistos no acesso a outros locutores e/ou personagens (ao todo vinte, número próximo ao de Elio Gaspari e ao de Acílio Lara Resende, como veremos), o que confere (ou busca conferir) credibilidade ao que é dito. Também podem ser identificados no uso dos seguintes recursos: modalização epistêmica (é possível que); negações polêmicas (que negam afirmações atribuídas ao senso comum, sem que o locutor se comprometa diretamente); implícitos (principalmente, subentendidos, deixados a cargo da interpretação do leitor). Além disso, há a presença marcante (sobretudo no primeiro artigo), do operador argumentativo *mas* (por meio do qual se impõe uma conclusão contrária a uma outra conclusão possível sugerida anteriormente) e a oferta de sete *hiperlinks*, o que reforça que a fonte das informações não é o locutor, agregando também credibilidade ao discurso (apesar de a fonte não ser citada em alguns casos). Rossi quase não recorre à ironia e às metáforas (que poderiam dar pistas do seu ponto de vista) e interpela apenas uma vez o leitor, o que cria um efeito de aproximação que também desloca a responsabilidade do que se pergunta a ele. No entanto, pelo menos oito índices de avaliação negativa/depreciativa, referentes à política econômica brasileira, contribuem para desvelar seu ponto de vista.

A diferença na assunção de posicionamento dos dois articulistas da *Folha de S. Paulo* é evidente (aliás, nesse quesito, Janio de Freitas não se compara a nenhum dos outros articulistas). Ao contrário de Rossi, Freitas apresenta um discurso com pouca recorrência a efeitos de isenção e muitas afirmações explícitas. Essa preocupação menor em “disfarçar” o próprio engajamento pode ser vista, por exemplo, na presença de um pequeno número de pressupostos e subentendidos, além de pouquíssimas metáforas e negações polêmicas – num posicionamento que é, na maioria das vezes, explícito nas críticas ao Presidente e aos políticos de sua equipe. Os artigos oferecem apenas três *hiperlinks*, não citando, na maior parte das vezes, a fonte das informações (o que poderia amenizar o posicionamento do locutor), mas dão voz a locutores de diferentes posições políticas, no que parecem preservar a característica do discurso noticioso de consultar fontes de informação diversas (mesmo sem a oferta de acesso a elas/ao que dizem).

Contribuem para essa “presença” do locutor (Janio de Freitas) cinco glosas, ou comentários, como em: *O que está dado como podridão, se assim for a classificação apropriada* (grifo nosso), além de cristalizações semânticas e do recurso a temas específicos (a Ditadura, a escravidão, a guerra da Síria, a política alemã, as eleições a bico de pena) para tecer comparações negativas com o governo brasileiro, apresentando grande número de avaliações depreciativas a respeito do Presidente Temer e dos políticos que o apoiam. Há também críticas

ao judiciário, na figura do ministro do STF Gilmar Mendes, em evidência nos dois primeiros artigos, o que confere ao locutor um éthos de coragem, contundente e crítico em relação ao governo, muito diferente, portanto, do éthos de ponderação de Clóvis Rossi.

Apesar de os dois primeiros artigos de Janio de Freitas se concentrarem no não apoio ao governo e o último ter um tom mais ameno, apoiando-se na história para mostrar a continuidade da dominação do povo brasileiro, os três apresentam um tom pessimista, assim como os artigos de Clóvis Rossi. A diferença é que, em Freitas, o pessimismo adquire um viés mais ferino e direto. Observa-se ainda, entre os três artigos, a coincidência de diversos temas abordados: as *Reformas da Previdência e Trabalhista*, a *injustiça com o povo* (também ligada aos temas da *espoliação, desrespeito, degradação, desigualdade de classes, exclusão*), o que aponta para o apoio do locutor à população, sendo possível vislumbrar o tema da *esperança* nas mobilizações populares. Também se observa o apoio implícito à oposição, tanto nas referências ao PT (tematizando a persistência dos governos petistas) quanto no apoio aos sindicatos (fragilizados) e no elogio à competência de Waldir Pires, ministro do ex-Presidente Lula.

Passemos aos colunistas/articulistas de *O Globo* (reapresentados no quadro a seguir) e à comparação com os da *Folha de S. Paulo*:

Elio Gaspari	José Casado
“Só a rua salva a Lava-Jato – A oligarquia unida jamais será vencida e ela quer assar uma enorme pizza, mandando a conta para a patuleia”	“Intimidação e Insegurança – Disputa para influir na Lava-Jato produz novas multas de R\$ 40 bilhões a empresas, gera insegurança em acordos feitos com Brasil, Suíça e EUA, e deixa réus intimidados”
“Fica, Temer – Depois dele, o que há na vitrine das carnes? A escolha é do Congresso, e o que ele tem a oferecer?”	“O governo Temer foi ao chão – O cenário político converge para uma eleição direta a partir de eventual renúncia”

Podemos dizer que Elio Gaspari e José Casado compartilham o tom pessimista, como nos artigos da *Folha de S. Paulo*, e o éthos discursivo (mostrado) de comedimento, mais próximo, pois, do de Clóvis Rossi. Casado ainda apresenta um éthos de indignação para com o governo e de preocupação em relação às próximas eleições. Gaspari, além do pessimismo, alterna o tom de esperança com o de decepção com o povo, numa mudança de um artigo para o outro. A modalização epistêmica atravessa os quatro artigos, havendo a ocorrência também da modalização deôntica, embora de modo menos expressivo (esse recurso, aliás, aparece apenas nos artigos de Elio Gaspari, entre todos os colunistas).

Diferentemente dos outros quatro articulistas, os dois colunistas de *O Globo* conferem a seus artigos títulos extensos que são retomados no corpo do texto por meio de repetições

lexicais (recurso esse também utilizado nos artigos da *Folha de S. Paulo*). A *corrupção* é o único tema que se repete entre os quatro articulistas. Há, porém, a proximidade do tema do *interesse próprio*, em Clóvis Rossi, com os temas do *interesse político* e da *arbitrariedade* (José Casado), do *ilícito* e da *parcialidade* (Elio Gaspari) e do *privilégio* e da *ilegalidade* (Janio de Freitas) – relativos ao governo e à classe política corrupta. Os temas presentes são, no geral, impostos e compatíveis com o sistema de restrições semânticas do jornalismo opinativo na área atual de política. Casado, porém, alude a um tema específico – a *Ditadura* –, que também é mencionado por Elio Gaspari e por Janio de Freitas, sendo que os dois últimos recorrem ainda ao tema específico da *escravidão*.

Os efeitos de apagamento da subjetividade do locutor nos artigos de *O Globo* estão relacionados à mobilização de outros locutores/personagens, à citação de discursos de autoridade e ao recurso à reconstituição dos fatos, com o uso de índices temporais para comparar o passado e o presente, sugerindo a isenção do locutor por meio da impressão de um relato histórico – numa intertextualidade com diversos acontecimentos políticos divulgados pela mídia jornalística. Ao contrário do que fazem Janio de Freitas, Clóvis Rossi e os colunistas de *O Tempo*, como veremos, não se recorre aqui a negações polêmicas ou a glosas ou comentários (Casado apenas uma vez), recursos que poderiam indicar, mesmo que implicitamente, esse posicionamento. Tampouco há a oferta de *hiperlinks*, como em Clóvis Rossi. Esse apagamento das marcas de subjetividade é acentuado em Casado pelo fato de que, em seus artigos, há metade do número de avaliações positivas/negativas em relação aos artigos de Gaspari (que trazem pelo menos dez), e menor ainda se comparado a Janio de Freitas, com cerca de 28. Diferencia-se, assim, o nível de assunção/engajamento dos colunistas de *O Globo*, embora ambos compartilhem o silenciamento quase total sobre a oposição – assim como Clóvis Rossi, e ao contrário de Janio de Freitas e de Ricardo Corrêa (de *O Tempo*), que será descrito a seguir –, o que dificulta a análise do posicionamento ideológico desses locutores/articulistas.

Chama a atenção a presença de um número significativo de implícitos (pressupostos e subentendidos) nos artigos de *O Globo*, mas é Casado quem apresenta, entre todos os articulistas, o maior número de pressuposições, no total de doze nos dois artigos. Apesar da isenção proporcionada tanto pelos pressupostos quanto pelos subentendidos, que trazem a possibilidade de que o locutor se retire da sua fala, os pressupostos, segundo Ducrot (1987), são tomados como verdade (que, por isso, não é posta em discussão porque tida como partilhada entre os interlocutores), o que parece comprometer menos o locutor. Isso permite pensar que a intenção de José Casado é a de não mostrar (pelo menos, não de forma clara, direta) seu posicionamento ideológico, o que é acentuado pelo silenciamento quanto à oposição e ao povo.

Predomina, em seus dois artigos, o sentido (ou efeito de sentido) de conclusão a partir dos fatos para justificar a oposição ao governo, dificultando a determinação da “comunidade social”, nas palavras de Brandão (2004), à qual o locutor estaria atrelado ideologicamente. Elio Gaspari, por sua vez, dá voz (ainda que indireta) ao povo, que chega a apoiar implicitamente no primeiro artigo, também mencionado no segundo, assumindo posições mais claras do que José Casado.

O número de locutores/personagens mobilizados também evidencia a diferença nas estratégias discursivas dos colunistas de *O Globo*, uma vez que Gaspari convoca 26 locutores/personagens, o dobro do número de Casado e quase o maior entre todos os colunistas (Ricardo Corrêa, descrito a seguir, apresenta 27 locutores/personagens), o que mostra que essa não é uma estratégia de credibilidade considerada por José Casado, como o é por outros colunistas. Identificamos também que não há efeitos de aproximação com o leitor, o que pode ser comparado a Clóvis Rossi (que interpela o leitor uma única vez), enquanto todos os outros articulistas o fazem. Gaspari, por sua vez, assemelha-se a Clóvis Rossi, que apresenta 20 locutores/personagens acessados nos artigos, como mencionamos. Nesse quesito, aliás, o menor número está em Janio de Freitas, que acessa 23 locutores/personagens, mas em três artigos. Gaspari, no entanto, coincide com Janio de Freitas ao convocar o ministro do STF, Gilmar Mendes, duas vezes, em avaliações depreciativas.

Na comparação dos quatro jornalistas dos dois jornais, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, verifica-se que os maiores efeitos de isenção estão nos artigos de José Casado (*O Globo*) e de Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*). Vemos também que, enquanto Casado não menciona o povo e a oposição, tanto Elio Gaspari, do mesmo jornal, quanto Clóvis Rossi, coincidem ao dar voz indireta ao povo. Os três articulistas citados compartilham o tom de ponderação na oposição que fazem ao governo, distanciando-se, portanto, de Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*), cujas opiniões são, em geral, explicitadas, havendo, pois, nos seus artigos, pouca recorrência a efeitos de apagamento, como já foi comentado. Destaca-se que tanto Elio Gaspari (no primeiro artigo), quanto Janio de Freitas, em dois artigos, compartilham a crença na população, na força das manifestações populares, semelhante ao que faz Acílio Lara Resende, de *O Tempo*, de quem trataremos a seguir.

Sigamos, pois, para a última comparação, que envolve os artigos/colunistas de *O Tempo*:

Ricardo Corrêa	Acílio Lara Resende
“Temer está salvando o PT”	“A oposição de Renan Calheiros ao governo Temer acendeu uma luz”
“Presidente decorativo”	

Nos artigos de Ricardo Corrêa, os temas se confirmam na referência ao Presidente Temer, mas o primeiro artigo toma como assunto principal a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, tematizando Temer em segundo plano, o que mostra ser esse colunista o único a eleger a oposição como foco (mesmo que para criticá-la), entre os articulistas dos três jornais. Temer também é o objeto de crítica no artigo de Acílio Lara Resende que, assim como Corrêa, não apoia a oposição e reserva para o Presidente o tom de concessão (deve ser *suportado* até as eleições), opinião que compartilha com Elio Gaspari (*O Globo*), no seu segundo artigo.

O que dá pistas sobre o ponto de vista de Ricardo Corrêa é o éthos de insatisfação, construído a partir de um número razoável de implícitos, de recursos de intensidade (hipérboles) e de índices de avaliação depreciativos em relação ao governo e à oposição, que são, no entanto, amenizados por generalizações – de modo semelhante ao não apoio ao Presidente nos artigos de Clóvis Rossi, Elio Gaspari e José Casado. Estes, por sua vez, não se dedicam à oposição, como já foi dito. A busca por efeitos de sentido de isenção também pode ser vista no éthos de ponderação que esses cinco colunistas compartilham, pontuando-se que Acílio Lara Resende e Elio Gaspari deixam entrever que seu apoio a Temer é parcial, demonstrando talvez menor preocupação em disfarçar o seu posicionamento.

O tema da *derrota* do Presidente, no primeiro artigo de Corrêa, pode ser comparado ao tema da *desesperança* com a política atual, presente no artigo de Lara Resende, e também a diversos outros temas do seu segundo artigo: *decadência, desprezo, descrença, desvalorização, desprestígio, rejeição, fim político, impopularidade*, todos atribuídos ao Presidente Temer, além de *corrupção/desonestidade*. Esses temas também repercutem nos artigos dos quatro colunistas já descritos, em diversos momentos. Observa-se que o tema do *interesse próprio*, abordado no artigo de Lara Resende, também foi encontrado nos artigos de Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) e de José Casado (*O Globo*), “relido”, nesse último caso, como *interesse político*, conforme mencionamos.

Os dois colunistas de *O Tempo* mantêm um tom pessimista ao longo dos artigos e recorrem ao senador Renan Calheiros, de modo depreciativo, em críticas mais explícitas do que aquelas feitas ao Presidente, da mesma forma que o ministro Gilmar Mendes é alvo das críticas de Janio de Freitas e de Elio Gaspari (sendo também citado por Ricardo Corrêa), e o ministro Eliseu Padilha daquelas de Clóvis Rossi. Observa-se que entre os locutores/personagens que mais aparecem nos artigos estão o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, citado por cinco colunistas (e menos criticado que o senador e os ministros), além da ex-Presidente Dilma Rousseff, do ex-Presidente Lula e do Presidente Michel Temer, citados por todos.

Acílio Lara Resende é o único a apresentar intertextualidade com uma publicação própria, colocando-se também como locutor 2 no texto. Além disso, apela fortemente para o “diálogo” com o discurso religioso, assim como faz Elio Gaspari. Destaca-se, principalmente, pela interpelação ao leitor – ao todo dez no único artigo, o que cria efeito de aproximação (Janio de Freitas, por exemplo, tem a metade, em três artigos). Esse recurso é também utilizado por Ricardo Corrêa, do mesmo jornal, e Elio Gaspari (de *O Globo*), como vimos. Lara Resende também apresenta glosas, como outros três articulistas (Clóvis Rossi, Janio de Freitas e Ricardo Corrêa), em que ora se desculpa, ora comenta, somando efeitos de aproximação com o leitor. Ao acessar dez locutores/personagens em apenas um artigo, pode ser comparado à Clóvis Rossi, que traz 20 locutores/personagens em dois artigos, o que está relacionado a estratégias tanto de credibilidade quanto de isenção.

Como nos demais artigos (da *Folha* e de *O Globo*), a repetição lexical confirma os títulos tanto em Corrêa quanto em Lara Resende. Outros recursos aproximam esses dois jornalistas de *O Tempo*, como por exemplo, o fato de se oporem tanto ao governo quanto à oposição, assumindo, porém, um éthos de ponderação, como de quem “não toma partido”, segundo expressão popular. Nesse sentido, lembramos que Lara Resende, assim como Elio Gaspari, prega a permanência do Presidente Temer no poder até as eleições de 2018, mas admite, entre implícitos, que essa é uma solução apenas temporária e a menos maléfica para o país.

Esse tipo de éthos (mais ponderado) é compartilhado com todos os outros colunistas, à exceção de Janio de Freitas, da *Folha*, como já pontuamos. Também se observa, nos artigos de Corrêa, a predominância de pressupostos (que, tendo valor de verdade, parecem não comprometer o locutor) sobre os subentendidos. Por sua vez, nos artigos de Lara Resende, é notória a pequena quantidade de índices de avaliação depreciativos (apenas três). Ambos os artigos apresentam poucas metáforas e quase nenhuma ironia. Há que se destacar ainda que, apesar de não expor o seu engajamento, Acílio Lara Resende compartilha com Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*) o éthos de preocupação com o povo brasileiro, demonstrando, assim, maior atenção, de um lado, ao governo e, de outro, à população.

Cabe observar, por fim, que os artigos de Corrêa, que ora dão voz à oposição, ora silenciam sobre ela, tematizam o poder não só do PT, deixando implícito também o poder popular de eleger e depor presidentes. O articulista alude ao poder do povo em diversos atores/personagens coletivos, no que se assemelha a Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*), à Elio Gaspari (*O Globo*) no primeiro artigo, e à Acílio Lara Resende (*O Tempo*), no mencionado éthos de preocupação com o povo. Os demais colunistas não fazem referência aos brasileiros, a não ser em uma ou outra alusão mais pontual. No entanto, nenhum dos artigos trata de

questões coletivas, como no caso de Janio de Freitas, o único a apoiar explicitamente a população.

Feitas as comparações entre os seis articulistas estudados, chegou o momento de retomar – e avaliar – as perguntas que fizemos e as hipóteses que levantamos na Introdução desta tese. Pudemos constatar que, mesmo no contexto atual de liberdade de imprensa (que, como vimos, sofre outros tipos de coerções, diferentes do período da censura no Brasil), o jornalismo de opinião ainda se vale de muitos recursos para criar efeitos de sentido de não posicionamento do locutor. Portanto, identificamos que as hipóteses que levantamos se confirmam parcialmente. Nessa perspectiva, à exceção de Janio de Freitas (que não “tem papas na língua”, chamando o Presidente, por exemplo, de *produtor oficial de notícias falsas*, o que seria impensável em tempos de Ditadura), todos os demais parecem corroborar a ideia de que o discurso de opinião de hoje não dialoga diretamente com o leitor, buscando influenciar/convencer por meio de uma argumentação que não explicita o julgamento do locutor, o qual, via de regra, fica subentendido nas conclusões orientadas pela seleção das informações/locutores/enunciadores e pela presença de outros recursos que já apontamos.

Os artigos analisados parecem se situar dentro das restrições previstas no contrato de comunicação do discurso jornalístico, em relação à menção a diversas fontes de informação (mas paradoxalmente, a maioria sem a oferta de *hiperlinks*, recurso que reforçaria o efeito de objetividade), permitindo-nos concluir, em alguns casos, que a apresentação de informações (característica inerente ao jornalismo noticioso) parece sobrepor-se à opinião propriamente dita. A esse respeito, podemos exemplificar com Clóvis Rossi que, como mencionamos, além de trazer 20 locutores/personagens, oferece sete *hiperlinks*, o que agrega credibilidade a seu discurso, mas também indica a intenção de isenção, mostrando que o locutor/articulista não é a origem das informações disponibilizadas para o leitor.

Passemos agora à observação da voz dada ao povo, ao governo e à oposição pelos seis articulistas. Além de Janio de Freitas (*Folha de S. Paulo*), que dá seu apoio explícito à população, os jornalistas Elio Gaspari (*O Globo*) e Ricardo Corrêa (*O Tempo*) atribuem *poder* às manifestações, enquanto Acílio Lara Resende (também de *O Tempo*) mostra um éthos de preocupação com o povo. Entretanto, não se discute, a não ser no caso de Janio de Freitas, questões diretamente ligadas ao povo. Dois dos articulistas, Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*) e José Casado (*O Globo*), silenciam sobre a população – lembrando que durante o período determinado para a seleção dos artigos analisados aconteceram duas grandes manifestações populares. No que tange ao governo, Janio de Freitas é explícito na oposição a essa instância, enquanto Acílio Lara Resende e Elio Gaspari apoiam a permanência de Michel Temer, mas

permitem identificar que esse apoio não é total. Os outros três colunistas (Clóvis Rossi, José Casado e Ricardo Corrêa) opõem-se ao Presidente de modo implícito, não evidenciando o seu posicionamento. A oposição, por sua vez, é apoiada, entre explícitos e implícitos por Janio de Freitas. Já Ricardo Corrêa toma o PT como assunto principal de um dos artigos e evidencia o seu não apoio ao partido, assim como Acílio Lara Resende. Todos os outros três colunistas (Clóvis Rossi, Elio Gaspari e José Casado) silenciam sobre a oposição. Assim, pode-se verificar que: 1) a alusão, ou a voz indireta dada ao povo brasileiro, está presente na maioria dos articulistas; 2) metade deles não explicita o seu ponto de vista contrário ao governo; 3) também metade não chega a mencionar oposição.

A nosso ver, as análises empreendidas (capítulo 3), bem como o cruzamento de dados, que iniciamos no capítulo 4 e finalizamos aqui, apontam para o fato de que, via de regra, o posicionamento do colunista não é comunicado ao leitor – o que se esperaria do gênero artigo de opinião. Não podemos perder de vista, no entanto, que a orientação argumentativa pode ser identificada/vislumbrada por meio das diversas categorias mobilizadas nesses artigos, como a tematização, a escolha vocabular, o uso de metáforas, de subentendidos, da intertextualidade presente no discurso citado, entre outros, o que conduz a determinadas conclusões em detrimento de outras, mesmo com a pequena presença de explícitos. Obviamente se aposta num leitor apto a “trafegar” pelas entrelinhas, entendendo o sentido subliminar, além de ser, de preferência, bem informado sobre os acontecimentos políticos. Talvez no período da Ditadura os disfarces soassem mais como um pacto silencioso com o leitor, mostrando mais proximidade com este do que a busca pela ocultação do posicionamento político/ideológico do locutor em tempos de “liberdade imprensa”, o que, como observamos, caracteriza uma parte significativa da amostra aqui apresentada. Diante disso, confirma-se a hipótese que levantamos de que a definição do gênero “artigo de opinião” precisaria ser revista, apontando, dessa forma, para uma miscigenação de gêneros, já reconhecida, aliás, pelos autores consultados a esse respeito.

Gostaríamos de deixar claro, por outro lado, que temos consciência de que o *corpus* escolhido, composto por doze artigos de seis jornalistas, é uma pequena amostra diante da imensa quantidade de publicações do gênero veiculadas nos portais *online* de veículos noticiosos brasileiros, além de pelos meios de comunicação impressos. Também julgamos que alguns aspectos poderiam ter sido mais bem explorados, como o *éthos* prévio de cada jornalista e a linha editorial/posicionamento ideológico de cada jornal, aos quais não nos dedicamos por limitações de espaço e de tempo, mas que pretendemos retomar em trabalhos posteriores. No entanto, acreditamos que, de acordo com os veículos escolhidos – os de maior público em três grandes estados brasileiros, dentro do período delimitado para as publicações, próximo a duas

grandes manifestações populares, além da seleção (em que procuramos ser criteriosos) dos jornalistas –, essa amostra possa ser significativa para os estudos do domínio jornalístico, atendendo tanto à área de Comunicação Social quanto à área de Linguística/Análise do Discurso, para as quais pretendemos dar nossa – modesta – contribuição com esta tese. Em outras palavras: embora não possamos generalizar os resultados sem uma pesquisa mais extensa e diversificada, acreditamos que o trabalho deu conta de uma parte significativa do conjunto de publicações do domínio atual do jornalismo de opinião.

Estaremos, nesta tese, concluindo que os efeitos de credibilidade passam pelo disfarce/amenização da opinião? Com certeza sim, mas quem o demonstra são os próprios artigos analisados – fato que percebemos no Projeto de Tese e que ganhou consistência após as análises no contexto do doutorado. Não podemos deixar de mencionar também que, nos artigos de opinião analisados, encontram-se muitas marcas de heterogeneidade mostrada (palavras entre aspas, marcadores de pressuposição, negação polêmica etc.), o que, consideramos, confirma a hipótese de que se trata de uma outra estratégia voltada para o fazer crer, contribuindo, ao mesmo tempo, para amenizar o engajamento do locutor em relação àquilo que diz.

Diante do que foi exposto, consideramos que cumprimos nosso objetivo maior de lançar um olhar sobre como se encontra o jornalismo de opinião política no Brasil neste momento. Se o trabalho aqui empreendido, por um lado, respondeu às questões que nos colocamos inicialmente (ou, pelo menos, a algumas delas), por outro, fez surgir novas perguntas, que ficam em aberto para investigações futuras. Nossas ou de outros pesquisadores. Afinal, é essa “incompletude” (constitutiva) que faz o conhecimento avançar.

REFERÊNCIAS

1 ANO do governo do Presidente Michel Temer. *GI*, 7 ago. 2017. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/1-ano-do-governo-do-presidente-michel-temer/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. AGU cobra na Justiça R\$ 11,3 bilhões de empreiteiras investigadas na Lava Jato. *Último Segundo*, 26 de abr. 2017. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-04-26/lava-jato-agu.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. AGU cobra R\$ 11,3 bilhões em nova ação contra empreiteiras envolvidas na Lava Jato. *Jusbrasil*, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://agu.jusbrasil.com.br/noticias/451494034/agu-cobra-r-113-bilhoes-em-nova-acao-contras-empres-entoras-envolvidas-na-lava-jato>. Acesso em: 23 jul. 2018.

AMARAL, Luciana. Renan renuncia à liderança do PMDB e diz que não será “marionete” do governo Temer. *UOL Notícias*, 28 de jun. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/06/28/renan-lideranca-do-pmdb-no-senado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2018.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia. (orgs.) *Análises do discurso hoje*. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

_____. *L'argumentation dans le discours*. Paris: Arman Colin, 2006.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Liege – Bruxelles: Pierre Mardaga, 1988.

AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. Dialogismo mostrado, dialogismo constitutivo; heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (eds). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2004.

_____. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

_____. Heterogeneidade(s) Enuciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP: jul./dez. 1990, p. 25-42.

_____. Heterogenité(s) enonciative(s). *Langages*, 19e année, n. 73, Paris: 1984, p. 98-111.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2011.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 1-9.

_____. *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BOGHOSSIAN, Bruno. Temer quer enfiar retirada de direitos trabalhistas “goela abaixo”, diz Renan. *Folha de S. Paulo*, 27 de abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879130-temer-quer-enfiar-retirada-de-direitos-trabalhistas-goela-abaixo-diz-renan.shtml>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Medida Provisória. s/d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRITTO, Carlos Ayres. Entrevista. Programa *Roberto D’Ávila*, 20 abr. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RMbZY2_54IU. (11:04). Acesso em: 2 ago. 2018.

CARAM, Bernardo; FERNANDES, Talita. Temer desiste de candidatura e anuncia Meirelles pelo MDB. *Folha de S. Paulo*, 22 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/temer-desiste-de-candidatura-e-anuncia-meirelles-pelo-mdb.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CARAM, Bernardo; MODZELESKI, Alessandra; CALGARO, Fernanda. CCJ rejeita parecer que recomendava continuidade da denúncia contra Temer. *GI*, 13 jul. de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/ccj-rejeita-parecer-que-recomendava-continuidade-da-denuncia-contratemer.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Mise au point sur la polyphonie. *Langue Française* 2009/4 (n. 164), p. 33-43. Paris: Armand Colin, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2009-4-page-33.htm>.

CARVALHO, Mario Cesar; MEGALE, Bela. Odebrecht assina acordo nos EUA e na Suíça nesta quarta. *Folha de S. Paulo*, 20 de dez. de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843095-odebrecht-assina-acordo-nos-eua-e-na-suica-nesta-quarta.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CHABROL, Claude; EMEDIATO, Wander. A problemática da argumentação na língua, a teoria dos topoï e as representações intrínsecas e extrínsecas. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato (Orgs.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD, POSLIN, FALE, UFMG, 2002, p. 295-315.

CHABROL, Claude. Humor e mídia: definições, gêneros e cultura. *In: EMEDIATO, Wander; LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia. (orgs.) Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 2008, p. 221-234.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid Castro (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato. (Orgs.). Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

CIDADES pelo país têm manifestações a favor da Lava Jato neste domingo - Protestos foram convocados pelas redes sociais. *GI*, 26 de mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/cidades-pelo-pais-tem-manifestacoes-a-favor-da-lava-jato-neste-domingo.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Caio Tulio. *Ética, jornalismo e nova mídia: Uma moral provisória*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

D'AGOSTINO, Rosanne *et al.* Ex-deputados relatam bastidores da sessão que depôs João Goulart. *GI*, 31 de mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/ex-deputados-relatam-bastidores-da-sessao-que-depos-joao-goulart.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

DELFIM Netto. *Memórias da Ditadura*, s/d. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delfim-netto/index.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder: Bastidores da imprensa*. São Paulo: Summus, 1990.

DISCURSO de Temer no Dia da Mulher vira vergonha internacional. *Pragmatismo Político*, 10 de março de 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismo-politico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-vira-piada-internacional.html>. Acesso em: 6 maio 2018.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “topoi” argumentativos. *In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: RG, 2008.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ELEIÇÃO a bico de pena. *Senado Notícias*, s/d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/eleicao-a-bico-de-pena>. Acesso em: 22 jun. 2018.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: _____. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UFMG, 2013, p. 69-104.

_____. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELO, Renato (orgs.) *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 3, 2010, p. 79-98.

_____. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2008, p. 71-91.

_____. O problema da informação midiática entre as Ciências da Comunicação e a análise do discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; SANTOS, João Bosco Cabral.; MENEZES, William Augusto. *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte, MG: NAD/POSLIN/FALE/UFMG, 2005.

FACHIN determina inquéritos contra ministros e parlamentares. *Folha de S. Paulo*, 12 abr. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874591-fachin-determina-inqueritos-contra-ministros-e-parlamentares-diz-jornal.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Lília Gomes. El País: Análise da função do hiperlink em webnotícia. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo: 05 a 09/09/2016, *Anais...*, 2016, p. 1-14. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2046-1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

FHC compara governo Temer à “pinguela” e diz se esforçar em favor dele. *Valor Econômico*, 2 de dez. 2016. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4794061/fhc-compara-governo-temer-%3Fpinguela%3F-e-diz-se-esforcar-em-favor-dele>. Acesso em: 29 jul. 2018.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2005a.

_____. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2005b.

FRANCISCO, Waldir Pires de Sousa. *FGV CPDOC*, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-waldir-pires-de-sousa>. Acesso em: 16 jun. 2018.

FUCHS, Cathérine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso; atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 1990, p. 163-252.

GARCIA, Roosevelt. A história dos três patetas. *Veja São Paulo*, 9 abr. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/a-historia-dos-tres-patetas/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: Ensaio semióticos*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

_____; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. Aquele que diz o que não diz: uma biobibliografia de Oswald Ducrot. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, v. 11, jul-dez./2015. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/289.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ITAMAR foi vice de Collor e lançou o Plano Real, que venceu a inflação; conheça trajetória. *UOL Notícias*, 2 jul. 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/07/02/ex-presidente-tinha-fama-de-namorado-conheca-trajetoria.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 9 jul. 2018.

JUSTIÇA do DF condena Renan Calheiros à perda do mandato e dos direitos políticos. *GI*, 18 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/justica-do-df-condena-renan-calheiros-a-perder-o-mandato-e-direitos-politicos.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2018.

KARAM, Francisco José. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.

KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Aphorisation et construction d'images dans la dispute du pouvoir. *Revue Repères-Dorif*. Autour du français: langues, cultures et plurilinguisme. Piemonte, Hors. Série: Formules et aphorisations dans le discours de presse au Brésil, coordonné para Paola Paissa et Françoise Rigat, juin 2017. ISSN: 2281-3020. Disponível em: http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?art_id=347. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. Pragmatics and discourse analysis: A dialogue on the concept of aphorization in media texts. *Pragmatics*, n. 26, v. 1, p. 93-109, Mar, 2016. Disponível em: <http://www.jbe-platform.com/docserver/prag.26.1.051ar.pdf?expires=1523796095&id=id&acname=guest&checksum=880F5EA8DBCEAE5FE6568312A819C6C5>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. *O que dizem da língua os que ensinam a língua: uma análise semiótica do discurso do professor de português*. Campo Grande, MS: UFMS, 2004.

LAVA Jato: AGU pede na Justiça ressarcimento de R\$ 11,3 bi aos cofres públicos. *Jornal do Brasil*, 25 de abr. 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/04/25/lava-jato-agu-pede-na-justica-ressarcimento-de-r-113-bi-aos-cofres-publicos/>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LEMOS, Cândida Emília Borges; SANTIAGO, Maria Magda de Lima. O Almanaque Humordaz e o discurso dos cartunistas na oposição à Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 4, n. 1, Curitiba: janeiro-junho 2015, p. 61-71. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed07/artigos.asp>. Acesso em: 2 jun. 2018.

LIMA, Venício Artur. *Regulação das comunicações: História, poder e direitos*. São Paulo: Paulus Ed., 2011.

LIVROS marcam centenário do economista Roberto Campos. *Folha de S. Paulo*, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1876108-livros-marcam-centenario-do-economista-roberto-campos.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MACHADO, Ida Lúcia. Paródia, fait divers e análise do discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato (orgs.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/ UFMG, 2002. p. 59-73.

_____. Breves considerações sobre índices de modalização e práticas de leitura. *Caligrama - Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 6, 2001, p. 63-77. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/343/292>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MAIA, Gustavo. Pato da Fiesp visava promover Paulo Skaf para eleição de 2018. *UOL Notícias*, 20 de nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/11/20/pato-da-fiesp-visava-promover-skaf-para-2018-diz-delator.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Cenas da enunciação*. Curitiba, PR: Criar, 2008a.

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. Les discours littéraire contre la littérature em soi. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (orgs.) *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/UFMG, 2003, p. 17-32.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Pragmática para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

MARETTI, Eduardo. Bresser-Pereira: PSDB é um partido golpista, da direita e absolutamente antinacional. *RBA (Rede Brasil Atual)*, 10 abr. 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/04/bresser-pereira-psdb-e-um-partido-golpista-da-direita-e-absolutamente-antinacional>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MARTINS, Rodrigo. Paulo Skaf estava na cota dos 10 milhões de Temer, diz Marcelo Odebrecht. *Carta Capital*, 2 de mar. de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/paulo-skaf-estava-na-cota-dos-10-milhoes-de-temer-diz-marcelo-odebrecht>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MATOSO, Filipe; MAZUI, Guilherme. “Diário Oficial” publica em edição extra nomeação de Eliseu Padilha como ministro interino do Trabalho. *G1*, 5 de jul. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/diario-oficial-publica-nomeacao-de-padilha-como-ministro-interino-do-trabalho.ghml>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MATTOSO, Camila *et al.* Grupo ODEBRECHT pagou US\$ 1 bi em propinas em 12 países, dizem EUA. *Folha de S. Paulo*, 21 dez. 2016. Disponível em: <HTTPS://www1.folha.uol.com.br/2016/12/1843417-odebrecht-pagou-us-788-milhoes-em-propinas-em-12-oaises-dizem-eua.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2018.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MEMÓRIA Intercom Depoimentos. *José Marques de Melo*. Intercom, s/d. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/memoria/depoimentos/jose-marques-de-melo/perfil>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MENEZES, Cynara. Ayres Britto, um poeta na alta corte. *Carta Capital*, 8 de maio 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ayres-britto-um-poeta-na-alta-corte-2>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MOIRAND, Sophie. Dialogismo. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. (eds.) *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

MORAES plagiou autor espanhol. *DCM - Diário do Centro do Mundo*, 9 fev. 2017. Disponível em: <HTTPS://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/moraes-plagiou-autor-espanhol/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MP dos acordos de leniência perde a validade. *Senado Notícias*, 31 maio 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/31/mp-dos-acordos-de-leniencia-perde-a-validade>. Acesso em: 24 jul. 2018.

NEVES, Maria Helena M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. A modalidade. In: KOCH, Ingedore G. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: UNICAMP/FAPESP, 1996.

OLÍMPIO, Hilda Maria de Oliveira. O percurso teórico de Oswald Ducrot na defesa de uma argumentação linguística. *Revista Contextos Linguísticos*, Vitória, ES, n. 4, p. 37-50, 2010.

OLIVEIRA, Mariana; SALOMÃO, Lucas. PF conclui inquérito sobre Furnas e diz não ter provas de propina para Aécio. *GI*, 9 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/pf-conclui-inquerito-sobre-furnas-e-diz-nao-ter-provas-de-propina-para-aecio.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a análise de discurso. *Estudos da linguagem*, Vitória da Conquista, BA, n. 1, p. 09-13, 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/4>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OTTA, Lu Aiko. Governo quer aumentar impostos em 2017. *O Estado de S. Paulo*, 3 set. 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-quer-elevar-impostos-em-2017,10000024539>. Acesso em: 05 jun. 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PERSONAGENS 1968 – Ato Institucional nº 5 – Jarbas Gonçalves Passarinho. *Folha de S. Paulo*, s/d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>. Acesso em: 17 jun. 2017.

PERSONAGENS 1968 – Ato Institucional nº 5 – Pedro Aleixo. *Folha de S. Paulo*, s/d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/pedroAleixo.html>. Acesso em: 9 jul. 2018.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2008.

POR 4 votos a 3, Plenário do TSE nega pedido de cassação da chapa Dilma e Temer. *Tribunal Superior Eleitoral*, 9 jun. 2017. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Junho/por-4-votos-a-3-plenario-do-tse-decide-pela-nao-cassacao-da-chapa-dilma-e-temer>. Acesso em: 8 jul. 2018.

PORTO, Sérgio (Org.). *O Jornal: Da forma ao sentido*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2002.

RESENDE, Acílio Lara. Escrever sobre política se tornou tarefa nojenta para muitos leitores. *O Tempo*, 6 de abr. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ac%C3%ADlio-lara-resende/escrever-sobre-pol%C3%ADtica-se-tornou-tarefa-nojenta-para-muitos-leitores-1.1457150>. Acesso em: 21 ago. 2018.

RODRIGO Janot e Gilmar Mendes voltam a entrar em rota de colisão. *Estado de Minas*, 23 de mar. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/03/23/interna_politica,856549/janot-contra-ataca-gilmar.shtml. Acesso em: 8 jul. 2018.

SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. *GI*, 7 de dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SANTIAGO, Maria Magda de Lima. Intertextualidade no discurso político das ruas: entre brados e diálogos. In: LEMOS, C.E.B.; GONÇALVES, M.M. (orgs.). *Razão pura, razão sensível: dinâmica de sentidos em manifestações políticas de 2014 (E-book)*. Belo Horizonte: UNA, 2016. Disponível em: <https://www.una.br/eventos/razao-pura-razao-sensivel/>. Acesso em: 2 jun. 2018.

_____. A imprensa alternativa e a crítica disfarçada à ditadura nos cartuns do Almanaque Humordaz. 3ª JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO - JIED. 2º ENCONTRO INTERNACIONAL DA IMAGEM EM DISCURSO – EIID [recurso eletrônico], Maringá, UEM-PLE, *Anais...*, 2015; p. 1-15. Disponível em: <http://www.jiedimagem.br/anais>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p. 134-157.

TIRIRICA se despede: “Estou decepcionado com a política”. Veja o discurso. *Carta Capital*, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tiririca-renuncia-201cestou-decepcionado-com-a-politica201d-veja-o-discurso>. Acesso em: 23 ago. 2018.

UM levantamento feito pela “Associação Contas Abertas” mostra que no mês passado o Governo liberou 134 milhões de reais, em emendas ao orçamento, para 36 dos 40 deputados que votaram a favor de Temer na CCJ. *Jornal Nacional*, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iYLRcU_rrqc. Acesso em: 30 ago. 2017.

ZUQUIM, Rodrigo. Em menos de 10 meses, Temer faz mais alterações nos ministérios que Dilma. *Poder 360*, 26 fev. 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-menos-de-10-meses-temer-faz-mais-alteracoes-nos-ministerios-que-dilma/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

Acesso aos artigos analisados, disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/04/1873978-o-processo-temer-sobrevira.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2017/04/1874935-a-lista-coloca-o-brasil-no-abismo-sem-rede.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2017/03/1866904-noticias-falsas.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2017/04/1878975-greves-nao-importa-a-dimensao-justificam-se-pelo-simbolismo.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefraitas/2017/04/1879882-greves-nao-sao-sem-sentido-e-talvez-sinalizem-abertura-de-nova-fase.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

<https://oglobo.globo.com/opiniaio/so-rua-salva-lava-jato-21061115>. Acesso em: 05 jun. 2017.

https://oglobo.globo.com/opiniaofica-temer-21126594_ Acesso em: 05 jun. 2017.

<https://oglobo.globo.com/opiniaointimidacao-inseguranca-21275168>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<https://oglobo.globo.com/brasil/o-governo-temer-foi-ao-chao-21355447>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ricardo-corr%C3%AAa/temer-est%C3%A1-salvando-o-pt-1.1467019>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ricardo-corr%C3%AAa/presidente-decorativo-1.1473001>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/ac%C3%ADlio-lara-resende/a-oposi%C3%A7%C3%A3o-de-renan-calheiros-ao-governo-temer-acendeu-uma-luz-1.1460162>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Hiperlinks ofertados nos textos dos artigos, disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1873449-reforma-garante-voto-em-2018-diz-padilha.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/04/1873241-argentina-para-em-greve-geral-que-aumenta-pessao-sobre-governo-macri.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874591-fachin-determina-inqueritos-contraministros-e-parlamentares-diz-jornal.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2017/04/1874795-nao-sobrou-ninguem-honesto-diz-leitor-sobre-lista-de-fachin.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874777-base-aliada-de-temer-e-maioria-na-lista-de-fachin-pt-e-o-mais-citado.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874700-lista-inaugura-fim-do-mundo-previsivel-e-com-efeito-legal-lento.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1874839-partidos-e-politicos-sao-imprescindiveis-diz-wanderley-reis.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefreitas/>. Acesso em: 28 maio 2017.

<http://www.ccmj.org.br/perfil/janio-de-freitas/51>. Acesso em: 04 set. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia/?cmpid=menutopo>. Acesso em: 28 maio 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865301-temer-diz-que-ninguem-pode-ter-a-paternidade-do-sao-francisco.shtml>. Acesso em: 28 maio 2017.

<http://www.otempo.com.br/capa/politica>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/cmlink/portal-o-tempo/opini%C3%A3o/ultimas/Sites/e-ricardo-correa>. Acesso em: 04 jun. 2017.

Informações sobre a história dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Tempo*, sobre os colunistas e sobre o conjunto dos artigos, na ordem em que são apresentados no trabalho, disponível em:

http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml. Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunaseblogs/colunas.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://politica.estadao.com.br/colunas>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/folhadesp/> Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-queda-vertiginosa-da-tiragem-de-folha-globo-e-estadao-por-raymundo-gomes/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/jornaloglobo/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/JornaldoBrasil.JB/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Tempo_\(jornal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Tempo_(jornal)). Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/banco-de-ideias/novo-dono-1.1244958>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/portalotempo/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/banco-de-ideias/novo-dono-1.1244958>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/jornalhojeemdia/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<https://www.facebook.com/EstadodeMinas/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<http://blogs.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<https://oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<https://oglobo.globo.com/opiniaio/jose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/hotsites/aparte/cientista-pol%C3%ADtico-m%C3%A1rcio-coimbra-%C3%A9-o-novo-colunista-do-jornal-o-tempo-1.1420635>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<http://www.folha.uol.com.br/opiniaio/>. Acesso em: 3 jul. de 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/index.shtml>. Acesso em: 3 jul. de 2017.

<http://www.ccmj.org.br/perfil/cl%C3%B3vis-rossi/155>. Acesso em: 04 set. 2017.

<https://oglobo.globo.com/brasil/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<https://oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/elio-gaspari/>. Acesso em: 04 set. 2017.

<https://oglobo.globo.com/opiniaojose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/jose-casado/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/cmlink/portal-o-tempo/opini%C3%A3o/ultimas/Sites/e-acilio-lara-resende>. Acesso em: 04 jun. 2017.

<http://www.otempo.com.br/busca-7.10677?q=Ac%C3%ADlio+Lara+Resende>. Acesso em: 04 set. 2017.

Acesso às figuras: cartuns, charges, tirinha

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/galeria-de-fotos/2012/05/16/interna_galeriafotos,2551/charges-2014-2016.shtml. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#14/3/2017>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.portalodia.com/blogs/jotaa/charge-com-aumento-de-impostos,-o-governo-avanca-sobre-o-bolso-do-brasileiro-277599.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

<http://www.jiedimagem.com.br/anais>. Acesso em: 06 ago. 2014.

<http://www.jiedimagem.com.br/anais>. Acesso em: 06 ago. 2014.

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#15/7/2017>. Acesso em: 26 ago. 2017.

<http://www.opovo.com.br/jornal/charges/2017/05/charge-clayton-18-05-2017.html>. Acesso em: 05 jun. 2017.

Dicionários

http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=3052. Acesso em: 05 jul. 2018.

<https://www.dicionariopopular.com/terminar-em-pizza/>. Acesso em: 05 ago. 2018.